

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FLUTUANTE DA CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular,

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S/A, companhia com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 29º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada em conformidade com as disposições de seu Estatuto Social (doravante denominada como "Emissora" ou como "CP Cimento"); e

OLIVEIRA TRUST D.T.V.M. S/A, instituição financeira com sede na Av. das Américas nº 500, Bloco 13, sala 205, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada em conformidade com as disposições de seu Estatuto Social (doravante denominado como "Agente Fiduciário") — representando a comunhão de todos os debenturistas (doravante denominados "Debenturistas") adquirentes das debêntures da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, da CP Cimento e Participações S.A (doravante denominada como "Emissão"), prevista nesta Escritura de Emissão (conforme definição no *considerando* (i) abaixo).

Emissora e Debenturistas, quando em conjunto, doravante denominados "Partes" e, individualmente, "Parte".

Para fins deste instrumento, os debenturistas listados no Anexo 1, titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da Emissão, signatários do Memorando (conforme definição no *considerando* (iv) abaixo) serão doravante denominados individualmente "Debenturista Signatário" e coletivamente "Debenturistas Signatários" e as debêntures de titularidade dos Debenturistas Signatários serão doravante denominadas "Debêntures Reestruturadas".

O Polo Fundo de Investimento em Ações, titular de 2% (dois por cento) das debêntures da Emissão, será doravante denominado "Polo" e as debêntures de sua titularidade serão denominadas "Debêntures Vencidas".

As debêntures representativas de 100% (cem por cento) da Emissão, incluindo as Debêntures Reestruturadas e as Debêntures Vencidas, serão denominadas simplesmente "Debêntures".

Polo e os Debenturistas Signatários serão denominados em conjunto "Debenturistas".

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Os acionistas da Emissora, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2003 (a "AGE da Emissora de 01.10.2003"), deliberaram sobre os termos e as condições do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, da CP Cimento e Participações S.A., celebrado em 03 de outubro de 2003 e registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 00001353241, em 06 de outubro de 2003 (a "Escritura de Emissão") e, adicionalmente, delegaram poderes ao Conselho de Administração da Emissora para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76");
- (ii) O Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 31 de outubro de 2003, com base nos poderes a ele delegados na AGE da Emissora de 01.10.2003, autorizou a Diretoria da Emissora a firmar o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Com Garantia Flutuante da CP Cimento e Participações S.A., que veio a ser celebrado em 04 de novembro de 2003 ("Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão");
- (iii) A Emissora apresentou a seus principais credores, inclusive aos Debenturistas, uma proposta de reestruturação financeira, sempre na premissa de que todos os créditos estariam sujeitos a tratamento uniforme;
- (iv) Em 28 de dezembro de 2006, foi celebrado um Memorando de Intenções ("Memorando") entre, de um lado, a Emissora e a Cimento Tupi S/A., companhia com sede na Av. Presidente Wilson nº 231 – 29º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.039.223/0001-11 ("Tupi"), e, de outro, os seus principais credores, inclusive os Debenturistas Signatários, e na qualidade de Intervenientes Anuentes a Oliveira Trust DTVM S/A e a Santo Estevão Mineração e Participações S/A, sendo certo, que o debenturista Polo não desejou aderir à reestruturação financeira;
- (v) Os Debenturistas Signatários, em assembléia realizada em 17 de janeiro de 2007 ("AGD de 17.01.2007"), aprovaram por unanimidade a reestruturação financeira e, conseqüentemente, a novação dos créditos referentes a 980 (novecentas e oitenta) debêntures, correspondentes a 98% (noventa e oito por cento) da Emissão, de forma a refletir os termos do Memorando (conforme definido acima, as "Debêntures Reestruturadas"), permanecendo, desta forma, vencidas as 20

(vinte) debêntures correspondentes a 2% (dois por cento) da Emissão, de propriedade do Polo (conforme definido acima, as "Debêntures Vencidas");

- (vi) O debenturista Polo compareceu à AGD de 17.01.2007 e expressamente declarou que nada tem a opor à celebração, pelos Debenturistas Signatários, do Memorando e aprovou a novação das Debêntures Reestruturadas, devendo permanecer suas debêntures vencidas, com as características e condições previstas no Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão celebrado em 04 de novembro de 2003;
- (vii) Na referida AGD de 17.01.2007, a unanimidade dos Debenturistas outorgou, ainda, autorização ao Agente Fiduciário para que este firmasse o necessário aditamento à Escritura de Emissão, novando assim as características das Debêntures Reestruturadas e mantendo íntegras as características das Debêntures Vencidas, de titularidade do Polo;
- (viii) Apesar de não ter aderido à reestruturação financeira, o Polo celebrou com a Emissora, em 28 de dezembro de 2006, um Termo de Liberação pelo qual o Polo concordou em desconstituir o penhor e a penhora que recaiam sobre as ações de emissão da Companhia de Cimento Ribeirão Grande ("CCRG") de titularidade da Emissora, visando garantir o crédito dos Debenturistas até a efetivação da reestruturação financeira, sendo tal desconstituição efetivada na Data de Fechamento.
- (ix) A reestruturação financeira da Emissora é formalizada pela celebração deste 2º Aditamento à Escritura e dos demais instrumentos de reestruturação, quais sejam (i) o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas (Anexo 2); (ii) *Notice of Adjourned Meeting of Noteholders* e os demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário – CCBs; (iv) o Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG) (Anexo 3); (v) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi) (Anexo 4); (vi) o Instrumento de Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG"; (vii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006 e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pelo Polo, com a concordância da CP Cimento; (viii) o Contrato de Depósito em Conta Vinculada (Anexo 5); (ix) Contrato de Depósito em Conta de Cobrança (Anexo 6), (x) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança (Anexo 7); e (xi) a Petição de desistência da Execução ("Instrumentos de Reestruturação"), como parte da reestruturação financeira da Emissora.

- (x) A eficácia do Acordo Global está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, aos seguintes eventos: (i) registro do Instrumento de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG), nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco; (ii) expressa ciência pela CAL e da Votorantim da Notificação CAL, conforme definido no item 3.2 do Acordo Global; (iii) registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi), nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco e efetivação dos depósitos dos Recebíveis do Faturamento da Tupi na Conta de Cobrança; (iv) registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco e; (v) registro das Cédulas de Crédito Bancário nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco, conforme previsto no Acordo Global (em conjunto, "Condições Suspensivas").

RESOLVEM as Partes, neste ato e na melhor forma de direito, celebrar o **SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA FLUTUANTE DA CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.** (doravante denominado "Segundo Aditamento à Escritura de Emissão"), reformulando e consolidando a Escritura de Emissão, que passa a vigor para os Debenturistas Signatários com a seguinte redação:

ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIAS REAIS ADICIONAIS DA CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÃO E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

A "Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantias Reais Adicionais da CP Cimento e Participações S.A.", antes denominada "Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento e Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), foi celebrada com base em deliberação dos acionistas da Emissora, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2003 e dos conselheiros da Emissora, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2003.

O Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão foi celebrado em 4 de novembro de 2003 ("Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão").

O Segundo Aditamento à Escritura de Emissão foi aprovado pela unanimidade dos Debenturistas em Assembléia de Debenturistas realizada em 17 de janeiro de 2007, assim como pelos acionistas da Emissora, em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 05 de março de 2007 ("Segundo Aditamento à Escritura de Emissão", e em conjunto com Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, simplesmente "Aditamentos à Escritura").

O Segundo Aditamento à Escritura de Emissão vincula apenas as 980 (novecentas e oitenta) debêntures, correspondentes a 98% (noventa e oito por cento) da Emissão, de titularidade dos debenturistas listados no Anexo 1 ("Debenturistas Signatários"), que serão doravante denominadas "Debêntures Reestruturadas".

As 20 (vinte) debêntures, correspondentes a 2% (dois por cento) da Emissão, de titularidade do Polo Fundo de Investimento em Ações ("Polo") serão denominadas "Debêntures Vencidas" e não ficam vinculadas ao Segundo Aditamento à Escritura de Emissão, permanecendo essas 20 (vinte) debêntures de titularidade do Polo com as características e condições previstas no Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão.

As debêntures representativas de 100% (cem por cento) da Emissão, incluindo as Debêntures Reestruturadas e as Debêntures Vencidas, serão denominadas simplesmente "Debêntures".

Polo e os Debenturistas Signatários serão denominados em conjunto "Debenturistas".

Observados os termos da Cláusula Primeira do Acordo Global, as Partes acordam que a eficácia deste Segundo Aditamento à Escritura de Emissão está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, aos seguintes eventos: (i) registro do Instrumento de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG), nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco; (ii) expressa ciência pela CAL e pela Votorantim da Notificação CAL, conforme definido no item 3.2 do Acordo Global; (iii) registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi), nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco; e (iv) registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco e; (v) registro das Cédulas de Crédito Bancário nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas sedes dos respectivos Bancos, conforme previsto no Acordo Global (em conjunto, "Condições Suspensivas").

Imediatamente após a implementação de todas as Condições Suspensivas, a Emissora enviará ao Agente Fiduciário comunicação, acompanhada das cópias registradas dos documentos referidos nos itens (i), (iii) e (iv) do parágrafo acima e cópia da Notificação CAL com a expressa ciência da CAL e da Votorantim referida no item (ii) do parágrafo acima, informando data, horário e local para a efetivação dos atos listados abaixo e colocando à disposição no local do fechamento as vias originais dos referidos documentos ("Data do Fechamento").

A Data do Fechamento não poderá ser posterior a 30 de março de 2007.

Na Data do Fechamento, o Agente Fiduciário e a Emissora celebrarão o Instrumento de Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG" e a Petição de Desistência da Execução, na forma do Acordo Global.

CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS

A Emissão das Debêntures assim como os Aditamentos à Escritura foram ou serão feitos com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

A Escritura de Emissão, assim como os Aditamentos à Escritura, foram ou serão registrados na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.385/76") e da Lei nº 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração

A ata da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") da Emissora de 1º de outubro de 2003, que deliberou sobre a Emissão, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, em 03 de outubro de 2003, e foi arquivada, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), em 06 de outubro de 2003.

A ata da Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, em 04 de novembro de 2003, e foi arquivada, na JUCERJA, em 05 de novembro de 2003.

A ata da AGE da Emissora de 05 de março de 2007, que deliberou sobre o Segundo Aditamento à Escritura de Emissão, será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, e está em processo de arquivamento na JUCERJA.

2.3. Registro da Escritura de Emissão na JUCERJA

A Escritura de Emissão foi registrada na JUCERJA, conforme o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76, em 6 de outubro de 2003, sob o nº 1353241.

O Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, realizado em observância às exigências legais e da Escritura de Emissão, foi registrado na JUCERJA, em 05 de novembro de 2003, sob o nº 00001361280.

O Segundo Aditamento à Escritura de Emissão, realizado em observância às exigências legais e da Escritura de Emissão, está em processo de arquivamento na JUCERJA.

2.4. Registro no Sistema Nacional de Debêntures ("SND") e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo — BOVESPA ("BOVESPA FIX")

As Debêntures têm registro para negociação no mercado secundário através do (i) SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e/ou (ii) BOVESPA FIX, sendo custodiadas na CBLC — Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

Desde 1º de outubro de 2006, a negociação com as Debêntures junto à CETIP e à CBLC está suspensa em função do inadimplemento da Emissora.

A partir da Data do Fechamento, as Debêntures Reestruturadas ficam liberadas para negociação junto à CETIP e à CBLC, sendo certo, no entanto, que as Debêntures Vencidas permanecem suspensas e bloqueadas para negociação nesses ambientes.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"):

A oferta pública das Debêntures foi registrada na ANBID, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID, de 16 de janeiro de 2002, para as ofertas públicas de títulos e valores mobiliários.

CLÁUSULA TERCEIRA - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

3.1. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão corresponde à 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").

3.2. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Foram emitidas 1.000 (mil) Debêntures, em série única.

Este Segundo Aditamento à Escritura de Emissão vincula, a partir de 05 de março de 2007 ("Data de Reestruturação"), sujeito à implementação das Condições Suspensivas, 980 (novecentas e oitenta) debêntures, correspondentes a 98% (noventa e oito por cento) da Emissão, de titularidade dos Debenturistas Signatários listados no Anexo 1 (conforme acima definido, as "Debêntures Reestruturadas"), não estando sujeitas aos termos e condições do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão 20 (vinte) debêntures, correspondentes a 2% (dois por cento) da Emissão, de titularidade do Polo (conforme acima definido, as "Debêntures Vencidas"), permanecendo essas 20 (vinte) debêntures de titularidade do Polo com as características e condições previstas no Primeiro Aditamento a Escritura de Emissão.

3.3. Valor Total da Emissão e Valor Atualizado

O valor total da Emissão era de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido no item 3.9 abaixo).

O valor total das Debêntures Reestruturadas na Data de Reestruturação é de R\$ 112.179.580,80 (cento e doze milhões, cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos) ("Valor Total das Debêntures Reestruturadas").

3.4. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, era de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Na Data de Reestruturação, o valor nominal unitário das Debêntures Reestruturadas é de R\$ 114.468,96 (cento e quatorze mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos) ("Valor Nominal Unitário das Debêntures Reestruturadas").

3.5. Forma e Tipo

As Debêntures Reestruturadas são escriturais e nominativas.

3.6. Conversibilidade

As Debêntures Reestruturadas não são conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.7. Espécie

As Debêntures Reestruturadas são da espécie subordinada, mas possuem garantias reais adicionais, as quais se encontram relacionadas no item 3.22 abaixo.

3.8. Limite da Emissão

O Valor Total da Emissão, na Data da Emissão (abaixo definida), está em conformidade com o limite estabelecido na alínea "b", § 1º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, de acordo com o quadro demonstrativo apresentado abaixo:

POSIÇÃO CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2003	R\$ MILHÕES
EMIÇÃO	100,0
ATIVO TOTAL	506,7
DÍVIDAS GARANTIDAS POR ATIVOS REAIS	22,8
ATIVO TOTAL MENOS DÍVIDAS GARANTIDAS POR DIREITOS REAIS	483,9
Montante da Oferta sobre Ativo Total menos Dividas Garantidas por Direitos Reais	20,6%

3.9. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures foi 1º de outubro de 2003 ("Data de Emissão").

A data de reestruturação das dívidas da Emissora é o dia 05 de março de 2007 ("Data de Reestruturação") e a Data do Fechamento será a data estabelecida pela Emissora para a efetivação dos atos listados na Cláusula Primeira deste Segundo Aditamento à Escritura de Emissão.

3.10. Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures Reestruturadas terão seu vencimento final prorrogado para 10 de dezembro de 2011 ("Data de Vencimento das Debêntures Reestruturadas").

3.11. Resgate Antecipado

A Emissora poderá efetuar, a qualquer tempo, resgate antecipado das Debêntures Reestruturadas, desde que pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Reestruturadas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Reestruturação, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, acrescido dos encargos moratórios, se houver, e desde que a Emissora efetue o pagamento proporcional aos demais Credores Signatários (conforme definido no item 3.22.1 (i) desta Escritura). Neste caso, a Emissora se obriga a publicar Aviso aos Debenturistas Signatários informando a data de efetivação do Resgate.

3.12. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora mediante a colocação pública das Debêntures foram aplicados (i) 65% (sessenta e cinco por cento) no alongamento do perfil da dívida consolidada pela Emissora, (ii) 10% (dez por cento) no reforço do capital de giro consolidado da Emissora e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) em investimentos na produção de cimento e de concreto.

3.13. Colocação e Procedimento da Distribuição

3.13.1. As Debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços, para colocação no mercado de balcão organizado, mediante a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT — Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e/ou BOVESPA FIX, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980 ("Instrução CVM nº 13/80"), sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições financeiras contratadas para a distribuição pública das Debêntures, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.13.2. A colocação pública das Debêntures iniciou-se após a concessão do registro de emissão, pela CVM, da publicação do anúncio de início de distribuição e da disponibilização do prospecto para entrega aos investidores.

3.14. Negociação

As Debêntures Reestruturadas têm registro para negociação no mercado secundário no SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, e/ou no BOVESPA FIX.

Desde 1º de outubro de 2006, a negociação com as Debêntures junto à CETIP e à CBLC está suspensa em função inadimplemento da Emissora.

A partir da Data do Fechamento, as Debêntures Reestruturadas ficam liberadas para negociação junto à CETIP e à CBLC, sendo certo, no entanto, que as Debêntures Vencidas permanecem suspensas e bloqueadas para negociação nesses ambientes.

3.15. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitiu e não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins e efeitos de direito, o extrato fornecido pelo Agente Escriturador (conforme definido no item 3.16 abaixo) servirá como comprovante de titularidade das Debêntures, na forma disposta no § 1º, do artigo 27 e no §3º, do artigo 35, ambos da Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

3.16. Agente Escriturador

O Agente Escriturador será o Banco Bradesco S/A (“Agente Escriturador”), instituição financeira, com sede na “Cidade de Deus”, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

3.17. Banco Mandatário

O Banco Mandatário será o Banco Bradesco S/A (“Banco Mandatário”), ~~agente~~ ^{agente} qualificado.

3.18. Preço de Subscrição e Integralização

As Debêntures foram subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada de forma *pro rata temporis* desde

a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, que se deu à vista, em moeda corrente nacional ("Preço de Subscrição").

3.19. Remuneração – Juros Remuneratórios e *Spread*

3.19.1 Juros Remuneratórios e *Spread*

a) A partir da Data de Reestruturação, as Debêntures Reestruturadas farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Reestruturadas, e estabelecidos com base na taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros, CDI "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida de um *Spread* de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano.

b) A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Reestruturadas, desde a Data de Reestruturação, ou da data do vencimento de juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização (conforme abaixo definido). A Remuneração das Debêntures será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

Onde:

J = valor unitário dos juros flutuantes, acrescido de *Spread* acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

Vne = valor nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (\text{TDI}_k)], \text{ onde}$$

n_{DI} = número total de taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
 TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde: $k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}, \text{ onde}$$

Spread = Spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo " n " um número inteiro;

DT = Número total de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro;

DP = Número total de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

O fator resultante da expressão $[1 + (\text{TDI}_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (\text{TDI}_k)]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casa decimais, com arredondamento.

c) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

d) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas Signatários, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

e) Entretanto, na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, por prazo superior a 10 (dez) dias corridos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, por imposição legal ou no caso de sua extinção, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados a partir do 1º dia após o término do prazo de 10 (dez) dias corridos concedido para a apuração e/ou divulgação da Taxa DI, convocar a comunhão dos Debenturistas Signatários (no modo e prazos estabelecidos no artigo 124 da Lei nº 6.404/76) para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas Signatários ("Assembléia de Debenturistas") deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de Remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse critério de Remuneração, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *Spread*, até a data da deliberação da Assembléia de Debenturistas.

f) É facultado à Emissora, caso não haja acordo, entre ela e os Debenturistas Signatários que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures Reestruturadas em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, sobre o novo critério de Remuneração a ser utilizado, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias da data da realização da Assembléia de Debenturistas, (i) recomprar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva recompra, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou de data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures Reestruturadas a serem recompradas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do *Spread*, ou (ii) recomprar a totalidade das Debêntures Reestruturadas em circulação em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das

Debêntures Reestruturadas, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva recompra, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou de data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures Reestruturadas a serem recompradas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do *Spread*. Nesse caso, durante o prazo de recompra das Debêntures Reestruturadas pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 3.19.2, observado que, até a recompra integral das Debêntures Reestruturadas, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas Signatários e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa nova taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

g) “Período de Capitalização”: para fins de cálculo da Remuneração, define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Reestruturação, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

h) “Período de Vigência da Remuneração”: significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures Reestruturadas permanecerão vigentes.

3.19.2. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

Os valores relativos à Remuneração das Debêntures Reestruturadas serão pagos juntamente com as amortizações descritas na Cláusula 3.21 abaixo.

3.20. Repactuação

Não haverá repactuação.

3.21. Amortizações

3.21.1 Amortização Obrigatória Programada: Salvo se previamente resgatadas ou adquiridas, as Debêntures Reestruturadas serão amortizadas conforme abaixo:

- (a) **Amortização Inicial:** Em 4 de abril de 2007, condicionado, cumulativamente à (i) desoneração da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da CCRG antes empenhadas em favor dos Debenturistas, e (ii) liberação dos Novos Empréstimos pelos Bancos, a CP Cimento

obrigatoriamente amortizará as Debêntures Reestruturadas no montante de R\$ 11.809.365,69 (onze milhões, oitocentos e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) ("Amortização Inicial").

- (b) **Amortização Intermediária:** 28,70% (vinte e oito inteiros e setenta centésimos por cento) dos valores totais depositados na Conta Vinculada (conforme definido no item 3.24) relacionados aos Recebíveis CCRG (conforme definido no item 3.22.1(i)) serão obrigatoriamente utilizados para amortizar total ou parcialmente, conforme o caso, as Debêntures Reestruturadas, pelo valor do saldo devedor remunerado até a data da respectiva amortização ("Amortização Intermediária").

- (b.1) As Amortizações Intermediárias ocorrerão, no mínimo, nas datas especificadas abaixo e, em nenhuma hipótese, poderão ser inferiores aos valores indicados, salvo no caso do item (b.4) abaixo:

- R\$ 22.892.493,25 (vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos) a serem pagos até o dia 4 de julho de 2007;
- R\$ 6.665.312,26 (seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, trezentos e doze reais e vinte e seis centavos) a serem pagos até o dia 4 de julho de 2007;
- R\$ 11.373.959,11 (onze milhões, trezentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e onze centavos) a serem pagos até o dia 5 de dezembro de 2007, atualizadas, na forma do Contrato CCRG, pelo CDI, desde 27 de novembro de 2006 até a data de seu efetivo pagamento pela Votorantim ou CAL;
- R\$ 17.060.938,66 (dezessete milhões, sessenta mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) a serem pagos até o dia 3 de dezembro de 2008, atualizadas, na forma do Contrato CCRG, pelo CDI, desde 27 de novembro de 2006 até a data de seu efetivo pagamento pela Votorantim ou CAL;
- R\$ 18.312.074,17 (dezoito milhões, trezentos e doze mil, setenta e quatro reais e dezessete centavos) a serem pagos até o dia 3 de dezembro de 2009, atualizadas, na forma do Contrato CCRG, pelo CDI, desde 27 de novembro de 2006 até a data de seu efetivo pagamento pela Votorantim ou CAL.

(b.2) Caso as datas acima não sejam consideradas dias úteis, a respectiva amortização poderá ser realizada até o primeiro dia útil subsequente.

(b.2.1) A Emissora se obriga a criar evento de pagamento, junto à CETIP, no primeiro dia útil subsequente à data de depósito dos recursos correspondentes a cada parcela de Amortização Intermediária.

(b.2.2) Sem prejuízo do disposto no item b.2.1 acima, a criação de evento de pagamento pela Emissora junto a CETIP, deverá sempre ocorrer até um dia útil antes das datas limites especificadas no item b.1, acima.

(b.2.3) A transferência de recursos do Agente Centralizador para o Banco Mandatário dos Debenturistas Signatários será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Signatários, de forma que todos os Credores Signatários recebam os valores devidos na mesma data.

(b.3) Caso o pagamento de quaisquer parcelas da Amortização Intermediária não se realize, total ou parcialmente, nas respectivas datas de vencimento, nos termos desta Escritura, em decorrência de falta, recusa ou atraso no pagamento pela CAL ou pela Votorantim, a Emissora terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar dos vencimentos em questão, para efetuar o pagamento integral da respectiva parcela, devidamente remunerada nos termos do item 3.19 acima. Na hipótese da Emissora não realizar o pagamento integral nos termos deste item, ocorrerá o vencimento antecipado automático das Debêntures Reestruturadas.

(b.4) Sobre qualquer uma das parcelas da Amortização Intermediária poderá ocorrer, uma única vez, uma redução de até R\$ 3.013.500,00 (três milhões, treze mil e quinhentos reais), corrigida pela taxa SELIC, desde de 27 de novembro de 2006, caso o valor dos Recebíveis CCRG venha a ser reduzido em função de realização de contingência fiscal de acordo com o Contrato CCRG. Nesta hipótese, o valor eventualmente deduzido será acrescido ao montante da Amortização Final.

(b.5) Na hipótese de a dívida bancária e os tributos devidos pela CCRG, nos termos da Cláusula 2.11 e seguintes do Contrato CCRG, superarem R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), poderá haver uma redução de pagamento pela CAL ou pela Votorantim, na primeira parcela da Amortização Intermediária prevista no item b.1 acima, no valor que superar R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Neste caso, a Emissora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados do referido vencimento, para completar o

pagamento da referida parcela, sob pena de vencimento antecipado automático das Debêntures Reestruturadas.

(b.6) A diferença entre a remuneração prevista nas parcelas referidas no item (b.1) acima e a remuneração prevista no item 3.19 será computada na Amortização Final, conforme o conceito de saldo devedor.

- (c) **Amortização Extraordinária:** 28,70% (vinte e oito inteiros e setenta centésimos por cento) dos valores totais depositados na Conta Vinculada (conforme definido no item 3.24) relacionados aos Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto e à Metade da Alienação da Tupi (conforme definido no item 3.22.2 (v) e (vi)) serão obrigatoriamente utilizados, em até 2 (dois) dias úteis, para amortizar, total ou parcialmente, conforme o caso, as Debêntures Reestruturadas, pelo valor do saldo devedor remunerado até a data da respectiva amortização ("Amortização Extraordinária"). A amortização aqui prevista reduzirá total ou parcialmente as parcelas da dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas pelo valor do saldo devedor remunerado até a data da respectiva amortização. Caso a Amortização Extraordinária ocorra após o pagamento da última parcela da Amortização Intermediária, esta amortização deverá ocorrer na ordem inversa do vencimento das parcelas da Amortização Final.

(c.1) A Emissora se obriga a criar evento de pagamento, junto à CETIP, até um dia útil subsequente à data de depósito dos recursos correspondentes a cada parcela de Amortização Extraordinária.

- (d) **Amortização Final:** O saldo devedor das Debêntures Reestruturadas, após o pagamento da Amortização Inicial, da Amortização Intermediária e de eventual Amortização Extraordinária ou Amortização Antecipada, será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, e sucessivas nas seguintes datas: 10 de janeiro de 2010, 10 de fevereiro de 2010, 10 de março de 2010, 10 de abril de 2010, 10 de maio de 2010, 10 de junho de 2010, 10 de julho de 2010, 10 de agosto de 2010, 10 de setembro de 2010, 10 de outubro de 2010, 10 de novembro de 2010, 10 de dezembro de 2010, 10 de janeiro de 2011, 10 de fevereiro de 2011, 10 de março de 2011, 10 de abril de 2011, 10 de maio de 2011, 10 de junho de 2011, 10 de julho de 2011, 10 de agosto de 2011, 10 de setembro de 2011, 10 de outubro de 2011, 10 de novembro de 2011, 10 de dezembro de 2011, atualizadas na forma do item 3.19, sendo certo que os juros incidentes sobre o saldo devedor relativo à dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas serão quitados sempre nas mesmas datas das amortizações previstas neste item ("Amortização Final").

3.21.2 Amortização Antecipada a Critério da Emissora: A Emissora poderá, a qualquer momento, e a seu único e exclusivo critério, amortizar total ou parcialmente as parcelas da dívida correspondente às Debêntures Reestruturada, pelo valor do saldo devedor incorrido até a data da respectiva amortização ("Amortização Antecipada"). A Amortização Antecipada parcial das Debêntures Reestruturadas deverá observar a proporção de 28,70% (vinte e oito inteiros e setenta centésimos por cento) dos valores utilizados pela Emissora na Amortização Antecipada da Dívida Reestruturada e a Amortização Antecipada total das Debêntures Reestruturadas respeitará o respectivo saldo devedor. Os valores a serem utilizados para Amortização Antecipada deverão ser depositados na Conta Vinculada e distribuídos aos Debenturistas Signatários, sempre nos dias dos pagamentos das Amortizações Intermediárias ou no terceiro dia útil de cada mês. Caso a Amortização Antecipada ocorra após o pagamento da última parcela da Amortização Intermediária, esta amortização deverá ocorrer na ordem inversa do vencimento das parcelas da Amortização Final.

3.21.3. Todos os pagamentos da Dívida Reestruturada serão considerados como realizados na seguinte ordem:

- (i) primeiro, a quantia correspondente a todos os juros incorridos sobre a dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas até a data de pagamento; e
- (ii) segundo, havendo saldo, a quantia correspondente a todas as quantias principais decorrentes da parcela das Debêntures Reestruturadas.

3.22. Garantias

3.22.1 As Debêntures Reestruturadas são garantidas por:

- (i) Penhor, em primeiro grau, dos recebíveis abaixo listados ("Recebíveis CCRG") decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 27 de novembro de 2006 entre a CP Cimento e a CAL Itau Participações S.A., sociedade com sede na Praça Professor José Lanes, 40, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 06.956.836/0001-40 ("CAL"), referente à aquisição pela CAL da totalidade das ações de emissão da Companhia de Cimento Ribeirão Grande, companhia com sede na Av. Engenheiro Billings, 2.350 (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MG sob o nº 27.184.944/0001-12 ("CCRG") antes de titularidade da Emissora ("Contrato CCRG"):

- (a) parcela de R\$ 79.764.784,86 (setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), a serem pagos até o dia 4 de julho de 2007;

- (b) R\$ 23.224.084,54 (vinte e três milhões, duzentos e vinte quatro mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) a serem pagos até o dia 4 de julho de 2007;
- (c) parcela de R\$ 39.630.519,55 (trinta e nove milhões, seiscentos e trinta mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2007, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento;
- (d) parcela de R\$ 59.445.779,32 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2008, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento; e
- (e) parcela de R\$ 63.805.136,47 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2009, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento.

Para formalização do penhor aqui referido, foi celebrado, na Data da Reestruturação, o "Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios" entre a Emissora, os credores que participaram da reestruturação financeira da Emissora que deu origem ao Memorando de Intenções, celebrado em 28 de dezembro de 2007, e ao Acordo Global, celebrado na Data de Reestruturação, e os titulares de *fixed rate notes* emitidos pela Emissora, cujos interesses estão representados pelo agente de garantia (em conjunto "Credores Signatários").

(ii) Cessão fiduciária em garantia de recebíveis decorrentes do faturamento da Cimento Tupi S/A, companhia com sede na Av. Presidente Wilson, 235 – 29º andar, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.039.223/0001-11 ("Tupi"), no montante equivalente a 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela mensal a vencer prevista no item 3.21.1 (d) ("Recebíveis Faturamento Tupi"), que só poderão ser levantados pelos Debenturistas Signatários antes de 10 de janeiro de 2010, inclusive, em caso de inadimplemento pela Emissora previsto nesta Escritura ou no Acordo Global. A Emissora poderá a qualquer momento solicitar ao Agente

Centralizador a liberação dos Recebíveis Faturamento Tupi e/ou os recursos oriundos da liquidação de tais recebíveis, desde que estes recursos e/ou recebíveis excedam o montante de 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela mensal a vencer prevista no item 3.21.1 (d), conforme cálculo para atualização periódica efetuado pelo Agente Centralizador. A Emissora poderá, ainda, substituir os Recebíveis Faturamento Tupi desde que tenha efetuado a cessão fiduciária e o depósito de novos recebíveis na Conta de Cobrança e desde que a totalidade dos recebíveis depositados seja equivalente a pelo menos 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela mensal a vencer prevista no item 3.21.1 (d), conforme cálculo para atualização periódica efetuado pelo Agente Centralizador, ficando o referido Agente Centralizador autorizado a tomar todas as medidas necessárias para tanto. O levantamento dos recursos relacionados aos Recebíveis do Faturamento Tupi, da Conta de Cobrança (conforme definido no item 3.24.2, pelo BANCO J.P. MORGAN S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 33.172.537/0001-98 ("Agente Centralizador" ou "J.P. Morgan"), poderá ocorrer (i) para pagamento aos Debenturistas Signatários de 28,70% (vinte e oito inteiros e setenta centésimos por cento) dos recursos depositados, em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias e/ou vencimento antecipado da dívida referente às Debêntures Reestruturadas, conforme previsto no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação, (ii) em favor da Tupi, na hipótese de amortização antecipada da integralidade das Debêntures Reestruturadas, (iii) a exclusivo critério da CP Cimento e Tupi, para amortização das Debêntures Reestruturadas. Nas hipóteses dos itens (i) e (iii), a Emissora adotará as providências necessárias para reconstituir a garantia em até 2 (dois) dias úteis contados da data da utilização de tal valor.

Para formalização da cessão fiduciária aqui referida, foi celebrado entre a Emissora e os Credores Signatários, na Data de Reestruturação, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios".

(iii) Cessão fiduciária de direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança. Para formalização da cessão fiduciária aqui referida, foi celebrado entre a Emissora e os Credores Signatários, na Data de Reestruturação, o "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança".

3.22.2. A Emissora se obriga, ainda, a constituir em favor dos Debenturistas Signatários as seguintes garantias adicionais, nas datas abaixo mencionadas:

- (iv) Hipoteca, em primeiro grau, do imóvel constituído pelo terreno localizado na Av. Engenheiro Billings nº 2350, Bairro do Jaguaré, na Cidade e Estado de São Paulo ("Hipoteca"), a ser celebrada em até 5 (cinco) dias úteis após a celebração da respectiva escritura definitiva de compra e venda, conforme modelo constante do Anexo 8;
- (v) Penhor, em primeiro grau, dos recebíveis decorrentes da alienação da unidade produtora de concreto da Tupi, até o limite de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), atualizado pelos juros correspondentes à variação acumulada dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI, divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, acrescidos de 1,6% (um e seis décimos por cento) ao ano ("Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto"), observado o fluxo de recebíveis contratado e na proporção, em relação a cada parcela, que o mencionado montante representa do valor total da operação, a ser celebrado na data de fechamento do contrato de alienação da produtora de concreto da Tupi, conforme modelo constante do Anexo 9. Fica ressaltado que no caso de a compra e venda aqui mencionada ocorrer à vista, a Amortização Extraordinária prevista no item 3.21.1 (c) acima será também efetuada à vista, no montante correspondente a 28,70% (vinte e oito inteiros e setenta centésimos por cento) do preço total de venda da unidade produtora de concreto até o limite de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), sendo desnecessária a constituição do penhor aqui previsto.
- (vi) Penhor, em primeiro grau, de 50% (cinquenta por cento) do produto líquido de toda e qualquer alienação de participação societária, minoritária ou majoritária, que a Emissora possua na Tupi ("Metade da Alienação Tupi"), observado o fluxo de recebíveis que vier a ser negociado pela Emissora, nessa operação, a ser celebrado na data de fechamento do contrato de alienação de participação societária da Tupi pela Emissora, conforme modelo constante do Anexo 10.

3.22.3. No caso de recebimento pela Emissora ou pela Tupi dos Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto ou dos recursos correspondentes à Metade da Alienação Tupi, sem que haja a Amortização Extraordinária, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contado do recebimento dos recursos, poderá ser declarado o vencimento antecipado das Debêntures Reestruturadas.

3.22.4. O Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplemento da Emissora, poderá executar qualquer uma das garantias referidas neste item 3.22, isolada ou simultaneamente.

3.22.5 Após o pagamento de 12 (doze) parcelas da Amortização Final, haverá redução das garantias, observada a seguinte ordem:

- (i) primeiramente, após o pagamento do montante equivalente ao valor do imóvel, fixado em R\$ 9.330.000,00 (nove milhões e trezentos e trinta mil reais), conforme Laudo de Avaliação elaborado pela EMBRAP/PRAXIS Avaliação Patrimonial Ltda. arquivado na Tupi e datado de 30 de dezembro de 2005, deverá ser liberada a Hipoteca ou, se não constituída, a Emissora fica liberada da obrigação de constituí-la; e
- (ii) em seguida, haverá redução na proporção de R\$ 1,00 (um real) pago para R\$ 1,00 (um real) de garantia dos Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto.

3.22.6. Qualquer pagamento realizado pela Emissora aos Credores Signatários com recursos da Metade da Alienação Tupi resultará na liberação imediata, no mesmo valor do mencionado pagamento, de correspondente valor de garantia dos Recebíveis CCRG, na ordem inversa do fluxo previsto no item 3.22.1 (i).

3.23. Garantias Constituídas em Favor dos Demais Credores

3.23.1. As mesmas garantias previstas no item 3.22 acima estão sendo ou serão constituídas em favor dos demais Credores Signatários, havendo assim um compartilhamento das garantias.

3.23.2. No caso de excussão da garantia, todo e qualquer produto deverá ser prontamente distribuído na seguinte ordem de prioridade:

- (i) primeiro, a cada Credor Signatário, na proporção prevista no item 4.3 do Acordo Global, sem haver prioridade entre os Credores Signatários na ordem de recebimento, quantia correspondente a todos os juros, taxas e despesas então devidas pela Emissora e exigíveis por cada Credor Signatário;
- (ii) segundo, a cada Credor Signatário, na proporção prevista no item 4.3 do Acordo Global, sem haver prioridade entre os Credores Signatários na ordem de recebimento, quantia correspondente a todos os montantes principais decorrentes da Dívida Reestruturada então devidas pela Emissora e exigíveis por cada Credor Signatário; e
- (iii) por fim, o pagamento do restante, se houver, para a Emissora ou para a Tupi, conforme o caso.

3.23.3. É vedada a concessão de garantias a terceiros que confiram privilégios legais superiores aos outorgados aos Credores Signatários.

3.24. Conta Vinculada

A Emissora se obriga a depositar, ou diligenciar para que sejam depositados na conta nº 73.1.10054-1, agência nº 011 do Banco 376 mantida junto ao Agente Centralizador ("Conta Vinculada") os seguintes montantes:

- (i) R\$ 39.829.226,60 (trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), em 4 de abril de 2007, condicionado, cumulativamente à (i) desoneração da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da CCRG antes empenhadas em favor dos Debenturistas, e (ii) liberação dos Novos Empréstimos pelos Bancos, conforme definido no Acordo Global;
- (ii) os Recebíveis CCRG, em até 2 (dois) dias úteis do pagamento realizado pela CAL. Caso tenha havido a redução da garantia, conforme previsto no item 3.22.6, a Emissora poderá deixar de depositar os valores reduzidos dos Recebíveis CCRG ou mesmo liberar da Conta Vinculada em seu favor tais montantes;
- (iii) os valores relacionados à Metade da Alienação Tupi, em até 2 (dois) dias úteis do respectivo pagamento desses valores pela compradora, observado o fluxo de recebíveis contratado;
- (iv) os Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto, em até 2 (dois) dias úteis do respectivo pagamento desses valores pela compradora, observado o fluxo de recebíveis contratado, na data do respectivo pagamento; e
- (v) todos os demais valores a serem destinados aos Debenturistas Signatários (bem como aos demais Credores Signatários) a título de pagamento da dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas (bem como da Dívida Reestruturada).

3.24.1. Os procedimentos de depósito, retenção e liberação dos valores depositados na Conta Vinculada constam do "Contrato de Depósito em Conta Vinculada" celebrado entre a Emissora, os Credores Signatários e o Agente Centralizador na Data de Reestruturação.

3.24.2. A Tupi é titular da conta corrente indicada no Contrato de Depósito de Conta de Cobrança (Anexo 6), mantida junto ao Bradesco, qualificado no item 3.16, doravante denominado Agente de Custódia ("Conta de Cobrança"), na qual a Emissora se

compromete a fazer com que a Tupi deposite os Recebíveis do Faturamento Tupi, conforme definido no item 3.22.1 (ii). A Conta de Cobrança será movimentada apenas pelo Agente de Custódia, observados os termos e condições previstos no Contrato de Depósito de Conta de Cobrança, celebrado entre a Emissora, a Tupi, os Credores Signatários, o Agente de Custódia e o Agente Centralizador, na Data da Reestruturação. Nos termos do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, o Agente de Custódia deverá transferir os recursos provenientes da liquidação dos Recebíveis Faturamento Tupi para a Conta Vinculada nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e no Acordo Global e/ou (ii) vencimento antecipado da Dívida Reestruturada ou da dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas.

3.24.3. Sem prejuízo das demais atribuições previstas no “Contrato de Depósito em Conta Vinculada” e no “Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos decorrentes da Conta Vinculada”, o Agente Centralizador deverá:

- (i) acompanhar diariamente os depósitos efetuados na Conta Vinculada e realizar a transferência imediata dos valores devidos aos Credores;
- (ii) a partir de 11 de abril de 2007 inclusive, realizar mensalmente o cálculo para atualização mensal dos Recebíveis Faturamento Tupi; e
- (iii) a partir de 11 de abril de 2007 inclusive, encaminhar aos Debenturistas Signatários e à CP Cimento, informativo mensal até o dia 11 de cada mês, contendo: (a) o valor global da Dívida Reestruturada; (b) os valores depositados na Conta Vinculada; (c) a distribuição de recursos a cada Credor Signatário e outras saídas de recursos, se for o caso; (d) o saldo da Dívida Reestruturada devido a cada Credor Signatário; e (e) o valor atualizado dos Recebíveis Faturamento Tupi.

3.24.4. Adicionalmente, no caso de ocorrência dos eventos previstos nos itens 3.24 (iii) e 3.24 (iv) acima - alienação de participação societária da Tupi e alienação da Unidade de Concreto - os recursos decorrentes deverão ser obrigatoriamente depositados na Conta Vinculada e utilizados, em até 2 (dois) dias úteis contados do respectivo depósito na Conta Vinculada para amortização aos Debenturistas Signatários. Na hipótese de amortização parcial, os Debenturistas Signatários terão direito de receber o montante equivalente a 28,70% (vinte e oito inteiros e setenta centésimos por cento) dos valores depositados. Na hipótese de amortização total, os Debenturistas Signatários terão direito de receber o montante equivalente ao saldo das Debêntures Reestruturadas independentemente de qualquer proporção/percentual.

3.24.5. Os Debenturistas Signatários poderão promover a excussão da hipoteca prevista no item 3.22.2 (iv), em caso de vencimento antecipado das Debêntures Reestruturadas, devendo depositar o produto da excussão na Conta Vinculada e podendo requerer que 28,70% (vinte e oito inteiros e setenta centésimos por cento) de tal produto seja utilizado, pelo Agente Centralizador, para pagamento das Debêntures Reestruturadas.

CLÁUSULA QUARTA - DEMAIS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Aquisição Facultativa das Debêntures

4.1.1. A Emissora poderá adquirir Debêntures Reestruturadas, da presente Emissão, em circulação, a qualquer tempo, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures Reestruturadas, acrescido da Remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76.

4.1.2. As Debêntures Reestruturadas que vierem a ser adquiridas pela Emissora, nestes termos, poderão ser canceladas ou ser recolocadas no mercado.

4.2 Vencimento Antecipado

4.2.1. Qualquer descumprimento do pagamento, no todo ou em parte, de qualquer parte da dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas acarretará o vencimento automático da dívida, respeitado o previsto no item 3.21.1(b.3), e qualquer descumprimento do item 4.3.2, acarretará o vencimento antecipado da dívida.

4.2.2. Observado o disposto no item 4.2.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures Reestruturadas e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Reestruturadas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Reestruturação, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, acrescido dos encargos moratórios, se houver, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, que a Emissora desde logo reconhece serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora relativamente às Debêntures Reestruturadas (salvo no item (iii) abaixo, hipótese em que o prazo de 30 dias previstos no item 4.2.3 não se aplica):

- (i) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou somados ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora;
- (ii) vencimento antecipado ou inadimplemento do pagamento de qualquer dívida da Emissora perante os Credores Signatários ou

quaisquer terceiros (incluindo, mas não se limitando a sócios, ou sociedades coligadas, controladas ou controladoras da Emissora), em montante global igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

- (iii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora ou, ainda, decretação de falência da Emissora;
- (iv) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo legal, ressalvado o disposto nos itens 4.3.2.1 e 4.3.2.2 desta Escritura;
- (v) cessão pela Emissora, no todo ou em parte, de quaisquer direitos ou obrigações decorrentes desta Escritura e/ou dos demais Instrumentos de Reestruturação, sem anuência dos Debenturistas Signatários;
- (vi) alteração do Contrato CCRG que implique em alteração do fluxo dos Recebíveis CCRG (valores e/ou prazos);
- (vii) não cumprimento dos compromissos e obrigações listados no item 4.3 desta Escritura;
- (viii) descumprimento, pela Emissora ou pela Tupi, de toda e qualquer obrigação relevante decorrente desta Escritura, não prevista nos itens acima; e
- (ix) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação, que afete os Debenturistas Signatários.

4.2.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima, o Agente Fiduciário deverá (i) comunicar a Emissora, indicando o evento, para que sane a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias e (ii) convocar uma Assembleia de Debenturistas Signatários a realizar-se no 30º ou 31º dia após o recebimento pela Emissora da comunicação referida acima.

4.2.3.1. A Assembleia de Debenturistas Signatários prevista no item 4.2.3 acima poderá, desde que não convocada pelo Agente Fiduciário, também ser convocada pela Emissora ou por Debenturistas Signatários que representem 10% (dez por cento) das Debêntures Reestruturadas em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo.

4.2.3.2. Caso a Emissora não comprove o saneamento da inadimplência no prazo referido no item 4.2.3 acima, a Assembleia de Debenturistas Signatários poderá deliberar por declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das

Debêntures Reestruturadas, e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.2.4 abaixo, a menos que Debenturistas Signatários que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures Reestruturadas em circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Reestruturadas, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures Reestruturadas.

4.2.3.3. Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia de Debenturistas Signatários prevista no item 4.2.3 acima, por falta de quorum ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.2.3.2 acima, por Debenturistas Signatários que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures Reestruturadas em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures Reestruturadas, desde que não comprovado o saneamento da inadimplência no prazo previsto no item 4.2.3.

4.2.4. Pagamento na Ocorrência do Vencimento Antecipado

4.2.4.1. Na ocorrência do Vencimento Antecipado das Debêntures Reestruturadas, nos termos dos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures Reestruturadas em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Reestruturação, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, notadamente dos encargos moratórios, se houver, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, por meio de carta protocolada no endereço constante do item 4.5.2 desta Escritura de Emissão.

4.3. Obrigações Não Financeiras Adicionais da Emissora

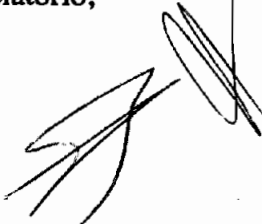
4.3.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se ainda, a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário:

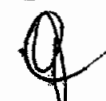
- (i) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, acrescido de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, e relatório contendo as informações necessárias para acompanhamento dos índices e limites financeiros e das garantias;

- (ii) após o término do primeiro semestre de cada exercício do social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo semestre, acrescido de declaração do diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, e relatório contendo as informações necessárias para acompanhamento dos índices e limites financeiros e das garantias;
 - (iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM nº 202/93"), nos prazos ali previstos;
 - (iv) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada, inclusive com relação à Tupi; e
 - (v) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.3.2, na mesma data em que ocorrerem.
- b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, devidamente auditadas;
- d) convocar, nos termos da Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão, Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela referida Autarquia;
- f) submeter, na forma da lei suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada perante a CVM;
- g) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

- h) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nos negócios da Emissora, nas condições financeiras, ou outras, que (i) possam impossibilitar ou dificultar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, e (ii) façam com que as Demonstrações Financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não reflitam a real condição financeira da Emissora;
- k) manter todos seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados;
- l) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- m) comunicar ao Agente Fiduciário a intenção de modificar a utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.12 acima, sendo certo que as modificações pretendidas devem ser previamente submetidas à aprovação dos Debenturistas;
- n) envidar seus melhores esforços para manter válidos e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- o) envidar seus melhores esforços para manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- p) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento, inclusive com relação a dívidas parceladas, de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- q) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- r) manter atualizado, pelo menos anualmente, o relatório de avaliação da oferta elaborado pela agência de classificação de risco, assim como permitir a ampla divulgação ao mercado do referido relatório;



GAN



s) não conceder garantias a terceiros que confirmem privilégios legais superiores aos outorgados aos Credores Signatários, salvo se houver complementação das garantias outorgadas aos Credores Signatários e anuência prévia e expressa do Comitê de Credores; e

t) não distribuir dividendos superiores aos mínimos legais, e fazer com que seus acionistas não autorizem a distribuição de dividendos superiores aos mínimos legais, e a reter dividendos e fazer com que seus acionistas autorizem a retenção dos dividendos, ressalvado o disposto nos subitens do item 4.3.2 desta Escritura;

u) dar publicidade sobre todos os atos que possam de qualquer forma afetar a dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas, devendo, inclusive, publicar fatos relevantes (a) sobre a assinatura deste dos Instrumentos de Reestruturação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da Data da Reestruturação, e (b) sobre a celebração de qualquer acordo ou fechamento de negócio que envolva as garantias outorgadas aos Credores, em especial os atos/negócios referidos nos itens 3.22.2 (iv), (v) e (vi), imediatamente após a sua ocorrência.

4.3.2. Além do previsto no item 4.2 (Vencimento Antecipado), as deliberações, pela Emissora e pela Tupi, das matérias a seguir relacionadas, deverão ser submetidas à prévia aprovação de um comitê formado pelos Credores Signatários ("Comitê de Credores"), sob pena de vencimento antecipado automático da totalidade dívida reestruturada dos Credores Signatários:

- a) Redução do capital social da CP Cimento para restituição aos acionistas;
- b) Alteração das regras de distribuição de lucros da CP Cimento ou da Tupi;
- c) Fusão, incorporação, cisão ou transformação da CP Cimento ou da Tupi em outro tipo societário, ressalvadas operações entre CP Cimento e Tupi, ou destas com suas controladas diretas e indiretas;
- d) Constituição e/ou participação da CP Cimento ou da Tupi de ~~em~~ ^{em} muitas sociedades que não sejam controladas direta ou indiretamente pela CP Cimento. Após o pagamento do saldo devedor não garantido pelos Recebíveis CCRG, esta matéria deixará de estar sujeita à aprovação do Comitê de Credores;
- e) Participação da CP Cimento ou da Tupi em outros empreendimentos e investimentos fora do curso normal dos negócios, ressalvados os já existentes. Após o pagamento do saldo devedor não garantido pelos

Recebíveis CCRG, esta matéria deixará de estar sujeita à aprovação do Comitê de Credores;

- f) Aquisição e alienação de bens do ativo permanente, pela CP Cimento ou Tupi, fora do curso normal dos negócios, de valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano, ressalvada a reposição e substituição de equipamentos e ressalvados os seguintes ativos e/ou participações societárias:
1. Terminal Marítimo situado no Porto de Sepetiba;
 2. S.A. Suape Granéis do Nordeste (ou seus ativos);
 3. Capuri Mineração Ltda. (ou seus ativos);
 4. MV Glenvine Ltd. (ou seus ativos);
 5. Imóveis relacionados à atividade do concreto;
 6. Imóveis e direitos minerários:
 - (i) Prudente de Moraes/MG - Fazenda Escrivânia;
 - (ii) Mossoró/RN - Sítios Sombras Grandes, Frei Damião e Frei Antonio;
 7. Fazenda Belmonte, localizada em Barra Mansa – RJ; e
 8. Fazenda Barão (Agropecuária Tupi Ltda.) – localizada em Ipiranga do Norte – MT;
- g) Assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos e outorga de garantias pela CP Cimento ou pela Tupi, a qualquer título, fora do curso normal dos negócios, de valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano, ressalvadas as hipóteses de assunção de novas obrigações para liquidação de obrigações existentes e/ou de contratação de novos empréstimos junto (i) a bancos de fomento e/ou desenvolvimento, (ii) organismos multilaterais e internacionais (i.e IFC e congêneres) ou (iii) outras instituições, desde que, em todas as hipóteses acima, aceitem subordinar seus créditos à Dívida Reestruturada;
- h) Celebração de contratos ou compromissos pela CP Cimento ou pela Tupi com os seus respectivos acionistas pessoas naturais ou com sociedades controladoras da CP Cimento;
- i) Dissolução e liquidação da CP Cimento ou da Tupi;
- j) Participação em grupo de sociedades; e
- k) Alteração do controle acionário da CP Cimento, em desacordo ao disposto no item 4.3.4 desta Escritura.

4.3.2.1. Caso a CP Cimento mantenha uma participação majoritária no Bloco de Controle da Tupi e realize o pagamento de 70% (setenta por cento) ou mais da dívida reestruturada dos Credores Signatários, (i) a CP Cimento poderá distribuir dividendos até o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado em cada período, (ii) as matérias previstas nos itens 4.3.2 (d), (e), (f) acima não mais estarão sujeitas à aprovação do Comitê de Credores e (iii) a matéria prevista no item 4.3.2 (g) passará a ter a seguinte redação:

“g) assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos e outorga de garantias pela CP Cimento ou pela Tupi, a qualquer título, fora do curso normal dos negócios, de valores superiores a R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) por ano, ressalvadas as hipóteses de assunção de novas obrigações para liquidação de obrigações existentes e/ou de contratação de novos empréstimos junto (i) a bancos de fomento e/ou desenvolvimento, (ii) organismos multilaterais e internacionais (i.e IFC e congêneres) ou (iii) outras instituições, desde que aceitem subordinar seus créditos à Dívida Reestruturada.”

4.3.2.2. No caso de a CP Cimento deixar de ter uma participação majoritária no Bloco de Controle da Tupi e realizar o pagamento de 70% (setenta por cento) ou mais da Dívida Reestruturada, estando incluído neste percentual a integralidade dos montantes da Dívida Reestruturada não garantidos pelos recebíveis do Contrato CCRG, (i) a CP Cimento poderá distribuir dividendos até o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado em cada período, (ii) as matérias previstas nos itens 4.3.2 (d), (e), (f) acima não mais estarão sujeitas à aprovação do Comitê de Credores e (iii) a matéria prevista no item 4.3.2 (g) passará a ter a seguinte redação:

“g) assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos e outorga de garantias pela CP Cimento ou pela Tupi, a qualquer título, fora do curso normal dos negócios, de valores superiores a R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) por ano, ressalvadas as hipóteses de assunção de novas obrigações para liquidação de obrigações existentes e/ou de contratação de novos empréstimos junto (i) a bancos de fomento e/ou desenvolvimento, (ii) organismos multilaterais e internacionais (i.e IFC e congêneres) ou (iii) outras instituições, desde que aceitem subordinar seus créditos à Dívida Reestruturada.”

4.3.2.3. A Emissora se compromete a não deliberar, e fazer com que seus acionistas controladores e administradores não deliberem, sobre as matérias sujeitas à aprovação prévia do Comitê de Credores, listadas neste item 4.3.2, ressalvadas as hipóteses de exclusão de tais matérias à aprovação do Comitê de Credores previstas em seus sub-

itens, sob pena de vencimento antecipado automático das Debêntures Reestruturadas, ressalvado o disposto nos itens 4.3.2.1 e 4.3.2.2 acima.

4.3.3. Os Debenturistas Signatários indicarão em Assembléia Geral, um debenturista ("Debenturista Indicado") que efetuará a representação dos Debenturistas Signatários no Comitê de Credores. O Agente Fiduciário deverá comparecer as Assembléias e Reuniões do Comitê de Credores em conjunto com o Debenturista Indicado.

4.3.4. A Santo Estevão, na qualidade de acionista controladora da CP Cimento, obrigou-se a não deixar de integrar o Bloco de Controle da Emissora até a quitação integral da dívida correspondente às Debêntures Reestruturadas, salvo com o consentimento do Comitê de Credores. Para fins deste Instrumento, entende-se como "Bloco de Controle" uma participação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação votante da Emissora, detida direta ou indiretamente, individualmente ou através de acordo de acionistas em que a Santo Estevão, direta ou indiretamente, detenha a maior porcentagem de participação no mencionado Bloco de Controle.

4.3.4.1. Fica desde já estabelecido que o descumprimento pela Santo Estevão da obrigação prevista no item anterior, implicará no vencimento antecipado da dívida correspondente às Debêntures Reestruturada.

4.4. Pagamentos

4.4.1. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao principal e Remuneração, a que fazem jus as Debêntures Reestruturadas, e eventuais encargos moratórios, serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures Reestruturadas registradas no SND, (b) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures Reestruturadas registradas no BOVESPA FIX sendo que, para os debenturistas que não estiverem vinculados a quaisquer dos referidos sistemas, os pagamentos referentes ao principal e Remuneração, a que fazem jus as Debêntures Reestruturadas, e eventuais encargos moratórios, serão efetuados por intermédio do Banco Mandatário.

4.4.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP e/ou pelo BOVESPA FIX, hipótese em

que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábados e domingos.

4.4.3. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo a impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures Reestruturadas, o débito em atraso ficará sujeito à multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, além de despesas incorridas para cobrança, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.4.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.4.3 acima, o não comparecimento do Debenturista Signatário para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias, relativas às Debêntures Reestruturadas devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração após a data do vencimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

4.4.5. Prazo de Subscrição e Integralização

As Debêntures Reestruturadas, observado o §3º, do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, foram subscritas e integralizadas dentro do prazo de distribuição pública concedido pela CVM.

4.5. Publicidade e Notificações

4.5.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão, ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Gazeta Mercantil, edição nacional, sem exceções.

4.5.2. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitas por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Oliveira Trust D.T.V.M. S.A.

Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Sala 205

Barra da Tijuca - 22640-100 Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2493-7003
At.: Sr. Juarez Dias Costa - Departamento de Agente Fiduciário

Para a EMISSORA:

CP Cimento e Participações S.A.
Av. Presidente Wilson, 231, 29º andar
Centro - 20030-905 Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (021) 2277-2000
At.: Sr. Demétrio José Costa Martins Simões

Para BANCO MANDATÁRIO:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n - Prédio Novíssimo, 3º andar
Vila Yara - 06029-900 Osasco / SP
Telefone: (11)3684-9215
At: Sr. Emilio Francisco Moraes

Para o AGENTE ESCRITURADOR:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n
Vila Yara - 06029-900 Osasco / SP
Telefone: (11) 3684-3749
At: José Donizetti de Oliveira

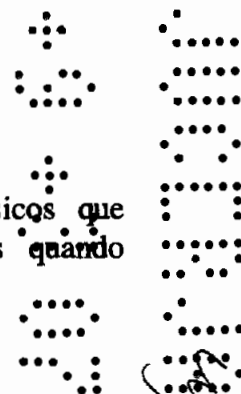
Para a CETIP:

CETIP- Câmara de Custódia e Liquidação
SND - Sistema Nacional de Debêntures
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar Centro - 01009-000 São Paulo / SP
Telefone: (11) 3111-1596

Para a CBLIC:

Praça de Novembro, nº 275
Centro-01013-001 São Paulo / SP
Telefone: (11) 3233-2178

4.5.2.1. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento".



4.5.3. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, excetuando-se as publicações dos anúncios de início e de encerramento da distribuição pública das Debêntures, que ocorrerão em conformidade com o artigo 25 da Instrução CVM nº 13/80, no jornal Gazeta Mercantil, deverão ser objeto de aviso mediante publicação no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, veículos em que a Emissora realiza as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, e aqueles estabelecidos nesta Escritura de Emissão, devendo a Emissora avisar, tempestivamente ao Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

CLÁUSULA QUINTA - AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, Oliveira Trust D.T.V.M. S/A, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

5.2. Declaração

O Agente Fiduciário nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, §3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo, integralmente, os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil; e

f) ter verificado, na Data da Emissão e na Data do Fechamento, a regularidade das garantias inerentes às Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

5.3. Deveres do Agente Fiduciário

Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça ou registre desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou equívocos de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das garantias inerentes às Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i) intimar a Emissora a reforçar a eventual garantia dada, se for o caso, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios

de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza sede ou estabelecimento principal da Emissora;

k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

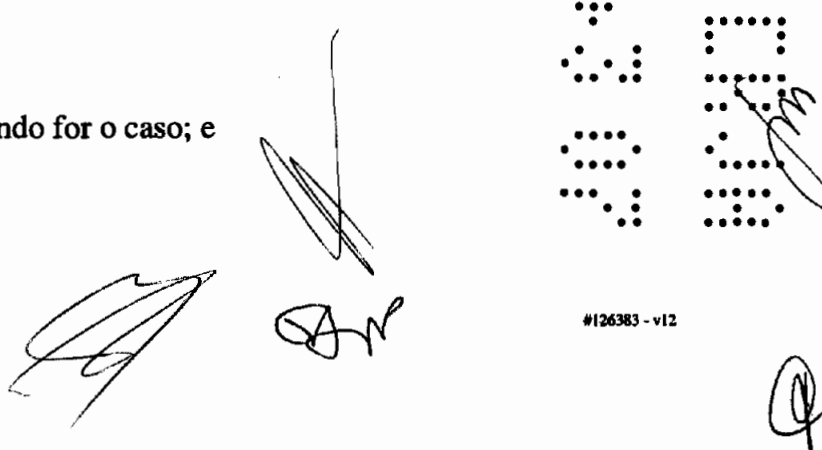
l) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 03 (três) vezes, na forma do item 4.5.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicações constantes desta Escritura de Emissão e da Lei nº 6.404/76;

m) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, inciso "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou equívoco, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias, na Emissora, ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização e pagamento de juros remuneratórios e *spread* das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) constituição e aplicações do fundo de amortização de Debêntures quando for o caso;
- (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio de Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos perante o administrador da Emissora;
- (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (xi) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão.
- o) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - (v) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- p) publicar, na forma do item 4.5.1 acima, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na letra "o" deste item;
- q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, a CETIP e/ou a CBLC, e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais;
- r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos e enviando comunicação de igual teor:
- (i) à CVM;
 - (ii) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e



The bottom right of the page contains several handwritten signatures and stamps. There are three distinct signatures in ink. To the right of the signatures, there are two vertical stamps, each consisting of a grid of dots. At the bottom right, there is a small circular stamp containing the text "#126383 - v12".

- (iii) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- t) No caso de inadimplemento da Emissora, de acordo com a Instrução CVM nº 28/83, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas devendo para tanto:
 - (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures Reestruturadas e cobrar os seus valores de principal e acessórios;
 - (ii) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial, dos Debenturistas;
 - (iii) requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;
 - (iv) tomar qualquer providência necessária para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - (v) representar os Debenturistas em processos de falência, recuperação judicial, liquidação judicial ou extrajudicial da Emissora

O Agente Fiduciário poderá exercer a atribuição prevista no subitem (i) acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, respeitando o estipulado no item 4.2 acima.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no subitem (i) a (iv) acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta não autorizar o vencimento antecipado das Debêntures Reestruturadas conforme o disposto no item 4.2.3.

- u) O Agente Fiduciário verificará a ocorrência de quaisquer das hipóteses dos eventos de vencimento antecipado determinados no item 4.2.1 e 4.2.2 desta Escritura de Emissão.

5.4. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, remuneração paga da seguinte forma:



- a) Parcelas trimestrais no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) cada, sendo a primeira devida na data de assinatura do Segundo Aditamento a Escritura de Emissão, e as seguintes no mesmo dia dos trimestres seguintes.
- b) Para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos debenturistas, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora;
- c) As remunerações previstas nos itens (a) e (b) acima serão devidas, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implementação de serviços até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;
- e) A remuneração não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, conforme descrito no item 5.6 abaixo. Não estão incluídas, igualmente, despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- f) Todas as despesas com procedimentos legais, em caso de inadimplência da Emissora, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Também estarão sujeitas ao reembolso, pela Emissora, as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;
- h) A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, de acordo com as alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- i) O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

5.5. Substituição

5.5.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo dos títulos em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, ou hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá a Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

5.5.2. A remuneração a ser distribuída pela Emissora ao eventual substituto do Agente Fiduciário será aquela a ser paga ao Agente Fiduciário nos termos da presente Escritura de Emissão.

5.5.3. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. A remuneração a ser distribuída ao eventual substituto do Agente Fiduciário pela Companhia não será, em nenhuma hipótese, inferior àquela a ser paga ao Agente Fiduciário, nos termos da presente Escritura.

5.5.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

5.5.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

5.5.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.5.7. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento desta Escritura de Emissão, devendo ser registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

5.5.8. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura de Emissão ou do eventual aditamento relativo à substituição do Agente Fiduciário, no caso do Agente Fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

5.5.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emitidos pela CVM.

5.6. Despesas do Agente Fiduciário

5.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 5.6 será efetuado em até 03 (três) dias úteis, e será depositado em conta-corrente a ser fornecida pelo Agente Fiduciário, após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessária a proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

5.6.3. As despesas a que se refere este item 5.6 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;

- c) eventuais levantamentos adicionais e especiais, ou perícias, que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- d) locomoções, entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

5.6.4. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 5.6, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, na forma do §5º, artigo 68, da Lei nº 6.404/76.

CLÁUSULA SEXTA - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

6.1. Os titulares das Debêntures Reestruturadas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas Signatários, nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que se aplicará à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

6.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas Signatários que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

6.3. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Debenturistas Signatários que representem metade, no mínimo, das Debêntures Reestruturadas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, e será considerada regularmente instalada, independentemente de convocação, a Assembléia de Debenturistas à qual estiver presente a totalidade dos titulares das Debêntures Reestruturadas em circulação.

6.3.1. Os Debenturistas Signatários poderão se fazer representar nas Assembléias de Debenturistas por seus representantes legais, ou por procuradores constituídos especialmente para esse fim, observado o disposto no artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, e as demais disposições legais aplicáveis.

6.4. As deliberações serão tomadas pelo voto de Debenturistas Signatários que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures Reestruturadas em circulação, conforme o disposto item 6.5 abaixo, à exceção dos casos em que quorum diverso for expressamente exigido, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.4.1. Se e quando a Emissora quiser alterar quaisquer das matérias elencadas nas alíneas (a), (b) e (c) abaixo, sem prejuízo dos demais casos previstos nesta Escritura de Emissão, dependerão de aprovação de Debenturistas Signatários que representem 100% (cem por cento) das Debêntures Reestruturadas em circulação, conforme o disposto no item 6.5 abaixo, as deliberações que versarem sobre as seguintes matérias:

- a) alteração das garantias referidas no item 3.22 acima;
- b) alteração nos prazos, termos e condições de pagamento das Debêntures Reestruturadas; e
- c) alteração em qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão.

6.5. Não serão computadas, para fins de (i) cálculo dos 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, (ii) aferição do quorum de instalação e, (iii) aferição do quorum de deliberação, as Debêntures Reestruturadas que se encontrarem na tesouraria da Emissora, ou que sejam de titularidade de suas coligadas e controladas, ou de seus controladores, diretores ou membros de seu Conselho de Administração.

6.6. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture Reestruturada em circulação terá direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, conforme o disposto no item 6.3.1 acima.

6.7. Será facultada a presença de representantes legais da Emissora nas Assembléias de Debenturistas.

6.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

6.9. As deliberações tomadas pelos Debenturistas Signatários, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures Reestruturadas em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembléia de Debenturistas.

CLÁUSULA SÉTIMA — DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas Signatários em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta

Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

7.2. As partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.

CLÁUSULA OITAVA — LEI APLICÁVEL E FORO

8.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

8.2. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1. O Segundo Aditamento à Escritura de Emissão será arquivado na JUCERJA.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2007

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

OLIVEIRA TRUST DTVM S/A.

Testemunhas:

1. 

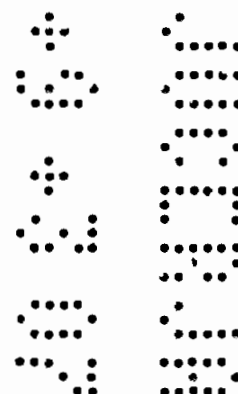
Nome: VALÉRIA G. M. SERRA

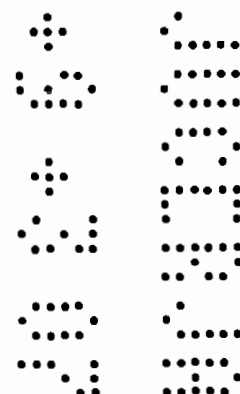
CPF: 806.761.547-00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S/A	
Nire: 33.3.0026321-7	
Protocolo: 00-2007/030544-7 - 08/03/2007	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 09/03/2007, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.	
ED33000019-4/001	
DATA: 09/03/2007	
Valéria G. M. Serra SECRETÁRIA GERAL	


ANEXOS:

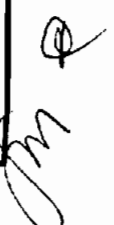
- Anexo 1: Relação dos Debenturistas Signatários
Anexo 2: Acordo Global de Reestruturação de Dívidas
Anexo 3: Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referentes aos Recebíveis CCRG)
Anexo 4: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referentes ao Faturamento Tupi)
Anexo 5: Contrato de Depósito em Conta Vinculada
Anexo 6: Contrato de Depósito em Conta de Cobrança
Anexo 7: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança
Anexo 8: Modelo de Hipoteca
Anexo 9: Modelo de Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios decorrentes de Alienação de Unidade de Concreto
Anexo 10: Modelo de Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios decorrentes de Alienação de Participação Acionária



2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO I****RELAÇÃO DOS DEBENTURISTAS SIGNATÁRIOS**


A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

Quantidade	Razão Social do Titular da Debenture	CNPJ	ENDEREÇO
7	BRADESCO FI MM ALBI	06.877.816/0001-84	 AV. PAULISTA, 1450, 6º ANDAR - SÃO PAULO/ SP CEP: 01310-917 - SEDE: Cidade de Deus, Vila Yara - S/Nº - Osasco / SP - CEP 06029-900
8	BRADESCO FI MULTIMERCADO ANDROMEDA	07.058.057/0001-90	
1	BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II	06.190.188/0001-64	
1	BRADESCO FI MM INFRAPREV ATUARIAL PLUS I	06.190.251/0001-62	
19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO	07.187.482/0001-80	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO MULTIPERFORMANCE	00.829.163/0001-81	
5	BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH	00.806.285/0001-52	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO DYNAMIC	01.549.381/0001-25	
29	BRAM FI RENDA FIXA TARGET	02.998.239/0001-28	
10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I	02.998.164/0001-85	
32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS	01.606.552/0001-00	
1	BRADESCO FI RENDA FIXA LONGO PRAZO YIELD	03.054.724/0001-06	
3	BRADESCO FI RENDA FIXA WINNER	03.443.809/0001-86	
12	BRADESCO FI RENDA FIXA ALFA	03.546.870/0001-59	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM	03.553.574/0001-85	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE	03.549.098/0001-29	
8	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA	03.958.682/0001-38	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL	04.244.510/0001-65	
69	BRADESCO FI RENDA FIXA TARGET I	02.335.944/0001-45	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO ENERGIA	03.149.243/0001-84	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II	04.841.576/0001-32	
7	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.841.657/0001-32	
5	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO ALOCAÇÃO	04.841.745/0001-34	
1	BRAM PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.875.006/0001-63	
1	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS	04.875.059/0001-84	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO BELGRADO	05.091.139/0001-01	
21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA	04.968.651/0001-20	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO BALL	05.222.502/0001-80	
3	FI RF DOURADO	04.052.631/0001-05	
5	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDARE	05.222.506/0001-69	AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 707, 14º ANDAR - SP - CEP: 04334-902
19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI	4.657.820/0001-01	
96	TOP RENDA FIXA MIX LONGO PRAZO FI	1.361.074/0001-16	
40	FLOOR RENDA FIXA FI	1.597.275/0001-17	
23	ITAU OASIS RENDA FIXA FI	1.606.549/0001-97	
10	ITAU PERFORMANCE RENDA FIXA FI	822.944/0001-44	





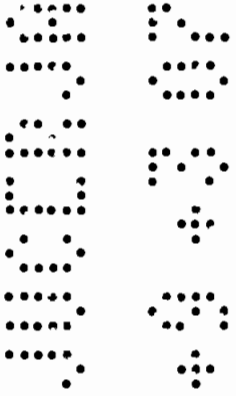
50	WestLB FTE II FI Multimercado	06.974.735/0001-00	Av. Eng.º Luís Carlos Bérthel, 716 - 8º andar, CEP: 04571-000
100	Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	Alameda Santos 466/4º andar São Paulo CEP: 01418-000
3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	05.066.595/0001-00	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
4	Bosch Brasil VI Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário	05.464.910/0001-49	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
3	Havertown Investments Holding LLC	05.623.307/0001-62	RUA VISCONDE DE PIRAJÁ 433, SLS. 804/805 CEP: 20410-003
5	CAJA PARAGAYA DE LA ITAIPU BIN	06.541.046/0001-02	Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar, São Paulo, Brasil
5	Morumbi Capital I, LLC	07.604.875/0001-41	Av. Brasil, 4.036 - 3 Andar - Mangueiras - RJ - 21040-361
5	Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social	28.954.717-0001-91	Av. Paulista, 1111 - 2º andar - parte - São Paulo - SP 11-4009-3936 c/c Avenida Presidente Wilson, 231/11º andar - CEP 20030-905 Centro - Rio de Janeiro
149	Fundo de Investimento em Desenvolvimento e Consolidação - Renda Fixa	04.885.571/0001-01	Praia de Botafogo 228 - 16º andar, parte - Botafogo- RJ
2	UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.841.638/0001-06	Travessa Oliveira Bello, 34 Centro - Palácio Avenida 1º andar - Curitiba/PR CEP: 80.020-030
100	HSBC FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA PERFORMANCE	06.077.638/0001-07	Av.: Brigadeiro Faria Lima, nº 3400 - 19º andar - Edifício Faria Lima Financial Center - Itaim Bibi
7	PARAÍBA DO SUL - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	04.667.988/0001-06	Al. Rio Negro 433, 7º andar - Barueri/ SP/06454-000
1	ITAPEMA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA.	05.584.616/0001-70	Rua Líbero Baduró, 425-23º andar. São Paulo-SP. Cep: 01009-905
25	Concórdia Master Fundo de Investimento Renda Fixa	03.913.067/0001-05	AV. BRIGADEIRO FARIA DE LIMA, 3729 - 8º ANDAR CEP: 04538-905
50	BES INVESTIMENTO DO BRASIL	34.111.187/001-12	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510 - 11º andar CEP: 04543-906
2	FIF BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND	05.642.617/0001-24	Avenida Almirante Barroso, 52, sala 3301, Rio de Janeiro Cep: 20031-000
7	ANCHOR FUNDO DE INVESTIMENTO	04.381.431/0001-04	
980	Total		

Quantidade	Razão Social do Titular da Debênture	CNPJ	ENDERECO
7	BRADESCO FI MM ALBI	06.877.816/0001-84	 AV. PAULISTA, 1450, 6º ANDAR - SÃO PAULO/ SP CEP: 01310-917 - SEDE: Cidade de Deus, Vila Yara - S/Nº - Osasco / SP - CEP 06029-900
8	BRADESCO FI MULTIMERCADO ANDROMEDA	07.058.057/0001-90	
1	BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II	06.190.188/0001-64	
1	BRADESCO FI MM INFRAPREV ATUARIAL PLUS I	06.190.251/0001-62	
19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO	07.187.482/0001-80	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO MULTIPERFORMANCE	00.829.163/0001-81	
5	BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH	00.806.285/0001-52	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO DYNAMIC	01.549.381/0001-25	
29	BRAM FI RENDA FIXA TARGET	02.998.239/0001-28	
10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I	02.998.164/0001-85	
32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS	01.606.552/0001-00	
1	BRADESCO FI RENDA FIXA LONGO PRAZO YIELD	03.054.724/0001-06	
3	BRADESCO FI RENDA FIXA WINNER	03.443.809/0001-86	
12	BRADESCO FI RENDA FIXA ALFA	03.546.870/0001-59	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM	03.553.574/0001-85	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE	03.549.098/0001-29	
8	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA	03.958.682/0001-38	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL	04.244.510/0001-65	
69	BRADESCO FI RENDA FIXA TARGET I	02.335.944/0001-45	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO ENERGIA	03.149.243/0001-84	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II	04.841.576/0001-32	
7	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.841.657/0001-32	
5	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO ALOCAÇÃO	04.841.745/0001-34	
1	BRAM PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.875.006/0001-63	
1	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS	04.875.059/0001-84	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO BELGRADO	05.091.139/0001-01	AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 707, 14º ANDAR - SP - CEP: 04334-902
21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA	04.968.651/0001-20	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO BALL	05.222.502/0001-80	
3	FI RF DOURADO	04.052.631/0001-05	
5	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDARE	05.222.506/0001-69	
19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI	4.657.820/0001-01	
96	TOP RENDA FIXA MIX LONGO PRAZO FI	1.361.074/0001-16	
40	FLOOR RENDA FIXA FI	1.597.275/0001-17	
23	ITAU OASIS RENDA FIXA FI	1.606.549/0001-97	
10	ITAU PERFORMANCE RENDA FIXA FI	822.944/0001-44	

50	WestLB FTE II FI Multimercado	06.974.735/0001-00	Av. Eng. Luís Carlos Berinini, 716 - 8º andar, CEP: 04571-000
100	Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	Alameda Santos 4001 4º andar - São Paulo CEP: 01418-000
3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	05.066.595/0001-00	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
4	Bosch Brasil VI Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário	05.464.910/0001-49	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
3	Havertown Investments Holding LLC	05.623.307/0001-62	RUA VISCONDE DE PIRAJÁ 433, SLS. 804/805 CEP: 20410-003
5	CAJA PARAGAYA DE LA ITAIPU BIN	06.541.046/0001-02	Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar, São Paulo, Brasil
5	Morumbi Capital I, LLC	07.604.875/0001-41	Av. Brasil, 4.036 - 3 Andar - Mangueiras - RJ - 21040-361
5	Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social	28.954.717-0001-91	Av. Paulista, 1111 - 2º andar - parte - São Paulo - SP 11-4009-3936 c/c Avenida Presidente Wilson, 231/11º andar - CEP 20030-905 Centro - Rio de Janeiro
149	Fundo de Investimento em Desenvolvimento e Consolidação - Renda Fixa	04.885.571/0001-01	Praia de Botafogo 228 - 16º andar, parte - Botafogo - RJ
2	UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.841.638/0001-06	Travessa Oliveira Bello, 34 Centro - Palácio Avenida 1º andar - Curitiba/PR CEP: 80.020-030
100	HSBC FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA PERFORMANCE	06.077.638/0001-07	Av.: Brigadeiro Faria Lima, nº 3400 - 19º andar - Edifício Faria Lima Financial Center - Itaim Bibi
7	PARAIBA DO SUL - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	04.667.988/0001-06	Al. Rio Negro 433, 7º andar - Barueri/ SP/06454-000
1	ITAPEMA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA.	05.584.616/0001-70	Rua Libero Badaró, 425-23º andar. São Paulo-SP. Cep: 01009-905
25	Concórdia Master Fundo de Investimento Renda Fixa	03.913.067/0001-05	AV. BRIGADEIRO FARIA DE LIMA, 3729 - 8º ANDAR CEP: 04538-905
50	BES INVESTIMENTO DO BRASIL	34.111.187/001-12	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510 - 11º andar CEP: 04543-906
2	FIF BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND	05.642.617/0001-24	Avenida Almirante Barroso, 52, sala 3301, Rio de Janeiro Cep: 20031-000
7	ANCHOR FUNDO DE INVESTIMENTO	04.381.431/0001-04	
980	Total		

Handwritten signature

#126383 - v12



ACORDO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS

ANEXO II

2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

ACORDO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS

CELEBRADO ENTRE

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CIMENTO TUPI S.A.

E

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

BANCO BRADESCO S.A.

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

DATADO DE 05 DE MARÇO DE 2007

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

ÍNDICE DE DEFINIÇÕES

TERMO	ITEM
"1º Aditamento à Escritura"	Considerando "M"
"2ª Emissão"	Preâmbulo
"ABC"	Preâmbulo
"ABN Real"	Preâmbulo
"Acordo"	Preâmbulo
"Acordo Global de Reestruturação de Dívida"	Preâmbulo
"Agente Centralizador"	Preâmbulo
"Agente de Custódia"	7.2
"Agente de Garantia"	Considerando "R"
"Agente Fiduciário"	Preâmbulo
"Agente de Pagamento"	Considerando "R"
"Alfa"	Preâmbulo
"Amortização Antecipada"	4.5.2
"Amortização Extraordinária"	4.5.1 (c)
"Amortização Final"	4.5.1 (d)
"Amortização Inicial"	4.5.1 (a)
"Amortização Intermediária"	4.5.1 (b)
"Aporte"	5.2
"Banco Mandatário"	4.5.1 (b.2)
"Bancos"	Preâmbulo
"Bloco de Controle"	8.1
"Bradesco"	Preâmbulo
"CAL"	Considerando "T"
"CCBs"	5.1
"CCRG"	Considerando "T"
"Comitê de Credores"	2.1
"Condições Suspensivas"	1.2
"Conta de Cobrança"	7.2
"Conta Vinculada"	7.1
"Contrato CCRG"	Considerando "T"
"Contrato de Depósito em Conta de Cobrança"	7.2
"Contrato de Depósito em Conta Vinculada"	7.1
"Contrato de Penhor"	Considerando "H"
"CP Cimento"	Preâmbulo
"Credores"	Considerando "A"
"Credores Brasileiros"	Preâmbulo
"Data do Fechamento"	1.2.1

"Data de Reestruturação"	3.4
"Debêntures"	Preâmbulo
"Debêntures Reestruturadas"	Preâmbulo
"Debêntures Vencidas"	Preâmbulo
"Debenturistas"	Preâmbulo
"Debenturistas Signatários"	Preâmbulo
"Devedora"	Preâmbulo
"Dívida Reestruturada"	Considerando "B"
"Empréstimos CP Cimento"	Considerando "B"
"Empréstimos Tupi"	Considerando "B"
"Escritura"	Preâmbulo
"Execução"	Considerando "G"
"Hipoteca"	4.10 (iii)
"Instrumento de Acordo"	Considerando "H"
"Instrumentos das Notes"	3.2 (i)
"Instrumentos de Reestruturação"	3.2
"Itaú BBA"	Preâmbulo
"Memorando"	Considerando "J"
"Metade da Alienação Tupi"	4.10 (v)
"Notes"	Considerando "A"
"Noteholders"	Considerando "A"
"Notificação CAL"	3.2 (iv)
"Novos Empréstimos"	5.1
"Oliveira Trust"	Preâmbulo
"Partes"	Preâmbulo
"Polo"	Preâmbulo
"Recebíveis CCRG"	4.10 (i)
"Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto"	4.10 (iv)
"Recebíveis Faturamento Tupi"	4.10 (ii)
"Santo Estevão"	Preâmbulo
"Segundo Aditamento à Escritura"	6.1
"Termo de Liberação"	3.2 (vii)
"Tupi"	Preâmbulo
"Unibanco"	Preâmbulo
"Votorantim"	Considerando "F"

RELAÇÃO DE ANEXOS

- Anexo 1: Relação dos Debenturistas Signatários
- Anexo 2: AGD realizada em 17 de janeiro de 2007
- Anexo 3: *Notice of Adjourned Meeting of Noteholders* e demais instrumentos inerentes às Notes
- Anexo 4: Minutas de cada uma das CCBs - Cédulas de Crédito Bancário
- Anexo 5: Minuta do Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento
- Anexo 6: Minuta do Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG) e minuta da Notificação CAL
- Anexo 7: Minuta do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento Tupi)
- Anexo 8: Minuta do Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Contrato de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da CCRG"
- Anexo 9: Termo de Liberação (Polo) e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pelo Polo com concordância da CP Cimento
- Anexo 10: Minuta do Contrato de Depósito em Conta Vinculada
- Anexo 11: Minuta do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança
- Anexo 12: Minuta do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança
- Anexo 13: Minuta de Petição de Desistência da Execução, nº 2006.001.129696-3
- Anexo 14: Modelo de Hipoteca
- Anexo 15: Modelo de Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios decorrentes de Alienação de Unidade de Concreto
- Anexo 16: Modelo de Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios decorrentes de Alienação de Participação Acionária
- Anexo 17: Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Tupi de 13 de fevereiro de 2007

ÍNDICE

ÍNDICE DE DEFINIÇÕES	2
RELAÇÃO DE ANEXOS:.....	4
CLÁUSULA I - OBJETO E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS	12
CLÁUSULA II - O COMITÊ DE CREDORES	14
CLÁUSULA III - INSTRUMENTOS DE REESTRUTURAÇÃO	18
CLÁUSULA IV - TERMOS E CONDIÇÕES DA DÍVIDA REESTRUTURADA	20
CLÁUSULA V - NOVOS EMPRÉSTIMOS	31
CLÁUSULA VI - ADITAMENTO À ESCRITURA DE DEBÊNTURES REESTRUTURADAS	31
CLÁUSULA VII - CONTA VINCULADA E CONTA DE COBRANÇA.....	32
CLÁUSULA VIII - MANUTENÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO	34
CLÁUSULA IX - VENCIMENTO ANTECIPADO	34
CLÁUSULA X - QUITAÇÃO.....	36
CLÁUSULA XI - COMUNICAÇÕES	36
CLÁUSULA XII - COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA	36
CLÁUSULA XIII - COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DOS CREDORES BRASILEIROS	38
CLÁUSULA XIV - DECLARAÇÕES E GARANTIAS	38
CLÁUSULA XV - VIGÊNCIA	39
CLÁUSULA XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	39

ACORDO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "CP Cimento" ou "Devedora"; e

II. **CIMENTO TUPI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.039.223/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Tupi".

E de outro,

III. **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Eusébio Matoso, nº 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Unibanco";

IV. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Itaú BBA";

V. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Vila Jara, s/n, Prédio Amarelo velho, Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Bradesco";

VI. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista, 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABN Real";

VII. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos, nº 466 - Cerqueira César, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Alfa";

VIII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABC";

todos os bancos acima descritos, em conjunto, doravante designados simplesmente "Bancos"; e

IX. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, doravante designada "Agente Fiduciário" ou "Oliveira Trust", na qualidade de Agente Fiduciário das sociedades descritas e qualificadas no Anexo 1 ("Debenturistas Signatários"), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures ("Debêntures Reestruturadas") emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 ("2ª Emissão"), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (doravante referidos em conjunto como "Escritura");

Os Bancos e os Debenturistas Signatários em conjunto doravante designados "Credores Brasileiros";

Os Credores Brasileiros, a CP Cimento e a Tupi, em conjunto, doravante designados como "Partes".

E, ainda, na qualidade de Agente Centralizador,

X. **BANCO J.P. MORGAN S.A.**, instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 33.172.537/0001-98 ("Agente Centralizador");

E, ainda, como interveniente anuente:

XI. **SANTO ESTEVÃO MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade com sede no Sítio Cristal, na Estrada dos Bagres s/nº, no Município de Quatis, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.227.016/0001-44, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Santo Estevão";

Para fins deste Instrumento, as debêntures de titularidade dos Debenturistas Signatários – representativas de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão – serão doravante denominadas “Debêntures Reestruturadas” e as debêntures de titularidade do Polo Fundo de Investimento em Ações, fundo de investimento inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.914.903/0001-27 (“Polo”) – representativas de 2% (dois por cento) das debêntures da 2ª Emissão – serão denominadas “Debêntures Vencidas”. As debêntures representativas de 100% (cem por cento) da 2ª Emissão, incluindo as Debêntures Reestruturadas e as Debêntures Vencidas, serão denominadas simplesmente “Debêntures”.

Polo, titular de 2% (dois por cento) das debêntures da 2ª Emissão, e os Debenturistas Signatários serão denominados em conjunto “Debenturistas”.

CONSIDERANDO QUE:

A) A CP Cimento e a Tupi contraíram dívidas junto aos Credores Brasileiros, e dívida junto aos titulares de *fixed rate notes* (“Notes”) (os “Noteholders”, e em conjunto com os Credores Brasileiros, doravante designados simplesmente “Credores”), que se encontram vencidas;

B) Na Data da Reestruturação, a dívida total da CP Cimento perante os Credores Brasileiros, incluindo a dívida da Tupi que é nesta data assumida pela CP Cimento, conforme aqui previsto, totaliza R\$ 319.569.771,79 (trezentos e dezenove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos) e perante os Noteholders totaliza US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares), conforme descrita nos itens (a) e (b) abaixo (coletivamente a “Dívida Reestruturada”):

(a) O endividamento da CP Cimento totaliza R\$ 134.510.230,33, em Empréstimos CP e Debêntures Reestruturadas, e US\$ 32.421.360,00 em Notes, dividido em:	
UNIBANCO	R\$ 10.472.427,65
BRADESCO	R\$ 11.858.221,88 (o empréstimo do Unibanco e o empréstimo do Bradesco serão doravante designados como “ <u>Empréstimos CP Cimento</u> ”)
DEBÊNTURES REESTRUTURADAS	R\$ 112.179.580,80
NOTES	US\$ 32.421.360,00
(b) O endividamento da TUPI (“ <u>Empréstimos Tupi</u> ”) totaliza R\$ 185.059.541,46, divididos em:	
UNIBANCO	R\$ 74.659.613,97
ITAÚ BBA	R\$ 44.779.369,69
BRADESCO	R\$ 12.938.067,19
ABN REAL	R\$ 28.967.414,11

ALFA	R\$ 9.594.403,12
ABC BRASIL	R\$ 14.120.673,38

- C) Após a implementação das Condições Suspensivas previstas no item 1.2, não existirá qualquer outro valor, seja de principal, juros, multas ou demais encargos, devidos pela CP Cimento e/ou Tupi aos Credores Brasileiros além da Dívida Reestruturada;
- D) CP Cimento, Tupi e Credores Brasileiros acordaram, de mútuo e comum acordo, reestruturar o perfil das respectivas dívidas existentes, com o objetivo de alterar e novar as suas condições e características para outras que possam ser aplicadas de maneira uniforme para todos os instrumentos de dívida celebrados pela CP Cimento e Tupi perante cada um dos Credores, respeitadas as formalidades e particularidades inerentes a cada instrumento de dívida;
- E) Em 01 de outubro de 2006, data do vencimento final da 2ª Emissão, a CP Cimento não honrou com o pagamento devido aos Debenturistas, sendo, em 27 de setembro, instaurada Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD"), que foi suspensa e reaberta em 29 de setembro de 2006, para deliberar sobre a proposta da CP Cimento de prorrogar o vencimento final das debêntures por 60 (sessenta) dias. Não foi atingido o quorum necessário para tal deliberação, tendo sido, portanto, rejeitada a proposta;
- F) Em 02 de outubro de 2006, em AGD, os debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures, deliberaram contratar o escritório Wald e Associados Advogados para tomar as medidas judiciais para cobrança da CP Cimento e autorizar o Agente Fiduciário a notificar a CP Cimento para pagamento dos valores devidos, bloquear as Debêntures para negociação na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação e a CBLC – Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia, notificar a CVM – Comissão de Valores Mobiliários sobre a inadimplência da CP Cimento e tomar todas as demais medidas previstas na Escritura;
- G) Em 05 de outubro de 2006, foi ajuizada ação de execução em face da CP Cimento - Execução nº 2006.001.129696-3 ("Execução"). No dia 18 de outubro, a CP Cimento indicou bens à penhora, quais sejam, parte de ações emitidas pela CCRG de titularidade da CP Cimento, não tendo até hoje sido lavrado o respectivo auto de penhora;
- H) Em 06 de novembro de 2006, de acordo com a aprovação de 100% (cem por cento) dos Debenturistas na AGD realizada em 30 de outubro de 2006, a CP Cimento e a Oliveira Trust, na qualidade de agente fiduciário representando os titulares das Debêntures, firmaram o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças ("Instrumento de Acordo") e o Contrato de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais de emissão da Companhia de Cimento de Ribeirão Grande ("Contrato");

de Penhor”), com o objetivo de estabelecer certas garantias em favor dos Debenturistas. Nos termos do Acordo, a Execução foi suspensa pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 08 de novembro de 2006, para negociações envolvendo o plano de reestruturação das dívidas da CP Cimento e da Tupi;

I) Como parte de seu processo de reestruturação, foi celebrado em 27 de novembro de 2006, Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato CCRG”) entre a CP Cimento e CAL Itáú Participações S.A. (“CAL”), companhia integralmente controlada pela Votorantim Participações S.A. (“Votorantim”). Nos termos do Contrato CCRG, a CAL obrigou-se a adquirir a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia de Cimento Ribeirão Grande (“CCRG”) detidas pela CP Cimento, pelo preço global de R\$ 425.375.976,40 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), a ser pago pela CAL, devidamente corrigido nos termos daquele instrumento, ao longo de seis anos contados do fechamento da operação. O pagamento do preço pela CAL é garantido, de forma integral, pela Votorantim;

J) Em 28 de dezembro, foi celebrado o Memorando de Intenções (“Memorando”), com autorização dos Debenturistas Signatários (conforme definido no preâmbulo), ratificada em reunião realizada em 03 de janeiro de 2007, entre a CP Cimento, a Tupi, os Bancos e os Debenturistas Signatários, pelo qual foi formalizada a intenção das Partes de alterar e novar as condições e características originais das dívidas para outras que possam ser aplicadas de maneira uniforme, respeitadas as formalidades inerentes a cada instrumento de dívida. O Memorando foi aditado em 15 de fevereiro de 2007;

K) O único titular de Debêntures a não aderir ao plano de reestruturação nos termos do Memorando, o Polo, titular de 2% (dois por cento) das debêntures da 2ª Emissão, celebrou com a Devedora, também em 28 de dezembro de 2006, o Termo de Liberação, pelo qual se obrigou a celebrar os distratos do Instrumento de Acordo e do Contrato de Penhor, com o objetivo de desonerar as ações de emissão da CCRG empenhadas em favor dos Debenturistas por força desses instrumentos, assim como concordar com a novação dos créditos dos Debenturistas Signatários, de modo a refletir o disposto no Memorando, desde que permanecessem vencidas as debêntures de sua titularidade (conforme definido no Prêambulo, as “Debêntures Vencidas”).

L) Em AGD realizada em 17 de janeiro de 2007 (Anexo 2), os Debenturistas Signatários aprovaram por unanimidade a reestruturação financeira e, conseqüentemente, a novação dos créditos referentes a 980 (novecentas e oitenta) debêntures, correspondentes a 98% (noventa e oito por cento) das Debêntures (como definido no Prêambulo, as “Debêntures Reestruturadas”), de forma a refletir os termos do Memorando, permanecendo, desta forma, apenas vencidas as 20 (vinte) debêntures correspondentes a 2% (dois por cento) da emissão, de propriedade do

Polo;

M) O debenturista Polo compareceu à AGD de 17 de janeiro de 2007 e expressamente declarou que nada tem a opor à celebração, pelos Debenturistas Signatários, do Memorando e aprovou a novação das Debêntures Reestruturadas, devendo permanecer suas debêntures vencidas, com as características e condições previstas no 1º Aditamento à Escritura celebrado em 04 de novembro de 2003 ("1º Aditamento à Escritura");

N) Na referida AGD realizada em 17 de janeiro de 2007, outorgou-se, ainda, poderes ao Agente Fiduciário para que este firmasse, representando os Debenturistas Signatários, todos os outros instrumentos e praticasse todos os atos úteis ou necessários para refletir os termos e condições do Memorando;

O) De forma a garantir a Execução, em 23 de janeiro de 2007, a CP Cimento depositou judicialmente no âmbito da Execução, o valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), manifestando, perante os Credores, o seu propósito de se opor à Execução, utilizando-se de todos os meios de defesa juridicamente possíveis, mediante a oposição de embargos e/ou todo e qualquer outro recurso ou incidente processual cabível, nos prazos e procedimentos legais, sendo certo que os Credores Brasileiros, especialmente os Debenturistas Signatários, tiveram ciência dos atos ocorridos na Execução, inclusive do depósito feito com o objetivo de garantir o juízo;

P) Sujeito à implementação das Condições Suspensivas previstas no item 1.2, os Debenturistas Signatários se comprometem a desistir da Execução na forma do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, sendo certo que cada parte da Execução (Debenturistas Signatários e CP Cimento) deverá arcar com as suas próprias custas e honorários sucumbenciais, permanecendo no pólo ativo da Execução apenas o Polo;

Q) Houve a aprovação de alterações às Notes para refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada previstos neste Acordo e nos demais Instrumentos de Reestruturação, conforme Anexo 3;

R) O Banco J.P. Morgan S.A., além de ser o Agente Centralizador, foi nomeado para representar os interesses dos Noteholders nos instrumentos de garantia anexos a este Acordo ("Agente de Garantia"), sendo certo que o J.P. Morgan Trust Bank Ltd. é o agente de pagamento relativo aos Noteholders - *Principal Paying Agent* ("Agente de Pagamento");

S) Nos termos estabelecidos no Memorando, os Bancos concordaram em conceder Novos Empréstimos em favor da CP Cimento com destinação específica e até o limite necessário para quitar os Empréstimos Tupi;

T) Os Credores Brasileiros reconhecem que a Tupi concordou em celebrar o presente Acordo única e exclusivamente para quitação dos Empréstimos Tupi e tornar-se, a partir de então, terceira garantidora para prestar as garantias que lhe cabem, conforme expressamente previsto neste Acordo, não sendo responsável pela Dívida Reestruturada além do montante que vier a ser liquidado através da excussão das referidas garantias;

U) Em 13 de fevereiro de 2007, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Tupi, o aumento de seu capital social em montante de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) (Anexo 17);

V) Todos os Credores Brasileiros estão devidamente autorizados a celebrar o presente Acordo e os demais Instrumentos da Reestruturação; e

X) As Partes desejam, pelo presente instrumento e sujeito à implementação das Condições Suspensivas previstas no item 1.2, formalizar de maneira definitiva os entendimentos havidos entre elas até a presente data, assim como formalizar os Instrumentos de Reestruturação descritos na cláusula 3.2 abaixo para implementação do plano de reestruturação das dívidas originais da CP Cimento e da Tupi.

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "Acordo Global de Reestruturação de Dívida" ("Acordo"), que substitui o Memorando e todos os demais entendimentos existentes e constitui parte integrante dos Instrumentos de Reestruturação, nos termos e condições abaixo definidos.

CLÁUSULA I - OBJETO E CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

1.1. Constitui objeto do presente Instrumento a formalização dos termos e condições gerais da Dívida Reestruturada, a ser regulada por este Instrumento e pelos demais Instrumentos de Reestruturação.

1.2. As Partes acordam que a eficácia deste Acordo, ressalvado o disposto no item 1.3 abaixo, está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil, aos seguintes eventos, a ocorrerem até o dia 30 de março de 2007: (i) registro do Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG) – Anexo 6, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco; (ii) expressa ciência pela CAL e da Votorantim da Notificação CAL, conforme definido no item 3.2 – Anexo 6; (iii) registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi) – Anexo 7, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco e efetivação do depósito dos Recebíveis do Faturamento Tupi na Conta de Cobrança; (iv) registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da

Conta de Cobrança – Anexo 12, nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco; e (v) registro das Cédulas de Crédito Bancário, no cartório de Registro de Títulos e Documentos das comarcas da sede do respectivo Banco e da CP Cimento (em conjunto, “Condições Suspensivas”). As Partes concordam que (i) o Anexo 3 a este Acordo não será levado a registro, seja em Cartório de Títulos e Documentos, Junta Comercial ou perante qualquer outro cartório e/ou registro; e (ii) os Anexos a este Acordo serão levados a registro sem os seus respectivos anexos.

1.2.1. Imediatamente após a implementação de todas as Condições Suspensivas, a CP Cimento enviará aos Credores Brasileiros, ao Agente Fiduciário e ao Agente de Garantia comunicação, acompanhada das cópias registradas dos documentos referidos nos itens (i), (iii), (iv) e (v) do parágrafo acima, comprovante do depósito dos Recebíveis do Faturamento Tupi na Conta de Cobrança, e cópia da Notificação CAL com a expressa ciência da CAL e da Votorantim referida no item (ii) do parágrafo acima, informando data, horário e local para a efetivação dos atos listados abaixo e colocando à disposição no local do fechamento as vias originais dos documentos referidos nos itens (i), (iii), (iv) e (v) do parágrafo acima (“Data do Fechamento”).

1.2.2. A Data do Fechamento não poderá ocorrer antes de 2 (dois) dias úteis após o recebimento da comunicação referida no item 1.2.1 acima e não poderá ocorrer após 30 de março de 2007, salvo se de outra forma acordado por escrito entre as Partes.

1.2.3. Na Data do Fechamento:

- (i) Os Bancos concederão os Novos Empréstimos, conforme estabelecido na Cláusula V deste Acordo, exclusivamente mediante (a) o efetivo recebimento das vias originais das respectivas CCBs, devidamente registradas nos cartórios indicados no item 1.2.1 acima; e (b) a prévia entrega pela CP Cimento ao respectivo Banco de cartas autorizando a débito nas contas correntes junto a cada um dos Bancos, o valor do crédito da respectiva CCB (descontada a CPMF) para remessa a favor de conta corrente da Tupi na mesma instituição e, também de carta da Tupi endereçada ao respectivo Banco, requerendo a transferência dos recursos que estiver recebendo da CP Cimento, a favor do Banco credor (descontada a CPMF), para fins de liquidação de suas obrigações. Tais cartas deverão ser emitidas pela CP Cimento e Tupi, conforme o caso, e assinadas por seus representantes legais ou procuradores, devidamente investidos em seus respectivos poderes;
- (ii) A CP Cimento utilizará integralmente o valor líquido dos Novos Empréstimos para realizar o Aporte;

- (iii) O Agente Fiduciário e a CP Cimento celebrarão o Instrumento de Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Contrato de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG" (Anexo 8) e a Petição de Desistência da Execução (Anexo 13); e
- (iv) A CP Cimento disponibilizará as vias originais dos documentos referidos nos itens (i), (iii), (iv) e (v) do item 1.2 acima.

1.3. Até a implementação de todas as Condições Suspensivas, os Credores Brasileiros se obrigam, de forma irrevogável e irretratável, a não iniciar ou continuar com qualquer ato de cobrança, judicial ou extrajudicial, ou de qualquer forma exigir ou reclamar, quaisquer dívidas ou valores existentes contra a Tupi e/ou a CP Cimento e/ou contra quaisquer garantidores de tais dívidas ou valores, sendo que, contudo, se todas as mesmas Condições Suspensivas não vierem a se implementar até 30 de março de 2007 as dívidas não estarão reestruturadas e, conseqüentemente, os Credores Brasileiros estarão livres para exercer seus direitos de cobrança/execução da dívida original.

CLÁUSULA II - O COMITÊ DE CREDITORES

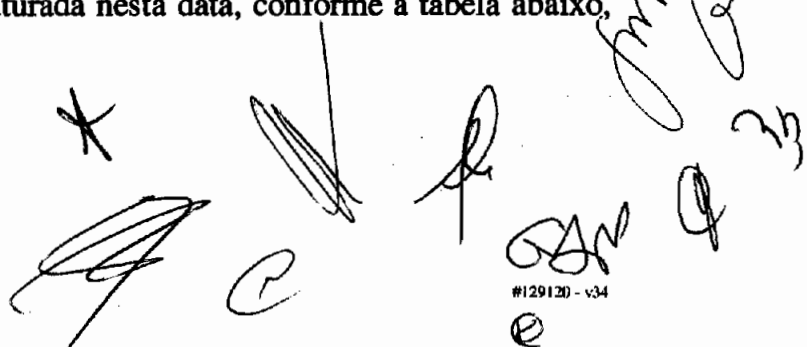
2.1. Os Credores constituirão um comitê de credores ("Comitê de Credores"), o qual deverá obedecer aos termos desta Cláusula e outros que venham a ser acordados entre eles, contanto que não sejam conflitantes com este Acordo.

2.1.1. Os Noteholders não nomearão membros para o Comitê de Credores, mas a manifestação dos Noteholders a respeito das matérias submetidas à sua apreciação será necessariamente considerada e os votos computados na proporção da parcela de sua respectiva Dívida Reestruturada conforme mencionada no item 2.4 abaixo.

2.2. O Comitê de Credores elegerá, entre seus membros, um Presidente, que coordenará as Reuniões, receberá da Devedora e enviará à Devedora notificações, comunicações, informações e/ou decisões relacionadas às matérias de sua competência, notadamente as matérias previstas nos itens 2.10 e 9.3 deste Acordo.

2.3. Os Credores Brasileiros deverão informar prontamente à Devedora o nome e qualificação do Presidente do Comitê de Credores em exercício.

2.4. Cada Credor terá o direito de voto correspondente à sua respectiva participação no total da Dívida Reestruturada nesta data, conforme a tabela abaixo, observado o disposto no item 2.9:



Credores	Número de votos
Unibanco	21,89 %
Itaú BBA	11,50 %
Bradesco	6,36 %
ABN Real	7,47 %
Alfa	2,47 %
ABC	3,63 %
Debêntures Reestruturadas	28,70 %
Noteholders	17,98 %
Total	100,00 %

2.4.1. Caso a reunião do Comitê de Credores ocorra por convocação de seu Presidente ou por solicitação de qualquer um dos Credores Brasileiros, o Presidente informará tempestivamente a CP Cimento e o Agente Fiduciário, incluindo a "pauta da reunião" para que a CP Cimento e o Agente Fiduciário possam tomar as providências necessárias de convocação das assembleias de Noteholders, nos termos previstos nos Instrumentos das Notes e de Debenturistas Signatários, nos termos previstos no Segundo Aditamento à Escritura de Emissão, conforme o caso. Caso a reunião do Comitê de Credores ocorra por convocação da CP Cimento, esta se obriga a tempestivamente tomar as providências necessárias de convocação das assembleias de Noteholders, nos termos previstos nos Instrumentos das Notes e de Debenturistas Signatários, nos termos previstos na Escritura.

2.4.2. As convocações para as reuniões do Comitê de Credores deverão respeitar o prazo de antecedência mínimo de 20 (vinte) dias, sejam elas feitas pelo Presidente ou por solicitação de qualquer um dos Credores Brasileiros ou pela CP Cimento, observado o disposto no item 2.7 abaixo.

2.5. A abstenção, ausência ou não manifestação de qualquer membro do Comitê de Credores ou a não manifestação dos Noteholders implicará na desconsideração dos respectivos votos para fins do quorum previsto no item 2.9 abaixo.

2.6. As deliberações do Comitê de Credores somente serão válidas se tomadas nos termos deste Acordo, não podendo os itens desta Cláusula II serem alterados sem a expressa anuência de todos os Credores Brasileiros, da CP Cimento e de deliberação válida dos Noteholders nesse sentido, conforme disposto nos Instrumentos das Notes.

2.7. As reuniões do Comitê de Credores poderão ser convocadas pela CP Cimento, sempre que se faça necessária a deliberação do Comitê de Credores para a realização de atos relacionados unicamente no item 2.10. Nestes casos, a data de realização da reunião do Comitê de Credores não poderá exceder 30 (trinta) dias da

convocação pela CP Cimento, que deverá ser acompanhada de todos os documentos necessários para a deliberação.

2.8. As reuniões do Comitê de Credores serão instaladas em primeira convocação desde que presentes Credores (ou desde que haja manifestação de votos dos Credores por escrito) representando 70% (setenta por cento) do montante total da Dívida Reestruturada e, em segunda convocação, a ocorrer 1h (uma hora) após a primeira convocação, com Credores (ou desde que haja manifestação de votos dos Credores por escrito) representando qualquer percentual da Dívida Reestruturada.

2.9. Qualquer deliberação do Comitê de Credores deverá ser aprovada por Credores representando no mínimo 70% (setenta por cento) do montante da Dívida Reestruturada representada na reunião.

2.9.1. Para fins de cálculo da dívida representada na reunião, será considerado o percentual de voto dos Credores previsto no item 2.4 acima, seja em primeira ou segunda convocação, devendo a decisão tomada pelos Noteholders e informada ao Presidente do Comitê de Credores e os votos dos demais Credores manifestados por escrito serem computados, desde que recebidos pelo Presidente até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para a reunião.

2.10. Além do previsto na Cláusula IX deste Acordo (Vencimento Antecipado), as deliberações, pela Devedora e pela Tupi, das matérias a seguir relacionadas, deverão ser submetidas à prévia aprovação do Comitê de Credores, sob pena de vencimento antecipado da totalidade da Dívida Reestruturada:

- a) Redução do capital social da CP Cimento para restituição aos acionistas;
- b) Alteração das regras de distribuição de lucros da CP Cimento ou da Tupi;
- c) Fusão, incorporação, cisão ou transformação da CP Cimento ou da Tupi em outro tipo societário, ressalvadas operações entre CP Cimento e Tupi, ou destas com suas controladas diretas e indiretas;
- d) Constituição e/ou participação da CP Cimento ou da Tupi de/em outras sociedades que não sejam controladas direta ou indiretamente pela CP Cimento. Após o pagamento do saldo devedor não garantido pelos Recebíveis CCRG, esta matéria deixará de estar sujeita à aprovação do Comitê de Credores;
- e) Participação da CP Cimento ou da Tupi em outros empreendimentos e investimentos fora do curso normal dos negócios, ressalvados os já

existentes. Após o pagamento do saldo devedor não garantido pelos Recebíveis CCRG, esta matéria deixará de estar sujeita à aprovação do Comitê de Credores;

- f) Aquisição e alienação de bens do ativo permanente, pela CP Cimento ou Tupi, fora do curso normal dos negócios, de valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano, ressalvada a reposição e substituição de equipamentos e ressalvados os seguintes ativos e/ou participações societárias:
1. Terminal Marítimo situado no Porto de Sepetiba;
 2. S.A. Suape Granéis do Nordeste (ou seus ativos);
 3. Capuri Mineração Ltda. (ou seus ativos);
 4. MV Glenvine Ltd. (ou seus ativos);
 5. Imóveis relacionados à atividade do concreto;
 6. Imóveis e direitos minerários:
 - (i) Prudente de Moraes/MG - Fazenda Escrivânia;
 - (ii) Mossoró/RN - Sítios Sombras Grandes, Frei Damião e Frei Antonio;
 7. Fazenda Belmonte, localizada em Barra Mansa - RJ; e
 8. Fazenda Barão (Agropecuária Tupi Ltda.) - localizada em Ipiranga do Norte - MT;
- g) Assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos e outorga de garantias pela CP Cimento ou pela Tupi, a qualquer título, fora do curso normal dos negócios, de valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por ano, ressalvadas as hipóteses de assunção de novas obrigações para liquidação de obrigações existentes e/ou de contratação de novos empréstimos junto (i) a bancos de fomento e/ou desenvolvimento, (ii) organismos multilaterais e internacionais (i.e IFC e congêneres) ou (iii) outras instituições, desde que, em todas as hipóteses acima, ~~aceitem~~ subordinar seus créditos à Dívida Reestruturada;
- h) Celebração de contratos ou compromissos pela CP Cimento ou pela Tupi com os seus respectivos acionistas pessoas naturais ou com sociedades controladoras da CP Cimento;
- i) Dissolução e liquidação da CP Cimento ou da Tupi;
- j) Participação em grupo de sociedades; e
- l) Alteração do controle acionário da CP Cimento, em desacordo ao disposto na cláusula 8.1 deste Acordo.

2.11. Caso a CP Cimento mantenha uma participação majoritária no Bloco de Controle da Tupi e realize o pagamento de 70% (setenta por cento) ou mais da Dívida Reestruturada, (i) a CP Cimento poderá distribuir dividendos até o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado em cada período, (ii) as matérias previstas nos itens 2.10 (d), (e), (f) acima não mais estarão sujeitas à aprovação do Comitê de Credores e (iii) a matéria prevista no item 2.10 (g) passará a ter a seguinte redação:

“g) assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos e outorga de garantias pela CP Cimento ou pela Tupi, a qualquer título, fora do curso normal dos negócios, de valores superiores a R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) por ano, ressalvadas as hipóteses de assunção de novas obrigações para liquidação de obrigações existentes e/ou de contratação de novos empréstimos junto (i) a bancos de fomento e/ou desenvolvimento, (ii) organismos multilaterais e internacionais (i.e IFC e congêneres) ou (iii) outras instituições, desde que aceitem subordinar seus créditos à Dívida Reestruturada.”

2.12. No caso de a CP Cimento deixar de ter uma participação majoritária no Bloco de Controle da Tupi e realizar o pagamento de 70% (setenta por cento) ou mais da Dívida Reestruturada, estando incluído neste percentual a integralidade dos montantes da Dívida Reestruturada não garantidos pelos recebíveis do Contrato CCRG, (i) a CP Cimento poderá distribuir dividendos até o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado em cada período, (ii) as matérias previstas nos itens 2.10 (d), (e), (f) acima não mais estarão sujeitas à aprovação do Comitê de Credores e (iii) a matéria prevista no item 2.10 (g) passará a ter a seguinte redação:

“g) assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos e outorga de garantias pela CP Cimento ou pela Tupi, a qualquer título, fora do curso normal dos negócios, de valores superiores a R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) por ano, ressalvadas as hipóteses de assunção de novas obrigações para liquidação de obrigações existentes e/ou de contratação de novos empréstimos junto (i) a bancos de fomento e/ou desenvolvimento, (ii) organismos multilaterais e internacionais (i.e IFC e congêneres) ou (iii) outras instituições, desde que aceitem subordinar seus créditos à Dívida Reestruturada.”

CLÁUSULA III - INSTRUMENTOS DE REESTRUTURAÇÃO

3.1. Os Credores Brasileiros e a Devedora se comprometem e se obrigam a, neste ato, sujeito à implementação da Condições Suspensivas previstas no item 1.2, além de alterar os Empréstimos CP Cimento e as Debêntures Reestruturadas de forma que

todos tenham as características e condições previstas no plano de reestruturação de que trata este Acordo, quitar todos os Empréstimos Tupi.

3.2. A reestruturação das dívidas originais é formalizada pela celebração deste Acordo e dos demais Instrumentos de Reestruturação, a seguir listados, cujas minutas são anexas a este Acordo, e que substituem, sujeito à implementação da Condições Suspensivas previstas no item 1.2, integralmente os contratos e instrumentos antes celebrados entre as Partes, inclusive os empréstimos com os Bancos e a Escritura, tendo os Credores Brasileiros ciência de tais instrumentos e manifestado não oposição a eles (em conjunto com o Acordo, "Instrumentos de Reestruturação"):

- (i) *Notice of Adjourned Meeting of Noteholders* e demais instrumentos inerentes às Notes ("Instrumentos das Notes") (Anexo 3);
- (ii) CCBs (cédulas de crédito bancário) celebradas por cada um dos Bancos (Anexo 4);
- (iii) Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento (Anexo 5);
- (iv) Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG) e notificação a ser enviada à CAL informando sobre o penhor aqui referido e requerendo que os Recebíveis CCRG sejam depositados diretamente na Conta Vinculada ("Notificação CAL") (Anexo 6);
- (v) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi) (Anexo 7);
- (vi) Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Contrato de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG" (Anexo 8);
- (vii) Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento em 28 de dezembro de 2006 ("Termo de Liberação") e carta de 24 de janeiro de 2007 subscrita por Polo, com concordância da CP Cimento (Anexo 9);
- (viii) Contrato de Depósito em Conta Vinculada (Anexo 10);
- (ix) Contrato de Depósito em Conta de Cobrança (Anexo 11);

(x) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e Conta de Cobrança (Anexo 12); e

(xi) Petição de desistência da Execução (Anexo 13).

3.2.1. As Partes se obrigam a não alterar qualquer dos Instrumentos de Reestruturação sem a prévia e expressa anuência das demais Partes, ressalvadas eventuais exigências formuladas pela CVM em relação ao Segundo Aditamento à Escritura referido no item (iii) acima.

3.3. Sujeito à prévia implementação das Condições Suspensivas previstas no item 1.2 e ressalvado o previsto no item 15.1 deste Acordo, os Credores Brasileiros renunciam e desistem, em caráter irrevogável e irretratável, a todas e quaisquer garantias, avais, ações judiciais (inclusive à Execução nos termos do item 13.2 abaixo), multas, encargos, juros moratórios e quaisquer eventuais créditos contra a CP Cimento e/ou a Tupi, ainda que não listados neste instrumento, resultantes de quaisquer instrumentos de dívidas celebrados com os Credores Brasileiros, anteriormente à presente data, sem qualquer ônus ou encargo para a CP Cimento e/ou para a Tupi, seus controladores, controladas ou administradores. Para tanto, os Credores Brasileiros se obrigam a celebrar todos os instrumentos e documentos necessários, em juízo ou fora dele, para garantir a eficácia da renúncia e desistência constantes deste item, bem como a apresentar tais documentos nos registros e juízos competentes.

3.4. A data de reestruturação das dívidas da Devedora, para fins deste Acordo, será considerada 05 de março de 2007 ("Data de Reestruturação") e a Data do Fechamento será a data estabelecida pela CP Cimento para a efetivação dos atos listados no item 1.2 deste Acordo, conforme previsto e definido no mesmo item 1.2, limitado a 30 de março de 2007.

CLÁUSULA IV - TERMOS E CONDIÇÕES DA DÍVIDA REESTRUTURADA

4.1. A Dívida Reestruturada, na Data da Reestruturação, corresponde a R\$ 207.390.190,99 (duzentos e sete milhões, trezentos e noventa mil, cento e noventa reais e noventa e nove centavos) em favor dos Bancos, R\$ 112.179.580,80 (cento e doze milhões, cento e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos) em favor dos Debenturistas Signatários e US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares) em favor dos Noteholders.

4.1.1. A parcela da Dívida Reestruturada em moeda corrente nacional, correspondente, na Data de Reestruturação, a R\$ 319.569.771,79 (trezentos e dezenove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), será atualizada, a partir da presente data, pelos juros

correspondentes à variação acumulada dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“CDI”), acrescidos de 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira, representada pelas Notes, correspondente, na Data de Reestruturação, a US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares), incidirá juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano. Os juros incorridos sobre o saldo devedor relativo à dívida dos Credores Brasileiros prevista neste Acordo serão quitados sempre nas mesmas datas das amortizações descritas no item 4.5 abaixo.

4.1.2. Os valores devidos a título de IOF incidente sobre os débitos da CP Cimento e/ou Tupi de 28 de dezembro de 2006 até a Data do Fechamento, assim como os valores devidos a título de CPMF a partir da Data do Fechamento, eventualmente incidentes para fins de viabilizar a substituição dos Empréstimos Tupi pelos Novos Empréstimos deverão integrar o valor principal dos Novos Empréstimos.

4.1.2.1. Os valores devidos a título de IOF incidentes sobre os Novos Empréstimos (a partir da Data do Fechamento) deverão ser arcados pela CP Cimento na data da liberação dos recursos dos Novos Empréstimos, sendo que a CP Cimento, desde já, obriga-se a prover os recursos necessários para pagamento deste IOF.

4.1.3. A CP Cimento concorda que o IOF sobre os Novos Empréstimos será calculado e recolhido à Receita Federal pelo valor previsto na legislação em vigor tendo em vista o fluxo de pagamento acordado entre as Partes.

4.1.4. Caso as datas para pagamentos previstas neste Acordo não sejam consideradas dias úteis, o respectivo pagamento poderá ser realizado até o primeiro dia útil subsequente

4.2. A Amortização Inicial (prevista no item 4.5.1 (a)) será dividida entre os Credores, na seguinte proporção:

correspondentes à variação acumulada dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI, “extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“CDI”), acrescidos de 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira, representada pelas Notes, correspondente, na Data de Reestruturação, a US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares), incidirá juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano. Os juros incorridos sobre o saldo devedor relativo à dívida dos Credores Brasileiros prevista neste Acordo serão quitados sempre nas mesmas datas das amortizações descritas no item 4.5 abaixo.

4.1.2. Os valores devidos a título de IOF incidente sobre os débitos da CP Cimento e/ou Tupi de 28 de dezembro de 2006 até a Data do Fechamento, assim como os valores devidos a título de CPMF a partir da Data do Fechamento, eventualmente incidentes para fins de viabilizar a substituição dos Empréstimos Tupi pelos Novos Empréstimos deverão integrar o valor principal dos Novos Empréstimos.

4.1.2.1. Os valores devidos a título de IOF incidentes sobre os Novos Empréstimos (a partir da Data do Fechamento) deverão ser arcados pela CP Cimento na data da liberação dos recursos dos Novos Empréstimos, sendo que a CP Cimento, desde já, obriga-se a prover os recursos necessários para pagamento deste IOF.

4.1.3. A CP Cimento concorda que o IOF sobre os Novos Empréstimos será calculado e recolhido à Receita Federal pelo valor previsto na legislação em vigor tendo em vista o fluxo de pagamento acordado entre as Partes.

4.1.4. Caso as datas para pagamentos previstas neste Acordo não sejam consideradas dias úteis, o respectivo pagamento poderá ser realizado até o primeiro dia útil subsequente

4.2. A Amortização Inicial (prevista no item 4.5.1 (a)) será dividida entre os Credores, na seguinte proporção:

Credores	% Amortização Inicial
Unibanco	21,26 %
Itaú BBA	11,17 %
Bradesco	6,17 %
ABN Real	7,25 %
Alfa	2,40 %
ABC	3,52 %
Debêntures Reestruturadas	29,65 %
Notes	18,58 %
Total	100,00 %

4.3. Os pagamentos da Amortização Intermediária, Amortização Extraordinária, Amortização Antecipada e através de recursos decorrentes da excussão de qualquer garantia da Dívida Reestruturada, que não forem suficientes para quitar a integralidade do saldo da Dívida Reestruturada, deverão ser realizados de forma proporcional ao percentual previsto na tabela abaixo:

Credores	% Após Amortização Inicial
Unibanco	21,89 %
Itaú BBA	11,50 %
Bradesco	6,36 %
ABN Real	7,47 %
Alfa	2,47 %
ABC	3,63 %
Debêntures Reestruturadas	28,70 %
Notes	17,98 %
Total	100,00 %

4.3.1. Caso a Amortização Extraordinária ou a Amortização Antecipada seja suficiente para quitar a Dívida Reestruturada, o saldo devido a cada Credor será calculado e pago independentemente da proporção acima, observados os respectivos Instrumentos de Reestruturação.

4.4. O efetivo recebimento pelos Credores dos pagamentos previstos neste Acordo, devidamente comprovados, constituirá automática outorga pelos Credores à Devedora ou à Tupi, conforme o caso, da mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação em relação ao montante do pagamento realizado.

Características Financeiras da Dívida Reestruturada

4.5. Os Credores Brasileiros e a Devedora concordam que a Dívida Reestruturada tenha as seguintes características e condições únicas:

4.5.1. Amortização Obrigatória Programada: A Dívida Reestruturada será amortizada conforme abaixo:

- (a) **Amortização Inicial:** Em 4 de abril de 2007, condicionado, cumulativamente à (i) desoneração da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da CCRG antes empenhadas em favor dos Debenturistas, e (ii) liberação dos Novos Empréstimos pelos Bancos, a CP Cimento obrigatoriamente amortizará a Dívida Reestruturada no montante de R\$ 39.829.226,60 (trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte seis reais e sessenta centavos) ("Amortização Inicial"), observada a proporção estabelecida no item 4.2 acima.
- (b) **Amortização Intermediária:** Os valores totais depositados na Conta Vinculada (conforme definido no item 7.1) relacionados aos Recebíveis CCRG (conforme definido no item 4.10 (i)) serão obrigatoriamente utilizados para amortizar total ou parcialmente, conforme o caso, a Dívida Reestruturada, pelo valor do saldo devedor incorrido até a data da respectiva amortização ("Amortização Intermediária"), observada a proporção estabelecida no item 4.3.

(b.1) As Amortizações Intermediárias ocorrerão, no mínimo, nas datas especificadas abaixo e, em nenhuma hipótese, poderão ser inferiores aos valores abaixo indicados, salvo no caso do item (b.4) abaixo:

- R\$ 79.764.784,86 (setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) a serem pagos até o dia 4 de julho de 2007;
- R\$ 23.224.084,54 (vinte e três milhões, duzentos e vinte quatro mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) a serem pagos até o dia 4 de julho de 2007;
- R\$ 39.630.519,55 (trinta e nove milhões, seiscentos e trinta mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos) a serem pagos até o dia 5 de dezembro de 2007, atualizados, na forma do Contrato CCRG, pelo CDI, desde 27 de novembro de 2006 até a data de seu efetivo pagamento pela Votorantim ou CAL;
- R\$ 59.445.779,32 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos), a serem pagos até o dia 3 de dezembro de 2008, atualizados, na forma do Contrato CCRG, pelo CDI, desde 27 de

novembro de 2006 até a data de seu efetivo pagamento pela Votorantim ou CAL;

- R\$ 63.805.136,47 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos) a serem pagos até o dia 3 de dezembro de 2009, atualizados, na forma do Contrato CCRG, pelo CDI, desde 27 de novembro de 2006 até a data de seu efetivo pagamento pela Votorantim ou CAL.

(b.2) A transferência de recursos do Agente Centralizador para o banco mandatário dos Debenturistas Signatários, o Bradesco ("Banco Mandatário"), será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Brasileiros, de forma que todos os Credores Brasileiros recebam os valores devidos na mesma data.

(b.3) Caso o pagamento de quaisquer parcelas da Amortização Intermediária não se realize, total ou parcialmente, nas respectivas datas de vencimento, nos termos deste Acordo, em decorrência de falta, recusa ou atraso no pagamento pela CAL ou pela Votorantim, a Devedora terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar dos respectivos vencimentos, para efetuar o pagamento integral da respectiva parcela, devidamente remunerada nos termos do item 4.1.1 acima. Na hipótese de a Devedora não realizar o pagamento integral nos termos deste item, ocorrerá o vencimento antecipado automático da Dívida Reestruturada.

(b.4) Sobre qualquer uma das parcelas da Amortização Intermediária poderá ocorrer, uma única vez, uma redução de até R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), corrigido pela taxa SELIC, desde 27 de novembro de 2006, caso o valor dos Recebíveis CCRG venha a ser reduzido em função de realização de contingência fiscal de acordo com o Contrato CCRG. Nesta hipótese, o valor eventualmente deduzido continuará integrando a Dívida Reestruturada e será pago na Amortização Final.

(b.5) Na hipótese de a dívida bancária e os tributos devidos pela CCRG, nos termos da Cláusula 2.11 e seguintes do Contrato CCRG, superarem R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), poderá haver uma redução de pagamento pela CAL ou Votorantim exclusivamente na primeira parcela da Amortização Intermediária prevista no item b.1 acima, no valor que superar R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Neste caso, a Devedora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados do referido vencimento, para completar o pagamento da referida parcela, sob pena de vencimento antecipado automático da Dívida Reestruturada.

- (b.6) A diferença entre a remuneração prevista nas parcelas referidas no item (b.1) acima e a remuneração prevista no item 4.1.1 será computada na Amortização Final, conforme o conceito de saldo devedor.
- (c) **Amortização Extraordinária:** Os valores totais depositados na Conta Vinculada (conforme definido no item 7.1) relacionados aos Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto e à Metade da Alienação da Tupi (conforme definido no item 4.10 (iv) e (v)) serão obrigatoriamente utilizados, em até 2 (dois) dias úteis, para amortizar, total ou parcialmente, conforme o caso, a Dívida Reestruturada, pelo valor do saldo devedor incorrido até a data da respectiva amortização ("Amortização Extraordinária"), observada a proporção estabelecida no item 4.3., ressalvado o disposto no item 4.3.1. A amortização aqui prevista reduzirá total ou parcialmente as parcelas da Dívida Reestruturada pelo valor do saldo devedor incorrido até a data da respectiva amortização. Caso a Amortização Extraordinária ocorra após o pagamento da última parcela da Amortização Intermediária, esta amortização deverá ocorrer na ordem inversa do vencimento das parcelas da Amortização Final.
- (d) **Amortização Final:** O saldo da dívida dos Credores prevista neste Acordo, após o pagamento da Amortização Inicial, da Amortização Intermediária e de eventual Amortização Extraordinária ou Amortização Antecipada, será atualizado na forma do item 4.1.1 e dividido para pagamento pela CP Cimento em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, nas seguintes datas: 10 de janeiro de 2010, 10 de fevereiro de 2010, 10 de março de 2010, 10 de abril de 2010, 10 de maio de 2010, 10 de junho de 2010, 10 de julho de 2010, 10 de agosto de 2010, 10 de setembro de 2010, 10 de outubro de 2010, 10 de novembro de 2010, 10 de dezembro de 2010, 10 de janeiro de 2011, 10 de fevereiro de 2011, 10 de março de 2011, 10 de abril de 2011, 10 de maio de 2011, 10 de junho de 2011, 10 de julho de 2011, 10 de agosto de 2011, 10 de setembro de 2011, 10 de outubro de 2011, 10 de novembro de 2011, 10 de dezembro de 2011, cujos valores devidos continuarão a ser atualizados na forma do item 4.1.1 ("Amortização Final"), observando que os juros incorridos sobre o saldo devedor relativo à dívida dos Credores prevista neste Acordo serão quitados integralmente sempre nas mesmas datas descritas acima, ou seja, a cada mês.

4.5.2. **Amortização Antecipada a Critério da Devedora:** A Devedora poderá, a qualquer momento, e a seu único e exclusivo critério, amortizar total ou parcialmente as parcelas da Dívida Reestruturada pelo valor do saldo devedor incorrido até a data da respectiva amortização ("Amortização Antecipada"). A Amortização Antecipada parcial deverá observar a proporção estabelecida no

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

item 4.3, e a Amortização Antecipada total respeitará o saldo devedor porventura remanescente da Dívida Reestruturada. Os valores a serem utilizados para Amortização Antecipada deverão ser depositados na Conta Vinculada e distribuídos aos Credores, sempre nos dias dos pagamentos das Amortizações Intermediárias ou no terceiro dia útil de cada mês. Caso a Amortização Antecipada ocorra após o pagamento da última parcela da Amortização Intermediária, esta amortização deverá ocorrer na ordem inversa do vencimento das parcelas da Amortização Final.

4.5.3 As Partes concordam que quaisquer pagamentos ao Agente de Pagamento ou Agente de Garantia, inerentes a excussão de garantias, amortizações da Dívida Reestruturada e/ou quaisquer outros pagamentos em favor dos Noteholders, previstos neste Acordo ou em qualquer dos demais Instrumentos de Reestruturação, poderão ocorrer posteriormente às respectivas datas previstas neste Acordo ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, desde que em conformidade com os Instrumentos das Notes.

4.6. Todos os pagamentos da Dívida Reestruturada serão considerados como realizados na seguinte ordem:

- (i) primeiro, a quantia correspondente a todos os juros incorridos sobre a Dívida Reestruturada até a data de pagamento; e
- (ii) segundo, havendo saldo, a quantia correspondente a todas as quantias principais decorrentes da parcela da Dívida Reestruturada.

4.7. A transferência de recursos do Agente Centralizador para o Banco Mandatário será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Brasileiros, de forma que todos os Credores Brasileiros recebam os valores devidos na mesma data.

Garantias

4.8. A Dívida Reestruturada será garantida pelo conjunto de garantias mencionadas no item imediatamente abaixo, que beneficiará todos os Credores conforme os Instrumentos de Reestruturação, na proporção de seus respectivos créditos, conforme tabela constante do item 4.3 acima.

4.9. Os Credores Brasileiros, o Agente Fiduciário (representando os Debenturistas Signatários) e o Agente de Garantia, na hipótese de inadimplemento da Devedora, poderão executar qualquer uma das garantias atreladas à Dívida Reestruturada, isolada ou simultaneamente, na forma deste Acordo.

4.10. A Devedora e a Tupi, conforme o caso, deverão constituir as seguintes garantias nas datas abaixo, em favor dos Credores da Dívida Reestruturada:

(i) Nesta data, conforme o Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (Anexo 6), penhor, em primeiro grau, dos seguintes recebíveis decorrentes do Contrato CCRG ("Recebíveis CCRG"):

(a) parcela de R\$ 79.764.784,86 (setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, em 1 de julho de 2007;

(b) parcela de R\$ 23.224.084,54 (vinte e três milhões, duzentos e vinte quatro mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, em 1 de julho de 2007, – condicionada à prévia desoneração das ações de emissão da CCRG empenhadas às Debêntures;

(c) parcela de R\$ 39.630.519,55 (trinta e nove milhões, seiscentos e trinta mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2007, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento;

(d) parcela de R\$ 59.445.779,32 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e ~~setenta~~ e nove reais e trinta e dois centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2008, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento; e

(e) parcela de R\$ 63.805.136,47 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais e ~~quarenta~~ e sete centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2009, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento.

(ii) Nesta data, conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (Anexo 7), cessão fiduciária em garantia de recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi, no montante equivalente a 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela mensal a vencer prevista no item 4.5.1 (d) ("Recebíveis Faturamento Tupi"), que só poderão ser

levantados pelos Credores antes de 10 de janeiro de 2010, inclusive, em caso de inadimplemento pela CP Cimento previsto neste Acordo. A Tupi poderá a qualquer momento solicitar ao Agente de Custódia a liberação dos Recebíveis Faturamento Tupi e/ou os recursos oriundos da liquidação de tais recebíveis, desde que estes recursos e/ou recebíveis excedam o montante de 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela mensal a vencer prevista no item 4.5.1 (d), conforme cálculo para atualização mensal efetuado pelo Agente Centralizador. A Tupi poderá, ainda, substituir os Recebíveis Faturamento Tupi desde que tenha efetuado a cessão fiduciária e o depósito prévio de novos recebíveis na Conta de Cobrança e desde que a totalidade dos recebíveis depositados seja equivalente a pelo menos 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela mensal a vencer prevista no item 4.5.1 (d), conforme cálculo para atualização mensal efetuado pelo Agente Centralizador, ficando o referido Agente Centralizador autorizado a tomar todas as medidas necessárias para tanto. Para fins do cálculo do valor dos Recebíveis Faturamento Tupi, o saldo devedor da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira serão convertidos em Reais conforme média de cotação de compra e venda divulgadas pelo Banco Central do Brasil, no Boletim de Taxas de Câmbio e de Mercado, código PTAX800, opção 5, moeda 220, verificada para liquidação financeira de obrigações vencíveis em determinada data e divulgadas pelo Banco Central do Brasil no dia útil imediatamente anterior à data do cálculo. O levantamento dos recursos provenientes da liquidação dos Recebíveis do Faturamento Tupi, da Conta Vinculada, pelo Agente Centralizador, poderá ocorrer (i) para pagamento aos Credores, em caso de inadimplemento das obrigações pecuniárias e/ou vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, conforme previsto no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação, (ii) em favor da Tupi, na hipótese de amortização antecipada da integralidade da Dívida Reestruturada, (iii) a exclusivo critério da CP Cimento e Tupi, para amortização da Dívida Reestruturada. Nas hipóteses dos itens (i) e (iii), a CP Cimento e a Tupi adotarão as providências necessárias para reconstituir a garantia em até 2 (dois) dias úteis contados da data da utilização de tal valor.

- (iii) Hipoteca, em primeiro grau, do imóvel constituído pelo terreno localizado na Av. Engenheiro Billings, nº 2350, no Bairro do Jaguaré, na Cidade e Estado de São Paulo ("Hipoteca"), a ser celebrada em até 5 (cinco) dias úteis após a celebração da respectiva escritura definitiva de compra e venda, conforme modelo de Hipoteca constante do Anexo 14;
- (iv) Penhor, em primeiro grau, dos recebíveis decorrentes da alienação da unidade produtora de concreto da Tupi, até o limite de R\$

35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) ("Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto"), observado o fluxo de recebíveis a ser contratado e na proporção, em relação a cada parcela, que o mencionado montante representa do valor total da operação, a ser celebrado na data de fechamento do contrato de alienação da produtora de concreto da Tupi, conforme modelo de Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios decorrentes da Alienação de Unidade de Concreto constante do Anexo 15. Fica ressaltado que no caso de a compra e venda aqui mencionada ocorrer à vista, a Amortização Extraordinária será também efetuada à vista, sendo desnecessária a constituição do penhor aqui previsto;

- (v) Penhor, em primeiro grau, de 50% (cinquenta por cento) do produto líquido decorrente de toda e qualquer alienação de participação societária majoritária ou minoritária detida pela CP Cimento na Tupi ("Metade da Alienação Tupi"), observado o fluxo de recebíveis a ser contratado, a ser celebrado na data de fechamento do contrato de alienação de participação societária, conforme modelo de Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios decorrentes de Alienação de Participação Acionária constante do Anexo 16. Fica ressaltado que no caso de a compra e venda aqui mencionada ocorrer à vista, a Amortização Extraordinária será também efetuada à vista, sendo desnecessária a constituição do penhor aqui previsto; e
- (vi) Nesta data, conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e Conta de Cobrança (Anexo 12), cessão fiduciária dos direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança.

4.10.1. No caso de recebimento pela CP Cimento ou pela Tupi dos recursos correspondentes aos Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto ou dos recursos correspondentes à Metade da Alienação Tupi, sem que haja a Amortização Extraordinária, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento dos recursos, qualquer Credor Brasileiro poderá declarar o vencimento antecipado da totalidade da Dívida Reestruturada.

4.11. Caso qualquer Credor Brasileiro, o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantia requeira a excussão da Hipoteca, prevista no item 4.10 (iii) acima, os resultados serão depositados na Conta Vinculada para o pagamento das dívidas de acordo com a proporção prevista no item 4.3.

4.12. O Credor que providenciar a excussão de garantia sem respeitar a proporção prevista no item 4.3 responderá por perdas e danos perante os demais Credores.

4.12.1. Sem prejuízo no disposto no item 4.11 acima, no caso de excussão da garantia nos termos deste Acordo, cada Credor Brasileiro, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia concorda que todo e qualquer produto deverá ser prontamente distribuído aos Credores pelo Agente Centralizador na proporção prevista na cláusula 4.3 acima e sem haver prioridade entre os Credores na ordem de recebimento, na seguinte ordem de prioridade:

- (i) primeiro, o valor recebido por cada Credor será considerado para fins de pagamento dos juros, taxas e despesas decorrentes da respectiva Dívida Reestruturada então devidos e exigíveis por tal Credor; e
- (ii) segundo, o valor recebido por cada Credor será considerado para fins de pagamento das quantias principais decorrentes da respectiva Dívida Reestruturada então devidas e exigíveis por tal Credor.

4.12.1.1 No caso de os valores inerentes à excussão das garantias previstas neste Acordo sobejarem a quantia necessária ao pagamento integral aos Credores, caberá à CP Cimento, à Tupi ou a seus sucessores, conforme o caso, o valor remanescente.

Amortização Antecipada e Redução das Garantias

4.13. Após o pagamento de 12 (doze) parcelas da Amortização Final, haverá redução das garantias, observada a seguinte ordem:

- (i) primeiramente, após o pagamento do montante equivalente ao valor do imóvel, fixado em R\$ 9.330.000,00 (nove milhões, trezentos e trinta mil reais), conforme Laudo de Avaliação elaborado pela EMBRAP/PRAXIS Avaliação Patrimonial Ltda., arquivado na Tupi e datado de 30 de dezembro de 2005, deverá ser liberada a Hipoteca ou, se ainda não constituída, a Devedora fica liberada da obrigação de constituí-la; e
- (ii) em seguida, haverá redução na proporção de cada R\$ 1,00 (um real) pago para cada R\$ 1,00 (um real) do montante correspondente aos Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto dados em garantia.

4.14. Qualquer pagamento realizado pela Devedora aos Credores com recursos da Metade da Alienação Tupi resultará na liberação imediata, no mesmo valor do mencionado pagamento, de correspondente valor de garantia dos Recebíveis CCRG, na ordem inversa do fluxo previsto no item 4.10 (i) acima.

CLÁUSULA V - NOVOS EMPRÉSTIMOS

5.1. Como parte do processo de reestruturação e observados os termos e condições estabelecidos neste Acordo, especialmente o disposto no item 1.2, os Bancos celebram, nesta data, novos empréstimos a serem liberados na Data do Fechamento ("Novos Empréstimos") em favor da CP Cimento, o qual corresponderá ao somatório dos seguintes valores: (i) valor equivalente aos Empréstimos Tupi, devidamente atualizado pela nova taxa acordada nos termos deste Acordo até a Data do Fechamento; (ii) IOF incidente desta data até a Data do Fechamento; e (iii) CPMF(s) incidentes nas movimentações financeiras dos Novos Empréstimos para o efetivo pagamento pela Tupi aos Bancos, conforme previsto no item 5.2.1 abaixo. Os Novos Empréstimos são formalizados nesta data, simultaneamente à assinatura deste Acordo, mediante a celebração de Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") entre os Bancos e a CP Cimento.

5.2. A CP Cimento se obriga desde já a utilizar integralmente o valor líquido dos Novos Empréstimos, após o seu recebimento, para realizar aumento do capital social da Tupi ("Aporte"), conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Tupi realizada em 13 de fevereiro de 2007 (Anexo 17).

5.2.1. A Tupi deverá utilizar imediatamente o valor líquido integral recebido através do Aporte, na mesma data do recebimento de tal valor, para a quitação integral dos Empréstimos Tupi, outorgando desde já, o respectivo Banco a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação à Tupi, condicionado ao efetivo recebimento de tal valor, de forma integral.

CLÁUSULA VI - ADITAMENTO À ESCRITURA DE DEBÊNTURES REESTRUTURADAS

6.1. Os Debenturistas, na Data da Reestruturação, simultaneamente à assinatura deste Acordo, celebram o Segundo Aditamento à Escritura, com vistas a adequá-la aos termos e condições constantes deste Acordo ("Segundo Aditamento à Escritura").

6.2. Independentemente do registro do Segundo Aditamento à Escritura perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e da comunicação à Comissão de Valores Mobiliários, todos os valores devidos aos Debenturistas Signatários nos termos da Dívida Reestruturada deverão ser depositados na Conta Vinculada, e pagos nos prazos previstos.

6.2.1. A Devedora e os Debenturistas Signatários se comprometem a envidar seus melhores esforços para que o registro do Segundo Aditamento à Escritura seja efetuado no menor prazo possível e a tomar, de boa-fé, todas as medidas necessárias e úteis para cumprir as eventuais exigências feitas pelos órgãos competentes para registro, observando todos os termos e condições estabelecidos neste Acordo.

6.3. O efetivo recebimento pelos Debenturistas Signatários dos pagamentos previstos neste Acordo, devidamente comprovados, constituirá automática outorga pelos Debenturistas Signatários à Devedora, da mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação em relação ao montante do pagamento realizado, independentemente de o Segundo Aditamento à Escritura estar pendente de registro ou vier a ser considerado nulo, inválido ou ineficaz.

CLÁUSULA VII – CONTA VINCULADA E CONTA DE COBRANÇA

7.1. A CP Cimento é titular da conta corrente nº 73.1.10054-1, agência nº 011, Banco 376, mantida junto ao Agente Centralizador ("Conta Vinculada"), na qual a Devedora se compromete a depositar, ou a fazer com que os seus devedores depositem os montantes oriundos dos recebíveis descritos neste item e todos os demais valores a serem utilizados para pagamento aos Credores. A Conta Vinculada será movimentável apenas pelo Agente Centralizador, observados os termos e condições previstos no Contrato de Depósito em Conta Vinculada em anexo (Anexo 10) ("Contrato de Depósito em Conta Vinculada"), sendo destinada para o depósito dos seguintes montantes:

- (i) R\$ 39.829.226,60 (trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), em 2 de abril de 2007, condicionado, cumulativamente a (i) desoneração da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da CCRG antes empenhadas em favor dos Debenturistas, e (ii) liberação dos Novos Empréstimos pelos Bancos;
- (ii) os Recebíveis CCRG, conforme previsto no item 4.10 (i) acima, em até 2 (dois) dias úteis da data do respectivo pagamento realizado pela CAL. Caso tenha havido a redução da garantia, conforme previsto no item 4.14, a CP Cimento poderá deixar de depositar os valores reduzidos dos Recebíveis CCRG ou mesmo liberar da Conta Vinculada em seu favor tais montantes;
- (iii) os valores relacionados à Metade da Alienação Tupi, conforme previsto no item 4.10 (v) acima, em até 2 (dois) dias úteis do respectivo e efetivo pagamento desses valores pela compradora, observado o fluxo de recebíveis a ser contratado;

- (iv) os Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto, conforme previsto no item 4.10 (iv) acima, em até 2 (dois) dias úteis contados do respectivo pagamento pela compradora, observado o fluxo de recebíveis a ser contratado; e
- (v) todos os demais valores a serem destinados aos Credores a título de pagamento da Dívida Reestruturada prevista neste Acordo.

7.2. A Tupi é titular da conta corrente nº 1375-7 e da conta corrente nº 1377-3, ambas na agência nº 2373/Plataforma Corporate Rio Centro, Banco 237, mantidas junto ao Bradesco (em conjunto "Conta de Cobrança"), acima qualificado, doravante denominado "Agente de Custódia", na qual a Tupi se compromete a fazer com que os Recebíveis Faturamento Tupi, conforme previsto no item 4.10 (ii) acima, sejam depositados. A Conta de Cobrança será movimentável apenas pelo Agente de Custódia, observados os termos e condições previstos no Contrato de Depósito em Conta de Cobrança em anexo (Anexo 11) ("Contrato de Depósito em Conta de Cobrança"). Nos termos do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, o Agente de Custódia deverá transferir os recursos provenientes da liquidação dos Recebíveis Faturamento Tupi para a Conta Vinculada nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento das obrigações pecuniárias e/ou vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, nos termos deste Acordo; (ii) pagamento aos Credores por ordem da CP Cimento.

7.3. Todos os valores a serem destinados aos Credores serão distribuídos aos mesmos na proporção estabelecida nos itens 4.2 (apenas com relação ao valor descrito no item 7.1 (i) acima) e 4.3 (para todas as demais hipóteses de amortização parcial).

7.3.1. Na hipótese de amortização total, os valores depositados na Conta Vinculada serão distribuídos aos Credores respeitando-se o saldo devedor da Dívida Reestruturada.

7.4. Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Contrato de Depósito em Conta Vinculada (Anexo 10) e no Contrato de Depósito em Conta de Cobrança (Anexo 11) e no Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança (Anexo 12), o Agente Centralizador deverá:

- (i) acompanhar diariamente os depósitos efetuados na Conta Vinculada e realizar a transferência imediata dos valores devidos aos Credores;
- (ii) a partir de 11 de abril de 2007 inclusive, realizar mensalmente o cálculo para atualização mensal dos Recebíveis Faturamento Tupi, e

- (iii) a partir de 11 de abril de 2007 inclusive, encaminhar aos Credores Brasileiros, ao Agente de Garantia, ao Agente Fiduciário e à CP Cimento, informativo mensal até o dia 11 de cada mês, contendo: (a) o valor global da Dívida Reestruturada; (b) os valores depositados na Conta Vinculada; (c) a distribuição de recursos a cada Credor e outras saídas de recursos, se for o caso; (d) o saldo da Dívida Reestruturada devido a cada Credor; e (e) o valor atualizado dos Recebíveis Faturamento Tupi.

7.5. O Agente Centralizador assina o presente Acordo, comprometendo-se a cumprir a sua obrigação de centralizador da arrecadação de todos e quaisquer recursos depositados na Conta Vinculada, na forma prevista nesta Cláusula, obedecendo e observando fielmente as disposições deste Acordo e dos demais Instrumentos de Reestruturação dos quais seja parte.

CLÁUSULA VIII - MANUTENÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO

8.1. A Santo Estevão, na qualidade de acionista controladora da CP Cimento, obriga-se a não deixar de integrar o Bloco de Controle da CP Cimento até a quitação integral da Dívida Reestruturada, salvo com o consentimento prévio do Comitê de Credores. Para fins deste Instrumento, entende-se como "Bloco de Controle" uma participação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação votante da CP Cimento, detida direta ou indiretamente, individualmente ou através de acordo de acionistas em que a Santo Estevão, direta ou indiretamente, detenha a maior porcentagem de participação no mencionado Bloco de Controle.

8.2. Fica desde já estabelecido entre as Partes que o descumprimento pela Santo Estevão da obrigação prevista no item anterior, implicará no vencimento antecipado da Dívida Reestruturada.

CLÁUSULA IX - VENCIMENTO ANTECIPADO

9.1. Qualquer descumprimento do pagamento, no todo ou em parte, de qualquer parte da Dívida Reestruturada pela Devedora, respeitado o previsto no item 4.5.1(b.3), ou qualquer descumprimento dos itens 2.10 e 12.3, acarretará o vencimento antecipado automático de toda a Dívida Reestruturada.

9.2. Qualquer descumprimento de obrigação não pecuniária pela Devedora ou pela Tupi, prevista neste Acordo ou nos respectivos Instrumentos de Reestruturação, que afete o respectivo Credor Brasileiro, gerará o direito de cada Credor Brasileiro afetado, individualmente, a seu exclusivo critério, desde que respeitadas as disposições previstas nos Instrumentos de Reestruturação, declarar o vencimento antecipado de sua parcela da Dívida Reestruturada, caso não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento, pela Devedora, de comunicação a ser enviada por qualquer dos Credores Brasileiros e/ou pelo Agente Fiduciário a respeito do referido

descumprimento, indicando expressamente os itens deste Acordo ou dos respectivos Instrumentos de Reestruturação que teriam sido descumpridos.

9.2.1. Caso haja declaração de vencimento antecipado por um dos Credores Brasileiros, a Devedora deverá informar aos demais Credores Brasileiros, ao Agente Fiduciário e ao Agente de Garantia, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da ciência da respectiva declaração de vencimento antecipado.

9.3. Sem prejuízo do disposto no item 9.2 acima, a Dívida Reestruturada poderá ser declarada antecipadamente vencida pelo Comitê de Credores, observado o quorum e demais formalidades previstas neste Acordo, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, desde que tal evento não venha a ser sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do evento (salvo no caso do item (iii) abaixo, hipótese em que o prazo de 30 (trinta) dias aqui previsto não será aplicável):

- (i) protesto de títulos contra a CP Cimento, cujo valor individual ou somados ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela CP Cimento;
- (ii) vencimento antecipado ou inadimplemento do pagamento de qualquer dívida da Devedora perante os Credores ou quaisquer terceiros (incluindo, mas não se limitando a sócios, ou sociedades coligadas, controladas ou controladoras da Devedora), em montante global igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (iii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Devedora ou, ainda, decretação de falência da Devedora;
- (iv) pagamento pela Devedora de dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo legal, ressalvado o disposto nos itens 2.11 e 2.12 deste Acordo;
- (v) cessão pela Devedora, no todo ou em parte, de quaisquer direitos ou obrigações decorrentes deste Acordo e/ou dos demais Instrumentos de Reestruturação, sem anuência dos Credores;
- (vi) alteração do Contrato CCRG que implique em alteração do fluxo dos Recebíveis CCRG (valores e/ou prazos);
- (vii) não cumprimento dos compromissos e obrigações listados na Cláusula XII, item 12.1, deste Acordo;

- (viii) descumprimento dos itens 5.2 e 5.2.1 deste Acordo; e
- (ix) descumprimento, pela Devedora ou pela Tupi, de toda e qualquer obrigação relevante decorrente deste Acordo, não prevista nos itens acima.

CLÁUSULA X - QUITAÇÃO

10.1. Em razão da novação de todas as dívidas anteriores nos termos deste Acordo e dos Instrumentos de Reestruturação, os Credores Brasileiros, sujeito à implementação prévia de todas as Condições Suspensivas previstas no item 1.2, outorgam à CP Cimento e à Tupi a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação em relação à toda e qualquer dívida anterior a esta data, para nada mais reclamar, em juízo ou fora dele, concordando que toda e qualquer parcela do endividamento existente entre os Credores Brasileiros de um lado e CP Cimento e/ou Tupi de outro, encontrar-se-á integralmente representado na Dívida Reestruturada na Data do Fechamento.

CLÁUSULA XI - COMUNICAÇÕES

11.1. Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as Partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Acordo deverá ser feita por escrito e enviada aos endereços indicados no Preâmbulo do presente Acordo, ou a outro endereço que vier a ser oportunamente comunicado pela Parte em questão. As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas, à respectiva Diretoria, sob protocolo ou com aviso de recebimento para os endereços constantes do Preâmbulo.

11.2. As Partes se comprometem e se obrigam a, imediatamente, informar às demais Partes, nos termos deste instrumento, sobre qualquer alteração nas informações e endereços para envio de comunicações.

11.3. O Agente Fiduciário e o Agente de Garantia representarão respectivamente os Debenturistas Signatários e os Noteholders para os fins de envio e recebimento de toda e qualquer comunicação ou notificação em razão deste Acordo ou de quaisquer dos demais Instrumentos de Reestruturação.

CLÁUSULA XII - COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA

12.1. A Devedora, a partir da celebração do presente Acordo até o pagamento integral da Dívida Reestruturada, se compromete a:

- (i) entregar ao Agente Centralizador e ao Agente Fiduciário, em benefício de cada Credor Brasileiro, aviso por escrito sobre a ocorrência de qualquer declaração de Vencimento Antecipado ou de ato de cobrança que tenha conhecimento, imediatamente após tomar ciência;
- (ii) assinar todos e quaisquer documentos e praticar todos e quaisquer atos necessários para permitir a implementação dos termos e condições previstos neste Acordo;
- (iii) entregar ao Agente Fiduciário, na mesma data em que deve entregar as Informações Trimestrais - ITR para a Comissão de Valores Mobiliários, uma declaração trimestral assinada pelo Diretor de Relação com Investidores atestando que todas as garantias estão em conformidade e para os fins deste Acordo e dos Instrumentos de Reestruturação, devidamente constituídas, em benefício dos Credores Brasileiros, e que permanecem válidas e eficazes;
- (iv) cooperar com os Credores Brasileiros e com o Agente Centralizador, executar e entregar a eles todo e qualquer documento ou instrumento e praticar qualquer outra medida que seja razoavelmente solicitada pelos Credores Brasileiros, para o efetivo cumprimento de todas as obrigações assumidas neste Acordo;
- (v) não conceder garantias a terceiros que confirmam privilégios legais superiores aos outorgados aos Credores, salvo se houver complementação das garantias outorgadas aos Credores e anuência prévia e expressa do Comitê de Credores;
- (vi) não distribuir dividendos superiores ao mínimo legal, e fazer com que seus acionistas não autorizem a distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal, e reter dividendos e fazer com que seus acionistas autorizem a retenção dos dividendos superiores ao mínimo legal, ressalvado o disposto nos itens 2.11 e 2.12 deste Acordo; e
- (vii) dar publicidade sobre todos os atos que possam de qualquer forma afetar a Dívida Reestruturada e suas garantias, devendo, inclusive, publicar fatos relevantes (a) sobre a assinatura deste Acordo e dos Instrumentos de Reestruturação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da Data de Reestruturação, e (b) sobre a celebração de qualquer acordo ou fechamento de negócio

que envolva as garantias outorgadas aos Credores, em especial os atos/negócios referidos nos itens 4.10 (iii), (iv) e (v), imediatamente após a sua ocorrência.

12.2. Desde já, os acionistas Unibanco e Itaú BBA comprometem-se a votar favoravelmente à retenção dos dividendos conforme previsto no item (vi) imediatamente acima.

12.3. A Devedora e a Tupi se comprometem a não deliberar, e fazer com que seus acionistas controladores e administradores não deliberem, sobre as matérias sujeitas à aprovação prévia do Comitê de Credores, listadas na cláusula 2.10 deste Acordo, ressalvadas as hipóteses de exclusão de tais matérias à aprovação do Comitê de Credores previstas neste Acordo, sob pena de vencimento antecipado automático de toda a Dívida Reestruturada.

CLÁUSULA XIII - COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DOS CREDITORES BRASILEIROS

13.1. Os Credores Brasileiros, na melhor forma de direito, outorgam, na medida em que forem sendo efetuados e comprovados os pagamentos relativos à Dívida Reestruturada, a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação à CP Cimento, pelos respectivos valores pagos.

13.2. Tendo em vista o presente Acordo e sujeito à implementação da Condições Suspensivas previstas no item 1.2, os Debenturistas Signatários concordam em desistir da Execução em relação aos mesmos, na forma do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, permanecendo no pólo ativo da Execução apenas o Pólo, sendo certo que cada parte da Execução deverá arcar com as suas próprias custas e honorários advocatícios. Os Debenturistas Signatários deverão protocolar a petição cabível, na forma do Anexo 13, no prazo de até 3 (três) dias úteis a partir da Data do Fechamento, a qual deverá ser assinada pelos advogados dos Debenturistas Signatários e pela CP Cimento, na Data do Fechamento, em duas vias, sendo uma via entregue à CP Cimento para que, na hipótese de descumprimento do disposto acima, tome as medidas cabíveis.

CLÁUSULA XIV - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

14.1. As Partes declaram e garantem umas às outras que, nesta data:

- (i) são devidamente organizadas, validamente existentes e em situação regular de acordo com as leis da República Federativa do Brasil; e

- (ii) têm poder e autoridade para celebrar o presente Acordo e quaisquer dos Instrumentos de Reestruturação, e para cumprir suas obrigações decorrentes do presente Acordo e dos Instrumentos de Reestruturação. A assinatura, entrega e execução deste Acordo por tal Parte e a consumação por esta das operações contempladas neste Acordo foram devidamente autorizadas e aprovadas por meio de todos os atos societários necessários.

14.2. Ainda, a CP Cimento e a Tupi declaram que são as únicas e legítimas proprietárias dos seus respectivos direitos creditórios que garantem o pagamento da Dívida Reestruturada.

14.3. A CP Cimento e a Tupi declaram que não têm conhecimento de qualquer contingência ou obrigação de qualquer natureza, exceto aquelas contidas no Contrato CCRG, que possa acarretar redução da Amortização Inicial ou da Amortização Extraordinária, sendo certo que qualquer redução implicará na obrigação da CP Cimento de recompor o valor na data original do vencimento, sob pena de vencimento antecipado automático, ressalvado o disposto no item 4.5.1 (b.3).

CLÁUSULA XV - VIGÊNCIA

15.1. Este Acordo é válido a partir de sua assinatura e vigorará até o cumprimento das obrigações aqui previstas, estando a sua eficácia, ressalvado o disposto no item 1.3 acima, condicionada à implementação das Condições Suspensivas.

15.2. Caso as Condições Suspensivas não ocorram até o dia 30 de março de 2007, este Acordo será considerado automaticamente rescindido, sendo certo que as dívidas originais de cada um dos Credores Brasileiros permanecerão inalteradas, podendo ser cobradas e executadas a partir de então, pela totalidade dos seus valores originais, anteriormente à assinatura do Memorando, incluindo encargos.

CLÁUSULA XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CP Cimento se compromete a encaminhar ao Agente Centralizador toda e qualquer informação que possua e que venha a ser razoavelmente solicitada por escrito pelo Agente Centralizador a respeito do valor da Dívida Reestruturada inerente às Notes.

16.2. As Partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Acordo são constituídos em caráter irrevogável e irretratável.

16.3. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

16.4. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Acordo ou de qualquer Instrumento de Reestruturação não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Acordo ou dos Instrumentos de Reestruturação, ou mesmo da integralidade de quaisquer dos Instrumentos de Reestruturação, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição às disposições ou Instrumentos de Reestruturação declarados inválidos ou nulos, a inclusão, neste Acordo, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, ou a celebração de novos Instrumentos de Reestruturação, se for o caso, que reflitam os termos e condições acordados neste Acordo, observada a intenção e objetivo das Partes quando da negociação deste Acordo e o contexto em que se insere.

16.5. As Partes deverão arcar com suas respectivas despesas, diretas e indiretas, incorridas em relação à negociação e elaboração deste Acordo e à consumação das obrigações aqui previstas. Não obstante, a CP Cimento concorda em pagar em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data do Fechamento, o valor fixo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) aos Credores Brasileiros, o qual será direcionado ao escritório Wald Advogados Associados, por conta e ordem dos Credores Brasileiros, devendo ser depositado na Conta nº 118182-3, Agência 1005, do Banco Unibanco S.A., a título de honorários de êxito, cabendo ao escritório Wald Advogados Associados o pagamento dos tributos incidentes sobre os honorários aqui mencionados, exceto pela CPMF correspondente.

16.6. Toda e qualquer importância devida aos Credores Brasileiros nos termos deste Acordo e nos demais Instrumentos de Reestruturação, ressalvado o disposto no item 16.5 acima, deverá ser paga líquida de quaisquer impostos, taxas e contribuições atualmente em vigor ou que, porventura, venham a ser instituídas.

16.7. No caso de qualquer conflito ou divergência entre os termos previstos no corpo deste Acordo e seus Anexos, prevalecerá sempre a respectiva disposição prevista no corpo deste Acordo.

16.8. Para os fins deste Acordo, os Credores Brasileiros poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Devedora nos termos dos artigos 461, 461-A, 585 II, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, and several initials and smaller signatures on the right side.

16.9. Qualquer alteração dos termos e condições deste Acordo somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes.

16.10. As Partes elegem o foro central da comarca do Rio de Janeiro para dirimir as eventuais controvérsias oriundas deste Acordo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, assinam o presente Acordo em 11 (onze) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2007.

1ª folha de assinaturas integrante do Acordo Global de Reestruturação de Dívidas, firmado em 05/03/2007.


CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.


CIMENTO TUPIS S.A.


UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.


BANCO ITAÚ BBA S.A.

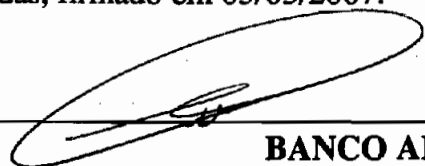

BANCO BRADESCO S.A.







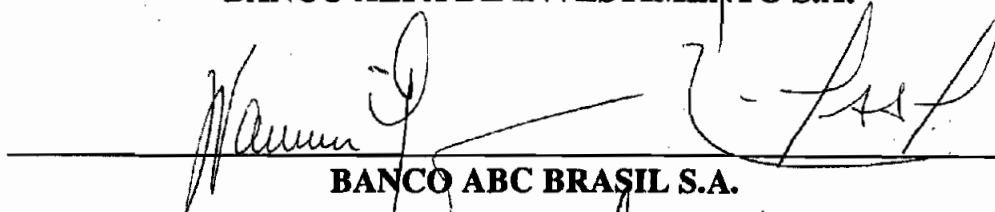
2ª e última folha de assinaturas integrante do Acordo Global de Reestruturação de Dívidas, firmado em 05/03/2007.



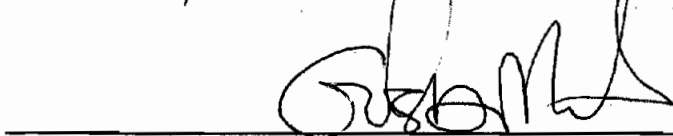
BANCO ABN AMRO REAL S.A.



BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

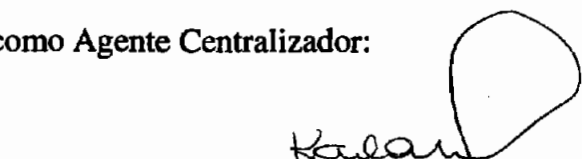


BANCO ABC BRASIL S.A.



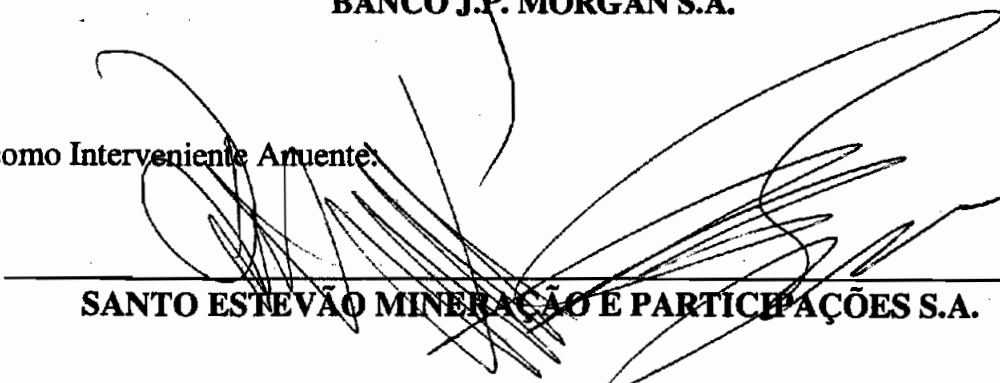
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

E como Agente Centralizador:



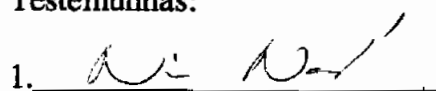
BANCO J.P. MORGAN S.A.

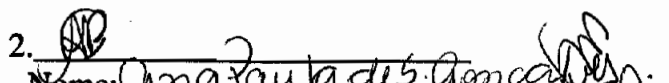
E como Interveniente Aruente:

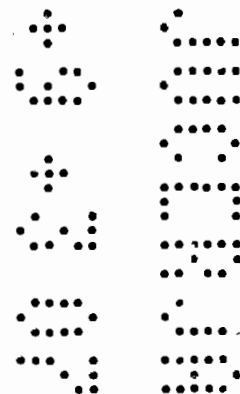


SANTO ESTEVÃO MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Testemunhas:

1. 
Nome: NILTON NAO
RG: 054 293 84-2

2. 
Nome: Ana Paula de S. Gonçalves
RG: 11500585-2 IFP

2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO III****INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS (REFERENTES AOS
RECEBÍVEIS CCRG)**

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'Q' followed by a series of loops and a final flourish.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.** companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, parte, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Devedora" ou "CP Cimento";

E de outro,

II. **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Eusébio Matoso, nº 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Unibanco";

III. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Itaú BBA";

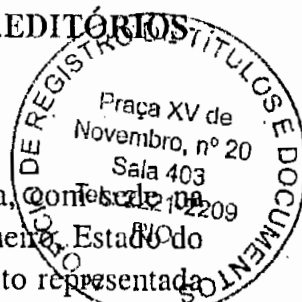
IV. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Vila Iara, s/n, Prédio Aniarelo velho, Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Bradesco";

V. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista, 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABN Real";

VI. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos, nº 466 - Cerqueira César, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Alfa";

VII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABC";

e, em conjunto com todos os bancos acima descritos, doravante denominados simplesmente "Bancos"; e



MA

RECEBUE

6 MB

me

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

VIII. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de "Agente Fiduciário", representando os debenturistas, conforme listados no Anexo I ("Debenturistas Signatários"), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 ("Debêntures Reestruturadas"), signatários do Memorando e do Acordo Global (conforme definição nos *considerandos* (A) e (B) abaixo), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados e seu 2º Aditamento, em fase de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada em conjunto como "Escritura", conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 17 de janeiro de 2007 (Anexo II a este instrumento). Para fins deste instrumento, todas as debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03.10.2003, incluindo as Debêntures Reestruturadas e as debêntures de titularidade da Polo Fundo de Investimento em Ações, são doravante designadas em conjunto como "Debêntures";

IX. BANCO J.P. MORGAN S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 33.172.537/0001-98, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, Londres, Inglaterra, E14 5AL, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o respectivo Trust Deed (em conjunto "Agente de Garantia"), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares de *fixed rates notes*, no montante, nesta data, de US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um, trezentos e sessenta dólares), remunerados à taxa de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento ("Notes", e os titulares das Notes doravante denominados "Noteholders");

Como Agente Centralizador,

X. BANCO J.P. MORGAN S.A, acima qualificado ("Agente Centralizador").

Os Bancos, os Debenturistas Signatários e o Agente de Garantia em conjunto doravante denominados "Credores"; Os Credores e a Devedora designados em conjunto como "Partes".

CONSIDERANDO QUE:

A) A Devedora, juntamente com a Cimento Tupi S.A., e os Credores (com exceção do Agente de Garantia) firmaram em 28 de dezembro de 2006, um Memorando de Intenções, que teve como intervenientes anuentes a Oliveira Trust DTVM S.A. e a Santo Estevão Mineração e Participações S.A. ("Memorando"), contendo de forma

genérica, as condições gerais da reestruturação das principais dívidas da Devedora e da Cimento Tupi S.A..

- B) Baseando-se no Memorando, nesta data, as Partes (com exceção do Agente de Garantia) celebraram o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas, tendo acordado, de forma definitiva, a respeito de todas as condições da reestruturação das dívidas da Devedora e da Cimento Tupi S.A., substituindo assim os termos e condições previstos no Memorando e nos instrumentos originais das referidas dívidas ("Acordo Global", Anexo III ao presente Contrato).
- C) Em cumprimento ao disposto no item 4.10 (i) do Acordo Global, a Devedora deseja, nos termos deste instrumento, constituir, em favor dos Credores, penhor de parte do crédito de titularidade da CP Cimento, oriundo do Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da Companhia de Cimento Ribeirão Grande ("Contrato CCRG"), celebrado entre a CAL Itau Participações S.A. ("CAL"), companhia integralmente controlada pela Votorantim Participações S.A. e a CP Cimento, em 27 de novembro de 2006;
- D) A reestruturação financeira da CP Cimento e Tupi é formalizada pela celebração deste instrumento e dos demais instrumentos de reestruturação, quais sejam: (i) o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas; (ii) a *Notice of Result of Adjourned Meeting of Noteholders* e demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário – CCB; (iv) o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi); (vi) o Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG"; (vii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006 e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pela Polo, com a concordância da CP Cimento; (viii) o Contrato de Depósito em Conta Vinculada; (ix) o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança; (x) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança; e (xi) a Petição de desistência da Execução (todos, em conjunto, inclusive com o presente instrumento, doravante designados como "Instrumentos de Reestruturação").

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios" ("Contrato"), que constitui parte integrante do Acordo Global, nos termos e condições abaixo definidos.

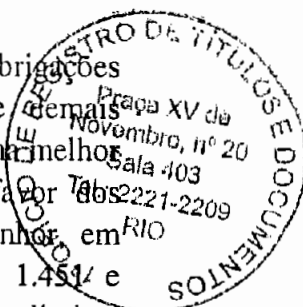
Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste Contrato e aqui não definidos terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos no Acordo Global. Os termos definidos no singular terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos se utilizados no plural e vice-versa.

I. CONSTITUIÇÃO DO PENHOR

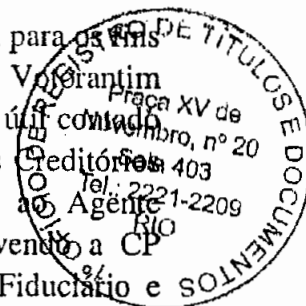
CLÁUSULA 1ª – Em garantia do fiel e integral cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela Devedora no âmbito do Acordo Global e demais Instrumentos de Reestruturação (“Obrigações”), pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, e sem prejuízo das demais garantias constituídas em favor dos Credores, a CP Cimento, em caráter irrevogável e irretratável, constitui penhor, em primeiro grau (“Penhor”), em favor dos Credores, nos termos do artigo 1.451 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), dos direitos creditórios decorrentes do Contrato CCRG abaixo relacionados, que em conjunto são doravante designados como “Direitos Creditórios”:

- (a) parcela de R\$ 79.764.784,86 (setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, em 1 de julho de 2007;
- (b) parcela de R\$ 23.224.084,54 (vinte e três milhões, duzentos e vinte quatro mil, oitenta e quatro reais e cinqüenta e quatro centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, em 1 de julho de 2007, – condicionada à prévia desoneração das ações de emissão da CCRG empenhadas às Debêntures;
- (c) parcela de R\$ 39.630.519,55 (trinta e nove milhões, seiscentos e trinta mil, quinhentos e dezenove reais e cinqüenta e cinco centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2007, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento;
- (d) parcela de R\$ 59.445.779,32 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2008, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento; e
- (e) parcela de R\$ 63.805.136,47 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2009, parcela esta que será corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento.

Parágrafo 1º – Sobre uma das parcelas dos Direitos Creditórios poderá ocorrer, uma única vez, uma redução de até R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), corrigido pela taxa SELIC, desde 27 de novembro de 2006, caso o valor dos Direitos Creditórios venha a ser reduzido em função de realização de contingência fiscal de acordo com o Contrato CCRG. Na hipótese de a dívida bancária e os tributos devidos pela CCRG, nos termos da Cláusula 2.11 e seguintes do Contrato CCRG, superarem R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), poderá haver uma redução de pagamento pela CAL ou Votorantim, exclusivamente, na parcela prevista no item (a) acima, no valor que superar R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).



Parágrafo 2º - Em razão do Penhor ora constituído, a CP Cimento se obriga, para os fins do artigo 1.453 do Código Civil, a enviar notificação à CAL e à Votorantim Participações S.A., conforme minuta anexa (Anexo IV), em até 1 (um) dia útil contado desta data, para que a CAL deposite integralmente os valores dos Direitos Creditórios na conta-corrente nº 73.1.10054-1, agência nº 011, Banco 376, junto ao Agente Centralizador, de titularidade da CP Cimento ("Conta Vinculada"), devendo a CP Cimento, encaminhar cópia da referida notificação aos Bancos, Agente Fiduciário e Agente de Garantia, após a expressa ciência da CAL e da Votorantim Participações S.A., quando da comunicação a respeito da Data do Fechamento prevista no Acordo Global.



Parágrafo 3º - Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil, fica expressamente declarado que:

- A parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Bancos e aos Debenturistas Signatários totaliza R\$ 319.569.771,79 (trezentos e dezenove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), nesta data, e a parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Noteholders totaliza US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares), nesta data;
- O prazo fixado para pagamento final da Dívida Reestruturada é 10 de dezembro de 2011, observados os vencimentos parciais estabelecidos neste Contrato, no Acordo Global e nos documentos aplicáveis aos Noteholders;
- O pagamento aos Credores será efetuado nos termos do Acordo Global e do Contrato de Depósito em Conta Vinculada;
- A parcela da Dívida Reestruturada em moeda corrente nacional será atualizada, a partir da presente data, pelos juros correspondentes à taxa de Certificados de Depósito Interbancário - CDI acrescidos de 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira detida pelos Noteholders, incidirá juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano.
- Os bens dados em penhor são os Direitos Creditórios advindos do Contrato CCRG.

Parágrafo 4º - A constituição do presente penhor não prejudicará e/ou afetará os demais direitos e garantias constituídos para assegurar o pagamento das Obrigações, podendo os Credores, inclusive o Agente de Garantia e o Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplemento da Devedora, executar a Dívida Reestruturada e as garantias a ela atreladas, isolada ou simultaneamente, independentemente da existência ou não de valores decorrentes do penhor descrito no presente instrumento.

II. DESTINO DO PRODUTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

CLÁUSULA 2ª - Os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios que forem depositados na Conta Vinculada serão movimentados exclusivamente pelo Agente Centralizador,

27.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

respeitados os termos do presente Contrato, do Contrato de Depósito em Conta Vinculada e do Acordo Global.

Parágrafo 1º - O valor dos Direitos Creditórios, com os acréscimos previstos no Acordo Global, depositado na Conta Vinculada será utilizado integralmente para pagamento das Obrigações, até o limite do seu valor, respeitado o disposto no parágrafo 9º desta Cláusula, responsabilizando-se o Agente Centralizador pela distribuição dos referidos valores aos Credores, na proporção indicada no Anexo V do presente Contrato.



Parágrafo 2º - Fica desde já instruído o Agente Centralizador, em caráter irrevogável e irretratável, respeitado o disposto no parágrafo 9º deste item, a efetuar, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento na Conta Vinculada dos recursos correspondentes aos Direitos Creditórios, a transferência compulsória desses valores aos Credores, na proporção indicada no Anexo V e nas contas correntes respectivas indicadas no Anexo VI, valendo o comprovante de transferência como recibo dos valores transferidos aos Credores na amortização da Dívida Reestruturada. Tal comprovante deverá ser disponibilizado pelo Agente Centralizador aos Bancos, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado de cada transferência.

Parágrafo 3º - Em relação aos Debenturistas Signatários, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente indicada no Anexo VI junto ao Bradesco, na qualidade de Banco Mandatário indicado na Escritura. A transferência de recursos do Agente Centralizador para o Banco Mandatário dos Debenturistas Signatários será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Brasileiros, de forma que todos os Credores Brasileiros recebam os valores devidos na mesma data.

Parágrafo 4º - Em relação aos Noteholders, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente prevista no Anexo VI, junto ao Agente de Pagamento. As Partes concordam que quaisquer pagamentos ao Agente de Pagamento ou Agente de Garantia, inerentes a excussão de garantias, amortizações da Dívida Reestruturada e/ou quaisquer outros pagamentos em favor dos Noteholders, previstos neste Contrato, no Acordo Global ou em qualquer dos demais Instrumentos de Reestruturação, poderão ocorrer posteriormente às respectivas datas previstas neste Contrato, no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, desde que em conformidade com os Instrumentos das Notes.

Parágrafo 5º - O Agente Centralizador assina o presente Contrato, comprometendo-se a cumprir a sua obrigação de centralizador da arrecadação do produto da cobrança dos Direitos Creditórios, obedecendo e observando fielmente as previsões deste Contrato que lhe sejam aplicáveis, bem como as ordens e instruções emitidas pelos Credores.

Parágrafo 6º - Até a integral quitação das Obrigações, os Credores exercerão sobre os Direitos Creditórios todos os direitos previstos no artigo 1.455 do Código Civil, ficando autorizados pela Devedora a utilizar o produto das quantias correspondentes aos

97.

[Handwritten signature]

0

GAR

[Handwritten signature]

Direitos Creditórios, extrajudicialmente, independentemente de qualquer tipo de aviso, notificação ou intimação, para quitação e/ou amortização das referidas Obrigações.

Parágrafo 7º - É vedado à CP Cimento o recebimento de qualquer quantia relativa aos Direitos Creditórios que não através do depósito na Conta Vinculada, exceto na hipótese prevista no disposto no parágrafo 9º deste item, sendo que no caso de a CP Cimento ainda assim receber, de outra forma, algum pagamento relativo aos referidos Direitos Creditórios, fica ela obrigada, sob as penalidades previstas no artigo 1.460 e parágrafo único do Código Civil, a creditar na mesma data os valores recebidos na respectiva Conta Vinculada, independentemente de qualquer aviso ou notificação, responsabilizando-se até a realização de tal entrega como fiel depositária da respectiva quantia.

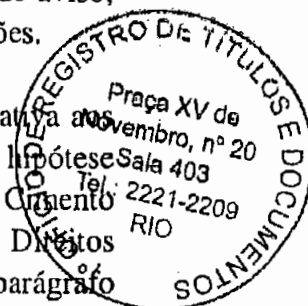
Parágrafo 8º - Este Contrato não será considerado inadimplido pela Devedora, no caso de eventual inadimplência ou atraso no pagamento dos Direitos Creditórios pela CAL ou pela Votorantim, desde que, nos termos do Acordo Global, a Devedora realize o depósito integral dos valores em atraso na Conta Vinculada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados das respectivas datas previstas na Cláusula 1ª deste Contrato.

Parágrafo 9º - No caso de eventual inadimplência ou atraso no pagamento dos Direitos Creditórios pela CAL ou pela Votorantim, e a Devedora venha a depositar na Conta Vinculada o valor correspondente à parcela dos Direitos Creditórios em atraso, a Devedora, a seu exclusivo critério, poderá solicitar ao Agente Centralizador a transferência para a Devedora, do exato montante que venha a ser depositado pela CAL ou pela Votorantim posteriormente para a quitação da parcela referente aos mesmos Direitos Creditórios, ficando o Agente Centralizador, desde já, expressamente autorizado a realizar tal transferência.

III. EXCUSSÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 3ª - Ocorrendo o vencimento das Obrigações garantidas pelo Penhor, quer seja na data do efetivo vencimento, quer seja antecipadamente, tal como definido no Acordo Global, observado o previsto no item 4.5.1 (b.3) do Acordo Global, ficam os Credores e o Agente Fiduciário, isoladamente ou em conjunto, autorizados pela Devedora, a proceder à excussão, judicial ou extrajudicial, dos valores empenhados em benefício dos Credores, na proporção da participação de cada um deles.

Parágrafo 1º - O disposto no *caput* acima consubstancia o direito dos Credores reconhecido pela Devedora de, conforme previsto na legislação civil brasileira, executar ou executar, imediata e extrajudicialmente, a garantia de penhor objeto deste Contrato, mediante simples notificação, na hipótese de inadimplemento por parte da Devedora de qualquer de suas obrigações, ou ainda, nas hipóteses de vencimento antecipado previstas no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, sendo certo que o exercício de qualquer desses direitos não deverá, em hipótese alguma, prejudicar o exercício de qualquer outro direito, podendo todos eles ser exercidos simultânea e/ou conjuntamente.



Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several sets of initials below it.

Handwritten initials '97' at the bottom left.

Handwritten signature and initials at the bottom center.

Handwritten initials 'RAN' at the bottom center-right.

Handwritten initials 'G', 'mb', 'e', and 'P' on the bottom right.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a excussão do Penhor ora constituído nos termos previstos na presente Cláusula, os recursos obtidos serão destinados pelo Agente Centralizador preferencialmente na amortização dos acessórios das Obrigações, e o saldo porventura existente, na amortização do principal referente às Obrigações.

IV. PRAZO DE VIGÊNCIA E LIBERAÇÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 4ª - O Penhor ora constituído permanecerá íntegro e em pleno vigor desde a presente data e até que (i) as Obrigações tenham sido cumpridas de forma integral e definitiva; ou (ii) o Penhor seja totalmente excutido, devendo os Credores entregar, ao final, à Devedora, o que sobejar o valor das Obrigações, em sendo este o caso, respeitado o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º - Fica desde já certo e ajustado que a liberação definitiva do Penhor constituído nos termos deste contrato ocorrerá mediante a comprovação do cumprimento integral das Obrigações, obrigando-se os Credores e o Agente Fiduciário, diante de tal cumprimento, a assinar e entregar à Devedora todo e qualquer documento necessário à liberação da garantia representada pelo Penhor e ao cancelamento de quaisquer registros existentes sobre o Penhor ora constituído, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação encaminhada pela Devedora.

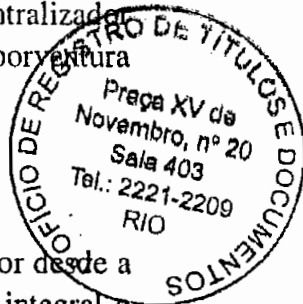
Parágrafo 2º - Não obstante o disposto neste Contrato, caso os valores relacionados à Metade da Alienação Tupi, conforme definida no Acordo Global, sejam pagos aos Credores, as Partes se obrigam, em caráter irrevogável e irretratável, a cancelar o penhor de Recebíveis CCRG vincendos, na ordem inversa, no mesmo valor do mencionado pagamento, obrigando-se os Credores e o Agente Fiduciário, a assinar e entregar às Devedoras e ao Agente Centralizador todo e qualquer documento necessário à liberação da garantia representada pelo Penhor, conforme acima previsto, e ao cancelamento dos respectivos registros, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação encaminhada pela Devedora.

Parágrafo 3º - Caso as Condições Suspensivas previstas no item 1.2 do Acordo Global não ocorram até o dia 30 de março de 2007, este Contrato será considerado automaticamente rescindido, sem obrigações de Parte a Parte em relação ao penhor previsto neste Contrato.

V. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA

CLÁUSULA 5ª - Até que as Obrigações tenham sido integralmente cumpridas, a Devedora obriga-se a:

- (i) até 30 de março de 2007, implementar o registro do presente Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco, arcando com os custos incidentes, bem como disponibilizar tal registro nos termos do Acordo Global. As Partes acordam que os Anexos a este Contrato serão levados a registro sem os seus respectivos anexos.

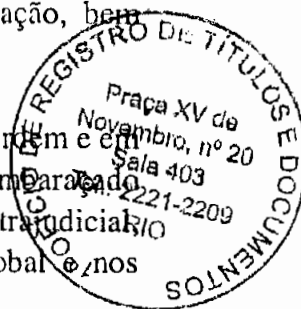


mt

Handwritten signatures and initials, including a large signature and several smaller ones, some with circular stamps.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature and several smaller ones.

- (ii) praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação, bem como à manutenção do Penhor;
- (iii) manter o Penhor sempre existente, válido, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, livre e desembaraçado de quaisquer gravames ou ônus, seja de natureza judicial ou extrajudicial, observado o disposto no presente Contrato, no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação;
- (iv) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar os Direitos Creditórios ou o Penhor;
- (v) disponibilizar aos Bancos, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário, cópia de qualquer correspondência ou notificação, recebida ou expedida, em relação ao Contrato CCRG ou aos Direitos Creditórios, no prazo de até 1 (um) dia útil a contar do seu recebimento; e
- (vi) não realizar alteração do Contrato CCRG que implique na alteração do fluxo de recebimentos nele previsto e que afete o fluxo de pagamento dos Direitos Creditórios, sem a prévia e expressa autorização do Comitê de Credores.



VI. DECLARAÇÕES DA DEVEDORA

CLÁUSULA 6ª – Por força da constituição do Penhor, a Devedora declara que:

- (i) A CP Cimento é legítima titular e proprietária dos Direitos Creditórios, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos de qualquer natureza, exceto pelo Penhor ora constituído.
- (ii) A Devedora possui plena capacidade e legitimidade para celebrar este instrumento e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto.
- (iii) Este instrumento é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa à Devedora, exequível contra ela de acordo com os seus termos e condições.

VII. DECLARAÇÕES DOS CREDITORES

CLÁUSULA 7ª – Por força da constituição do Penhor, os Credores declaram que:

- (i) possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar este instrumento e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto, e

- (ii) este instrumento é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa aos Credores, de acordo com os seus termos e condições.

VIII. COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 8ª – Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as Partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Contrato deverá ser feita por escrito e enviada aos endereços indicados no Preâmbulo do presente Contrato, ou a outro endereço que vier a ser oportunamente comunicado pela Parte em questão.

Parágrafo Primeiro – As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” para os endereços indicados no Preâmbulo.

Parágrafo Segundo – Toda e qualquer comunicação a ser enviada aos Debenturistas Signatários e aos Noteholders será encaminhada exclusivamente ao Agente Fiduciário ou ao Agente de Garantia, respectivamente.

IX. IRREVOGABILIDADE E DA IRRETRATABILIDADE

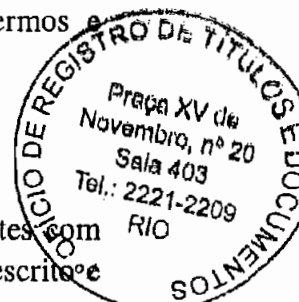
CLÁUSULA 9ª – As Partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato de Penhor são constituídos em caráter irrevogável e irretratável.

X. DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 10 – Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

CLÁUSULA 11 – A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados o objetivo e a intenção das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

CLÁUSULA 12 - O Agente de Garantia ou o Agente Centralizador poderão ceder os direitos e obrigações previstos neste Contrato ao The Bank of New York,



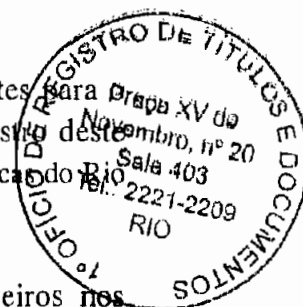
[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]

independentemente de qualquer formalidade ou ato, incluindo a anuência das Partes, desde que o The Bank of New York assumia todas as obrigações do Agente de Garantia ou do Agente Centralizador, conforme o caso, previstas neste Contrato.

CLÁUSULA 13 – Todas e quaisquer despesas incorridas por qualquer das Partes para o registro deste instrumento deverão ser pagas pela Devedora, inclusive o registro deste Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco.



CLÁUSULA 14 – Toda e qualquer importância devida aos Credores Brasileiros nos termos deste Contrato deverá ser paga em moeda corrente nacional, líquida de quaisquer impostos, taxas e contribuições atualmente em vigor ou que, porventura, venham a ser instituídas, sendo vedada qualquer forma de compensação.

CLÁUSULA 15 – Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Devedora, nos termos dos artigos 461, 461-A, 585 III, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 16 – O presente Contrato integra e complementa, para todos os efeitos legais, o Acordo Global, sendo parte integrante e inseparável do mesmo, como se nele estivesse transcrito, devendo ambos serem lidos e interpretados em conjunto.

CLÁUSULA 17 – Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes.

CLÁUSULA 18 – Os Credores e o Agente Fiduciário ficam investidos de todos os poderes bastantes para a prática dos atos que julgarem necessários à defesa, conservação, validade e execução da garantia ora constituída. Não obstante a outorga de poderes ora ajustada, ficam os Credores e o Agente Fiduciário exonerados de qualquer responsabilidade perante a Devedora ou terceiros, na hipótese de omissão na prática desses atos.

CLÁUSULA 19 – Aplicam-se ao presente penhor as disposições do Artigo 1.451 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 20 – As Partes elegem o foro central da comarca do Rio de Janeiro para dirimir as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, assinam o presente Contrato de Penhor em 33 (trinta e três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2007.



CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

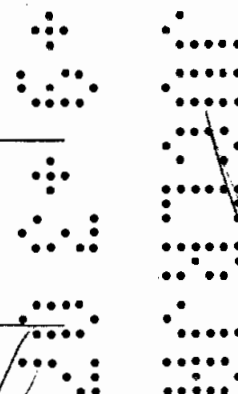
BANCO ITAÚ BBA S.A.

BANCO BRADESCO S.A.

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.



1ª folha de assinaturas integrante do Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios, firmado em 05/03/2007.



E na qualidade de representante dos Debenturistas Signatários:


**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
 MOBILIÁRIOS S.A.**

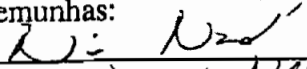
Representando a si mesmo e a todos os Noteholders:



BANCO J.P. MORGAN S.A.

E como Agente Centralizador:


BANCO J.P. MORGAN S.A.

Testemunhas:

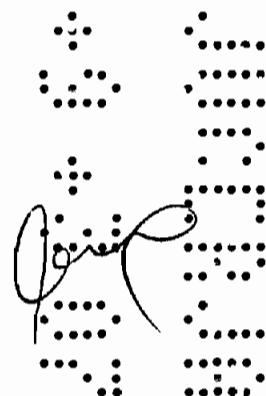
1. 
 Nome: VINÍCIUS NOBREGA
 RG: 057.293.847

2. 
 Nome: Ana Paula dos Santos
 RG: 11.600.585-2 IFRJ

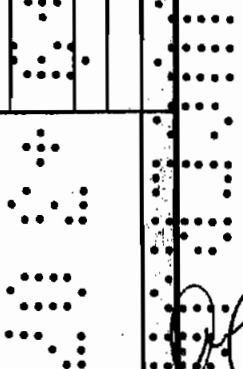
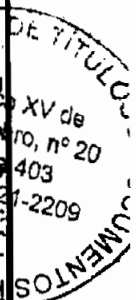
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DEBENTURISTAS SIGNATÁRIOS



Quantidade	Descrição do Títular da Debênture	CNPJ	Endereço
7	BRADESCO FI MM ALBI	06.877.816/0001-84	<p>AV. PAULISTA, 1450, 6º ANDAR - SÃO PAULO/ SP CEP: 01310-917 - SEDE: Cidade de Deus, Vila Yara - S/Nº - Osasco / SP - CEP 06029-900</p>
8	BRADESCO FI MULTIMERCADO ANDROMEDA	07.058.057/0001-90	
1	BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II	06.190.188/0001-64	
1	BRADESCO FI MM INFRAPREV ATUARIAL PLUS I	06.190.251/0001-62	
19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO	07.187.482/0001-80	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO MULTIPERFORMANCE	00.829.163/0001-81	
5	BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH	00.806.285/0001-52	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO DYNAMIC	01.549.381/0001-25	
29	BRAM FI RENDA FIXA TARGET	02.998.239/0001-28	
10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I	02.998.164/0001-85	
32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS	01.606.552/0001-00	<p>AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 707, 14º ANDAR - SP - CEP: 04334-902</p>
1	BRADESCO FI RENDA FIXA LONGO PRAZO YIELD	03.054.724/0001-06	
3	BRADESCO FI RENDA FIXA WINNER	03.443.809/0001-86	
12	BRADESCO FI RENDA FIXA ALFA	03.546.870/0001-59	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM	03.553.574/0001-85	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE	03.549.098/0001-29	
8	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA	03.958.682/0001-38	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL	04.244.510/0001-65	
69	BRADESCO FI RENDA FIXA TARGET I	02.335.944/0001-45	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO ENERGIA	03.149.243/0001-84	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE I	04.841.576/0001-32	<p>AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 707, 14º ANDAR - SP - CEP: 04334-902</p>
7	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.841.657/0001-32	
5	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO ALOCAÇÃO	04.841.745/0001-34	
1	BRAM PRIVATE FI RENDA FIXA CREDITO	04.875.006/0001-63	
1	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVAT VOS	04.875.059/0001-84	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO BELGRADO	05.091.139/0001-01	
21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA	04.968.651/0001-20	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO BALL	05.222.502/0001-80	
3	FI RF DOURADO	04.052.631/0001-05	
5	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDARE	05.222.506/0001-69	
19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI	4.657.820/0001-01	<p>AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 707, 14º ANDAR - SP - CEP: 04334-902</p>
96	TOP RENDA FIXA MIX LONGO PRAZO FI	1.361.074/0001-16	
40	FLOOR RENDA FIXA FI	1.597.275/0001-17	
23	ITAU OASIS RENDA FIXA FI	1.606.549/0001-97	
10	ITAU PERFORMANCE RENDA FIXA FI	822.944/0001-44	



ENDERECO



50	MELLON FIE II FI Multimercado	06.974.735/0001-00	Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 716 - 8º andar, CEP: 04571-000
100	Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	Alameda Santos 466 / 4º andar São Paulo CEP: 01418-000
3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	05.066.595/0001-00	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
4	Bosch Brasil VI Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário	05.464.910/0001-49	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro; CEP: 20030-905
3	Havertown Investments Holding LLC	05.623.307/0001-62	RUA VISCONDE DE PIRAJÁ 433, SLS. 804/805 CEP: 20410-003
5	CAJA PARAGAYA DE LA ITAIPU BIN	06.541.046/0001-02	Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar, São Paulo, Brasil
5	Morumbi Capital I, LLC	07.604.875/0001-41	Av. Brasil, 4.036 - 3 Andar - Mangueinhos - RJ - 21040-361
5	Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social	28.954.717-0001-91	Av. Paulista, 1111 - 2º andar - parte - São Paulo - SP - 11-4009-3936 c/c Avenida Presidente Wilson, 231/11º andar - CEP 20030-905 Centro - Rio de Janeiro
149	Fundo de Investimento em Desenvolvimento e Consolidação - Renda Fixa	04.885.571/0001-01	
2	UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.841.638/0001-06	Praia de Botafogo 228 - 16º andar, parte - Botafogo - RJ
100	HSBC FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA PERFORMANCE	06.077.638/0001-07	Travessa Oliveira Bello, 34 Centro - Palácio Avenida 1º andar - Curitiba/PR CEP: 80.020-030
7	PARAIBA DO SUL - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	04.667.988/0001-06	Av.: Brigadeiro Faria Lima, nº 3400 - 19º andar - Edifício Faria Lima Financial Center - Itaim Bibi
1	ITAPEMA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.584.616/0001-70	Al. Rio Negro 433, 7º andar - Barueri/ SP/06454-000
25	Concórdia Master Fundo de Investimento Renda Fixa	03.913.067/0001-05	Rua Libero Badaró, 425-23º andar. São Paulo-SP. Cep: 01009-905
50	BES INVESTIMENTO DO BRASIL	34.111.187/001-12	AV. BRIGADEIRO FARIA DE LIMA, 3729 - 8º ANDAR CEP: 04538-905
2	FIF BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND	05.642.617/0001-24	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510 - 11º andar CEP: 04543-906
7	ANCHOR FUNDO DE INVESTIMENTO	04.381.431/0001-04	Avenida Almirante Barroso, 52, sala 3301, Rio de Janeiro Cep: 20031-000
980	Total		

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO II

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DE 17 DE JANEIRO DE 2007



Handwritten signature over a grid of dots.

Handwritten initials "JP, G".

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 03.410.855/0001-89

NIRE 33300263217

Companhia Aberta



Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007, lavrada na forma de sumário conforme faculta o § 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

- I. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 17 de janeiro de 2007, às 11:00h, na Avenida Almirante Barroso nº 52, 3º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.
- II. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Tendo em vista a presença de debenturistas representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação (as "Debêntures") da 2ª Emissão da CP Cimento e Participações S/A (a "2ª Emissão" e a "Emissora"), conforme assinaturas apostas abaixo, ficam dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, bem como do item 6.3 da escritura das Debêntures. Presentes também os Srs. José Alexandre Costa de Freitas - representante da Oliveira Trust DTVM S/A, Agente Fiduciário dos debenturistas ("Agente Fiduciário") e os advogados da Wald e Associados Advogados.
- III. MESA:** Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira, como Presidente, e Sr. José Alexandre Costa de Freitas, como Secretário.
- IV. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as providências de formalização dos Documentos de Reestruturação¹ conforme Memorando de Intenções celebrado em 28 de dezembro de 2006, por 98% (noventa e oito por cento) dos titulares das debêntures da 2ª Emissão.
- V. ABERTURA DOS TRABALHOS:** Abertos os trabalhos, o representante do Agente Fiduciário declarou instalada a presente Assembléia haja vista a presença de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação da 2ª Emissão. Após a leitura da Ordem do Dia, o representante do Agente Fiduciário propôs aos presentes que elessem um Presidente para conduzir os trabalhos e um secretário para, dentre outras providências, lavrar a presente ata. Assim, a unanimidade dos debenturistas presentes elegeram a Sra.

¹ Conforme definido no Memorando de Intenções.



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials and smaller signatures on the right.




 J. B. Smith

 J. B. Smith

 J. B. Smith

 J. B. Smith

 J. B. Smith

 J. B. Smith

10501-1

à opor a celebração, pelos Debenturistas Signatários, do Memorando de Intenções, que estabelece as condições aceitas pelos Debenturistas Signatários para a novação de seus créditos.



VI. DELIBERAÇÕES: Diante do acima exposto, os debenturistas presentes nesta AGD, representando 100% (cem por cento) das debêntures da 2ª Emissão deliberaram:

- (i) Aprovar a novação dos créditos referentes a 980 (novecentas e oitenta) debêntures, correspondentes a 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão, de modo a refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada², previstos no Memorando de Intenções, permanecendo, desta forma, vencidas as 20 (vinte) debêntures correspondentes a 2% (dois por cento) da emissão, de propriedade da Polo;
- (ii) Ressalvar expressamente todos os direitos e créditos da Polo, decorrentes das debêntures de que é titular, correspondentes à 2ª Emissão, que continuarão a ter as condições previstas na Escritura da 2ª Emissão (como vigente em 01 de outubro de 2006, data de vencimento das debêntures da 2ª Emissão), visto que tais debêntures permanecem vencidas;
- (iii) Autorizar o Comitê de Debenturistas a negociar e o Agente Fiduciário a firmar, representando os Debenturistas Signatários, o Aditamento à Escritura de Debêntures (ou outro documento equivalente) de modo a refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada³, previstos no Memorando de Intenções, ficando expressamente estabelecido que o referido Aditamento (ou documento equivalente) não alcançará a Polo, que permanecerá com os direitos originários referentes ao vencimento de suas debêntures, conforme estabelecido na Escritura da 2ª Emissão;
- (iv) Autorizar o Comitê de Debenturistas a negociar e o Agente Fiduciário a firmar, representando os Debenturistas Signatários, todos os outros instrumentos (Documentos de Reestruturação⁴) e praticar todos os atos úteis ou necessários para refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada⁵, previstos no Memorando de Intenções, ficando expressamente estabelecido que os referidos Documentos de Reestruturação não alcançarão a Polo, que permanecerá com os direitos originários da Escritura da 2ª Emissão.

Adicionalmente, os debenturistas deliberaram por unanimidade aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos debenturistas presentes, nos termos do art. 130 e seus parágrafos, da Lei n.º 6.404/76.

² Conforme definido no Memorando de Intenções.
³ Conforme definido no Memorando de Intenções.
⁴ Conforme definido no Memorando de Intenções.
⁵ Conforme definido no Memorando de Intenções.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.

Por fim, declarou o Agente Fiduciário que zelará para que todas as deliberações tomadas nesta AGD e constantes da presente ata sejam devidamente implementadas.



VII. ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, bem como pelos representantes do Agente Fiduciário, da Wald e Associados Advogados.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2007.

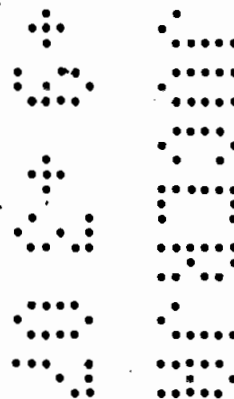
Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
Presidente

Sr. José Alexandre Costa de Freitas
Secretário

Sr. José Alexandre Costa de Freitas
Representante da Oliveira Trust DTVM S/A - Agente Fiduciário

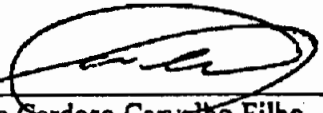
Drª Luiza Rangel de Moraes
Wald e Associados Advogados


Sr. Luis Carlos Marinho de Andrade
ITAU PERFIX RENDA FIXA FI - Titular de 19 debêntures
TOP RENDA MIX FIF - Titular de 96 debêntures
FLOOR FIF - Titular de 40 debêntures
ITAU OASIS FIF - Titular de 23 debêntures
ITAU PERFORMANCE FIF - Titular de 10 debêntures



Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em 2006
em Série única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007

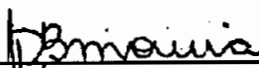


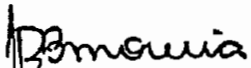

Sr. Mario Cardoso Carvalho Filho
WESTLB FTE II FI MULTIMERCADO - Titular de 50 debêntures

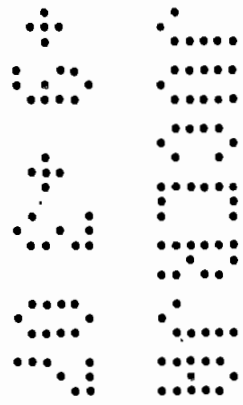

Sra. Ana Lucia Seabra
PARAIBA DO SUL FI MULTIM. PREVIDENCIÁRIO - Titular de 7 debêntures

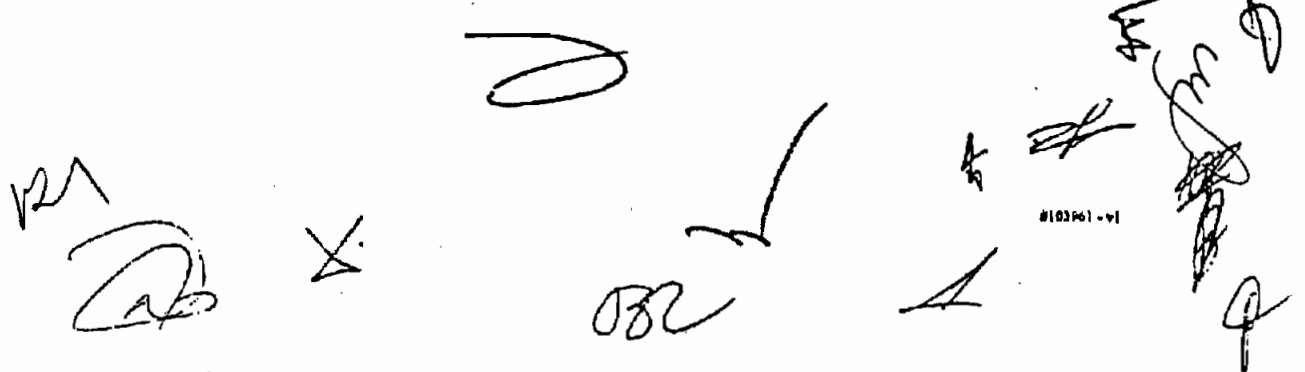

Sr. Christiano dos Santos Mendes Pereira
POLO HG FIA - Titular de 20 debêntures


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
BOSCH BRASIL VI FI MULT. PREVIDENCIÁRIO - Titular de 4 debêntures


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
ITAPEMA FI RENDA FIXA - Titular de 1 debênture


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF - Titular de 3 debêntures



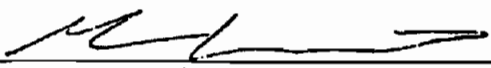


Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007





Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira

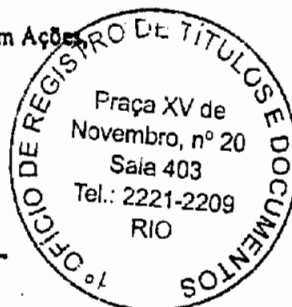
BRADESCO FI RENDA FIXA ALBI - Titular de 7 debêntures
BRADESCO FI RENDA FIXA ANDROMEDA - Titular de 8 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II - Titular de 1 debênture
BRADESCO FIF INFRAPREV ATUARIAL PLUS - Titular de 1 debênture
BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO - Titular de 19 debêntures
BRADESCO FI MULT. MULTIPERFORMANCE - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH - Titular de 5 debêntures
BRADESCO BJ FIF DYNAMIC - Titular de 3 debêntures
BRAM FIF RF TARGET - Titular de 29 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I - Titular de 10 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS - Titular de 32 debêntures
BRADESCO FI RF LONGO PRAZO YIELD - Titular de 1 debênture
BRADESCO FI RF WINNER - Titular de 3 debêntures
BRADESCO FIF RENDA FIXA ALFA - Titular de 12 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM - Titular de 5 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE - Titular de 2 debênture
BRADESCO PRIVATE FI RF - Titular de 8 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FI RF TARGET I - Titular de 69 debêntures
BRADESCO FIF ENERGIA - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FIF PRIVATE RF CREDITO - Titular de 7 debêntures
BRAM FIF PRIVATE ALCACAO - Titular de 5 debêntures
BRAM FIF PRIVATE CREDITO - Titular de 1 debênture
BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS - Titular de 1 debênture
BRADESCO BJ FIF BELGRADO - Titular de 5 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA - Titular de 21 debêntures
BRADESCO FIF BALL - Titular de 3 debêntures
BRADESCO FIF ANDARE - Titular de 5 debêntures
FI RENDA FIXA DOURADO - Titular de 3 debêntures

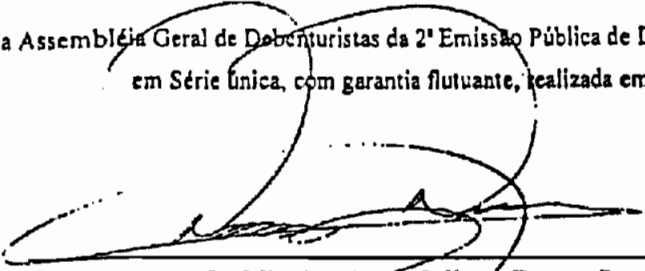

Sr. Mariano Ceppas Figueiredo

HAVERTOWN INVESTMENTS HOLDING LLC - Titular de 3 debêntures



Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série Única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007



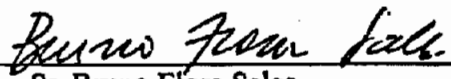

Sr. Nicolas César Julião Butros Prestes Licoliello
FUNDO CONCORDIA MASTER INVESTIMENTO FINANCEIRO
Titular de 25 debêntures



Sr. Rafael Libman
UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA - Titular de 2 debêntures


Sr. Maurício Nazar
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A - Titular de 100 debêntures

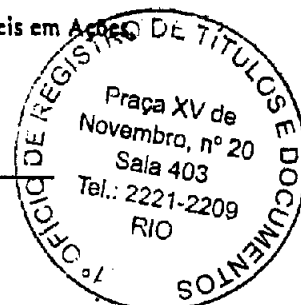

Sr. Renato Lazaro Ramos e Carlos Roberto Pessoa de Lima
HSBC FI RENDA FIXA PERFORMANCE - Titular de 100 debêntures


Sr. Bruno Flora Sales
FIF ANCHOR - Titular de 7 debêntures


Sr. Bruno Flora Sales
FIF RF EM DESENVOLVIMENTO & CONSOLIDAÇÃO - Titular de 149 debêntures

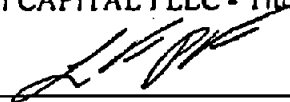

Sr. Edmilson Loureiro de Lyra
INSTITUTO OSW. CRUZ - CONTA INVESTIMENTO - Titular de 5 debêntures

Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações
em Série Única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007





Sr. Luiz Felipe Passos Fleury
MORUMBI CAPITAL I LLC - Titular de 5 debêntures



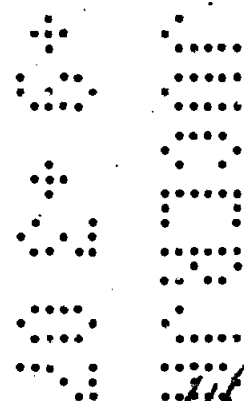
Sr. Luiz Felipe Passos Fleury
BES - INVESTIMENTO DO BRASIL - BANCO DE INVESTIMENTO
Titular de 50 debêntures



Sr. Ricardo Ferreira Junqueira Ribeiro
CAJA PARAGUAYA DE LA IPAIPU BIN - Titular de 5 debêntures

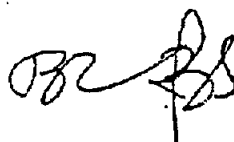


Sra. Flávia Aquino Gomes de Souza
BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND FI RF - Titular de 2 debêntures



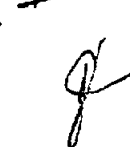


X.



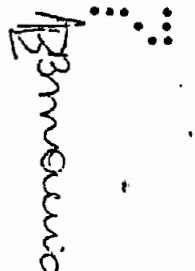



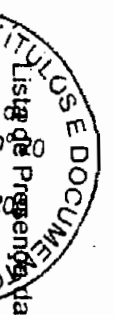




#03941 - v1

Lista de Presença da Assembleia Geral e Debeturistas da 2ª Emissão da CP Cimento e Participações S/A, realizada em 17/01/2007

% Total	%	Cetip	Representante	Assinatura
0,70%	7	BRADESCO FI RENDA FIXA ALBI	<p><i>João Paulo Janetti de Barros</i></p> <p><i>meuira</i></p> <p><i>meuira</i></p>	
0,80%	8	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDROMEDA		
0,10%	13	BRADESCO FI MULTIMERCADO		
0,10%	14	BRADESCO FI INFLACPREV ATUARIAL PLUS		
1,90%	19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO		
0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO MULT. MULTIPERFORMANCE		
0,50%	5	BRADESCO FI REFERENCIADO CI HIGH		
0,30%	3	BRADESCO BU FIF DYNAMIC		
2,90%	29	BRAM FIF RF TARGET		
1,00%	10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I		
3,20%	32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS		
0,10%	1	BRADESCO FI RF LONGO PRAZO YIELD		
0,30%	3	BRADESCO FI RF WINNER		
1,20%	12	BRADESCO FIF RENDA FIXA ALFA		
0,50%	5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM		
0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE		
0,80%	8	BRADESCO PRIVATE FI RF		
0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL		
6,90%	69	BRADESCO FI RF TARGET I		
0,20%	2	BRADESCO FIF ENERGIA		
0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II		
0,70%	7	BRADESCO FIF PRIVATE RF CREDITO		
0,50%	5	BRAM FIF PRIVATE ALCACAO		
0,10%	1	BRAM FIF PRIVATE CREDITO		
0,10%	1	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO		
0,10%	1	DERIVATIVOS		
0,50%	5	BRADESCO BU FIF BELGRADO		
2,10%	21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA		
0,30%	3	BRADESCO FIF BALL		
0,30%	3	FI RENDA FIXA DOURADO		
27,40%	5	BRADESCO FIF ANDARE	<p><i>Luiz Carlos Andrade</i></p>	
1,90%	19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI		
9,60%	96	TOP RENDA MIX FIF		
4,00%	40	FLOOR FIF		
2,30%	23	ITAU OASIS FIF		
18,80%	10	ITAU PERFORMANCE FIF		



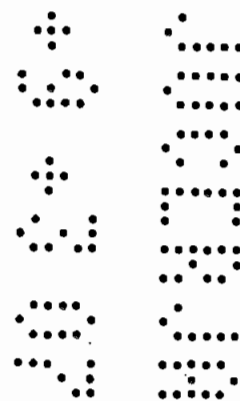
5,00%	5,00%	5,00%	FIF MULTIMERCADO	Márcio Carlos Carvalho Fº	
10,00%	10,00%	10,00%	BANCO ALFA DE INVESTIMENTOS S/A	Alfa	
0,30%	0,30%	3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	Brascan Brascatti	Brascan
0,70%	0,40%	4	BOSCH BRASIL VI FIF MÚLT. PREVIDENCIÁRIO	de Brasil Moura	Brascan
0,30%	0,30%	3	HAVERTOWN INVESTMENTS HOLDING LLC	de Brasil Moura	Brascan
0,50%	0,50%	5	CAJA PARAGUAYA DE LA IPAPU BIN		
0,50%	0,50%	5	MORUMBI CAPITAL I LLC		
0,50%	0,50%	5	INSTITUTO OSW. CRUZ - CONTA INVESTIMENTO		
0,20%	0,20%	2	UBS CARITI FUNDO DE INV. RENDA FIXA	RAFAEL UZMAN	
14,90%	14,90%	149	FIF RF EM DESENVOLVIMENTO & CONSOLIDAÇÃO (Mellon)	BRUNO FLORA SALES	Brascan
10,00%	10,00%	100	HSBC FI RENDA FIXA PERFORMANCE	BRUNO FLORA SALES	Brascan
0,70%	0,70%	7	PARAIBA DO SUL FI MULTIM. PREVIDENCIÁRIO		
0,10%	0,10%	1	ITAPEMA FI RENDA FIXA		
2,50%	2,50%	25	FUNDO CONCORDIA MASTER INVESTIMENTO FINANCEIRO		
5,00%	5,00%	50	BES - INVESTIMENTO DO BRASIL - BANCO DE INVESTIMENTO		
0,20%	0,20%	2	BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND FIF		
0,70%	0,70%	7	FIF ANCHOR		
2,00%	2,00%	20	POLO HG FIA		
100,00%	100,00%	1000			

MARCOS DUARTE SANTOS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO III

ACORDO GLOBAL



27

43

Q



1503

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO IV

MINUTA DA NOTIFICAÇÃO CAL



Figure 1 illustrates the evolution of a 2D lattice. The top row shows a single point. The middle row shows a cross shape. The bottom row shows a more complex, interconnected lattice structure.

2

③ 4

Rio de Janeiro, 5 de março de 2007



À

CAL ITAÚ PARTICIPAÇÕES S.A.

Praça Professor José Lannes, 40, 9º andar, parte, São Paulo, SP

Fax: (11) 2162-0670

At.: Sr. Walter Schalka / Marcelo Martins

VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Amauri, 255, 10º andar, São Paulo, SP

Fax: (11) 2162-0670

At.: Sr. Raui Calfat

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da Companhia de Cimento Ribeirão Grande, companhia com sede na Av. Engenheiro Billings, 2.350 (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 27.184.944/0001-12 firmado, em 27 de novembro de 2006, entre CP Cimento e Participações S.A. ("CP Cimento"), CAL Itaú Participações S.A. ("CAL"), Santo Estevão Mineração e Participações S.A. e Votorantim Participações S.A. ("Votorantim") ("Contrato CCRG").

No contexto do processo de reestruturação de suas Dívidas, a CP Cimento firmou, em 5 de março de 2007, o "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios*" ("Contrato de Penhor") com seus principais credores, a saber: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Bradesco S.A.; Banco ABN Amro Real S.A.; Banco Alfa de Investimento S/A; Banco ABC Brasil S.A., Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A. e titulares de *fixed rate notes* de emissão da CP Cimento e Participações S.A. e Noteholders ("Credores"), por meio do qual os valores a seguir descritos foram empenhados em favor dos Credores.

Sendo assim, em atendimento ao disposto no Contrato de Penhor, vimos notificar a CAL e a Votorantim, em caráter irrevogável e irretroatável, para os fins e efeitos do artigo 1.453 do Código Civil, para que a CAL deposite na conta-corrente nº 73.1.10054-1, agência nº 011, Banco 376, junto ao Banco J.P. Morgan S.A., de titularidade da CP Cimento, a integralidade dos seguintes valores decorrentes do Contrato CCRG: (a) RS 77.017.816,09, corrigido nos termos do Contrato CCRG, a ser pago em 1 de julho de

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2007: (b) RS 22.424.285,04, corrigido nos termos do Contrato CCRG, a ser pago em 1 de julho de 2007, - condicionada à prévia desoneração das ações de emissão da CCRG empenhadas; (c) RS 39.630.519,55, corrigido nos termos do Contrato CCRG, a ser pago até 1 de dezembro de 2007; (d) RS 59.445.779,32, corrigido nos termos do Contrato CCRG, a ser pago até 1 de dezembro de 2008; e (e) RS 63.805.136,47, corrigido nos termos do Contrato CCRG, a ser pago até 1 de dezembro de 2009.



A CP Cimento assume, de forma irrevogável e irretroatável, a obrigação de não alterar os termos da presente notificação sem a prévia e expressa anuência dos Credores.

Por fim, nos termos do artigo 1.453 do Código Civil e da Cláusula 5 do Contrato CCRG, solicitamos que V.Sas. atestem a ciência da presente carta mediante assinatura desta notificação no espaço próprio abaixo indicado.

Atenciosamente,

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Ciente em ____ / ____ / ____:

CAL ITAÚ PARTICIPAÇÕES S.A

VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A

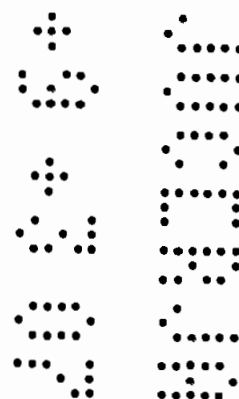
Com cópia para:

Pinheiro Guimarães - Advogados

Avenida Paulista, 1842 - 24º Andar, 01310-923 São Paulo, SP

Fax: (11) 4501-5025

At.: Sr. Marcelo Lamy Rego



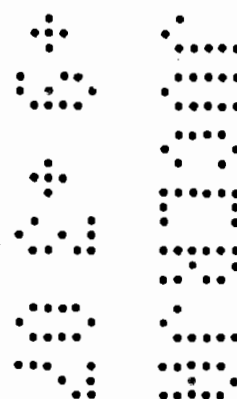
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS

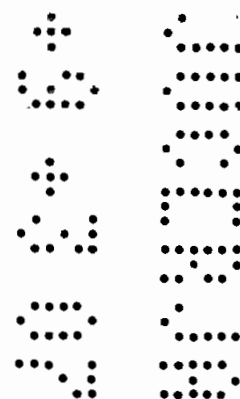
ANEXO VPROPORÇÃO DOS CRÉDITOS DETIDOS PELOS CREDORES EM RELAÇÃO AO TOTAL DA
DÍVIDA REESTRUTURADA

<u>Credores</u>	<u>% da Dívida Reestruturada</u>
Unibanco	21,89 %
Itaú BBA	11,50 %
Bradesco	6,36 %
ABN Real	7,47 %
Alfa	2,47 %
ABC	3,63 %
Debêntures Reestruturadas	28,70 %
Notes	17,98 %
Total	100,00 %



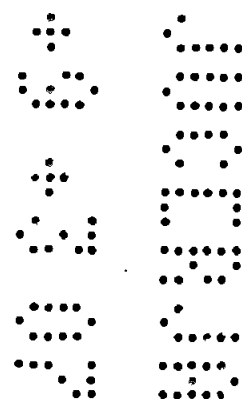
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS**ANEXO VI**

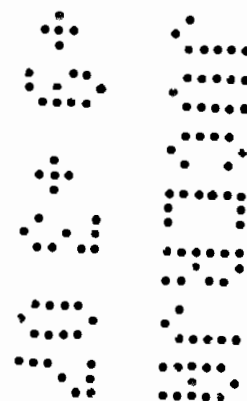
**CONTAS CORRENTES DOS CREDORES BRASILEIROS, DO BANCO MANDATÁRIO E DO
AGENTE DE PAGAMENTO**



or.

Q
fm



2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO IV****CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS (REFERENTES AO FATURAMENTO TUPI)**

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.** companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson n.º 231, 29º andar, Parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "CP Cimento"; e

II. **CIMENTO TUPI S.A.**, empresa com sede na Av. Presidente Wilson n.º 231, 29º andar, Parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.039.223/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Tupi".

E de outro,

III. **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Eusébio Matoso n.º 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Unibanco";

IV. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.400, 4º andar, Parte, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Itaú BBA";

V. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, situado na Vila Yara, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Bradesco";

VI. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista n.º 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABN Real";

VII. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos n.º 466, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Alfa";

VIII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek n.º 1.400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABC".

e, em conjunto com todos os bancos acima descritos, doravante denominados simplesmente "Bancos"; e

IX. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Av. das Américas n.º 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de "Agente Fiduciário", representando os debenturistas, conforme listados no Anexo I ("Debenturistas Signatários"), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 ("Debêntures Reestruturadas"), signatários do Memorando e do Acordo Global (conforme definição nos *considerandos* (A) e (B) abaixo), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados e seu 2º Aditamento, em fase de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada em conjunto como "Escritura", conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 17 de janeiro de 2007 (Anexo II a este Contrato);

X. BANCO J.P. MORGAN S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 14º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.172.537/0001-98, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, Londres E14 5AL, Inglaterra, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o respectivo Trust Deed (em conjunto "Agente de Garantia"), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares das *fixed rate notes*, no montante de US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares), remuneradas à taxa de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento ("Notes"), para benefício proporcional dos Noteholders (os titulares das Notes são doravante denominados "Noteholders");

Como Agente Centralizador,

XI. BANCO J.P. MORGAN S.A., acima qualificado ("Agente Centralizador");

Como Agente de Custódia,

XII. BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, representado pelo seu Departamento de Ações e Custódia, doravante denominado ("Agente de Custódia").

Os Bancos, os Debenturistas Signatários e Agente de Garantia são doravante denominados em conjunto como "Credores" ou "Cessionários";

Os Credores, a CP Cimento, a Tupi, o Agente Centralizador e o Agente de Custódia são doravante designados em conjunto como "Partes".

CONSIDERANDO QUE:

- A) A CP Cimento, a Tupi e os Credores, com exceção do Agente de Garantia, firmaram em 28 de dezembro de 2006, um Memorando de Intenções ("Memorando"), que teve como intervenientes anuentes a Oliveira Trust DTVM S.A. e a Santo Estevão Mineração e Participações S.A. contendo de forma genérica, as condições gerais da reestruturação das principais dívidas da CP Cimento e da Tupi;
- B) Baseando-se no Memorando, nesta data, a CP Cimento, a Tupi e os Credores (com exceção do Agente de Garantia) celebraram um Acordo Global de Reestruturação de Dívidas, tendo acordado, de forma definitiva, a respeito de todas as condições da reestruturação das dívidas da CP Cimento e da Tupi, inclusive de suas garantias, substituindo assim os termos e condições previstos no Memorando e nos instrumentos originais das referidas dívidas ("Acordo Global", Anexo III ao presente Contrato);
- C) Em cumprimento ao disposto no item 4.10 (ii) do Acordo Global, a Tupi deseja ceder e transferir para os Credores, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária dos recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela a vencer, das 24 (vinte e quatro) parcelas mensais vincendas a partir de 10 de janeiro de 2010, nos termos do item 4.5.1 (d) do Acordo Global, equivalente, nesta data, a R\$ 4.303.211,28 ("Fluxo Garantia"); e
- D) A reestruturação financeira da CP Cimento é formalizada pela celebração deste Contrato e dos demais instrumentos de reestruturação, quais sejam: (i) o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas; (ii) a *Notice of Adjourned Meeting of Noteholders* e demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário - CCB; (iv) o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento; (v) o Contrato de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos recebíveis do Contrato CCRG); (vi) o Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG"; (vii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006, e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pela Polo, com a concordância da CP Cimento; (viii) o Contrato de Depósito em Conta Vinculada; (ix) o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança; (x) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de

Cobrança; e (xi) a Petição de desistência da Execução (todos, em conjunto inclusive com o presente Contrato, doravante designados como "Instrumentos de Reestruturação").

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" ("Contrato"), que constitui parte integrante do Acordo Global, nos termos e condições abaixo definidos.

Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste Contrato e aqui não definidos terão os mesmos significados que anteriormente lhes foram atribuídos no âmbito do Acordo Global. Os termos definidos no singular terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos se utilizados no plural e vice-versa.

I. OBJETO

CLÁUSULA 1ª – Em garantia do fiel e integral cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela CP Cimento e pela Tupi no âmbito do Acordo Global e dos demais Instrumentos de Reestruturação ("Obrigações"), a Tupi cederá e transferirá, até 2 (dois) dias antes da Data do Fechamento (conforme definido no item 1.2.1 do Acordo Global), de forma irrevogável e irretratável, aos Credores, em cessão fiduciária em garantia, sem qualquer custo para os Credores, a propriedade fiduciária e o domínio resolúvel de recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi, correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela a vencer das 24 (vinte e quatro) parcelas mensais vincendas a partir de 10 de janeiro de 2010 ("Fluxo Garantia", conforme acima definido), nos termos do item 4.5.1 (d) do Acordo Global, equivalente, nesta data, a R\$ 4.303.211,28 (quatro milhões, trezentos e três mil, duzentos e onze reais e vinte e oito centavos), vigorando o presente Contrato e obrigando-se a Tupi a manter o Fluxo Garantia no valor acordado até a liquidação do valor total das Obrigações, observado o disposto neste Contrato e no Acordo Global.

Parágrafo 1º - Do valor acima referido, R\$ 763.895,84 (setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos) equivalentes, nesta data, a US\$ 359.074,70 (trezentos e cinquenta e nove mil, setenta e quatro dólares e setenta centavos de dólar) referem-se ao saldo em moeda estrangeira da Dívida Reestruturada (conforme definida no Acordo Global), sobre os quais incidirão juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano a contar desta data até a data da amortização das Obrigações, e R\$ 3.539.315,44 (três milhões, quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos) referem-se ao saldo em moeda nacional da Dívida Reestruturada, sobre os quais incidirá a taxa de CDI mais 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano, a contar desta data até a data da amortização das Obrigações.

Parágrafo 2º – Os recebíveis que constituem o Fluxo Garantia serão registrados nas carteiras de cobrança do Bradesco e os recursos deles provenientes serão mantidos em custódia pelo Agente de Custódia, nas contas correntes n.º 1.375-7 e 1.377-3, mantidas na Agência 2373-6/Plataforma Corporate Rio Centro, no Banco 237, ambas de

titularidade da Tupi (doravante denominadas em conjunto "Contas de Cobrança" ou "Conta de Cobrança"), observados os termos deste Contrato e do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança.

Parágrafo 3º - Os recebíveis registrados nas carteiras de cobrança do Bradesco poderão, a qualquer momento, ser substituídos pela Tupi por novos recebíveis provenientes do seu faturamento, em valor, no mínimo, igual aos recebíveis substituídos, ficando o Agente de Custódia autorizado, após o depósito dos novos recebíveis, a permitir o levantamento dos recursos creditados nas Contas de Cobrança, em favor da Tupi, observado o disposto na Cláusula 2ª deste Contrato.

Parágrafo 4º - A Tupi enviará, simultaneamente ao depósito dos recebíveis nas carteiras de cobrança do Bradesco, notificação aos devedores dos recebíveis cedidos nos termos deste Contrato, comunicando-lhes que, a partir da data da notificação, todo e qualquer pagamento de tais recebíveis deverá ser única e exclusivamente efetuado nas Contas de Cobrança, enquanto perdurar a presente cessão fiduciária, ficando a Tupi obrigada a fazer constar dos respectivos instrumentos de cobrança que os pagamentos deverão ser efetuados nas Contas de Cobrança.

Parágrafo 5º - O descumprimento da obrigação prevista no parágrafo 4º acima ensejará o vencimento antecipado da Dívida Reestruturada nos termos do item 9.2 do Acordo Global.

Parágrafo 6º - Fica expressamente declarado, inclusive para os fins do artigo 1.362 do Código Civil, bem como do artigo 66-B da Lei n. Lei nº 4.728/65 (alterado pela Lei nº 10.931/04), que:

- A parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Bancos e dos Debenturistas Signatários totaliza R\$ 319.569.771,79 (trezentos e dezenove milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e um reais e ~~setenta e~~ nove centavos), nesta data, e a parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Noteholders totaliza US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares), nesta data;
- O local de pagamento das Debêntures Reestruturadas será o Rio de Janeiro – RJ, das Cédulas de Crédito Bancário – CCB será São Paulo – SP, e das Notes será a Cidade de Nova Iorque, EUA, observado que o local de fechamento de câmbio para pagamento será a praça de São Paulo-SP;
- O prazo fixado para pagamento final da Dívida Reestruturada é 10 de dezembro de 2011;
- O pagamento aos Credores será efetuado nos termos do Acordo Global e dos demais Instrumentos de Reestruturação;
- A parcela da Dívida Reestruturada em moeda corrente nacional será atualizada, a partir da presente data, pelos juros correspondentes à taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI EXTRAGRUPO acrescidos de 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida

Reestruturada em moeda estrangeira, detida pelos Noteholders, incidirá juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano; e

- Os direitos creditórios cedidos fiduciariamente são recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi, correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela a vencer das 24 (vinte e quatro) parcelas mensais vincendas a partir de 10 de janeiro de 2010, nos termos do item 4.5.1 (d) do Acordo Global, equivalente, nesta data, a R\$ 4.303.211,28 (quatro milhões, trezentos e três mil, duzentos e onze reais e vinte e oito centavos).

Parágrafo 7º - A constituição da presente cessão não prejudicará e/ou afetará os demais direitos e garantias constituídos para assegurar o pagamento das Obrigações, podendo os Credores ou o Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplemento da CP Cimento ou da Tupi, executar a Dívida Reestruturada e as garantias a ela atreladas, isolada ou simultaneamente, independentemente da existência ou não de valores decorrentes da cessão descrita no presente Contrato.

II. OPERACIONALIZAÇÃO DO FLUXO-GARANTIA

CLÁUSULA 2ª - Os recebíveis que constituem o Fluxo Garantia serão registrados, a título de cessão fiduciária em garantia, nas carteiras de cobrança do Bradesco e os respectivos recursos provenientes da sua liquidação serão a partir desta data depositados nas Contas de Cobrança.

Parágrafo 1º - Nos termos do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, o Agente de Custódia deverá transferir os recursos provenientes da liquidação dos recebíveis que constituem o Fluxo Garantia, creditados nas Contas de Cobrança, para a conta corrente n.º 73.1.10054-1, agência n.º 011, Banco 376, de titularidade da CP Cimento, mantida no Agente Centralizador ("Conta Vinculada"), nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento das Obrigações e/ou vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, nos termos do Acordo Global; ou (ii) pagamento aos Credores por ordem da CP Cimento, após notificação do Agente Centralizador nesse sentido.

Parágrafo 2º - A transferência dos recursos provenientes da liquidação dos recebíveis que constituem o Fluxo Garantia, das Contas de Cobrança para a Conta Vinculada e o subsequente levantamento desses recursos da Conta Vinculada, pelo Agente Centralizador, poderá ocorrer (i) para pagamento aos Credores, em caso de inadimplemento das Obrigações e/ou vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, conforme previsto no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação, (ii) em favor da Tupi, na hipótese de amortização antecipada da integralidade da Dívida Reestruturada, (iii) a exclusivo critério da CP Cimento e Tupi, para amortização da Dívida Reestruturada.

Parágrafo 3º - Nos termos do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, o Agente de Custódia deverá transferir os recursos provenientes da liquidação dos recebíveis que constituem o Fluxo Garantia existentes nas Contas de Cobrança que forem superiores ao Fluxo Garantia, conforme atualização feita pelo Agente Centralizador, para a conta

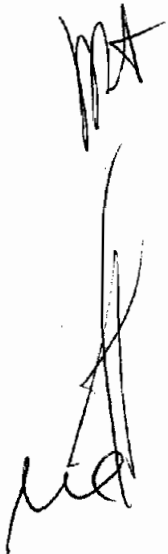


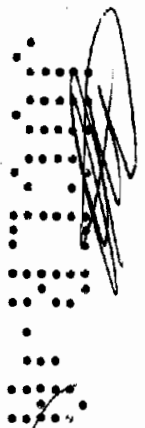




GAN 6









corrente n.º 117.630-7, se proveniente da Conta Cobrança Cimento, e para a conta corrente n.º 1.376-5, se proveniente da Conta Cobrança Concreto, doravante denominadas em conjunto ("Contas Livres"), ambas de titularidade da Tupi e mantidas na Agência n.º 2373-6/Plataforma Corporate Rio Centro, do Banco Bradesco S.A., que são de livre movimentação pela Tupi. Os recursos assim depositados nas Contas Livres serão livremente movimentados pela Tupi, a seu exclusivo critério.

Parágrafo 4º - Em relação aos Debenturistas Signatários, nas hipóteses previstas no parágrafo 2º acima, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente indicada no Anexo IV junto ao Bradesco, na qualidade de Banco Mandatário (conforme definido no Acordo Global). A transferência de recursos do Agente Centralizador para o Banco Mandatário dos Debenturistas Signatários será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Brasileiros, de forma que todos os Credores Brasileiros recebam os valores devidos na mesma data. As Partes concordam que quaisquer pagamentos ao Agente de Pagamento ou Agente de Garantia, inerentes a excussão de garantias, amortizações da Dívida Reestruturada e/ou quaisquer outros pagamentos em favor dos Noteholders, previstos neste Contrato, no Acordo Global ou em qualquer dos demais Instrumentos de Reestruturação, poderão ocorrer posteriormente às respectivas datas previstas neste Contrato, no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, desde que em conformidade com os Instrumentos das Notes.

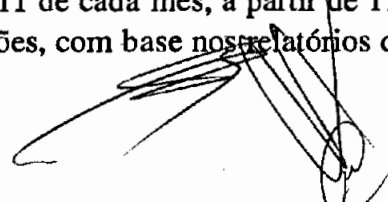
Parágrafo 5º - Em relação aos Bancos, nas hipóteses previstas no parágrafo 2º acima, o Agente Centralizador deverá transferir os recursos que lhes sejam devidos para as respectivas contas correntes listadas no Anexo IV ao presente Contrato.

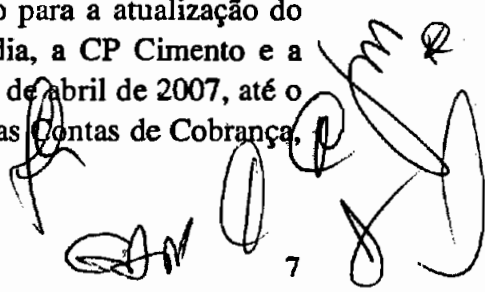
Parágrafo 6º - Após o pagamento de cada uma das parcelas vincendas, a partir de 10 de janeiro de 2010, a Tupi deverá ceder, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, recebíveis provenientes do faturamento da Tupi correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) do valor da próxima parcela a vencer, das 24 (vinte e quatro) parcelas mensais vincendas a partir de 10 de janeiro de 2010, nos termos do item 4.5.1 (d) do Acordo Global, sendo certo que tais recebíveis terão vencimento no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do seu registro nas Contas de Cobrança mantidas junto ao Bradesco.

Parágrafo 7º - Este Contrato não será considerado inadimplido pela CP Cimento ou pela Tupi, no caso de eventual inadimplência ou atraso no pagamento dos recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi pelos respectivos devedores dos créditos cedidos, desde que a Tupi ceda novos recebíveis em substituição aos recebíveis vencidos e não pagos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do seu respectivo vencimento.

Parágrafo 8º - O Agente Centralizador deverá efetuar o cálculo para a atualização do Fluxo Garantia mensalmente, e informar ao Agente de Custódia, a CP Cimento e a Tupi, imprerivelmente até o dia 11 de cada mês, a partir de 11 de abril de 2007, até o cumprimento integral das Obrigações, com base nos relatórios das Contas de Cobrança.

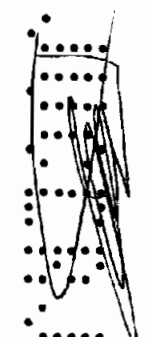














enviados pelo Agente de Custódia, e com base nos saldos atualizados da Dívida Reestruturada e dos Recebíveis CCRG, devendo o Agente Centralizador, na hipótese de insuficiência de recebíveis necessários para a constituição do Fluxo Garantia, notificar por escrito a Tupi para que esta efetue o depósito de recebíveis suficientes para recompor o valor do Fluxo Garantia, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da notificação do Agente Centralizador.

Parágrafo 9º - Fica desde já certo e ajustado que a liberação definitiva do Fluxo Garantia, nos termos deste Contrato, ocorrerá mediante a comprovação do cumprimento integral das Obrigações, obrigando-se os Credores e o Agente Fiduciário, diante de tal cumprimento, a assinar e entregar à CP Cimento e à Tupi todo e qualquer documento necessário à liberação do Fluxo Garantia, em favor das mesmas, e ao cancelamento de quaisquer registros correspondentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação encaminhada pela CP Cimento e pela Tupi aos Credores e ao Agente Fiduciário.

Parágrafo 10 - Na hipótese prevista no parágrafo 9º, o Agente Centralizador deverá notificar o Agente de Custódia para que esse efetue a transferência dos recursos existentes nas Contas de Cobrança para as respectivas Contas Livres, sendo o presente Contrato considerado rescindido de pleno direito após a transferência dos recursos.

III. PROCEDIMENTO EM CASO DE INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES OU DE VENCIMENTO ANTECIPADO

CLÁUSULA 3ª - Em caso de inadimplemento das Obrigações ou de vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, todos e quaisquer recursos depositados nas Contas de Cobrança ou que venham ser depositados nas Contas de Cobrança deverão ser transferidos para a Conta Vinculada e então ser utilizados para o pagamento das Obrigações, devendo ser distribuídos aos Credores, sendo neste caso facultado aos Credores e/ou ao Agente Fiduciário exercer direta e cumulativamente, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou constituição em mora, todas as faculdades previstas neste Contrato e em Lei com o objetivo da satisfação dos seus respectivos créditos.

Parágrafo 1º - Operado o levantamento dos recursos que constituem o Fluxo Garantia na forma prevista nesta Cláusula 3ª, o Agente Centralizador deverá notificar a CP Cimento e a Tupi para que a Tupi, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento de tal notificação, reconstitua o Fluxo Garantia através do registro de recebíveis nas carteiras de cobrança do Bradesco, decorrentes do faturamento da Tupi e que sejam correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela a vencer, das 24 (vinte e quatro) parcelas mensais vincendas, a partir de 10 de janeiro de 2010, previstas no item 4.5.1 (d) do Acordo Global. A reconstituição do Fluxo Garantia aqui prevista deverá ser realizada sempre que os recursos depositados nas Contas de Cobrança forem utilizados para o pagamento aos Credores, até a liquidação total das Obrigações. Os Credores e o Agente Fiduciário ficam desde já autorizados, individual e coletivamente, a enviar à CP Cimento e à Tupi, com cópia para o Agente Centralizador

a notificação de que trata este parágrafo, sendo que o Agente Centralizador, nos termos do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, repassará a informação ao Agente de Custódia.

Parágrafo 2º - Na hipótese de levantamento dos recursos depositados nas Contas de Cobrança, nos termos deste Contrato, caso tais recursos não sejam suficientes para quitar a integralidade do saldo devedor da Dívida Reestruturada, a distribuição aos Credores deverá ser feita pelo Agente Centralizador de forma proporcional ao percentual previsto na tabela constante do Anexo V.

Parágrafo 3º - O levantamento do Fluxo Garantia, pelo Agente Centralizador, para distribuição aos Credores em caso de vencimento antecipado da Dívida Reestruturada não obstará a cobrança da Dívida Reestruturada remanescente, por meio de execução judicial, de acordo com o disposto no Código de Processo Civil Brasileiro.

Parágrafo 4º - O Agente Centralizador e o Agente de Custódia não poderão, sem o consentimento prévio dos Credores, da Tupi e da CP Cimento: (i) assinar qualquer renúncia, aditamento, modificação ou suplemento a qualquer documento ou a este Contrato ou ao Contrato de Depósito em Conta Vinculada ou, ainda, ao Contrato de Depósito em Conta de Cobrança ou (ii) liberar qualquer garantia ou alterar as proporções da Dívida Reestruturada.

IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CP CIMENTO E DA TUPI

CLÁUSULA 4ª - Até que as Obrigações tenham sido integralmente cumpridas, a CP Cimento e a Tupi obrigam-se a:

- (i) até 30 de março de 2007, implementar o registro do presente Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco, arcando com os custos incidentes, bem como disponibilizar tal registro nos termos do Acordo Global. As Partes acordam que os Anexos a este Contrato serão levados a registro sem os seus respectivos anexos;
- (ii) praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação, bem como à manutenção do Fluxo Garantia;
- (iii) manter o Fluxo Garantia sempre existente, válido, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, livre e desembaraçado de quaisquer gravames ou ônus, seja de natureza judicial ou extrajudicial, observado o disposto no presente Contrato;
- (iv) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar o Fluxo Garantia;

- (v) sob pena de vencimento antecipado da totalidade da Dívida Reestruturada, substituir, reforçar, repor ou complementar o Fluxo Garantia, em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados de comunicação por qualquer dos Credores ou pelo Agente Fiduciário ou pelo Agente Centralizador à Tupi e à CP Cimento, caso o Fluxo Garantia seja objeto de penhora, seqüestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa;
- (vi) sob pena de vencimento antecipado da totalidade da Dívida Reestruturada, não alienar, ceder, transferir, vender ou gravar com ônus de qualquer natureza, o Fluxo Garantia dado em cessão fiduciária em garantia, até que sejam cumpridas integralmente as Obrigações;
- (vii) comunicar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Agente Centralizador, sobre qualquer acontecimento de que tome conhecimento e que possa prejudicar ou depreciar a garantia constituída neste Contrato;
- (viii) disponibilizar aos Bancos, ao Agente de Garantia, ao Agente Fiduciário e ao Agente de Custódia, cópia de qualquer correspondência ou notificação, recebida ou expedida, em relação ao presente Contrato, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do seu recebimento.

V. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA CP CIMENTO E DA TUPI

CLÁUSULA 5ª - A CP Cimento e a Tupi declaram aos Credores o quanto segue.

- (i) A Tupi é legítima titular e proprietária dos recebíveis a serem cedidos, os quais se encontrarão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos de qualquer natureza, exceto pela cessão fiduciária em garantia ora outorgada e será legítima titular e proprietária dos recebíveis e recursos provenientes das liquidações desses recebíveis, os quais serão creditados nas Contas de Cobrança e posteriormente transferidos para a Conta Vinculada nos casos de inadimplemento previstas neste Contrato.
- (ii) A CP Cimento e a Tupi possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar este Contrato e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto.
- (iii) Este Contrato é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa à CP Cimento e à Tupi, exequível contra elas de acordo com os seus termos e condições.

VI. DECLARAÇÕES DOS CREDITORES

CLÁUSULA 6ª – Os Credores declaram que:

- (i) Os Credores possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar este Contrato e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto; e
- (ii) Este Contrato é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa aos Credores, de acordo com os seus termos e condições.

VII. PRAZO

CLÁUSULA 7ª – Este Contrato é válido desde a presente data e até o cumprimento integral das Obrigações pela CP Cimento e/ou Tupi.

Parágrafo Único - Caso as Condições Suspensivas previstas no item 1.2 do Acordo Global não ocorram até o dia 30 de março de 2007, este Contrato será considerado automaticamente rescindido, sem obrigações de Parte a Parte em relação à cessão fiduciária prevista neste Contrato.

VIII. COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 8ª – Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as Partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Contrato deverá ser feita por escrito e enviada aos endereços indicados no Preâmbulo do presente Contrato, ou a outro endereço que vier a ser oportunamente comunicado pela Parte em questão.

Parágrafo Primeiro – As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” para os endereços indicados no Preâmbulo.

Parágrafo Segundo – Toda e qualquer comunicação a ser enviada aos Debenturistas Signatários e aos Noteholders será encaminhada exclusivamente ao Agente Fidejussório ou ao Agente de Garantia, respectivamente.

IX. IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

CLÁUSULA 9ª – As Partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato são constituídos em caráter irrevogável e irretratável.

Parágrafo Único – Este Contrato permanecerá em pleno vigor pelo prazo previsto na Cláusula VII, inclusive na hipótese de alteração do controle da Tupi ou da CP Cimento.

X. DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 10 – Os representantes legais da Tupi desde já se constituem, em caráter de total irrevogabilidade e irretratabilidade, depositários fieis dos documentos comprobatórios dos recebíveis que constituem o Fluxo Garantia, enquanto tais recebíveis constituírem o fluxo, exigidos pela legislação em vigor necessários para a sua cobrança, encargo esse que declaram aceitar, cientes das responsabilidades civis e penais daí decorrentes, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, se comprometendo a encaminhar ao Agente Centralizador, para imediato repasse dos Credores, uma via original dos referidos documentos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a solicitação do Agente Centralizador ou de qualquer dos Credores, do Agente de Garantia ou do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA 11 – A Tupi e a CP Cimento declaram-se cientes e de acordo com os termos da Resolução n.º 2.724, de 31 de março de 2000, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, e, desde já, autorizam os Credores, em caráter irrevogável e irretratável e a qualquer tempo, pelo prazo do presente Contrato: (i) a prestar ao Banco Central do Brasil quaisquer informações sobre o montante de débitos e responsabilidades por garantias assumidas pela Tupi e pela CP Cimento, em decorrência deste Contrato e de outros contratos celebrados com os Credores, objetivando a implementação e instrução do Sistema Central de Risco de Crédito, bem como (ii) a consultar as informações relativas à Tupi e à CP Cimento constantes do referido sistema.

CLÁUSULA 12 - O Agente Centralizador e o Agente de Custódia assinam o presente Contrato comprometendo-se a cumprir as suas respectivas obrigações obedecendo e observando fielmente as previsões deste Contrato que lhes sejam aplicáveis, bem como as ordens e instruções emitidas pelas Partes nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA 13 – Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

CLÁUSULA 14 – A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observada a intenção e objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

CLÁUSULA 15 – Todas e quaisquer despesas incorridas por qualquer das Partes para o registro deste Contrato deverão ser pagas pela CP Cimento, inclusive o registro deste Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

CLÁUSULA 16 – Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela CP Cimento e Tupi nos termos dos artigos 461, 461-A, 585 II, 621 e 632 do Código de Processo Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 17 – O presente Contrato integra e complementa, para todos os efeitos legais, o Acordo Global, sendo parte integrante e inseparável do mesmo, devendo ser interpretado em conjunto com tal documento.

CLÁUSULA 18 – Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes.

CLÁUSULA 19 – Os Credores e o Agente Fiduciário ficam investidos de todos os poderes bastantes para a prática dos atos que julgarem necessários à defesa, conservação, validade e execução da garantia ora constituída. Não obstante a outorga de poderes ora ajustada, ficam os Credores e o Agente Fiduciário exonerados de qualquer responsabilidade perante a Tupi e a CP Cimento ou terceiros, na hipótese de omissão na prática desses atos.

CLÁUSULA 20 – As Partes elegem o foro central da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CLÁUSULA 21 - O Agente de Garantia poderá ceder os direitos e obrigações previstos neste Contrato ao The Bank of New York, independentemente de qualquer formalidade ou ato, incluindo a anuência das Partes.


E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, assinam o presente Contrato em 36 (trinta e seis) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2007.

1ª folha de assinaturas do presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmado em 05/03/2007, consta da página seguinte.

1ª folha de assinaturas integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmado em 05/03/2007.



CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

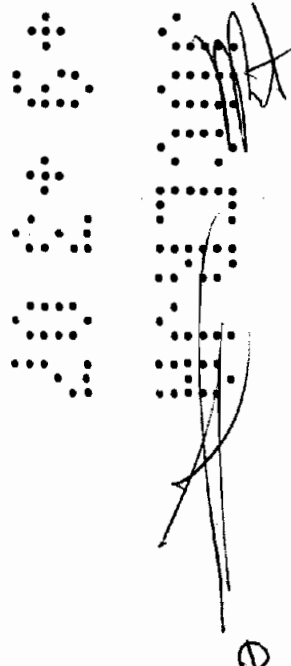
CIMENTO TUPIS S.A.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

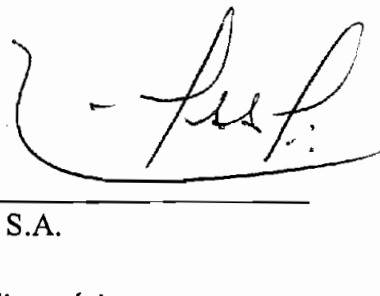
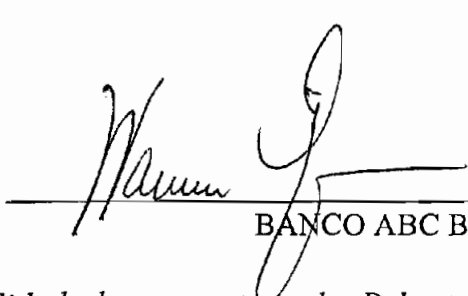
BANCO ITAÚ BBA S.A.

BANCO BRADESCO S.A.

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

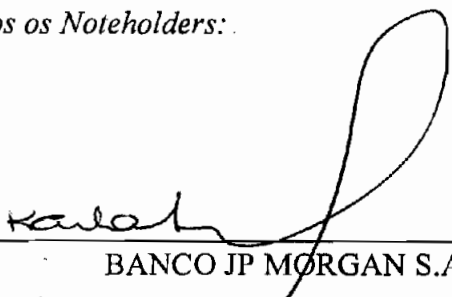
2ª folha de assinaturas integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmado em 05/03/2007


BANCO ABC BRASIL S.A.


E na qualidade de representante dos Debenturistas Signatários:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.

Representando a todos os Noteholders:




BANCO JP MORGAN S.A.

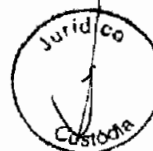
Como Agente Centralizador:


BANCO JP MORGAN S.A.

Como Agente de Custódia:


BANCO BRADESCO S.A.
81087 - Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira
04.355 - Ademir Rufino dos Santos

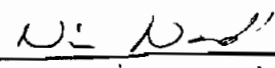



3ª e última folha de assinaturas integrante do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,
firmado em 05/03/2007.

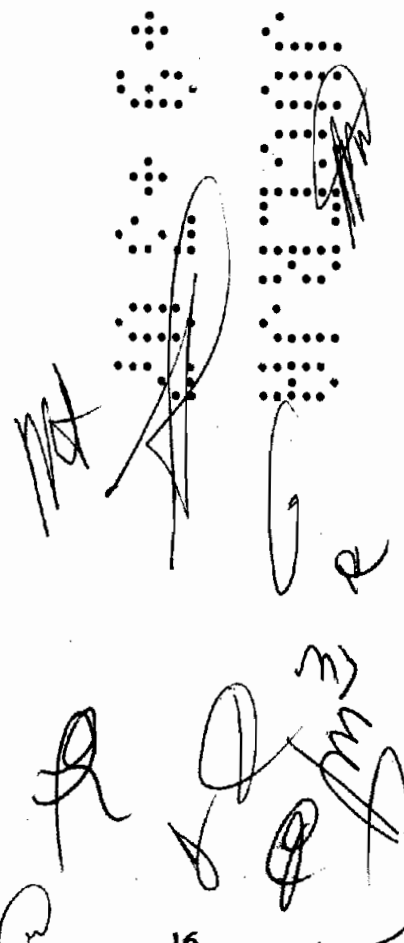
*E na qualidade de representantes legais da Cimento Tupi S.A., como Depositários
Fiéis:*


CIMENTO TUPÍ S.A.
Demétrio José Costa Martins Simões André Adrien Theodore Bucsan

Testemunhas:

1. 
Nome: NILTON NARD
RG: 057 293 84-7

2. 
Nome: Amaral de S. Gonçalves
RG: 11500585-2 FFP



CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DEBENTURISTAS SIGNATÁRIOS

Handwritten signatures and stamps in the bottom right corner, including a circular stamp with a cross and the word "DEBENTURISTAS" and several handwritten signatures.

Quantidade	Razão Social do Titular da Debenture	CNPJ	ENDERECO
7	BRADESCO FI MM ALBI	06.877.816/0001-84	<p>AV. PAULISTA, 1450, 6º ANDAR - SÃO PAULO/ SP CEP: 01310-917 - SEDE: Cidade de Deus, Vila Yara - S/Nº - Osasco / SP - CEP 06029-900</p> <p>AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 707, 14º ANDAR - SP - CEP: 04334-902</p>
8	BRADESCO FI MULTIMERCADO ANDROMEDA	07.058.057/0001-90	
1	BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II	06.190.188/0001-64	
1	BRADESCO FI MM INFRAPREV ATUARIAL PLUS I	06.190.251/0001-62	
19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO	07.187.482/0001-80	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO MULTIPERFORMANCE	00.829.163/0001-81	
5	BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH	00.806.285/0001-52	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO DYNAMIC	01.549.381/0001-25	
29	BRAM FI RENDA FIXA TARGET	02.998.239/0001-28	
10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I	02.998.164/0001-85	
32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS	01.606.552/0001-00	
1	BRADESCO FI RENDA FIXA LONGO PRAZO YIELD	03.054.724/0001-06	
3	BRADESCO FI RENDA FIXA WINNER	03.443.809/0001-86	
12	BRADESCO FI RENDA FIXA ALFA	03.546.870/0001-59	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM	03.553.574/0001-85	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE	03.549.098/0001-29	
8	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA	03.958.682/0001-38	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL	04.244.510/0001-65	
69	BRADESCO FI RENDA FIXA TARGET I	02.335.944/0001-45	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO ENERGIA	03.149.243/0001-84	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II	04.841.576/0001-32	
7	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.841.657/0001-32	
5	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO ALOCAÇÃO	04.841.745/0001-34	
1	BRAM PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.875.006/0001-63	
1	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS	04.875.059/0001-84	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO BELGRADO	05.091.139/0001-01	
21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA	04.968.651/0001-20	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO BALL	05.222.502/0001-80	
3	FI RF DOURADO	04.052.631/0001-05	
5	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDARE	05.222.506/0001-69	
19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI	4.657.820/0001-01	
96	TOP RENDA FIXA MIX LONGO PRAZO FI	1.361.074/0001-16	
40	FLOOR RENDA FIXA FI	1.597.275/0001-17	
23	ITAU OASIS RENDA FIXA FI	1.606.549/0001-97	
10	ITAU PERFORMANCE RENDA FIXA FI	822.944/0001-44	

50	WestLB FTE II FI Multimercado	06.974.735/0001-00	Av. Eng. Luís Carlos Bertini, 716 - 8º andar, CEP: 04571-000
100	Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	Alameda Santos 408 14º andar São Paulo CEP: 01417-000
3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	05.066.595/0001-00	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
4	Bosch Brasil VI Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário	05.464.910/0001-49	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
3	Havertown Investments Holding LLC	05.623.307/0001-62	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
5	CAJA PARAGAYA DE LA ITAIPU BIN	06.541.046/0001-02	RUA VISCONDE DE PIRAJÁ 433, SLS. 804/805 CEP: 20410-003
5	Morumbi Capital I, LLC	07.604.875/0001-41	Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar, São Paulo, Brasil
5	Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social	28.954.717-0001-91	Av. Brasil, 4.036 - 3 Andar - Mangueiras - RJ - 21040-361
149	Fundo de Investimento em Desenvolvimento e Consolidação - Renda Fixa	04.885.571/0001-01	Av. Paulista, 1111 - 2º andar - parte - São Paulo - SP 11-4009-3936 c/c Avenida Presidente Wilson, 231/11º andar - CEP 20030-905 Centro - Rio de Janeiro
2	UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.841.638/0001-06	Praia de Botafogo 228 - 16º andar, parte - Botafogo- RJ
100	HSBC FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA PERFORMANCE	06.077.638/0001-07	Travessa Oliveira Bello, 34 Centro - Palácio Avenida 1º andar - Curitiba/PR CEP: 80.020-030
7	PARAIBA DO SUL - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	04.667.988/0001-06	Av.: Brigadeiro Faria Lima, nº 3400 - 19º andar - Edifício Faria Lima Financial Center - Itaim Bibi
1	ITAPEMA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA.	05.584.616/0001-70	Al. Rio Negro 433, 7º andar - Barueri/ SP/06454-000
25	Concórdia Master Fundo de Investimento Renda Fixa	03.913.067/0001-05	Rua Libero Badaró, 425-23º andar. São Paulo-SP. Cep: 01009-905
50	BES INVESTIMENTO DO BRASIL	34.111.187/001-12	AV. BRIGADEIRO FARIA DE LIMA, 3729 - 8º ANDAR CEP: 04538-905
2	FIF BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND	05.642.617/0001-24	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510 - 11º andar CEP: 04543-906
7	ANCHOR FUNDO DE INVESTIMENTO	04.381.431/0001-04	Avenida Almirante Barroso, 52, sala 3301, Rio de Janeiro Cep: 20031-000
980	Total		

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO II

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DE 17 DE JANEIRO DE 2007

18

2

18

18

18

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 03.410.855/0001-89

NIRE 33300263217

Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007, lavrada na forma de sumário conforme faculta o § 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

- I. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 17 de janeiro de 2007, às 11:00h, na Avenida Almirante Barroso nº 52, 8º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.
- II. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Tendo em vista a presença de debenturistas representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação (as "Debêntures") da 2ª Emissão da CP Cimento e Participações S/A (a "2ª Emissão" e a "Emissora"), conforme assinaturas apostas abaixo, ficam dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, bem como do item 6.3 da escritura das Debêntures. Presentes também os Srs. José Alexandre Costa de Freitas - representante da Oliveira Trust DTVM S/A, Agente Fiduciário dos debenturistas ("Agente Fiduciário") e os advogados da Wald e Associados Advogados.
- III. MESA:** Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira, como Presidente, e Sr. José Alexandre Costa de Freitas, como Secretário.
- IV. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as providências de formalização dos Documentos de Reestruturação¹ conforme Memorando de Intenções celebrado em 28 de dezembro de 2006, por 98% (noventa e oito por cento) dos titulares das debêntures da 2ª Emissão.
- V. ABERTURA DOS TRABALHOS:** Abertos os trabalhos, o representante do Agente Fiduciário declarou instalada a presente Assembleia haja vista a presença de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação da 2ª Emissão. Após a leitura da Ordem do Dia, o representante do Agente Fiduciário propôs aos presentes que elessem um Presidente para conduzir os trabalhos e um secretário para, dentre outras providências, lavrar a presente ata. Assim, a unanimidade dos debenturistas presentes elegeram a Sra.

¹ Conforme definido no Memorando de Intenções.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with circular stamps.

Ana Paula Zanetti de Barros Moreira para presidir os trabalhos e o Sr. José Alexandre Costa de Freitas para secretariá-la. O representante do Agente Fiduciário explicou aos debenturistas que a presente Assembléia foi convocada em virtude do andamento das negociações realizadas entre a Emissora, o Comitê de Debenturistas, os bancos credores e de parte dos Titulares de Commercial Papers (fixed rates notes), colocados na Bolsa de Luxemburgo (em conjunto denominados "Credores"). Foi feito um breve histórico sobre a situação da negociação até o presente momento, sendo esclarecido que em 01 de outubro de 2006, data do vencimento final da 2ª Emissão, a Emissora não honrou com o pagamento devido aos debenturistas. Em 27 de setembro foi instaurada Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD"), sendo suspensa e reaberta em 29 de setembro de 2006, para deliberar sobre a proposta da Emissora de prorrogar o vencimento final das debêntures por 60 (sessenta) dias. Não foi atingido o quorum necessário para tal deliberação, sendo, portanto, rejeitada a proposta. Em 02 de outubro de 2006, em AGD, os debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures, deliberaram contratar o escritório Wald e Associados Advogados para tomar as medidas judiciais para cobrança da Emissora e autorizar o Agente Fiduciário a notificar a Emissora para pagamento dos valores devidos, bloquear as Debêntures para negociação na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e a CBLC - Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia, notificar a CVM - Comissão de Valores Mobiliários sobre a inadimplência da Emissora e tomar todas as demais medidas previstas na Escritura. Adicionalmente, foi aprovada a criação de um Comitê de Debenturistas para acompanhar o processo judicial bem como para participar de definições de estratégias, não podendo, no entanto, deliberar sobre a aceitação de qualquer proposta. Em 05 de outubro de 2006, foi ajuizada ação de execução em face da Emissora. No dia 17 seguinte, a Emissora compareceu em juízo, suprimindo a citação e, em 18 de outubro, indicou bens à penhora. Em 06 de novembro de 2006, de acordo com aprovação de 100% (cem por cento) dos debenturistas em AGD ocorrida em 30 de outubro de 2006, a Emissora e o Agente Fiduciário, representando os titulares das Debêntures, celebraram o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças (o "Acordo") e o Contrato de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia de Cimento Ribeirão Grande. Nos termos do Acordo, a execução foi suspensa pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 08 de novembro de 2006, para negociação do plano de reestruturação da Emissora. A Emissora, o Comitê de Debenturistas e os demais Credores participaram de diversas reuniões para discussão do plano. Em 28 de dezembro de 2006, foi celebrado o Memorando de Intenções, conforme autorização dos Debenturistas Signatários, ratificada em Reunião de Debenturistas realizada em 03 de janeiro de 2007, entre a Emissora e a Cimento Tupi S.A. (como devedores), os bancos credores, e os titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão (o "Memorando de Intenções"). Os titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão que celebraram o Memorando de Intenções serão doravante designados "Debenturistas Signatários". O debenturista Polo HG Fia (a "Polo"), representante de 2% (dois por cento) das debêntures da 2ª Emissão não aderiu aos termos do Memorando de Intenções, mas declarou nesta AGD que nada tem

à opor a celebração, pelos Debenturistas Signatários, do Memorando de Intenções, que estabelece as condições aceitas pelos Debenturistas Signatários para a novação de seus créditos.

VI. DELIBERAÇÕES: Diante do acima exposto, os debenturistas presentes nesta AGD, representando 100% (cem por cento) das debêntures da 2ª Emissão deliberaram:

- (i) Aprovar a novação dos créditos referentes a 980 (novecentas e oitenta) debêntures, correspondentes a 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão, de modo a refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada², previstos no Memorando de Intenções, permanecendo, desta forma, vencidas as 20 (vinte) debêntures correspondentes a 2% (dois por cento) da emissão, de propriedade da Polo;
- (ii) Ressalvar expressamente todos os direitos e créditos da Polo, decorrentes das debêntures de que é titular, correspondentes à 2ª Emissão, que continuarão a ter as condições previstas na Escritura da 2ª Emissão (como vigente em 01 de outubro de 2006, data de vencimento das debêntures da 2ª Emissão), visto que tais debêntures permanecem vencidas;
- (iii) Autorizar o Comitê de Debenturistas a negociar e o Agente Fiduciário a firmar, representando os Debenturistas Signatários, o Aditamento à Escritura de Debêntures (ou outro documento equivalente) de modo a refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada³, previstos no Memorando de Intenções, ficando expressamente estabelecido que o referido Aditamento (ou documento equivalente) não alcançará a Polo, que permanecerá com os direitos originários referentes ao vencimento de suas debêntures, conforme estabelecido na Escritura da 2ª Emissão;
- (iv) Autorizar o Comitê de Debenturistas a negociar e o Agente Fiduciário a firmar, representando os Debenturistas Signatários, todos os outros instrumentos (Documentos de Reestruturação⁴) e praticar todos os atos úteis ou necessários para refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada⁵, previstos no Memorando de Intenções, ficando expressamente estabelecido que os referidos Documentos de Reestruturação não alcançarão a Polo, que permanecerá com os direitos originários da Escritura da 2ª Emissão.

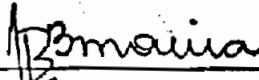
Adicionalmente, os debenturistas deliberaram por unanimidade aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos debenturistas presentes, nos termos do art. 130 e seus parágrafos, da Lei n.º 6.404/76.

² Conforme definido no Memorando de Intenções.
³ Conforme definido no Memorando de Intenções.
⁴ Conforme definido no Memorando de Intenções.
⁵ Conforme definido no Memorando de Intenções.

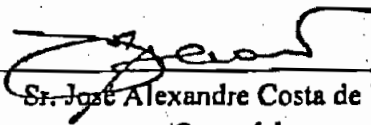
Por fim, declarou o Agente Fiduciário que zelarà para que todas as deliberações tomadas nesta AGD e constantes da presente ata sejam devidamente implementadas.

VII. ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, bem como pelos representantes do Agente Fiduciário, da Wald e Associados Advogados.

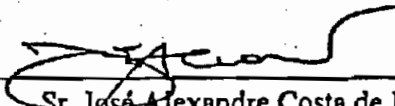
Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2007.



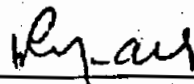
Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
Presidente



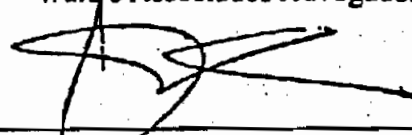
Sr. José Alexandre Costa de Freitas
Secretário



Sr. José Alexandre Costa de Freitas
Representante da Oliveira Trust DTVM S/A - Agente Fiduciário



Dr. Luiza Rangel de Moraes
Wald e Associados Advogados



Sr. Luis Carlos Marinho de Andrade

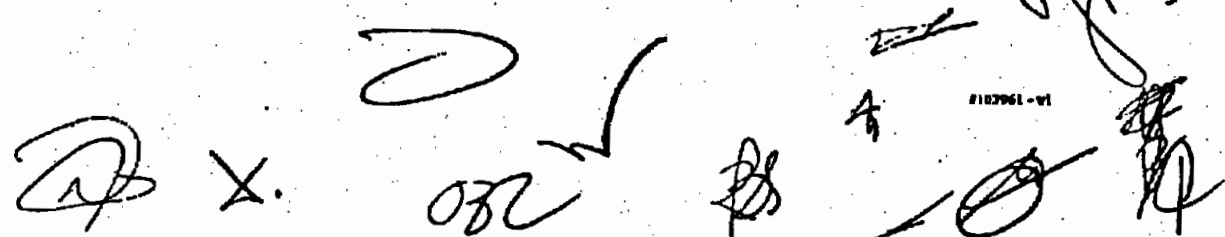
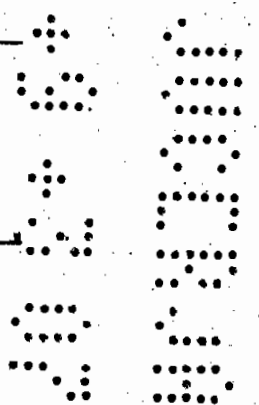
ITAU PERFIX RENDA FIXA FI - Titular de 19 debêntures

TOP RENDA MIX FIF - Titular de 96 debêntures


FLOOR FIF - Titular de 40 debêntures

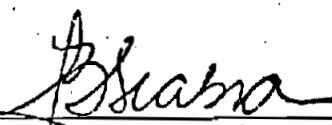
ITAU OASIS FIF - Titular de 23 debêntures

ITAU PERFORMANCE FIF - Titular de 10 debêntures

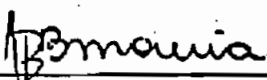


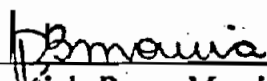
Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007

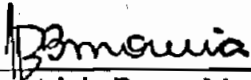

Sr. Mario Cardoso Carvalho Filho
WESTLB FTE II FI MULTIMERCADO - Titular de 50 debêntures

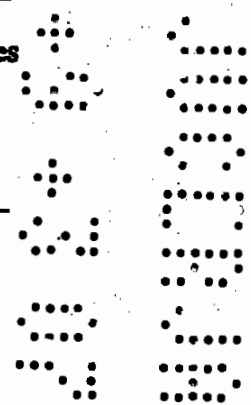

Sra. Ana Lucia Seabra
PARAIBA DO SUL FI MULTIM. PREVIDENCIARIO - Titular de 7 debêntures

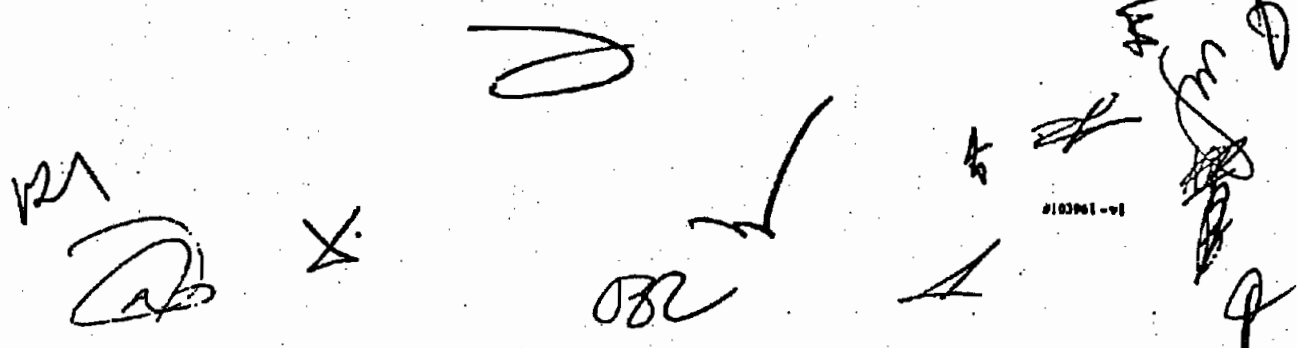

Sr. Christiano dos Santos Mendes Pereira
POLO HG FIA - Titular de 20 debêntures


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
BOSCH BRASIL VI FI MULT. PREVIDENCIARIO - Titular de 4 debêntures


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
ITAPEMA FI RENDA FIXA - Titular de 1 debênture


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF - Titular de 3 debêntures





**Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série Única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007**

13maui

Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira

BRADESCO FI RENDA FIXA ALBI - Titular de 7 debêntures
 BRADESCO FI RENDA FIXA ANDROMEDA - Titular de 8 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II - Titular de 1 debênture
 BRADESCO FIF INFRAPREV ATUARIAL PLUS - Titular de 1 debênture
 BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO - Titular de 19 debêntures
 BRADESCO FI MULT. MULTIPERFORMANCE - Titular de 2 debêntures
 BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH - Titular de 5 debêntures
 BRADESCO BJ FIF DYNAMIC - Titular de 3 debêntures
 BRAM FIF RF TARGET - Titular de 29 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I - Titular de 10 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS - Titular de 32 debêntures
 BRADESCO FI RF LONGO PRAZO YIELD - Titular de 1 debênture
 BRADESCO FI RF WINNER - Titular de 3 debêntures
 BRADESCO FIF RENDA FIXA ALFA - Titular de 12 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM - Titular de 5 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE - Titular de 2 debênture
 BRADESCO PRIVATE FI RF - Titular de 8 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL - Titular de 2 debêntures
 BRADESCO FI RF TARGET I - Titular de 69 debêntures
 BRADESCO FIF ENERGIA - Titular de 2 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II - Titular de 2 debêntures
 BRADESCO FIF PRIVATE RF CREDITO - Titular de 7 debêntures
 BRAM FIF PRIVATE ALCACAO - Titular de 5 debêntures
 BRAM FIF PRIVATE CREDITO - Titular de 1 debênture
 BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS - Titular de 1 debênture
 BRADESCO BJ FIF BELGRADO - Titular de 5 debêntures
 BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA - Titular de 21 debêntures
 BRADESCO FIF BALL - Titular de 3 debêntures
 BRADESCO FIF ANDARE - Titular de 5 debêntures
 FI RENDA FIXA DOURADO - Titular de 3 debêntures

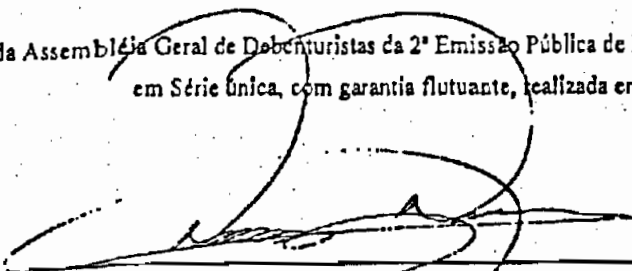
[Handwritten signature]

Sr. Mariano Ceppas Figueiredo

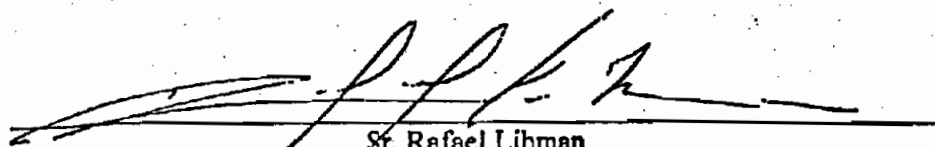
HAVERTOWN INVESTMENTS HOLDING LLC - Titular de 3 debêntures

#103061 - w

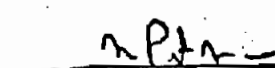
Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série Única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007



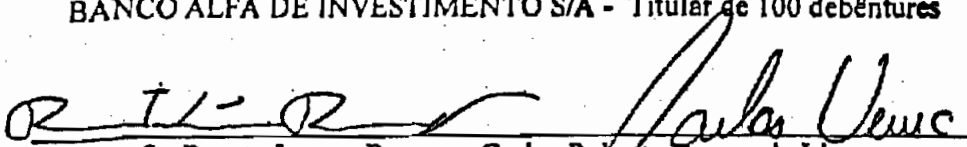
Sr. Nicolas César Julião Butros Prestes Licoliello
FUNDO CONCORDIA MASTER INVESTIMENTO FINANCEIRO
Titular de 25 debêntures



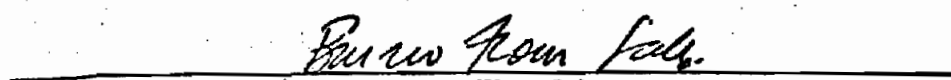
Sr. Rafael Libman
UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA - Titular de 2 debêntures



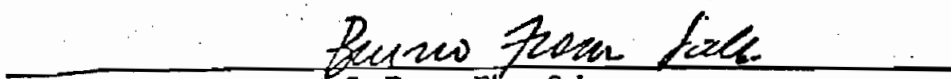
Sr. Maurício Nazar
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A - Titular de 100 debêntures



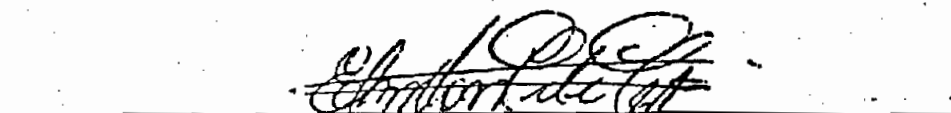
Sr. Renato Lazaro Ramos e Carlos Roberto Pessoa de Lima
HSBC FI RENDA FIXA PERFORMANCE - Titular de 100 debêntures



Sr. Bruno Flora Sales
FIF ANCHOR - Titular de 7 debêntures



Sr. Bruno Flora Sales
FIF RF EM DESENVOLVIMENTO & CONSOLIDAÇÃO - Titular de 149 debêntures



Sr. Edmilson Loureiro de Lyra
INSTITUTO OSW. CRUZ - CONTA INVESTIMENTO - Titular de 5 debêntures

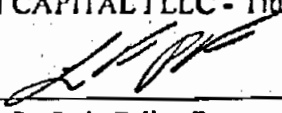
Handwritten notes and stamps on the right side of the page, including a vertical stamp with the word "RECEBIDO" and various initials.

Handwritten notes and stamps at the bottom of the page, including a large "X" mark, a checkmark, and various initials.

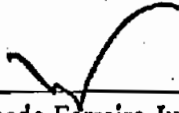
Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série Única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007



Sr. Luiz Felipe Passos Fleury
MORUMBI CAPITAL I LLC - Titular de 5 debêntures



Sr. Luiz Felipe Passos Fleury
BES - INVESTIMENTO DO BRASIL - BANCO DE INVESTIMENTO
Titular de 50 debêntures

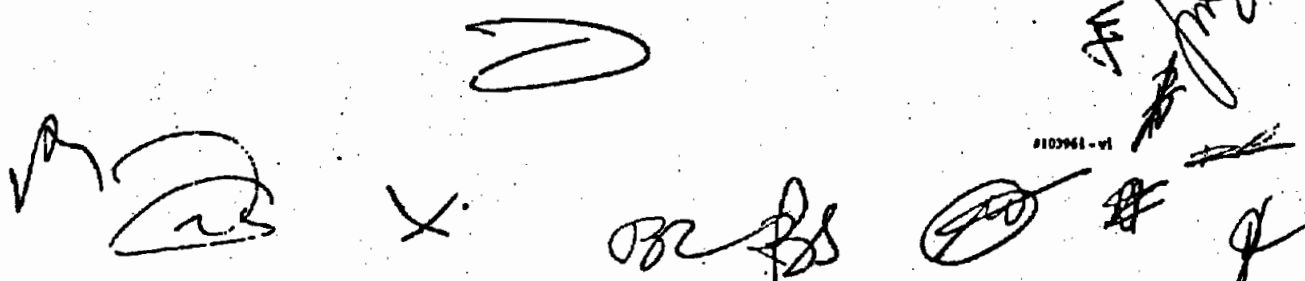


Sr. Ricardo Ferreira Junqueira Ribeiro
CAJA PARAGUAYA DE LA IPAIPU BIN - Titular de 5 debêntures

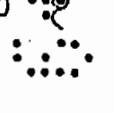
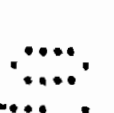



Sra. Flavia Aquino Gomes de Souza
BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND FI RF - Titular de 2 debêntures

0103961-01



Lista de Presença da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da CP Cimento Participações S/A, realizada em 17/01/2007

% Total	%	Cetip	Debenturista	Representante	Assinatura
	0,70%	7	BRADESCO FI RENDA FIXA ALBI	<p>  Ana Paula Janetti de Barros Moura </p>	<p>  Moura </p>
	0,80%	8	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDROMEDA		
	0,10%	1	BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II		
	0,10%	1	BRADESCO FI INFRAPREV ATUARIAL PLUS		
	1,90%	19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULT. MULTIPERFORMANCE		
	0,50%	5	BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH		
	0,30%	3	BRADESCO BJ FIF DYNAMIC		
	2,90%	29	BRAM FIF RF TARGET		
	1,00%	10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I		
	3,20%	32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS		
	0,10%	1	BRADESCO FI RF LONGO PRAZO YIELD		
	0,30%	3	BRADESCO FI RF WINNER		
	1,20%	12	BRADESCO FIF RENDA FIXA ALFA		
	0,50%	5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE		
	0,80%	8	BRADESCO PRIVATE FI RF		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL		
	6,90%	69	BRADESCO FI RF TARGET I		
	0,20%	2	BRADESCO FIF ENERGIA		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II		
	0,70%	7	BRADESCO FIF PRIVATE RF CREDITO		
	0,50%	5	BRAM FIF PRIVATE ALCACAO		
	0,10%	1	BRAM FIF PRIVATE CREDITO		
			BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO		
	0,10%	1	DERIVATIVOS		
	0,50%	5	BRADESCO BJ FIF BELGRADO		
	2,10%	21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA		
	0,30%	3	BRADESCO FIF BALL		
	0,30%	3	FI RENDA FIXA DOURADO		
	0,50%	5	BRADESCO FIF ANDARE		
27,40%					
	1,90%	19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI		
	9,60%	96	TOP RENDA MIX FIF		
	4,00%	40	FLOOR FIF		
	2,30%	23	ITAU OASIS FIF		
18,80%					
	1,00%	10	ITAU PERFORMANCE FIF	Luiz Carlos Andrade	

Lista de Presença da Assembléia Geral de Debituristas da 2ª Emissão da CP Cimento e Participações S/A, realizada em 17/01/2007

5,00%	5,00%	50	WESTLB FTE II FI MULTIMERCADO	<i>Marcelo Cavero</i>	<i>Capitão</i>	<i>Capitão</i>
10,00%	10,00%	100	BANCO ALFA DE INVESTIMENTOS S/A	<i>Pr</i>	<i>Pr</i>	<i>Pr</i>
0,30%	0,30%	3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	<i>João Paulo Zanetti</i>	<i>João Paulo Zanetti</i>	<i>João Paulo Zanetti</i>
0,70%	0,40%	4	BOSCH BRASIL VI FI MÚLT. PREVIDENCIÁRIO	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>
0,30%	0,30%	3	HAVERTOWN INVESTMENTS HOLDING LLC	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>
0,50%	0,50%	5	CAJA PARAGUAYA DE LA IPAIPU BIN	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>
0,50%	0,50%	5	MORUMBI CAPITAL I LLC	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>
0,50%	0,50%	5	INSTITUTO OSW. CRUZ - CONTA INVESTIMENTO	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>	<i>de Barros Moreira</i>
0,20%	0,20%	2	UBS CARITI FUNDO DE INV. RENDA FIXA	<i>RAFAEL UZMAN</i>	<i>RAFAEL UZMAN</i>	<i>RAFAEL UZMAN</i>
14,90%	14,90%	149	FIF RF EM DESENVOLVIMENTO & CONSOLIDAÇÃO (Mellon)	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
10,00%	10,00%	100	HSBC FI RENDA FIXA PERFORMANCE	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
0,70%	0,70%	7	PARAIBA DO SUL FI MULTIM. PREVIDENCIÁRIO	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
0,10%	0,10%	1	ITAPEMA FI RENDA FIXA	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
2,50%	2,50%	25	FUNDO CONCORDIA MASTER INVESTIMENTO FINANCEIRO	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
5,00%	5,00%	50	BES - INVESTIMENTO DO BR S/A - BANCO DE INVESTIMENTO	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
0,20%	0,20%	2	BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND FI RF	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
0,70%	0,70%	7	FIF ANCHOR	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
2,00%	2,00%	20	POLO HG FIA	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>
100,00%	100,00%	1000		<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>	<i>BRUNO FLORA SALES</i>

MAELOS DUARTE SANTOS

MAELOS DUARTE SANTOS

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO III

ACORDO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS

19

G

Qpm

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

ANEXO IV

CONTAS CORRENTES DOS CREDORES E DO BANCO MANDATÁRIO

BANCO MANDATÁRIO

CP Cimento e Participações S.A.

Banco: Banco Bradesco S.A.

Agência: 0448

Conta Corrente: 121400-4

CNPJ/MF nº 03.410.855/0001-89

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCO BRASILEIROS S/A

Agência: 0722

Conta Corrente: 110.211-9

CNPJ: 33.700.394/0001-40

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Agência: 001

Conta Corrente: 10.000-5

CNPJ: 17.298.092/0001-30

BANCO BRADESCO S.A.

Agência: 4130/0

Conta Corrente: 1-9

CNPJ: 60746948-0001/12

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

Agência: 0084

Conta Corrente: 8069700

CNPJ: 33.066.408/0001-15

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Agência: 001

Conta Corrente: 2101-6

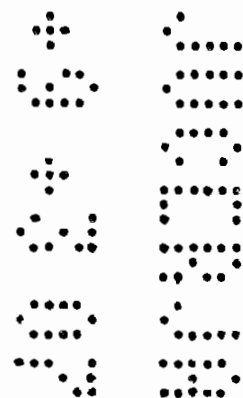
CNPJ: 60.770.336/0001-65

BANCO ABC BRASIL S.A. - NR. 246

Agência: 0001

Conta Corrente: 21460-5

CNPJ: 28.195.667/0001-06



6

[Handwritten signature]

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

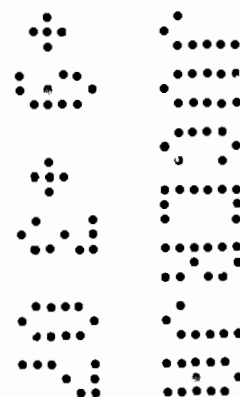
ANEXO V

PROPORÇÃO DOS CRÉDITOS DETIDOS PELOS CREDITORES

O levantamento dos recebíveis e recursos que constituem o Fluxo Garantia para pagamento aos Credores, na hipótese de vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, observará a proporção prevista na tabela abaixo, sempre que tais recebíveis e recursos não forem suficientes para a quitação integral das dívidas das Cedentes.

Credores	% Dívida Reestruturada
Unibanco	21,89 %
Itaú BBA	11,50 %
Bradesco	6,36 %
ABN Real	7,47 %
Alfa	2,47 %
ABC	3,63 %
Debêntures	28,70 %
Notes	17,98 %
Total	100,00 %

Caso os recebíveis e recursos que constituem o Fluxo Garantia sejam suficientes para quitar integralmente a Dívida Reestruturada, o saldo devido a cada Credor será calculado e pago independentemente da proporção acima, observados os respectivos Instrumentos de Reestruturação.

2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO V****CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA VINCULADA**

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA VINCULADA

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "CP Cimento" ou "Devedora"; e

E de outro,

II. **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Eusébio Matoso, nº 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Unibanco";

III. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, 4º andar (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Itaú BBA";

IV. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Vila Iara, s/n, Prédio Amarelo velho, Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Bradesco";

V. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista, 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABN Real";

VI. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos, nº 466 – Cerqueira César, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Alfa";

VII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABC";

todos os bancos acima descritos, em conjunto, doravante denominados simplesmente "Bancos"; e

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the document. A circular stamp with the number "109223 - v16" is visible. There are several handwritten signatures and initials, including "m", "J", "P", "S", "Q", "m3", and "E".

VIII. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, doravante designada "Agente Fiduciário" ou "Oliveira Trust", na qualidade de Agente Fiduciário das sociedades nomeadas e qualificadas no Anexo 1 ("Debenturistas Signatários"), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures ("Debêntures Reestruturadas") emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 ("2ª Emissão"), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (doravante referidos em conjunto como "Escritura");

IX. BANCO J.P. MORGAN S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 33.172.537/0001-98, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, Londres, Inglaterra, E14 5AL, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o respectivo Trust Deed (em conjunto "Agente de Garantia"), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares de *fixed rates notes*, no montante, nesta data, de US\$ 32.421.360,00, remunerados à taxa de 7.5% ao ano, com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento ("Notes", e os titulares das Notes doravante denominados "Noteholders");

E, ainda, como agente centralizador,

X. BANCO J.P. MORGAN S.A., acima qualificado, ("Agente Centralizador").

os Bancos, os Debenturistas Signatários e o Agente de Garantia, em conjunto doravante designados "Credores"; Os Credores, a CP Cimento, o Agente Fiduciário e o Agente Centralizador, em conjunto, doravante designados como "Partes".

CONSIDERANDO que a CP Cimento e os Credores, com exceção dos Noteholders, celebraram, no dia 05 de março de 2007, Acordo Global de Reestruturação de Dívidas ("Acordo Global"), que define os termos e condições para a reestruturação de dívida da CP Cimento e Tupi perante os Credores;

CONSIDERANDO que a reestruturação financeira da Devedora é formalizada pela celebração deste instrumento e dos demais instrumentos de reestruturação, quais sejam: (i) o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas; (ii) *Notice of Result of Adjourned Meeting of Noteholders* e os demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário – CCBs; (iv) o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento; (v) o Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG) e a Notificação CAL; (vi) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos

Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi); (vii) o Instrumento de Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG"; (viii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006 e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pela Polo, com a concordância da CP Cimento; (ix) o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança; (x) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança; e (xi) a Petição de desistência da Execução (todos, em conjunto, inclusive com o presente instrumento, doravante designados como "Instrumentos de Reestruturação");

CONSIDERANDO que a CP Cimento e a Cimento Tupi S.A., sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.039.223/0001-11 ("Tupi"), assumiram no Acordo Global a obrigação de constituir diversas garantias em favor dos Credores, assim como a abertura de conta vinculada destinada exclusivamente para o depósito dos valores a serem destinados aos Credores a título de pagamento da Dívida Reestruturada prevista no Acordo Global; e

CONSIDERANDO que as Partes desejam estabelecer, neste instrumento, os termos e condições que regerão a Conta Vinculada;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato de Depósito em Conta Vinculada ("Contrato"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

ARTIGO I DEFINIÇÕES

1.1. Para efeitos deste Contrato, os termos a seguir transcritos terão as seguintes definições:

"Amortização Final" significa o saldo da dívida dos Credores prevista no Acordo Global que, após o pagamento da Amortização Inicial, da Amortização Intermediária e de eventual Amortização Extraordinária ou Amortização Antecipada, será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, nas seguintes datas: 10 de janeiro de 2010, 10 de fevereiro de 2010, 10 de março de 2010, 10 de abril de 2010, 10 de maio de 2010, 10 de junho de 2010, 10 de julho de 2010, 10 de agosto de 2010, 10 de setembro de 2010, 10 de outubro de 2010, 10 de novembro de 2010, 10 de dezembro de 2010, 10 de janeiro de 2011, 10 de fevereiro de 2011, 10 de março de 2011, 10 de abril de 2011, 10 de maio de 2011, 10 de junho de 2011, 10 de julho de 2011, 10 de agosto de 2011, 10 de setembro de 2011, 10 de outubro de 2011, 10 de novembro de 2011, 10 de dezembro de 2011, atualizadas na forma do item 4.1.1 do Acordo Global;

"CAL" significa a CAL Itaú Participações S.A., sociedade com sede na Praça Professor José Lanes, 40, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 06.956.836/0001-40;

“CCRG” significa a Companhia de Cimento Ribeirão Grande, companhia com sede na Av. Engenheiro Billings, 2.350 (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MG sob o nº 27.184.944/0001-12;

“Contrato CCRG” significa o Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 27 de novembro de 2006 entre a CP Cimento e a CAL, referente à aquisição pela CAL da totalidade das ações de emissão da CCRG;

“Metade da Alienação Tupi” significa 50% (cinquenta por cento) do produto líquido decorrente de toda e qualquer alienação de participação societária majoritária ou minoritária detida pela CP Cimento na Tupi;

“Recebíveis CCRG” significa as seguintes parcelas:

(a) parcela de R\$ 79.764.784,86 (setenta e nove milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, em 1 de julho de 2007;

(b) parcela de R\$ 23.224.084,54 (vinte e três milhões, duzentos e vinte quatro mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, em 1 de julho de 2007, condicionada à prévia desoneração das ações de emissão da CCRG empenhadas às Debêntures;

(c) parcela de R\$ 39.630.519,55 (trinta e nove milhões, seiscentos e trinta mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2007, corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento;

(d) parcela de R\$ 59.445.779,32 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e dois centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2008, corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento; e

(e) parcela de R\$ 63.805.136,47 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), a receber, de acordo com o Contrato CCRG, até 1 de dezembro de 2009, corrigida pelo CDI a partir de 27 de novembro de 2006 até a data do efetivo pagamento.

“Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto” significa os recebíveis decorrentes da eventual alienação da unidade produtora de concreto da Tupi, até o limite de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de Reais), observado, no caso de pagamento a prazo, o fluxo de recebíveis a ser contratado e na proporção, em relação a cada parcela, que o mencionado montante representa do valor total da operação; e

"Recebíveis Faturamento Tupi" significa os recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi, no montante equivalente a 130% (cento e trinta por cento) de uma parcela mensal da Amortização Final.

1.2. Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste Contrato e aqui não definidos terão os mesmos significados que anteriormente lhes foram atribuídos no âmbito do Acordo Global.

ARTIGO II OBJETO

2.1. A CP Cimento e os Credores, de comum acordo, indicam neste ato o Agente Centralizador, e este, desde já, aceita a referida indicação, para atuar como fiel depositário dos valores a serem depositados na conta-corrente nº 73.1.10054-1, agência nº 011, Banco 376, de titularidade da CP Cimento ("Conta Vinculada" cuja definição engloba a conta investimento), da qual o Agente Centralizador será gestor, de acordo com os termos e condições deste Contrato.

2.2. A CP Cimento obriga-se a destinar para a Conta Vinculada, até a quitação integral da Dívida Reestruturada, os créditos abaixo descritos ("Créditos"):

(i) R\$ 39.829.226,60 (trinta e nove milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), em 4 de abril de 2007, condicionado, cumulativamente à (i) desoneração da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da CCRG antes empenhadas em favor dos Debenturistas, e (ii) liberação dos Novos Empréstimos pelos Bancos;

(ii) os Recebíveis CCRG, em até 2 (dois) dias úteis da data do respectivo pagamento realizado pela CAL. Caso tenha havido a redução da garantia em função de pagamento da Metade da Alienação Tupi, conforme previsto no item 4.14 do Acordo Global, a CP Cimento poderá deixar de depositar os valores reduzidos dos Recebíveis CCRG ou mesmo liberar da Conta Vinculada em seu favor tais montantes;

(iii) os valores relacionados à Metade da Alienação Tupi, conforme previsto no item 4.10 (v) do Acordo Global, em até 2 (dois) dias úteis do respectivo e efetivo pagamento desses valores pela compradora, observado o fluxo de recebíveis a ser contratado;

(iv) os Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto, conforme previsto no item 4.10 (iv) do Acordo Global, em até 2 (dois) dias úteis contados do respectivo pagamento pela compradora, observado o fluxo de recebíveis a ser contratado; e

(v) todos os demais valores a serem destinados aos Credores a título de pagamento da Dívida Reestruturada prevista no Acordo Global.

2.3. O Bradesco ("Agente de Custódia"), a CP Cimento, a Tupi e os Credores celebram, nesta data, o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança (Anexo 11 ao Acordo Global), pelo qual a Tupi se compromete a fazer com que os Recebíveis Faturamento Tupi, conforme previsto no item 4.10 (ii) do Acordo Global, sejam depositados na Conta de Cobrança. Nos termos do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, o Agente de Custódia deverá transferir os recursos provenientes da liquidação dos Recebíveis Faturamento Tupi para a Conta Vinculada nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento das obrigações pecuniárias e/ou vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, nos termos do Acordo Global; (ii) pagamento aos Credores por ordem da CP Cimento.

ARTIGO III VINCULAÇÃO DOS CRÉDITOS

3.1. Os Créditos referidos no item 2.2 (i) acima depositados na Conta Vinculada somente serão utilizados pelo Agente Centralizador para realização da Amortização Inicial (conforme previsto no Acordo Global), que será dividida entre os Credores, na seguinte proporção:

Credores	% Amortização Inicial
Unibanco	21,26 %
Itaú BBA	11,17 %
Bradesco	6,17 %
ABN Real	7,25 %
Alfa	2,40 %
ABC	3,52 %
Debêntures	29,65 %
Notes	18,58 %
Total	100,00 %

3.2. Os Créditos referidos nos itens 2.2 (ii), (iii), (iv) e (v) e 2.3 acima depositados na Conta Vinculada somente serão utilizados pelo Agente Centralizador para realização das Amortizações Intermediária, Extraordinária, Antecipada e Final da Dívida Reestruturada, junto aos Credores, observados os termos deste Contrato e na seguinte proporção, quando insuficientes para amortizar a totalidade da Dívida Reestruturada:

[Handwritten signatures and marks]

#129223 - v16

Credor	% Dívida Reestruturada
Unibanco	21,89 %
Itaú BBA	11,50 %
Bradesco	6,36 %
ABN Real	7,47 %
Alfa	2,47 %
ABC	3,63 %
Debêntures	28,70 %
Notes	17,98 %
Total	100,00 %

3.2.1. Caso a Amortização Extraordinária ou a Amortização Antecipada seja suficiente para quitar a Dívida Reestruturada, o saldo devido a cada Credor será calculado e pago independentemente da proporção acima, observados os respectivos Instrumentos de Reestruturação.

3.3. O Agente Centralizador notificará os Credores Brasileiros, o Agente Fiduciário e o Agente de Garantia no prazo de até 1 (um) dia útil da não realização de cada depósito na Conta Vinculada dos recursos referentes às Amortização Inicial, Amortização Intermediária e Amortização Final, conforme as datas definidas no Acordo Global.

3.4. Fica o Agente Centralizador desde já instruído, em caráter irrevogável e irretroatável e independentemente de qualquer notificação, a efetuar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de recursos na Conta Vinculada, observado o disposto na cláusula 3.5 abaixo, a transferência compulsória desses valores aos Credores, na proporção indicada nas cláusulas 3.1 e 3.2 acima e nas contas correntes respectivas indicadas no Anexo 3, valendo o comprovante de transferência como recibo dos valores transferidos aos Credores.

3.4.1. A transferência de recursos do Agente Centralizador para o Banco Mandatário dos Debenturistas Signatários será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Brasileiros, de forma que todos os Credores Brasileiros recebam os valores devidos na mesma data, conforme previsto no Acordo Global.

3.5. Em relação aos Noteholders, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente prevista no Anexo 3, junto ao Agente de Pagamento, observado os Anexos 4 e 6 a este Contrato. As Partes concordam que quaisquer pagamentos ao Agente de Pagamento ou Agente de Garantia, inerentes a excussão de garantias, amortizações da Dívida Reestruturada e/ou quaisquer outros pagamentos em favor dos Noteholders, previstos neste Contrato, no Acordo Global ou em qualquer dos demais Instrumentos de Reestruturação, poderão ocorrer posteriormente às respectivas datas previstas neste Contrato, no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, desde que em conformidade com os Instrumentos das Notes.

3.6. Caso o Comitê de Credores (conforme definido no Acordo Global), o Agente Fiduciário, o Agente de Garantia ou, ainda, qualquer Credor requeira a excussão da hipoteca, em primeiro grau, do imóvel constituído pelo terreno localizado na Av. Engenheiro Billings, nº 2350, no Bairro do Jaguaré, na Cidade e Estado de São Paulo, nos termos previstos no Acordo Global, os resultados serão obrigatoriamente depositados na Conta Vinculada para o pagamento da Dívida Reestruturada, de acordo com a proporção prevista na cláusula 3.2 acima.

3.7. O Credor que providenciar a excussão de garantia sem respeitar a proporção prevista no item 3.2. responderá por perdas e danos perante os demais Credores.

3.8. Sem prejuízo do disposto na cláusula imediatamente acima, no caso de excussão das garantias nos termos deste Contrato, cada Credor concorda que todo e qualquer produto deverá ser prontamente distribuído pelo Agente Centralizador aos Credores, na proporção prevista na cláusula 3.2 acima e sem haver prioridade entre os Credores na ordem de recebimento, na seguinte ordem de prioridade:

- (i) primeiro, o valor recebido por cada Credor, será considerado para fins de pagamento dos juros, taxas e despesas decorrentes da respectiva Dívida Reestruturada então devidos e exigíveis por tal Credor; e
- (ii) segundo, o valor recebido por cada Credor será considerado para fins de pagamento das quantias principais decorrentes da respectiva Dívida Reestruturada então devidas e exigíveis por tal Credor.

3.8.1. No caso de os valores inerentes à excussão das garantias previstas neste Contrato sobejarem a quantia necessária ao pagamento integral aos Credores da Dívida Reestruturada, caberá à CP Cimento, à Tupi ou a seus sucessores, o valor remanescente.

3.9. A Conta Vinculada permanecerá aberta durante todo o período de reestruturação, mas nenhum recurso poderá permanecer na Conta Vinculada por prazo superior a 2 (dois) dias úteis, devendo todos os valores ali depositados serem obrigatoriamente distribuídos aos Credores, nos termos deste Contrato, do Acordo Global e dos demais Instrumentos de Reestruturação, ressalvado o disposto no item 3.5 acima, no que se refere os recursos devidos aos Noteholders.

3.10. Caso os valores relacionados à Metade da Alienação Tupi sejam depositados na Conta Vinculada e pagos aos Credores, os Recebíveis CCRG empenhados em favor dos Credores serão liberados em favor da CP Cimento, no mesmo valor do mencionado pagamento, nos termos do Acordo Global e do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos recebíveis do Contrato CCRG) que integra os Instrumentos de Reestruturação. O Agente Centralizador deverá informar aos Credores Brasileiros, ao Agente Fiduciário e ao Agente de Garantia a efetivação de pagamento de Metade da Alienação Tupi, conforme informação prestada de acordo com o item 3.15 abaixo, e a liberação do correspondente valor dos Recebíveis CCRG. Fica estipulado que o Agente Centralizador não será responsável pela

verificação de que o valor depositado corresponde ao valor devido pela Metade da Alienação Tupi. Nesse caso, se a CAL ou a Votorantim depositar na Conta Vinculada recursos referentes à parcela dos Recebíveis CCRG liberada, as Partes acordam que tais recursos depositados pela a CAL ou a Votorantim deverão ser transferidos, em caráter irrevogável e irretratável, no prazo de até dois dias úteis, para a CP Cimento, ficando o Agente Centralizador, desde já, expressamente autorizado a realizar tal transferência.

3.11. Se o saldo da Dívida Reestruturada, na data de recebimento pela CP Cimento dos recursos referentes à Metade da Alienação Tupi, for inferior ao montante a receber em decorrência da alienação da Metade da Alienação Tupi, observado o fluxo de pagamento a ser contratado em tal alienação, as Partes acordam que somente serão depositados na Conta Vinculada os valores decorrentes da Metade da Alienação Tupi necessários à quitação integral da Dívida Reestruturada.

3.12. Imediatamente após a constatação pelo Agente Centralizador do pagamento integral da Dívida Reestruturada, o Agente Centralizador enviará uma comunicação aos Credores Brasileiros, ao Agente Fiduciário, ao Agente de Garantia e à CP Cimento informando acerca desse pagamento integral. Os Credores Brasileiros e o Agente Fiduciário deverão enviar comunicação ao Agente Centralizador, com cópia para a CP Cimento, no prazo de 2 (dois) dias úteis, confirmando o pagamento de sua respectiva dívida. Na medida em que forem recebidas as comunicações pelo Agente Centralizador, este deverá, na proporção de cada Credor prevista no item 3.1, liberar a parcela correspondente do valor eventualmente existente na Conta Vinculada, à CP Cimento ou à Tupi, conforme o caso.

3.13. Na hipótese de inadimplemento de qualquer obrigação da CP Cimento, que enseje o vencimento antecipado do todo ou de parte da Dívida Reestruturada, nos termos da Cláusula IX do Acordo Global e dos demais Instrumentos de Reestruturação, qualquer Credor Brasileiro, o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantia poderá notificar, por escrito, o Agente Centralizador, com cópia à CP Cimento (a ser enviada na mesma data), especificando a obrigação inadimplida, e informando sobre o vencimento antecipado da Dívida Reestruturada. No prazo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento dessa notificação, e não antes do referido prazo, o Agente Centralizador deverá transferir a totalidade dos recursos da Conta Vinculada para os Credores, e não exclusivamente ao respectivo Credor que declarou o vencimento antecipado de seu crédito, respeitada a proporção prevista na cláusula 3.2 acima, ressalvado os recursos devidos aos Noteholders que poderão ser pagos posteriormente, conforme previsto no item 3.5 acima e nos Instrumentos das Notes.

3.14. As orientações contidas neste Contrato são irrevogáveis e irretratáveis e somente poderão ser modificadas através de notificação conjunta da CP Cimento e dos Credores.

3.15. Os Credores Brasileiros, o Agente Fiduciário, o Agente de Garantia e/ou a CP Cimento, conforme o caso, deverão comunicar o Agente Centralizador, com cópia para os Credores Brasileiros, ao Agente de Garantia, ao Agente Fiduciário e à CP Cimento, a realização dos

depósitos cujas datas não estejam previstas neste Contrato ou no Acordo Global, informando a sua origem, no prazo de 1 (um) dia útil antes contado do referido depósito.

3.16. Os Bancos se comprometem a enviar ao Agente Centralizador, até a Data de Fechamento (conforme definido no Acordo Global), a forma de cálculo de aplicação dos juros com base na variação diária do CDI - EXTRAGRUPO, observado que, com relação à dívida referente às Debêntures Reestruturadas, a forma de remuneração está prevista no Segundo Aditamento à Escritura.

ARTIGO IV

DIREITOS, OBRIGAÇÕES E REMUNERAÇÃO DO AGENTE CENTRALIZADOR

4.1. Todas as obrigações do Agente Centralizador estão expressamente definidas nos Instrumentos de Reestruturação e estarão sujeitas às condições estabelecidas neste artigo IV.

4.2. O Agente Centralizador declara conhecer o Acordo Global e os demais Instrumentos de Reestruturação de que seja parte, devendo agir nos estritos termos deste Contrato e, nos casos de dúvida, aplicar os termos do Acordo Global e dos demais Instrumentos de Reestruturação de que seja parte.

4.3. O Agente Centralizador é mero depositário dos valores objeto deste Contrato, que vierem a ser depositados na Conta Vinculada, não lhe cabendo qualquer obrigação de fiscalização ou cobrança de tais valores, de modo que o Agente Centralizador não será responsabilizado em hipótese alguma pela validade, pontualidade e correção dos depósitos efetuados, ressalvadas as obrigações de transmissão de informações aos Credores e à CP Cimento e de transferência e aplicação de recursos, nos termos deste Contrato.

4.4. No caso de o Agente Centralizador vir a ser parte em litígio ou demanda envolvendo o presente Contrato, a CP Cimento e os Credores, na medida de sua responsabilidade, concordam em indenizá-lo por toda e qualquer despesa ou custo, nelas incluídas custas e honorários advocatícios, em que o Agente Centralizador possa incorrer, ressalvada a hipótese de culpa ou dolo do Agente Centralizador.

4.5. Todas as ordens e instruções ao Agente Centralizador deverão ser dadas através de documentos assinados pelos representantes legais da CP Cimento, e/ou dos Bancos, e/ou do Agente de Garantia e/ou do Agente Fiduciário ou por seus mandatários devidamente constituídos.

4.6. O Agente Centralizador deverá fornecer extratos da Conta Vinculada a cada um dos Credores e ao Agente Fiduciário sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a referida solicitação.

4.7. O Agente Centralizador não poderá, sem o consentimento prévio dos Credores e da CP Cimento: (i) assinar qualquer renúncia, aditamento, modificação ou suplemento a qualquer

documento a este Contrato, ou (ii) liberar qualquer garantia ou alterar as proporções da Dívida Reestruturada.

4.8. O Agente Centralizador não será responsabilizado caso venha a ser imputada responsabilidade decorrente de erro de fato ou de julgamento, ou por outros erros ou omissões de qualquer natureza por ele cometido, cabendo à CP Cimento indenizá-lo e a mantê-lo a salvo de tal responsabilidade, a menos que causada por culpa ou dolo do Agente Centralizador.

4.9. Os honorários devidos ao Agente Centralizador são fixados de acordo com a proposta de honorários devidamente assinada pela CP Cimento, os quais deverão ser pagos pela CP Cimento.

4.10. A CP Cimento deverá efetuar o pronto pagamento de todas as faturas emitidas pelo Agente Centralizador referentes (a) à remuneração devida ao Agente Centralizador, de acordo com as regras de remuneração acordadas com a CP Cimento, e (b) ao reembolso de todas as despesas, desembolsos e adiantamentos, inclusive honorários e despesas de advogados razoável e comprovadamente incorridos ou despendidos pelo Agente Centralizador com relação à elaboração, assinatura, cumprimento, celebração, alteração ou rescisão deste Contrato, limitado ao valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo certo que qualquer valor de despesas, desembolsos e adiantamentos acima do referido valor deverão ser previamente aprovadas por escrito pela CP Cimento.

4.11. Quaisquer despesas incorridas pelo Agente Centralizador para execução ou manutenção deste Contrato serão reembolsadas pela CP Cimento.

4.12. O Agente Centralizador não terá qualquer obrigação de fazer juízo de valor sobre a licitude, legitimidade, veracidade ou poderes de representação, quer seja em relação aos negócios efetuados entre as CP Cimento e os Credores, quer seja em relação a qualquer manifestação das Partes, devendo agir, tão somente, nos estritos termos do disposto neste Contrato.

4.13. Na hipótese de qualquer disputa entre as Partes, decorrente de reclamações ou demandas quanto ao montante depositado e/ou a transferência, ou na hipótese de o Agente Centralizador, em boa-fé, estar em dúvida sobre como agir relativamente às suas obrigações estabelecidas neste instrumento, o Agente Centralizador terá o direito de reter o valor existente na Conta Vinculada até o momento em que for oficiado de decisão judicial ou de arbitragem, final e definitiva, estabelecendo a entrega do valor objeto da disputa à parte indicada na referida decisão ou receber um documento assinado pelas Partes, estabelecendo a entrega do valor objeto da disputa, hipótese em que o Agente Centralizador efetuará a transferência do referido valor de acordo com os termos e condições definidos na decisão judicial ou arbitral ou pelas Partes. O Agente Centralizador observará sem questionar o conteúdo da decisão judicial ou de arbitragem final e definitiva mencionada na presente cláusula.

4.14. A CP Cimento outorga neste ato poderes irrevogáveis ao Agente Centralizador, de acordo com a procuração na forma do Anexo 4 para, agindo estritamente de acordo com este Contrato (i) acatar e cumprir as instruções dadas pelos Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia nas circunstâncias em que os Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia tiverem o direito ou a obrigação de dar instruções ao Agente Centralizador, nos termos deste Contrato, (ii) receber, investir, sacar e transferir recursos, nos termos deste Contrato, (iii) realizar quaisquer operações de câmbio em nome da CP Cimento para remeter recursos para o exterior, nos termos deste Contrato, (iv) transferir recursos aos agentes de pagamento, nos termos deste Contrato, (v) adquirir, vender e liquidar investimentos de tempos em tempos, nos termos deste Contrato, e (vi) praticar quaisquer dos atos descritos nesta Cláusula.

4.15. As Partes reconhecem que o Agente Centralizador não deverá ser responsável por qualquer perda, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa decorrente de qualquer transferência ou liquidação realizada pelo Agente Centralizador com base em uma instrução, a menos que tal perda, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa resulte da culpa ou dolo do Agente Centralizador.

4.16. Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Contrato de Depósito em Conta Vinculada e no Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança, o Agente Centralizador deverá:

- (i) acompanhar diariamente os depósitos efetuados na Conta Vinculada e realizar a transferência dos valores devidos aos Credores e à CP Cimento, nos casos e prazos previstos neste Contrato;
- (ii) a partir de 11 de abril de 2007 inclusive, realizar mensalmente o cálculo para atualização mensal dos Recebíveis Faturamento Tupi; e
- (iii) a partir de 11 de abril de 2007 inclusive, encaminhar aos Credores Brasileiros, ao Agente de Garantia, ao Agente Fiduciário e à CP Cimento, informativo mensal até o dia 11 de cada mês, contendo: (a) o valor global da Dívida Reestruturada; (b) os valores depositados na Conta Vinculada; (c) a distribuição de recursos a cada Credor e outras saídas de recursos, se for o caso; (d) o saldo da Dívida Reestruturada devido a cada Credor; e (e) o valor atualizado dos Recebíveis Faturamento Tupi.

ARTIGO V DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

5.1. Para os fins de realizar transferências de recursos depositados na Conta Vinculada para efetivação do pagamento devido aos Noteholders, o Agente Centralizador deverá prontamente, nos termos da procuração outorgada ao Agente Centralizador conforme modelo

do Anexo 4 (a) realizar operação de câmbio para converter valores em Reais para Dólares dos Estados Unidos na quantia especificada pela CP Cimento (observadas eventuais deduções de quaisquer comissões ou tributos incidentes sobre as operações de câmbio em questão e/ou qualquer outra retenção ou encargo incidente sobre os pagamentos a elas correspondentes), e (b) após as eventuais deduções mencionadas anteriormente, transferir os valores em Dólares dos Estados Unidos resultantes de tais operações de câmbio para o agente de pagamento no dia útil em que tais operações de câmbio forem efetuadas.

5.2 O Agente Centralizador, para fins de realizar transferências de recursos depositados na Conta Vinculada para efetivação do pagamento devido aos Noteholders:

- a) somente terá a obrigação de efetuar qualquer operação de câmbio a partir do primeiro dia útil (inclusive) subsequente ao dia útil em que haja recursos disponíveis na Conta Vinculada;
- b) não terá a obrigação de transferir valores a qualquer agente de pagamento até o mais tardar das seguintes datas (i) o primeiro dia útil (inclusive) subsequente ao dia útil em que houver Dólares dos Estados Unidos disponíveis para fins de transferência a um agente de pagamento, e (ii) o primeiro dia útil no qual tal transferência seja permitida, nos termos da legislação e regulamentação aplicável; e
- c) não terá a obrigação de efetuar qualquer operação de câmbio ou transferir recursos para qualquer agente de pagamento, a menos que (i) tenha recebido cópias das telas impressas do sistema eletrônico do Banco Central do Brasil refletindo os valores que tenham ingressado ou egressado do Brasil, e (ii) tenha recebido o pagamento (ou adiantamento) de suas comissões, honorários e despesas.

5.2. O Agente Centralizador não será responsabilizado por quaisquer prejuízos que possam resultar de quaisquer atrasos ou da impossibilidade de efetuar uma operação de câmbio e/ou transferência para qualquer agente de pagamento, salvo se por culpa ou dolo do Agente Centralizador.

5.3. O Agente Centralizador não terá qualquer responsabilidade com relação à CP Cimento ou com qualquer outra pessoa em relação às taxas de câmbio relativas a quaisquer operações de câmbio a serem realizadas em razão deste Contrato, em nome da CP Cimento, desde que consulte a CP Cimento antes de fechar a taxa de câmbio para obter sua aprovação. Caso a CP Cimento não envie manifestação indicando a aprovação da taxa de câmbio a ser utilizado, por escrito, até 17:00 horas do dia do fechamento do câmbio, o Agente Centralizador fica automaticamente autorizado a fechar a operação de câmbio pela taxa das 17:00 horas.

5.3.1 Caso o Agente Centralizador receba uma instrução para efetuar qualquer operação de câmbio prevista neste Contrato, e desde que o Agente Centralizador tenha os poderes

outorgados pela CP Cimento, o Agente Centralizador deverá efetuar a operação de câmbio respectiva e/ou transferir os recursos para o agente de pagamento correspondente de acordo com tal instrução.

5.4. Não obstante qualquer disposição prevista neste Contrato em contrário, o Agente Centralizador não será obrigado a sacar recursos da Conta Vinculada de acordo com este Contrato na medida em que tal saque deixe tal Conta Vinculada com saldo negativo.

5.5. Os valores devidos a título de tributos, incluindo, mas não se limitando, a CPMF e as tarifas bancárias incidentes, que sejam de responsabilidade da CP Cimento relacionados à manutenção e movimentação da Conta Vinculada e ao pagamento da Dívida Reestruturada, deverão ser arcados pela CP Cimento e depositados na Conta Vinculada nas datas previstas no Acordo Global. Nas hipóteses de Amortização Inicial, Extraordinária ou Antecipada, a CP Cimento deverá efetuar o depósito dos referidos valores na mesma data da amortização. Caso quaisquer das parcelas da Amortização Intermediária seja depositada anteriormente ao prazo previsto no Acordo Global, o Agente Centralizador deverá (i) notificar, assim que possível, a CP Cimento para que deposite os valores referidos acima no prazo de 1 (um) dia útil contado do recebimento da notificação; (ii) distribuir os valores líquidos já depositados aos Credores, observado o disposto no item 5.4, especificamente no que se refere aos Noteholders, observado também o disposto no item 3.5 acima.

5.6 A CP Cimento e os Credores reconhecem neste ato que o Agente Centralizador não deverá ser responsável por verificar as condições de qualquer outro documento ou contrato assinado por ou entre a CP Cimento e os Credores, exceto se de outra forma expressamente previsto neste Contrato.

5.6.1 O Agente Centralizador acatará ordens dos Credores Brasileiros, do Agente de Garantia, do Agente Fiduciário e da CP Cimento, respeitadas as regras e procedimentos definidos neste Contrato, e somente prestará informações a tais pessoas, desde que tais ordens e/ou solicitações de informações estejam devidamente assinadas pelos representantes legais, com firma reconhecida em Cartório de Notas, acompanhadas dos documentos, de representatividade, mandatários constituídos por procuração ou indicados na Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato ("Pessoas Autorizadas"), constantes do Anexo 5.

5.7 Se o Agente Centralizador receber instruções que considere, a seu exclusivo critério, ilegais, imprecisas ou ambíguas ou de outro modo inconsistentes com qualquer disposição deste Contrato, o Agente Centralizador não será obrigado a agir conforme tais instruções até que a ilegalidade, imprecisão, ambigüidade ou inconsistência seja razoavelmente resolvida a seu critério. Após receber instruções que o Agente Centralizador considerar ilegais, obscuras, ambíguas ou inconsistentes, o Agente Centralizador (a) deverá informar, no prazo de 1 (um) dia útil, prontamente à CP Cimento, aos Credores Brasileiros, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário sobre tal fato indicando as razões pelas quais considera tais instruções ilegais, imprecisas, ambíguas ou inconsistentes, (b) poderá consultar qualquer consultor profissional (legal, financeiro ou outros especialistas). Caso tal ilegalidade, imprecisão,

ambigüidade ou inconsistência deixe de ser solucionada, o Agente Centralizador terá o direito de se abster de cumprir qualquer instrução aqui prevista até (1) a ilegalidade, imprecisão, ambigüidade ou inconsistência ser sanada pela CP Cimento, Credores Brasileiros, Agente de Garantia ou Agente Fiduciário, conforme o caso, ou (2) que receba uma ordem judicial.

5.8. O Agente Centralizador está neste ato autorizado a obter confirmação de toda e qualquer instrução ou orientação escrita das Partes entregue a ele, por telefone, com uma ou mais pessoas indicadas no Anexo 5. As Partes reconhecem que qualquer ato praticado pelo Agente Centralizador com base na instrução confirmada por telefone conforme aqui previsto deverá ser considerado como validamente autorizado.

5.9 Em caso de ambigüidade das ordens e/ou solicitações de informações transmitidas por quaisquer das Pessoas Autorizadas, deverá o Agente de Centralizador :

- (i) informar, por escrito, seja por correspondência e/ou por meio eletrônico, imediatamente, às Partes, a respeito dessa ambigüidade; e
- (ii) recusar-se a cumprir essas instruções até que a ambigüidade seja sanada.

ARTIGO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. A tolerância das Partes quanto ao inexacto ou impontual cumprimento do disposto neste Contrato constituirá mera liberalidade, não implicando em novação ou alteração dos termos e condições ora acordados, o que só poderá ocorrer por expressa manifestação escrita e assinada por todas as Partes.

6.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações neles previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, no todo ou em parte, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição às disposições declaradas inválidas ou nulas, a inclusão ou celebração de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observada a intenção e objetivo das Partes quando da sua negociação. Durante esse período de negociação, o Agente Centralizador será notificado por escrito pela CP Cimento ou por qualquer Credor, e, a partir do recebimento da aludida notificação o Agente Centralizador ficará impedido de realizar qualquer movimentação na Conta Vinculada.

6.3. Todos os impostos e taxas, e demais tributos ou contribuições de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre os valores depositados, correrão por conta da CP Cimento independentemente do contribuinte responsável, devendo a CP Cimento reembolsar o Agente Centralizador de quaisquer pagamentos desta natureza que venham ser efetuados pelo mesmo.

6.4. As despesas incorridas pelos Credores por força do presente Contrato, devidamente comprovadas, ser-lhes-ão reembolsadas pela CP Cimento.

6.5. O presente Contrato obriga, em caráter irrevogável e irretratável, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as Partes e os sucessores, a qualquer título.

6.6. Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as Partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Contrato deverá ser feita por escrito e enviada aos endereços indicados no Preâmbulo do presente Contrato, ou a outro endereço que vier a ser oportunamente comunicado pela Parte em questão. As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com aviso de recebimento para os endereços constantes do Preâmbulo, devendo ser enviadas com cópia para as demais Partes. As comunicações enviadas ao Agente Centralizador poderão ser feitas através de facsímile.

6.6.1. As Partes se comprometem e se obrigam a, imediatamente, informar às demais Partes, nos termos deste instrumento, sobre qualquer alteração nas informações e endereços para envio de comunicações.

6.6.2. O Agente Fiduciário e o Agente de Garantia representarão respectivamente os Debenturistas Signatários e os Noteholders para os fins de envio e recebimento de toda e qualquer comunicação ou notificação em razão deste Contrato.

6.7. As Partes elegem o foro central da comarca do Rio de Janeiro para dirimir as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

6.8. O Agente Centralizador poderá, a qualquer momento, isento do pagamento de qualquer multa ou indenização, solicitar a sua substituição neste Contrato, devendo, porém, permanecer no exercício de suas funções até que uma nova instituição financeira o substitua integralmente, devendo essa nova instituição financeira a ser indicada pela CP Cimento e aprovada pelos Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia. A substituição do Agente Centralizador deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da comunicação pelos Credores e pela CP Cimento em relação à solicitação de substituição formulada pelo Agente Centralizador. Caso a CP Cimento não indique uma nova instituição financeira até 30 (trinta) dias após a comunicação, ou os Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia não aproveem tal indicação, os Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia deverão indicar a nova instituição financeira, a qual deverá ser uma instituição de primeira linha e aceitar todos os termos e condições previstos neste Contrato, não podendo a CP Cimento rejeitar a indicação. O Agente Centralizador ficará isento de toda e qualquer responsabilidade sobre os fatos gerados após o término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto acima, seja a que tempo ou título for.

6.8.1. Na hipótese de ocorrência da substituição mencionada na cláusula 6.8 acima, o Agente Centralizador deverá ser orientado por escrito pelas Partes sobre o destino dos Recursos existentes na Conta Vinculada.

6.9. Ao término da prestação de serviços prevista neste Contrato, caberá ao Agente Centralizador prestar contas à CP Cimento de todos os serviços que até então tenham sido prestados, recebendo da CP Cimento, em seguida, a importância a que eventualmente fizer jus, perdendo o direito a qualquer pagamento pelos serviços que não tenham sido concluídos.

6.10. Ao término da prestação de serviços prevista neste Contrato, deverá o Agente Centralizador devolver à CP Cimento todos os documentos que, eventualmente, se encontrarem em seu poder.

6.11. O Agente Centralizador e/ou o Agente de Garantia poderá ceder os direitos e obrigações previstos neste Contrato ao The Bank of New York, independentemente de qualquer formalidade ou ato, incluindo a anuência das Partes, desde que o cessionário assuma integralmente todos os direitos e obrigações previstos no Contrato.

6.12. Nenhuma das Partes poderá ceder, transferir ou caucionar para terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem o prévio consentimento por escrito das outras Partes, ressalvado a cessão fiduciária em garantia desta Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 11 (onze) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2007.

A 1ª folha de assinaturas integrante do Contrato de Depósito em Conta Vinculada, firmado em 05/03/2007, encontra-se na próxima página.

1ª folha de assinaturas integrante do Contrato de Depósito em Conta de Vinculada, firmado em 05/03/2007.

CPCIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CIMENTO TUPIS S.A.

UNIBANGO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

BANCO BRADESCO S.A.

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

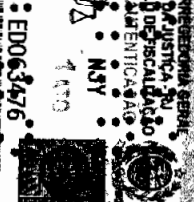
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

34621

Attonso Celso Januzzi - Autorizado

23º OFÍCIO DE NOTAS DO RIO DE JANEIRO - SUCURSAL TIJUCA
Notário GUIDO MACIEL - R. Santa Sofia, 40 - Lj. A - Tel: (21) 2266-3339
Certifico que a presente cópia cõpore com o original e que esta é devolvida.
Rio de Janeiro, 06 de Março de 2007.
Valor: R\$ 1.000,00
Conf. por: Attonso Celso Januzzi - Autorizado



23º Ofício de Notas - Notário: GUIDO MACIEL

Av. Nilo Peçanha, 24 2º andar - RJ - Tel: 2266-3339 Reconhecimento nº 000000136444

Reconhecido por assinatura (s) (s) (s) DEMETRIO ROSE COSTA MARTINS SIMONE

Reconhecido por assinatura (s) (s) (s) DEMETRIO ROSE COSTA MARTINS SIMONE

Reconhecido por assinatura (s) (s) (s) DEMETRIO ROSE COSTA MARTINS SIMONE

Reconhecido por assinatura (s) (s) (s) DEMETRIO ROSE COSTA MARTINS SIMONE

Rio de Janeiro, 05 de Março de 2007 às 09:58, em Testemunho da verdade.

JESUMAR SILVA DA ROCHA-AUTORIZADO-VOGL

UFIR 54,40 R/Firma 0,0792 P/Prec.Banco 0,0815-Total R\$ 44,53 (17398)

23º Ofício de Notas - Notário: GUIDO MACIEL

Av. Nilo Peçanha, 24 2º andar - RJ - Tel: 2266-3339 Reconhecimento nº 000000136444

Reconhecido por assinatura (s) (s) (s) ANDRE ADRIEN THEODORE DUCAN

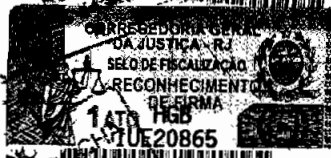
Reconhecido por assinatura (s) (s) (s) ANDRE ADRIEN THEODORE DUCAN

Reconhecido por assinatura (s) (s) (s) ANDRE ADRIEN THEODORE DUCAN

Rio de Janeiro, 05 de Março de 2007 às 10:07, em Testemunho da verdade.

JESUMAR SILVA DA ROCHA-AUTORIZADO-VOGL

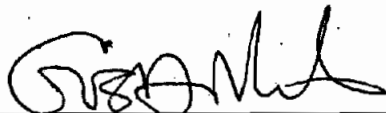
UFIR 54,40 R/Firma 0,0792 P/Prec.Banco 0,0815-Total R\$ 44,53 (17398)



#129223 - v16

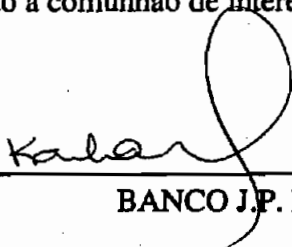
2ª e última folha de assinaturas integrante do Contrato de Depósito em Conta de Vinculada, firmado em 05/03/2007.

E na qualidade de representante dos Debenturistas Signatários:



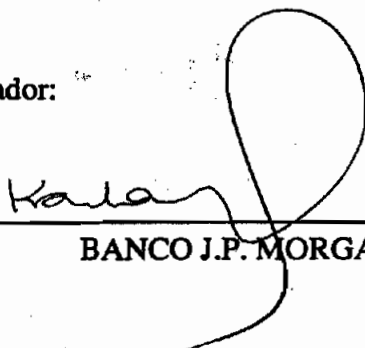
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.

E, na qualidade de agente de garantia e representante do Agente dos Detentores das Notas (Trustee), representando a comunhão de interesses de todos os Noteholders:



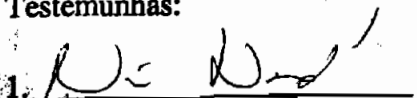
BANCO J.P. MORGAN S.A.

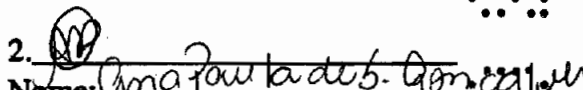
E como Agente Centralizador:



BANCO J.P. MORGAN S.A.

Testemunhas:

1. 
Nome: NILON NAD
RG: 057 293 847

2. 
Nome: Amaury de S. Gonçalves
RG: 11500685-2 FFR

CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE VINCULADA

ANEXOS

- Anexo 1:** Relação dos Debenturistas Signatários
Anexo 2: Acordo Global de Reestruturação de Dívidas
Anexo 3: Contas Correntes
Anexo 4: Procuração
Anexo 5: Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato
Anexo 6: Modelo de Aviso da CP Cimento

The bottom of the page contains several handwritten signatures and stamps. On the right side, there is a large, stylized signature. Below it, there is a stamp with a grid of dots and a signature. Further down, there is a signature and a stamp. At the bottom left, there is a signature and a stamp. At the bottom right, there is a signature and a stamp. The text "128223 - v16" is visible near the bottom right.

Quantidade	Razão Social do Titular da Debênture	CNPJ	ENDEREÇO
7	BRADESCO FI MM ALBI	06.877.816/0001-84	<p>AV. PAULISTA, 1450, 6º ANDAR - SÃO PAULO/ SP CEP: 01310-917 - SEDE: Cidade de Deus, Vila Yara - S/Nº - Osasco / SP - CEP 06029-900</p>
8	BRADESCO FI MULTIMERCADO ANDROMEDA	07.058.057/0001-90	
1	BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II	06.190.188/0001-64	
1	BRADESCO FI MM INFRAPREV ATUARIAL PLUS I	06.190.251/0001-62	
19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO	07.187.482/0001-80	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO MULTIPERFORMANCE	00.829.163/0001-81	
5	BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH	00.806.285/0001-52	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO DYNAMIC	01.549.381/0001-25	
29	BRAM FI RENDA FIXA TARGET	02.998.239/0001-28	
10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I	02.998.164/0001-85	
32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I	01.606.552/0001-00	
1	BRADESCO FI RENDA FIXA LONGO PRAZO YIELD	03.054.724/0001-06	
3	BRADESCO FI RENDA FIXA WINNER	03.443.809/0001-86	
12	BRADESCO FI RENDA FIXA ALFA	03.546.870/0001-59	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM	03.553.574/0001-85	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE	03.549.098/0001-29	
8	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA	03.958.682/0001-38	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL	04.244.510/0001-65	
69	BRADESCO FI RENDA FIXA TARGET I	02.335.944/0001-45	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO ENERGIA	03.149.243/0001-84	
2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II	04.841.576/0001-32	
7	BRADESCO PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.841.657/0001-32	
5	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO ALOCAÇÃO	04.841.745/0001-34	
1	BRAM PRIVATE FI RENDA FIXA CRÉDITO	04.875.006/0001-63	
1	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS	04.875.059/0001-84	
5	BRADESCO FI MULTIMERCADO BELGRADO	05.091.139/0001-01	
21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA	04.968.651/0001-20	
3	BRADESCO FI MULTIMERCADO BALL	05.222.502/0001-80	
3	FI RF DOURADO	04.052.631/0001-05	<p>AV. ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA 707, 14º ANDAR - SP - CEP: 04334-902</p>
5	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDARE	05.222.506/0001-69	
19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI	4.657.820/0001-01	
96	TOP RENDA FIXA MIX LONGO PRAZO FI	1.361.074/0001-16	
40	FLOOR RENDA FIXA FI	1.597.275/0001-17	
23	ITAU OASIS RENDA FIXA FI	1.606.549/0001-97	
10	ITAU PERFORMANCE RENDA FIXA FI	822.944/0001-44	

50	West B FTE II FI Multimercado	06.974.735/0001-00	Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 716 - 8º andar, CEP: 04571-000
100	Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	Alameda Santos 466 / 4º andar São Paulo CEP: 01418-000
3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	05.066.595/0001-00	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
4	Bosch Brasil VI Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário	05.464.910/0001-49	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro; CEP: 20030-905
3	Havertown Investments Holding LLC	05.623.307/0001-62	RUA VISCONDE DE PIRAJÁ 433, SLS. 804/805 CEP: 20410-003
5	CAJA PARAGAYA DE LA ITAIPU BIN	06.541.046/0001-02	Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar, São Paulo, Brasil
5	Morumbi Capital I, LLC	07.604.875/0001-41	Av. Brasil, 4.036 - 3 Andar - Mangueiros - RJ - 21040-361
5	Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social	28.954.717-0001-91	Av. Paulista, 1111 - 2º andar - parte - São Paulo - SP 11-4009-3936 c/c Avenida Presidente Wilson, 231/11º andar - CEP 20030-905 Centro - Rio de Janeiro
149	Fundo de Investimento em Desenvolvimento e Consolidação - Renda Fixa	04.885.571/0001-01	Praia de Botafogo 228 - 16º andar, parte - Botafogo- RJ
2	UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.841.638/0001-06	Travessa Oliveira Bello, 34 Centro - Palácio Avenida 1º andar - Curitiba/PR CEP: 80.020-030
100	HSBC FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA PERFORMANCE	06.077.638/0001-07	Av.: Brigadeiro Faria Lima, nº 3400 - 19º andar - Edifício Faria Lima Financial Center - Itaim Bibi
7	PARAIBA DO SUL - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	04.667.988/0001-06	Al. Rio Negro 433, 7º andar - Barueri/ SP/06454-000
1	ITAPEMA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA.	05.584.616/0001-70	Rua Libero Badaró, 425-23º andar. São Paulo-SP. Cep: 01009-905
25	Concórdia Master Fundo de Investimento Renda Fixa	03.913.067/0001-05	AV. BRIGADEIRO FARIA DE LIMA, 3729 - 8º ANDAR CEP: 04538-905
50	BES INVESTIMENTO DO BRASIL	34.111.187/001-12	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510 - 11º andar CEP: 04543-906
2	FIF BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND	05.642.617/0001-24	Avenida Almirante Barroso, 52, sala 3301, Rio de Janeiro Cep: 20031-000
7	ANCHOR FUNDO DE INVESTIMENTO	04.381.431/0001-04	
980	Total		

CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE VINCULADA**ANEXO 1****RELAÇÃO DOS DEBENTURISTAS SIGNATÁRIOS**

Handwritten signatures and stamps in the bottom right corner, including a large signature and a circular stamp.

Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

#129222-316

Handwritten signature or mark.

CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE VINCULADA**ANEXO 2****ACORDO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS**

CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA VINCULADA

ANEXO 3
CONTAS CORRENTES

CONTAS CORRENTES DOS CREDORES E DO BANCO MANDATÁRIO

BANCO MANDATÁRIO
CP Cimento e Participações S.A.
Banco: Banco Bradesco S.A.
Agência: 0448
Conta Corrente: 121400-4
CNPJ/MF nº 03.410.855/0001-89

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCO BRASILEIROS S/A
Agência: 0722
Conta Corrente: 110.211-9
CNPJ: 33.700.394/0001-40

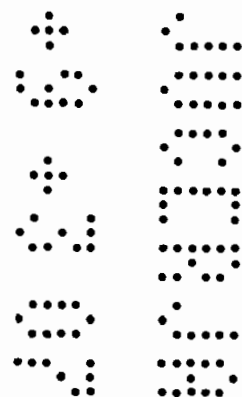
BANCO ITAÚ BBA S.A.
Agência: 001
Conta Corrente: 10.000-5
CNPJ: 17.298.092/0001-30

BANCO BRADESCO S.A.
Agência: 4130/0
Conta Corrente: 1-9
CNPJ: 60746948-0001/12

BANCO ABN AMRO REAL S.A.
Agência: 0084
Conta Corrente: 8069700
CNPJ: 33.066.408/0001-15

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
Agência: 001
Conta Corrente: 2101-6
CNPJ: 60.770.336/0001-65

BANCO ABC BRASIL S.A. - NR. 246
Agência: 0001
Conta Corrente: 21460-5
CNPJ: 28.195.667/0001-06



CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE VINCULADA

ANEXO 4

MODELO DE PROCURAÇÃO (AGENTE CENTRALIZADOR)

Por meio desta Procuração,

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, constitui e nomeia, em caráter irrevogável o Banco JP Morgan S.A., instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 33.172.537/0001-98 (junto com seus sucessores e cessionários permitidos, o "Outorgado"), como seu procurador para, em seu nome e nos termos da lei, praticar e realizar os atos descritos abaixo relativos ao Contrato de Depósito em Conta Vinculada celebrado nesta data (o "Contrato") por e entre [•].

Termos iniciados com letras maiúsculas neste instrumento deverão ter o significado a eles atribuído no Contrato e/ou no Acordo Global.

Por meio deste instrumento de mandato, a Outorgante outorga ao Outorgado poderes para:

- (a) realizar saques e transferências de recursos conforme exigido por este Contrato;
- (b) realizar operações de câmbio e praticar todos os atos necessários e a elas relacionados, inclusive, sem limitação, assinar contratos de câmbio e documentos correlatos, podendo para tanto representar as Outorgantes perante o Banco Central do Brasil, qualquer Banco ou instituição financeira no Brasil e qualquer outra autoridade brasileira, exclusivamente para pagamento dos valores devidos pela Outorgante de acordo com os Instrumentos dos Notes;
- (c) consultar e alterar os ROFs relativos à dívida com os Noteholders para adequação aos Instrumentos das Notes, inclusive gerar no sistema de registro do Banco Central do Brasil o evento "exercício de opção de compra" (call), estritamente conforme definido nos Instrumentos das Notes ou por solicitação da CP Cimento;
- (d) transferir recursos ao agente de pagamento;
- (e) praticar qualquer outro ato que venha a ser exigido do Agente Centralizador com relação aos atos acima mencionados;

- (f) tomar todas as medidas necessárias e assinar qualquer instrumento perante qualquer autoridade para os fins deste instrumento; e
- (g) assinar, apresentar e formalizar qualquer documento, praticar qualquer ato ou tomar qualquer outra providência que possa ser necessária para os fins deste instrumento.

Cada uma das Outorgantes compromete-se neste ato a ratificar qualquer ato que o Outorgado tenha praticado em virtude dos poderes outorgados por esta Procuração e concorda em indenizar o Outorgado ou qualquer sucessor ou substabelecido com relação a qualquer dano, obrigação, perda, custo ou despesa que possa resultar de qualquer ato praticado estritamente de acordo com os termos desta Procuração. O substabelecimento dos poderes constantes deste instrumento deverá ser previamente autorizado, por escrito, pela Outorgante.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Outorgado em relação ao cumprimento dos atos indicados nesta Procuração deverão lhe ser reembolsados de acordo com as disposições da Cláusula 4.9 do Contrato.

Os poderes aqui outorgados são adicionais aos poderes outorgados pelas Outorgantes ao Outorgado nos termos do Contrato ou de qualquer outro documento e não anulam nem revogam tais poderes.

Esta procuração é outorgada de acordo com o Artigo 684 do Código Civil Brasileiro, e deverá ser irrevogável, válida e eficaz (i) até a resolução do Contrato ou (ii) no caso de o Outorgado renunciar ou ser destituído nos termos do Contrato, até a outorga de poderes idênticos ao Agente Centralizador sucessor nos termos do Contrato (conforme alterado e/ou consolidado) ou qualquer contrato que substitua o Contrato, por meio de uma nova procuração a ser outorgada pelas Outorgantes.

Esta Procuração é regida por e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2007.

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: _____

Nome:

Cargo:

Por: _____

Nome:

Cargo:

CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE VINCULADA

ANEXO 5

LISTA DE PESSOAS AUTORIZADAS E PESSOAS DE CONTATO

NA CP CIMENTO

Endereço: Avenida Presidente Wilson 231, 29º andar

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: RJ

CEP: 20.030-905

Nome : Demétrio Simões

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone: (21) 2277-2000

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: demetriosimoes@cpcimento.com.br

Nome : Sergio Guerra

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone: (21) 2277-2140

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: sergioguerra@cimentotupi.com.br

NA CIMENTO TUPI

Endereço: Avenida Presidente Wilson 231, 29º andar

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: RJ

CEP: 20.030-905

Nome : Demétrio Simões

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone: (21) 2277-2000

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: demetriosimoes@cpcimento.com.br

Nome : Sergio Guerra

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone: (21) 2277-2140

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: sergioguerra@cimentotupi.com.br

NO UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Endereço: Av. Eusébio Matoso n.º 891

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: _____

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO BANCO ITAÚ BBA S.A.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.400, 4º andar

Cidade:

Estado:

CEP

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO BANCO BRADESCO S.A.

Endereço: Núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, situado na Vila Yara

Cidade: Osasco

Estado: São Paulo

CEP

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF:

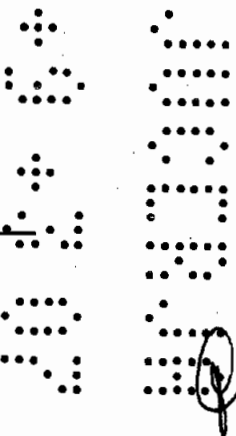
Telefone:

Fax:

E-mail:

NO BANCO ABN AMRO REAL S.A.

Endereço: Av. Paulista n.º 1.374, 3º andar



Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Endereço: Alameda Santos n.º 466

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO BANCO ABC BRASIL S.A.

Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek n.º 1400, 4º andar

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP:

Nome :

Assinatura: _____

R.G:

CPF/MF: _____

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura: _____

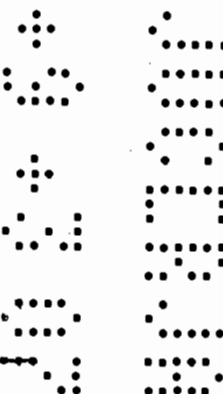
R.G:

CPF/MF: _____

Telefone:

Fax:

E-mail:



NA OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Endereço: Av. das Américas n.º 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown

Cidade: _____ Estado: _____ CEP

Nome : _____ Assinatura: _____
 R.G: _____ CPF/MF: _____
 Telefone: _____
 Fax: _____
 E-mail: _____

Nome : _____ Assinatura: _____
 R.G: _____ CPF/MF: _____
 Telefone: _____
 Fax: _____
 E-mail: _____

NO AGENTE DE GARANTIA

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 14º andar

Cidade: São Paulo Estado: São Paulo CEP:

Nome : _____ Assinatura: _____
 R.G: _____ CPF/MF: _____
 Telefone: _____
 Fax: _____
 E-mail: _____

Nome : _____ Assinatura: _____
 R.G: _____ CPF/MF: _____
 Telefone: _____
 Fax: _____
 E-mail: _____

NO AGENTE CENTRALIZADOR

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 14º andar

Cidade: _____ Estado: _____ CEP

Nome : _____ Assinatura: _____
 R.G: _____ CPF/MF: _____
 Telefone: _____
 Fax: _____
 E-mail: _____

Nome :
R.G:
Telefone:
Fax:
E-mail:

Assinatura: _____
CPF/MF:

NO AGENTE DE CUSTÓDIA

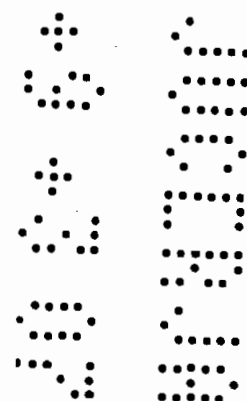
Endereço: Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar.

Cidade: Osasco

Estado: São Paulo CEP 06029-900

Nome: Ademir Rufino dos Santos
Telefone: (11) 3684-9407
Fax: (11) 3684-9445
E-mail: 4010.rufino@bradesco.com.br

Nome: Roseli Maria Louzano
Telefone: (11) 3684-9421
Fax: (11) 3684-9445
E-mail: 4010.rlouzano@bradesco.com.br
4010.agente@bradesco.com.br



CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE VINCULADA

ANEXO 6
MODELO DE AVISO DA CP CIMENTO

[data e local]

Ao
AGENTE CENTRALIZADOR J.P. MORGAN S.A.
Av. Faria Lima, 3.729 – 14º andar
São Paulo – SP – 04538-905
At.: Soraya E. Lysenko

Fazemos referência ao Contrato de Depósito em Conta Vinculada firmado em 5 de março de 2007 por e entre [•] (“Contrato”).

Termos iniciados com maiúsculas terão os significados a eles atribuídos no Contrato.

Neste ato instruímos V.Sas. a:

1. após a dedução de qualquer retenção ou imposto incidente com relação aos pagamentos previstos no parágrafo (2) a seguir, efetuar a operação de câmbio de Reais equivalentes a US\$ [•], disponíveis na Conta Vinculada (conta nº [•] detida pela CP Cimento e Participações S.A. junto ao Banco J.P. Morgan S.A.), para Dólares dos Estados Unidos, nos seguintes termos *[inserir detalhes da operação de câmbio e quaisquer outras informações exigidas para dar curso à operação de câmbio de moeda estrangeira]*; e
2. transferir os US\$ [•] disponíveis resultantes da operação de câmbio de moeda estrangeira descrita no parágrafo (1) acima para *[inserir referências da conta]*.

Neste ato, atestamos que:

- a. apresentamos ou estamos anexando ao presente cópias das páginas impressas das telas do sistema eletrônico do Banco Central do Brasil refletindo a entrada e saída de dinheiro do Brasil;
- b. o ROF a ser utilizado para efetuar as operações de transferências de Dólares dos Estados Unidos para o exterior é [•];

- c. a alíquota do imposto de renda retido na fonte que incidirá sobre qualquer operação de câmbio de moeda estrangeira e/ou qualquer transferência para qualquer agente de pagamento é [•];
- f. a procuração outorgada pelas CP Cimento na forma do Anexo [•] ao Contrato não se tornou nula, inválida ou inexecutável e não foi questionada pelo Banco Central do Brasil ou pela CP Cimento.

Atestamos neste ato que estamos devidamente autorizados a requerer que sejam efetuadas as operações de câmbio de moeda estrangeira e pagamentos acima mencionados e que somos Signatários Autorizados da CP Cimento e que as operações de câmbio de moeda estrangeira solicitadas por este instrumento e este Aviso da Devedora são permitidas nos termos do Contrato.

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

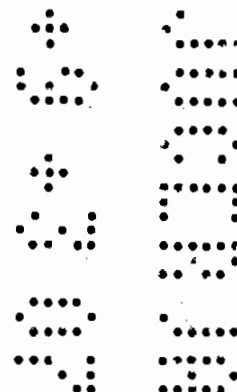
Nome:

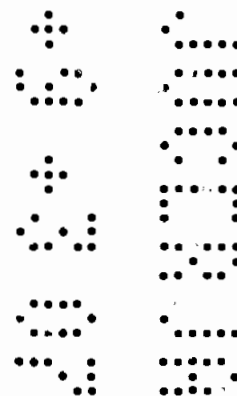
Cargo:

[•]

Nome:

Cargo:



2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO VI****CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE COBRANÇA**

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized cursive letters.



"O presente prestador de serviços comprometeu-se a atender aos padrões mínimos exigidos pelo Código de Auto-Regulação da ANBID para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelos serviços prestados, nem por quaisquer atos ou fatos deles decorrentes ou a eles pertinentes."

CONTRATO DE DEPÓSITO EM CONTA DE COBRANÇA

São partes no presente Contrato de Depósito em Conta de Cobrança ("Contrato"):

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson n.º 231, 29º andar, Parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "CP Cimento" ou "Devedora"; e

II. **CIMENTO TUPI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson n.º 231, 29º andar, Parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.039.223/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Tupi".

E de outro,

III. **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Eusébio Matoso n.º 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Unibanco";

IV. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.400, 4º andar, Parte, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Itaú BBA";

V. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Bradesco";

VI. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista n.º 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º

33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABN Real";

VII. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos n.º 466, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Alfa";

VIII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek n.º 1400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABC";

Todos os bancos acima descritos, em conjunto, doravante designados simplesmente "Bancos";

IX. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Av. das Américas n.º 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de "Agente Fiduciário", representando os debenturistas, conforme listados no Anexo I ("Debenturistas Signatários"), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 ("Debêntures Reestruturadas"), signatários do Memorando e do Acordo Global (conforme definição abaixo), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados e seu 2º Aditamento, em fase de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada em conjunto como "Escritura", conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 17 de janeiro de 2007 (Anexo II a este Contrato). Para fins deste Contrato, as Debêntures Reestruturadas e as debêntures de titularidade do ~~Fundo~~ Fundo de Investimento em Ações, são doravante designadas em conjunto como "Debêntures";

X. **BANCO J.P. MORGAN S.A.**, instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 14º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.172.537/0001-98, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, Londres E14 5AL, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o Trust Deed ("Agente de Garantia"), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares de *fixed rates notes*, no montante de US\$ 32.421.360,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta dólares), remunerados à taxa de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano,

com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento ("Notes", e os titulares das Notes doravante denominados "Noteholders")

Como Agente Centralizador,

XI. BANCO J.P. MORGAN S.A, acima qualificado ("Agente Centralizador").

E, ainda, como Agente de Custódia,

XII. BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, representado pelo seu Departamento de Ações e Custódia, ("Agente de Custódia");

Os Bancos, os Debenturistas Signatários e o Agente de Garantia em conjunto doravante denominados "Credores"; Os Credores, a CP Cimento, a Tupi, o Agente Centralizador e o Agente de Custódia são doravante denominados em conjunto como "Partes".

CONSIDERANDO QUE:

a) a CP Cimento, a Tupi e os Credores, com exceção dos Noteholders, celebraram, no dia 5 de março de 2007, o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas ("Acordo Global"), que define os termos e condições para a reestruturação de dívida da CP Cimento e da Tupi perante os Credores;

b) a reestruturação financeira da CP Cimento e Tupi é formalizada pela celebração deste instrumento e dos demais instrumentos de reestruturação, quais sejam: (i) o Acordo Global; (ii) *Notice of Result of Adjourned Meeting of Noteholders* e os demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário – CCB; (iv) o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, da CP Cimento; (v) o Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG) e Notificação CAL; (vi) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi); (vii) o Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG"; (viii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006 e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pela Polo, com a concordância da CP Cimento; (ix) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança; (x) o Contrato de Depósito em Conta Vinculada; e (xi) a Petição de desistência da Execução (todos, em conjunto, inclusive com o presente instrumento, doravante designados como "Instrumentos de Reestruturação");

c) a CP Cimento e a Tupi assumiram no Acordo Global a obrigação de constituir diversas garantias em favor dos Credores, assim como a abertura de conta vinculada junto ao Agente Centralizador destinada exclusivamente para o depósito dos valores a

serem destinados aos Credores a título de pagamento da Dívida Reestruturada prevista no Acordo Global ("Conta Vinculada") e a abertura de contas de cobrança e contratação do Agente de Custódia para depósito e monitoramento dos recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi, correspondentes a 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela a vencer das 24 (vinte e quatro) parcelas mensais vincendas a partir de 10 de janeiro de 2010, nos termos do item 4.5.1 (d) do Acordo Global equivalente, nesta data, a R\$ 4.303.211,28 (quatro milhões, trezentos e três mil, duzentos e onze reais e vinte e oito centavos), os quais foram cedidos fiduciariamente em favor dos Credores nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios celebrado nesta data;

d) o Agente de Custódia é instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a prestação dos serviços de Custódia Qualificada de Títulos e Valores Mobiliários, de forma profissional e habitual, passível de ser oferecida independente de outros serviços prestados, bem como é plenamente capacitado para a prestação de serviços de Agente de Custódia;

e) este Contrato e o Agente de Custódia estão devidamente adequados às regras e princípios do Código de Auto Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), para o Serviço de Custódia Qualificada; e

f) a CP Cimento e a Tupi desejam contratar o Agente de Custódia concorda e aceita em prestar os serviços previstos neste Contrato.

As Partes, por seus representantes legais ao final assinados, devidamente constituídos na forma de seus atos constitutivos, resolvem celebrar o presente Contrato, nos termos e condições abaixo descritos.

Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste Contrato e aqui não definidos terão os mesmos significados que anteriormente lhes foram atribuídos no âmbito do Acordo Global.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto regular os termos e condições segundo os quais o Agente de Custódia irá atuar como prestador de serviços de depositário qualificado, com a obrigação de monitorar diariamente o valor mínimo definido na cláusula 2.3.2., referente aos recebíveis decorrentes do faturamento da Tupi, que deverão corresponder, obrigatoriamente, a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) da próxima parcela a vencer das 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e vincendas a partir de 10 de janeiro de 2010, nos termos do item 4.5.1 (d) do Acordo Global e que, nesta data, equivalem a R\$ 4.303.211,28, que foram cedidos fiduciariamente em favor dos Credores nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios celebrado nesta data ("Fluxo Garantia") e reter os valores creditados ("Recursos") decorrentes do pagamento dos recebíveis constituídos por títulos emitidos e registrados na carteira de cobrança do Bradesco e que serão direcionados para as Contas de Cobrança, quando a somatória desses recebíveis registrados não atingirem o valor atualizado do Fluxo Garantia até que este valor seja restabelecido ou quando houver inadimplemento da CP Cimento ou

vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, observado o disposto na cláusula 1.2 abaixo.

1.2. Caso a CP Cimento ou a Tupi se tornem inadimplentes, considerando as obrigações assumidas por elas nos Instrumentos de Reestruturação, mencionados no Considerando "b", o Agente de Custódia, mediante notificação prévia e por escrita enviada pelo Agente Centralizador, transferirá os Recursos existentes nas contas correntes específicas (doravante denominadas em conjunto "Contas de Cobrança" ou "Conta de Cobrança") descritas a seguir, de titularidade da Tupi, para o Agente Centralizador, observadas as regras estabelecidas neste Contrato.

Conta de Cobrança Cimento n.º 1.375-7
Agência n.º 2373-6/Plataforma Corporate Rio Centro
Banco n.º 237 - Banco Bradesco S.A.

Conta de Cobrança Concreto n.º 1.377-3
Agência n.º 2373-6/Plataforma Corporate Rio Centro
Banco n.º 237 - Banco Bradesco S.A.

CLÁUSULA SEGUNDA OPERACIONALIZAÇÃO DAS CONTAS DE COBRANÇA

2.1. A administração dos Recursos existentes nas Contas de Cobrança, no que tange a transferência de tais Recursos para a Conta Vinculada, será de inteira responsabilidade do Agente de Custódia, que atuará mediante notificação do Agente Centralizador, sendo que qualquer outro atributo relacionado à abertura e atualização do cadastro das Contas de Cobrança, será de inteira responsabilidade da Tupi.

2.2. O registro dos títulos na carteira de cobrança e o depósito dos recebíveis nas Contas de Cobrança será de inteira responsabilidade da Tupi.

2.3. O Agente de Custódia se obriga a controlar e supervisionar as Contas de Cobrança e os Recursos nela mantidos em estrita conformidade com as regras e procedimentos abaixo descritos.

2.3.1. Durante todo o período de vigência do presente Contrato, a Tupi estará obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter nas Contas de Cobrança recebíveis vincendos que representem, no mínimo, o Fluxo Garantia atualizado e indicado pelo Agente Centralizador.

2.3.2. Nesta data, o Fluxo Garantia a que se refere a cláusula 2.3.1 acima, corresponde a R\$ 4.303.211,28, o qual será constituído pelo total de títulos vincendos e registrados numa única carteira de cobrança e/ou pelo produto obtido com a soma dos títulos vincendos e registrados nas carteiras de cobrança vinculadas as Contas de Cobrança, sendo certo que este valor será atualizado mensalmente todo o dia 11 (onze) de cada mês pelo Agente Centralizador, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Depósito em Conta Vinculada, devendo para tanto o Agente Centralizador

Handwritten signatures and stamps on the right margin, including a large signature and several smaller ones.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a large signature and several smaller ones.

notificar a Tupi, a CP Cimento e o Agente de Custódia, por escrito, até o dia 11 (onze) de cada mês.

2.3.3. O Fluxo Garantia deverá ser utilizado exclusivamente para garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela CP Cimento e/ou pela Tupi nos termos dos Instrumentos de Reestruturação.

2.3.4. O Agente de Custódia deverá transferir os Recursos existentes nas Contas de Cobrança que forem superiores ao Fluxo Garantia, conforme atualização feita pelo Agente Centralizador, para a conta corrente n.º 117.630-7, se proveniente da Conta Cobrança Cimento, e para a conta corrente n.º 1.376-5, se proveniente da Conta Cobrança Concreto, doravante denominadas em conjunto ("Contas Livres"), ambas de titularidade da Tupi e mantidas na Agência n.º 2373-6/Plataforma Corporate Rio Centro, do Banco Bradesco S.A., que são de livre movimentação pela Tupi. Os recursos assim depositados nas Contas Livres serão livremente movimentados pela Tupi, a seu exclusivo critério.

2.3.5. Caso seja verificada a inadimplência da CP Cimento e/ou da Tupi, no tocante às obrigações pecuniárias por elas assumidas nos Instrumentos de Reestruturação e/ou em caso de vencimento antecipado de todo ou parte da Dívida Reestruturada (conforme definida no Acordo Global) o Agente de Custódia, mediante o recebimento da notificação do Agente Centralizador, com cópia para a CP Cimento, Tupi, Credores Brasileiros, Agente de Garantia e Agente Fiduciário, efetuará a transferência da totalidade dos Recursos existentes nas Contas Cobrança para a Conta Vinculada n.º 73.1.10054-1, de titularidade da CP Cimento, mantida na Agência 011, no Banco 376, junto ao Agente Centralizador, ressaltando que o valor a ser transferido, não deverá ser superior ao disponível nas referidas Contas de Cobrança.

2.3.5.1. Para todos os fins de direito, de modo irrevogável e irretratável, a Tupi, neste ato, outorga poderes específicos ao Agente Centralizador para solicitar ao Agente de Custódia a transferência dos Recursos de que trata a cláusula 2.3.5.

2.3.6. Qualquer modificação nas regras e procedimentos, estabelecidos nas cláusulas 2.3.1. a 2.3.6., inclusive, deverá ser consignada através de termo aditivo a este Contrato, firmado por todas as Partes, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, do início de sua vigência.

2.4. A Tupi não poderá ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar e/ou por qualquer forma negociar o Fluxo Garantia, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

2.5. A Tupi aceita e concorda que: (i) os Recursos existentes nas Contas de Cobrança somente poderão ser movimentados mediante ordens de transferências entre contas do Banco Bradesco S.A. para as Contas Livre, ou mediante Documento de Ordem de Transferência ("DOC") ou Transferência Eletrônica Disponível ("TED") para a Conta Vinculada; e (ii) não serão, por conseguinte, emitidos talonários de cheques ou ainda

disponibilizados quaisquer outros meios para movimentação de Recursos das Contas de Cobrança.

2.6. Face aos procedimentos e condições estabelecidos neste Contrato, fica certa e definida a inexistência de qualquer responsabilidade ou garantia do Agente de Custódia pelo pagamento das obrigações da CP Cimento ou da Tupi, constantes dos Instrumentos de Reestruturação, cabendo a este apenas e tão-somente a responsabilidade pela execução dos serviços estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA ASSESSORIA E CONSULTORIA

3.1. O Agente de Custódia não prestará aos Credores, à CP Cimento, à Tupi e/ou ao Agente Centralizador serviços de assessoria e/ou consultoria de investimentos.

CLÁUSULA QUARTA OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1. Para o cumprimento do disposto neste Contrato, o Agente de Custódia obriga-se a:

- a) monitorar e reter os Recursos existentes nas Contas de Cobrança;
- b) enviar à Tupi, à CP Cimento e ao Agente Centralizador, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, relatórios mensais ("Extratos Bancários") de acompanhamento dos Recursos existentes nas Contas de Cobrança; e
- c) transferir os Recursos mantidos nas Contas de Cobrança observadas as regras estabelecidas neste Contrato.

4.1.1. O Agente de Custódia não será responsável perante à CP Cimento, à Tupi, os Credores ou o Agente Centralizador, ou ainda a qualquer terceiro, pela inadimplência das obrigações garantidas pela CP Cimento ou pela Tupi, constantes nos Instrumentos de Reestruturação.

4.1.2. O Agente de Custódia também não será responsável perante à CP Cimento ou à Tupi por qualquer ordem que, em boa-fé e no estrito cumprimento do disposto neste Contrato, vier a acatar da CP Cimento, Tupi e/ou do Agente Centralizador, ainda que daí possam resultar perdas para a CP Cimento ou para a Tupi, para o Agente Centralizador ou qualquer terceiro.

4.1.3. O Agente de Custódia não terá qualquer responsabilidade caso, por força de ordem judicial tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.

4.1.4. O Agente de Custódia não terá qualquer responsabilidade caso, por força de ordem judicial, os Recursos existentes nas Contas de Cobrança sejam arrestados e/ou bloqueados, cabendo a Tupi, mediante notificação prévia e por escrito,

enviada pelo Agente de Custódia, com cópia para o Agente Centralizador, recompor os Recursos das Contas de Cobrança, até o valor do Fluxo Garantia.

4.1.5. O Agente de Custódia não terá qualquer responsabilidade pela manutenção ou eventual inexistência de Recursos nas Contas de Cobrança, desde que tenha cumprido as obrigações constantes neste Contrato.

4.2. Para cumprimento do disposto neste Contrato, a CP Cimento e a Tupi, obrigam-se a:

a) manter abertas as Contas de Cobrança e as Contas Livres, durante a vigência deste Contrato; e

b) responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer tributos e contribuições exigidos ou que vierem a ser exigidos em decorrência do cumprimento deste Contrato e/ou da movimentação de Recursos nas Contas de Cobrança, durante o prazo de vigência deste Contrato.

4.3. As notificações enviadas com estrita observância das regras previstas neste Contrato, terão efeitos a partir da data do recebimento pelo Agente de Custódia, desde que observados os seguintes critérios: (i) até ao meio-dia, horário de Brasília, a ordem será executada pelo Agente de Custódia no mesmo expediente bancário; e (ii) após ao meio-dia, horário de Brasília, a ordem somente será executada pelo Agente de Custódia no próximo dia útil, sempre com base nos Recursos existentes nas Contas de Cobrança, no dia útil anterior à data do recebimento da notificação.

CLÁUSULA QUINTA

PROCURAÇÃO AO AGENTE DE CUSTÓDIA, AUTORIZAÇÃO

PARA RETENÇÃO, TRANSFERÊNCIA E ACESSO A SALDO E EXTRATOS

5.1. A Tupi e a CP Cimento, neste ato, autorizam o Agente de Custódia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do presente Contrato, desde que o Agente de Custódia seja devidamente notificado por escrito pelo Agente Centralizador, a reter e transferir os Recursos existentes nas Contas de Cobrança, deduzidos os tributos incidentes, vigentes à época das transferências.

5.2. A Tupi autoriza expressamente o Agente de Custódia, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, a informar e fornecer ao Agente Centralizador, os Extratos Bancários das Contas de Cobrança, reconhecendo que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o Sigilo Bancário, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto deste Contrato.

5.3. A Tupi neste ato irrevogavelmente e irretratavelmente nomeia e constitui o Agente de Custódia como seu procurador, de acordo com os Artigos 653, 683, 686 e seu parágrafo único do Código Civil, conferindo a ele poderes especiais para a finalidade específica de manter e gerir as Contas de Cobrança, descrita na cláusula 1.2., com poderes para movimentar os Recursos existentes nas referidas contas, de acordo com os

termos do presente Contrato, sendo investido com todos os poderes necessários e incidentais ao seu objeto.

CLÁUSULA SEXTA REMUNERAÇÃO

6.1. A Tupi pagará ao Agente de Custódia, a título de remuneração pelos serviços prestados nos termos e durante o período de vigência deste Contrato, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por Conta de Cobrança, a serem pagos mensalmente no dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao mês da prestação de serviços ou, caso o referido dia recaia em final de semana ou feriado, ou, por qualquer outro motivo não seja considerado dia útil, o pagamento dar-se-á no próximo dia útil imediatamente posterior.

6.1.1. Os custos apresentados neste Contrato serão atualizados anualmente pelo Índice Geral de Preços - Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. No entanto, tal índice não será aplicado, caso se mostre negativo no período e, na hipótese de sua extinção ou descaracterização como índice de atualização monetária, passará a ser adotado, em substituição, para o cálculo dos reajustamentos dos preços estabelecidos neste Contrato, os novos índices de atualização monetária que, por disposição legal, vierem a substituí-lo, e, na sua ausência, uma nova fórmula de atualização monetária será ajustada de comum acordo entre as Partes.

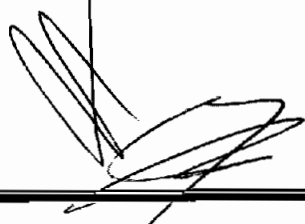
6.2. Os valores devidos ao Agente de Custódia serão pagos pela Tupi, até o término deste Contrato, nos termos da Cláusula Sétima e seus subitens, mediante débito da conta corrente n.º 117.630-7, mantida por ela na Agência 2373-6/Plataforma Corporate Rio Centro, do Banco Bradesco S.A., valendo os comprovantes do débito como recibo do pagamento efetuado, ficando, desde já, o Agente de Custódia autorizado expressamente pela Tupi, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar os débitos acima referidos, como forma de pagamento da obrigação ora constituída.

6.3. Na hipótese da conta corrente n.º 117.630-7 não possuir saldo suficiente para garantir o pagamento da obrigação referida na cláusula 6.1., ou encontrar-se indisponível para débito por qualquer motivo, o Agente de Custódia deverá notificar a Tupi para que esta pague valores devidos ao Agente de Custódia, pelos serviços ora prestados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação.

6.3.1. Caso o pagamento pela prestação de serviços não seja realizado pela Tupi, observado o disposto na cláusula 6.3., considerar-se-á como não realizado o pagamento, tornando-se inadimplente a Tupi, a partir da data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento.

6.4. O inadimplemento pela Tupi das obrigações de pagamento descritas na cláusula 6.1., caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Tupi, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pelo Agente

or



8

GAP

me

de Custódia; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

CLÁUSULA SÉTIMA VIGÊNCIA E TÉRMINO DO CONTRATO

7.1. Este Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor enquanto estiver vigente o Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios. As Partes acordam que a eficácia deste Contrato está condicionada, nos termos do artigo 125 do Código Civil Brasileiro, às Condições Suspensivas.

7.2. Fica desde já certo e ajustado que a liberação definitiva do Fluxo Garantia, nos termos deste Contrato, ocorrerá mediante a comprovação do cumprimento integral das obrigações pecuniárias assumidas pela CP Cimento e/ou Tupi nos Instrumentos de Reestruturação, obrigando-se os Credores Brasileiros, o Agente de Garantia e o Agente Fiduciário, diante de tal cumprimento, a assinar e entregar à CP Cimento e à Tupi todo e qualquer documento necessário à liberação do Fluxo Garantia, em favor da Tupi, e ao cancelamento de quaisquer registros correspondentes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação encaminhada pela CP Cimento e pela Tupi aos Credores Brasileiros, o Agente de Garantia e o Agente Fiduciário.

7.2.1. Na hipótese prevista na cláusula 7.2, o Agente Centralizador deverá notificar o Agente de Custódia para que esse efetue a transferência dos Recursos existentes nas Contas de Cobrança para as respectivas Contas Livres, sendo o presente Contrato considerado rescindido de pleno direito após a transferência dos Recursos.

7.3. Na hipótese de rescisão e/ou resilição por qualquer motivo dos referidos Instrumentos de Reestruturação, inclusive no caso das Condições Suspensivas previstas no item 1.2 do Acordo Global não ocorrerem até o dia 30 de março de 2007, qualquer das Partes poderá notificar previamente e por escrito o Agente de Custódia, com cópia para as demais Partes, ficando este, a partir da entrega de tal documento ~~eximido de~~ qualquer responsabilidade adicional no que concerne ao controle das Contas de Cobrança, dando-se por encerrado o presente Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

7.4. O Agente de Custódia poderá, a qualquer momento, isento do pagamento de qualquer multa ou indenização, solicitar a sua substituição neste Contrato, devendo, porém, permanecer no exercício de suas funções até que uma nova instituição financeira o substitua integralmente, devendo essa nova instituição financeira a ser indicada pela Tupi e aprovada pelos Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia. A substituição do Agente de Custódia deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da comunicação pelos Credores, pela Tupi e pela CP Cimento em relação à solicitação de substituição formulada pelo Agente de Custódia. Caso a Tupi não indique uma nova instituição financeira até 30 (trinta) dias após a comunicação ou os Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia não aprovem tal indicação, os Credores Brasileiros, Agente Fiduciário e Agente de Garantia deverão indicar a nova instituição financeira, a qual deverá ser uma instituição de primeira linha e aceitar todos os termos e condições previstos neste Contrato, não podendo a Tupi rejeitar a indicação. O Agente de Custódia ficará isento de toda e

qualquer responsabilidade sobre os fatos gerados após o término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto acima, seja a que tempo ou título for, independente de haver a instituição financeira ter assumido sua função.

7.4.1. Na hipótese de ocorrência da substituição mencionada na cláusula 7.4., o Agente de Custódia deverá ser orientado por escrito pelas Partes, com a anuência do Agente Centralizador, sobre o destino dos Recursos existentes nas Contas de Cobrança.

7.5. Ao término deste Contrato, caberá ao Agente de Custódia prestar contas de todos os serviços que até então tenham sido prestados, recebendo, em seguida, a importância a que eventualmente fizer jus, perecendo o direito a qualquer pagamento pelos serviços que não tenham sido concluídos.

7.6. Ao término deste Contrato, deverá o Agente de Custódia devolver à Tupi todos os documentos que, eventualmente, se encontrarem em seu poder.

7.7. Além das previstas em lei, este Contrato poderá ser rescindido/resilido de imediato e sem qualquer aviso, nas seguintes hipóteses: a) se o Agente de Custódia e/ou a Tupi falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, tiver sua falência ou liquidação requerida, desde que, neste caso, os Credores não assumam a obrigação de pagar os honorários contratados para prestação dos serviços de Agente de Custódia, nos termos da Cláusula Sexta; b) se o Agente de Custódia tiver cassada sua autorização para a prestação/execução dos serviços ora contratados.

7.8. A infração de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas, poderá ensejar perdas e danos, caso não tenha sido sanada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de notificação nesse sentido.

CLÁUSULA OITAVA PESSOAS AUTORIZADAS, PESSOAS DE CONTATO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES

8.1. O Agente de Custódia acatará ordens dos Credores, do Agente Fiduciário, da CP Cimento, da Tupi e/ou do Agente Centralizador, respeitadas as regras e procedimentos definidas neste Contrato, e somente prestará informações a tais pessoas, desde que tais ordens e/ou solicitações de informações estejam devidamente assinadas pelos representantes legais, com firma reconhecida em Cartório de Notas, acompanhada dos documentos de representatividade, mandatários constituídos por procuração ou indicados na Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato ("Pessoas Autorizadas"), constantes do Anexo III.

8.1.1. As ordens e/ou solicitações de informações mencionadas na cláusula 8.1. poderão ser enviadas por correspondência ou por meio eletrônico (via internet, e-mail ou fac-símile), desde que os meios utilizados possam identificar o representante legal e/ou a Pessoa Autorizada.

8.1.2. Nos casos em que a comunicação ocorrer por meio eletrônico (via internet, e-mail ou fac-símile), o destinatário deverá confirmar o recebimento das ordens pelo Agente de Custódia, sob pena de não surtirem efeito.

8.1.3. As Partes obrigam-se a comunicar ao Agente de Custódia, de imediato, as alterações, inclusões e exclusões de qualquer Pessoa Autorizada ou dados informados, promovendo a atualização do Anexo III.

8.1.4. As ordens e/ou solicitações de informações transmitidas pelas Pessoas Autorizadas, serão aceitas pelo Agente de Custódia, até que este seja notificado do contrário, por escrito, pelas Partes.

8.1.5. Em caso de ambigüidade das ordens e/ou solicitações de informações transmitidas por quaisquer das Pessoas Autorizadas, deverá o Agente de Custódia:

- (i) informar, por escrito, seja por correspondência e/ou por meio eletrônico, imediatamente, à Parte emissora, com cópia para as demais Partes, a respeito dessa ambigüidade; e
- (ii) recusar-se a cumprir essas instruções até que a ambigüidade seja sanada.

8.2. As confirmações de que trata a cláusula 8.1.2, deverão ser realizadas com as pessoas devidamente autorizadas pelo Agente de Custódia, através de procuração ou indicados no Anexo III deste Contrato.

8.3. Fica convencionado entre as Partes que as comunicações previstas neste Contrato, como necessárias a consecução da prestação do serviço aqui avençada, para serem consideradas válidas, devem ser feitas tempestivamente, de forma clara, completa e segura, pelos meios previstos neste Contrato, sempre confirmada a recepção imediatamente, direcionadas e recebidas por pessoas com poderes para tanto.

8.4. O Agente de Custódia cumprirá, sem qualquer responsabilidade, as ordens e/ou solicitações de informações que acreditar de boa-fé terem sido dadas por Pessoas Autorizadas.

CLÁUSULA NONA DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A omissão ou tolerância das Partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

9.2. Eventuais inclusões de outras cláusulas, exclusões ou alterações das já existentes, serão consignadas em aditivo devidamente assinado pelas Partes, que passará a fazer parte integrante deste Contrato.

9.3. Nenhuma das Partes poderá ceder, transferir ou caucionar para terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem o prévio consentimento por escrito das outras Partes, ressalvado a cessão fiduciária em garantia destas Contas de Cobrança, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança.

9.4. As Partes são consideradas contratantes independentes e nada do presente Contrato criará qualquer outro vínculo entre elas, seja pelo aspecto empregatício, seja por qual por quaisquer outros aspectos, tais como agente comercial, sociedade subsidiária, representação legal ou associação de negócios.

9.5. As Partes reconhecem, expressamente, que a execução/prestação dos serviços ora contratados não gerará qualquer relação de emprego entre as Partes ou seus empregados ou prepostos.

9.6. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade da CP Cimento e/ou da Tupi, nos termos deste Contrato e do Contrato de Depósito em Conta Vinculada, cabendo os respectivos recolhimentos ao sujeito passivo, seja como contribuinte ou responsável, conforme definido na lei tributária.

9.7. As Partes reconhecem, neste ato, que os serviços ora contratados estão sujeito às leis, normas, procedimentos e práticas usuais de mercado vigentes. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo ou em parte limite a prestação do serviço ora contratado, o Agente de Custódia deverá solicitar às Partes novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contraídas por meio deste Contrato.

9.8. O Agente de Custódia em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritos no presente Contrato, que tenham sido praticados por terceiros anteriormente contratados por quaisquer das Partes.

9.9. Com exceção das obrigações imputadas ao Agente de Custódia neste Contrato e sujeitos ao disposto no Código Civil Brasileiro em vigor, o Agente de Custódia deverá ser mantido indene de qualquer outra responsabilidade decorrente de atos ou fatos, por parte da CP Cimento, da Tupi, dos Credores, do Agente Fiduciário e/ou do Agente Centralizador, seus administradores, representantes e empregados, a não ser no caso de culpa relacionada às responsabilidades do Agente de Custódia previstas neste Contrato, dolo ou má-fé comprovados.

9.10. Este Contrato obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título.

9.11. O Agente de Custódia não se responsabilizará por quaisquer atos, fatos e/ou obrigações contraídas pelas Partes, seus administradores, representantes, empregados e propostos, nos Instrumentos de Reestruturação, seja a que tempo ou título for.

9.12. Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page. On the left, there is a signature that appears to be 'CP'. In the center, there is a large, stylized signature. To the right of this, there are several smaller initials and signatures, including one that looks like 'CP' and another that looks like 'CP' with a checkmark. There are also some circular stamps or marks.

9.13. Cada uma das Partes garante à outra Parte: (i) que está investida de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações aqui previstas e consumir as transações aqui contempladas; e, (ii) que a assinatura e o cumprimento do presente Contrato não resulta violação de qualquer direito de terceiros, lei ou regulamento aplicável ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas, nem na necessidade de obter qualquer autorização nos termos de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas.

9.14. Este Contrato, em conjunto com os demais Instrumentos de Reestruturação, constitui o entendimento e acordo entre as Partes e substitui todas as garantias, condições, promessas, declarações, contratos e acordos verbais ou escritos, anteriores sobre o objeto deste Contrato.

9.15. As Partes declaram que tiveram prévio conhecimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato, concordando expressamente com todos os seus termos.

CLÁUSULA DEZ DOCUMENTOS INTEGRANTES

10.1. Os Anexos abaixo relacionados, devidamente rubricados pelas Partes integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcritos.

- a) Anexo I - Debenturistas Signatários;
- b) Anexo II - Cópia da AGD de 17 de janeiro de 2007;
- c) Anexo III - Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato

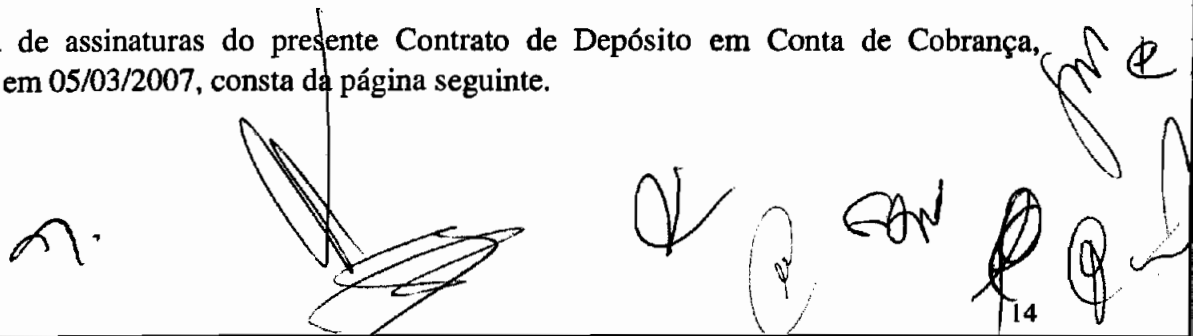
CLÁUSULA ONZE FORO

11.1. As Partes contratantes elegem o Foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam ou venham a ser, como competente para dirimir eventuais questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 12 (doze) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2007.

1ª folha de assinaturas do presente Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, firmado em 05/03/2007, consta da página seguinte.



1ª folha de assinaturas integrante do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, firmado em 05/03/2007

OP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CIMENTO TUPI S.A.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

BANCO ITAU BBA S.A.

BANCO BRADESCO S.A.

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

23º OFÍCIO DE NOTAS DO RIO DE JANEIRO - SUCURSAL TIJUCA
Notário GUIDO MACIEL - R. Santa Sofia, 40 - 14.º A - Tel: (21) 2553-3333

Certifico que a presente cópia confere com o original, existindo e que com esta é devolvida.
Rio de Janeiro, 06 de Março de 2007.

Conf. por: GENAL

97130

Afonso Celso Zanuzzi - Autorizado

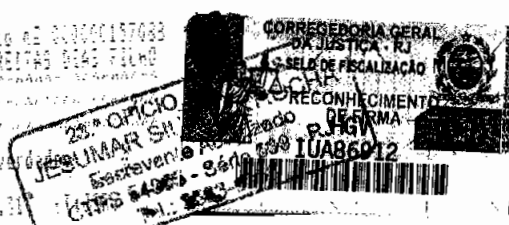
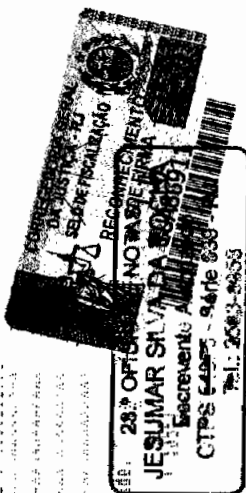
23º OFÍCIO DE NOTAS DO RIO DE JANEIRO - SUCURSAL TIJUCA

23º OFÍCIO DE NOTAS DO RIO DE JANEIRO - SUCURSAL TIJUCA

50062520

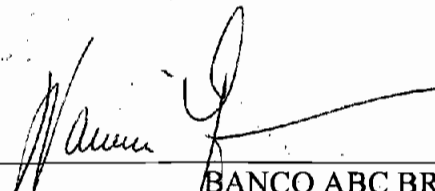


Handwritten initials and marks at the bottom right.



Vertical text on the left margin, likely a continuation of the contract or a reference to the main document.

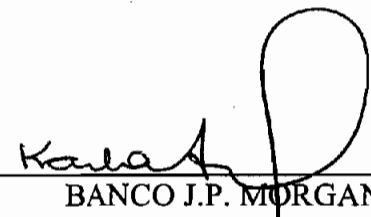
2ª e última folha de assinaturas integrante do Contrato de Depósito em Conta de Cobrança, firmado em 05/03/2007


BANCO ABC BRASIL S.A.

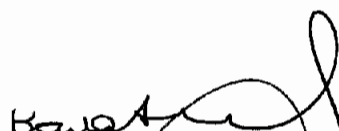
E na qualidade de representante dos Debenturistas Signatários:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.

E na qualidade de agente de garantia e representante do Agente dos Detentores das Notas (Trustee), representando a comunhão de interesses de todos os Noteholders:


BANCO J.P. MORGAN S.A.

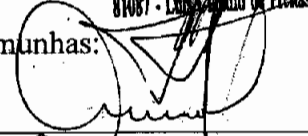
E como Agente Centralizador:

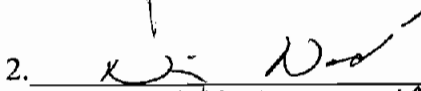

BANCO J.P. MORGAN S.A.

E como Agente de Custódia:


BANCO BRADESCO S.A.

Testemunhas:

1. 
Nome: Ana Cristina Araújo
RG: 05580395 - 3

2. 
Nome: Wilson NAB
RG: 054 293 847

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DEBENTURISTAS SIGNATÁRIOS

17/03/2007

22

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

50	WestLB FTE II FI Multimercado	06.974.735/0001-00	Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 716 - 8º andar, CEP: 04571-000
100	Banco Alfa de Investimento S.A.	60.770.336/0001-65	Alameda Santos 466 / 4º andar São Paulo CEP: 01418-000
3	MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF	05.066.595/0001-00	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro, CEP: 20030-905
4	Bosch Brasil VI Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário	05.464.910/0001-49	
3	Havertown Investments Holding LLC	05.623.307/0001-62	Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, Centro; CEP: 20030-905
5	CAJA PARAGAYA DE LA ITAIPU BIN	06.541.046/0001-02	RUA VISCONDE DE PIRAJÁ 433 , SLS. 804/805 CEP: 20410-003
5	Morumbi Capital I, LLC	07.604.875/0001-41	Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar, São Paulo, Brasil
5	Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social	28.954.717-0001-91	Av. Brasil, 4.036 - 3 Andar - Mangueiras - RJ - 21040-361
149	Fundo de Investimento em Desenvolvimento e Consolidação - Renda Fixa	04.885.571/0001-01	Av. Paulista, 1111 - 2º andar - parte - São Paulo - SP 11-4009-3936 c/c Avenida Presidente Wilson, 231/11º andar - CEP 20030-905 Centro - Rio de Janeiro
2	UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.841.638/0001-06	Praia de Botafogo 228 - 16º andar, parte - Botafogo- RJ
100	HSBC FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA PERFORMANCE	06.077.638/0001-07	Travessa Oliveira Bello, 34 Centro - Palácio Avenida 1º andar - Curitiba/PR CEP: 80.020-030
7	PARAIBA DO SUL - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	04.667.988/0001-06	Av.: Brigadeiro Faria Lima, nº 3400 - 19º andar - Edifício Faria Lima Financial Center - Itaim Bibi
1	ITAPEMA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA.	05.584.616/0001-70	Al. Rio Negro 433, 7 º andar -Barueri/ SP/06454-000
25	Concórdia Master Fundo de Investimento Renda Fixa	03.913.067/0001-05	Rua Líbero Badaró, 425-23º andar. São Paulo-SP. Cep: 01009-905
50	BES INVESTIMENTO DO BRASIL	34.111.187/001-12	AV. BRIGADEIRO FARIA DE LIMA, 3729 - 8º ANDAR CEP: 04538-905
2	FIF BNP PARIBAS CHATEAUBRIAND	05.642.617/0001-24	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 510 - 11º andar CEP: 04543-906
7	ANCHOR FUNDO DE INVESTIMENTO	04.381.431/0001-04	Avenida Almirante Barroso, 52, sala 3301, Rio de Janeiro Cep: 20031-000
980	Total		

ANEXO II

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DE 17 DE JANEIRO DE 2007

18

G

pm

18

18

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 03.410.855/0001-89

NIRE 33300263217

Companhia Aberta

Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007, lavrada na forma de sumário conforme faculta o § 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76.

- I. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 17 de janeiro de 2007, às 11:00h, na Avenida Almirante Barroso nº 52, 8º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.
- II. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Tendo em vista a presença de debenturistas representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação (as "Debêntures") da 2ª Emissão da CP Cimento e Participações S/A (a "2ª Emissão" e a "Emissora"), conforme assinaturas apostas abaixo, ficam dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, bem como do item 6.3 da escritura das Debêntures. Presentes também os Srs. José Alexandre Costa de Freitas - representante da Oliveira Trust DTVM S/A, Agente Fiduciário dos debenturistas ("Agente Fiduciário") e os advogados da Wald e Associados Advogados.
- III. MESA:** Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira, como Presidente, e Sr. José Alexandre Costa de Freitas, como Secretário.
- IV. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as providências de formalização dos Documentos de Reestruturação¹ conforme Memorando de Intenções celebrado em 28 de dezembro de 2006, por 98% (noventa e oito por cento) dos titulares das debêntures da 2ª Emissão.
- V. ABERTURA DOS TRABALHOS:** Abertos os trabalhos, o representante do Agente Fiduciário declarou instalada a presente Assembléia haja vista a presença de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação da 2ª Emissão. Após a leitura da Ordem do Dia, o representante do Agente Fiduciário propôs aos presentes que elessem um Presidente para conduzir os trabalhos e um secretário para, dentre outras providências, lavrar a presente ata. Assim, a unanimidade dos debenturistas presentes elegeram a Sra.

¹ Conforme definido no Memorando de Intenções.

Ana Paula Zanetti de Barros Moreira para presidir os trabalhos e o Sr. José Alexandre Costa de Freitas para secretariá-la. O representante do Agente Fiduciário explicou aos debenturistas que a presente Assembléia foi convocada em virtude do andamento das negociações realizadas entre a Emissora, o Comitê de Debenturistas, os bancos credores e de parte dos Titulares de Commercial Papers (fixed rates notes), colocados na Bolsa de Luxemburgo (em conjunto denominados "Credores"). Foi feito um breve histórico sobre a situação da negociação até o presente momento, sendo esclarecido que em 01 de outubro de 2006, data do vencimento final da 2ª Emissão, a Emissora não honrou com o pagamento devido aos debenturistas. Em 27 de setembro foi instaurada Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD"), sendo suspensa e reaberta em 29 de setembro de 2006, para deliberar sobre a proposta da Emissora de prorrogar o vencimento final das debêntures por 60 (sessenta) dias. Não foi atingido o quorum necessário para tal deliberação, sendo, portanto, rejeitada a proposta. Em 02 de outubro de 2006, em AGD, os debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures, deliberaram contratar o escritório Wald e Associados Advogados para tomar as medidas judiciais para cobrança da Emissora e autorizar o Agente Fiduciário a notificar a Emissora para pagamento dos valores devidos, bloquear as Debêntures para negociação na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e a CBLC - Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia, notificar a CVM - Comissão de Valores Mobiliários sobre a inadimplência da Emissora e tomar todas as demais medidas previstas na Escritura. Adicionalmente, foi aprovada a criação de um Comitê de Debenturistas para acompanhar o processo judicial bem como para participar de definições de estratégias, não podendo, no entanto, deliberar sobre a aceitação de qualquer proposta. Em 05 de outubro de 2006, foi ajuizada ação de execução em face da Emissora. No dia 17 seguinte, a Emissora compareceu em juízo, suprimindo a citação e, em 18 de outubro, indicou bens à penhora. Em 06 de novembro de 2006, de acordo com aprovação de 100% (cem por cento) dos debenturistas em AGD ocorrida em 30 de outubro de 2006, a Emissora e o Agente Fiduciário, representando os titulares das Debêntures, celebraram o Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças (o "Acordo") e o Contrato de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia de Cimento Ribeirão Grande. Nos termos do Acordo, a execução foi suspensa pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 08 de novembro de 2006, para negociação do plano de reestruturação da Emissora. A Emissora, o Comitê de Debenturistas e os demais Credores participaram de diversas reuniões para discussão do plano. Em 28 de dezembro de 2006, foi celebrado o Memorando de Intenções, conforme autorização dos Debenturistas Signatários, ratificada em Reunião de Debenturistas realizada em 03 de janeiro de 2007, entre a Emissora e a Cimento Tupi S.A. (como devedores), os bancos credores, e os titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão (o "Memorando de Intenções"). Os titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão que celebraram o Memorando de Intenções serão doravante designados "Debenturistas Signatários". O debenturista Polo HG Fia (a "Polo"), representante de 2% (dois por cento) das debêntures da 2ª Emissão não aderiu aos termos do Memorando de Intenções, mas declarou nesta AGD que nada tem

A 10x10 grid of dots forming a stylized letter 'A'. The grid is 10 columns wide and 10 rows high. The letter 'A' is formed by dots at the following coordinates (row, column): (1,1), (1,9), (2,2), (2,8), (2,9), (3,3), (3,7), (3,8), (4,4), (4,6), (4,7), (5,5), (5,6), (6,4), (6,5), (6,6), (6,7), (7,4), (7,5), (7,6), (7,7), (8,3), (8,4), (8,5), (8,6), (8,7), (9,2), (9,3), (9,4), (9,5), (9,6), (9,7), (10,1), (10,2), (10,3), (10,4), (10,5), (10,6), (10,7), (10,8), (10,9), (10,10).

100
 100
 100
 100
 100

LA-196018

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page, including a large 'X' and various scribbles.

à opor a celebração, pelos Debenturistas Signatários, do Memorando de Intenções, que estabelece as condições aceitas pelos Debenturistas Signatários para a novação de seus créditos.

VI. DELIBERAÇÕES: Diante do acima exposto, os debenturistas presentes nesta AGD, representando 100% (cem por cento) das debêntures da 2ª Emissão deliberaram:

- (i) Aprovar a novação dos créditos referentes a 980 (novecentas e oitenta) debêntures, correspondentes a 98% (noventa e oito por cento) das debêntures da 2ª Emissão, de modo a refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada², previstos no Memorando de Intenções, permanecendo, desta forma, vencidas as 20 (vinte) debêntures correspondentes a 2% (dois por cento) da emissão, de propriedade da Polo;
- (ii) Ressalvar expressamente todos os direitos e créditos da Polo, decorrentes das debêntures de que é titular, correspondentes à 2ª Emissão, que continuarão a ter as condições previstas na Escritura da 2ª Emissão (como vigente em 01 de outubro de 2006, data de vencimento das debêntures da 2ª Emissão), visto que tais debêntures permanecem vencidas;
- (iii) Autorizar o Comitê de Debenturistas a negociar e o Agente Fiduciário a firmar, representando os Debenturistas Signatários, o Aditamento à Escritura de Debêntures (ou outro documento equivalente) de modo a refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada³, previstos no Memorando de Intenções, ficando expressamente estabelecido que o referido Aditamento (ou documento equivalente) não alcançará a Polo, que permanecerá com os direitos originários referentes ao vencimento de suas debêntures, conforme estabelecido na Escritura da 2ª Emissão;
- (iv) Autorizar o Comitê de Debenturistas a negociar e o Agente Fiduciário a firmar, representando os Debenturistas Signatários, todos os outros instrumentos (Documentos de Reestruturação⁴) e praticar todos os atos úteis ou necessários para refletir os termos e condições da Dívida Reestruturada⁵, previstos no Memorando de Intenções, ficando expressamente estabelecido que os referidos Documentos de Reestruturação não alcançarão a Polo, que permanecerá com os direitos originários da Escritura da 2ª Emissão.

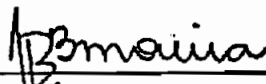
Adicionalmente, os debenturistas deliberaram por unanimidade aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos debenturistas presentes, nos termos do art. 130 e seus parágrafos, da Lei n.º 6.404/76.

² Conforme definido no Memorando de Intenções.
³ Conforme definido no Memorando de Intenções.
⁴ Conforme definido no Memorando de Intenções.
⁵ Conforme definido no Memorando de Intenções.


Por fim, declarou o Agente Fiduciário que zelarà para que todas as deliberações tomadas nesta AGD e constantes da presente ata sejam devidamente implementadas.

VII. ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, bem como pelos representantes do Agente Fiduciário, da Wald e Associados Advogados.

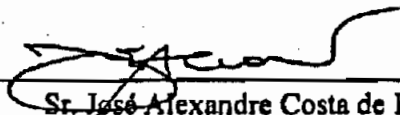
Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2007.



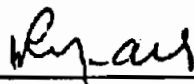
Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
Presidente



Sr. José Alexandre Costa de Freitas
Secretário



Sr. José Alexandre Costa de Freitas
Representante da Oliveira Trust DTVM S/A - Agente Fiduciário

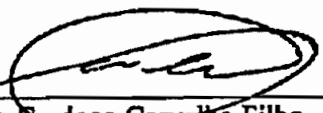


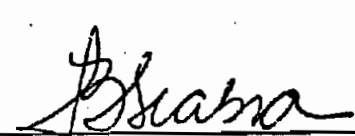
Drª Luiza Rangel de Moraes
Wald e Associados Advogados



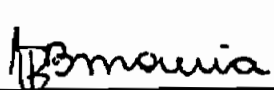
Sr. Luis Carlos Marinho de Andrade
ITAU PERFIX RENDA FIXA FI - Titular de 19 debêntures
TOP RENDA MIX FIF - Titular de 96 debêntures
FLOOR FIF - Titular de 40 debêntures
ITAU OASIS FIF - Titular de 23 debêntures
ITAU PERFORMANCE FIF - Titular de 10 debêntures

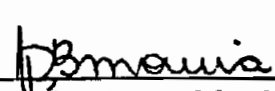
Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007

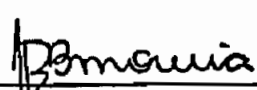

Sr. Mario Cardoso Carvalho Filho
WESTLB FTE II FI MULTIMERCADO - Titular de 50 debêntures

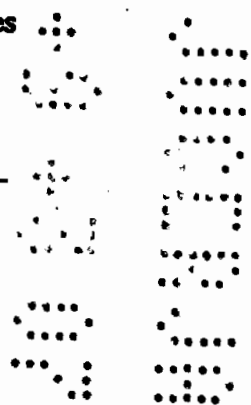

Sra. Ana Lucia Seabra
PARAIBA DO SUL FI MULTIM. PREVIDENCIARIO - Titular de 7 debêntures

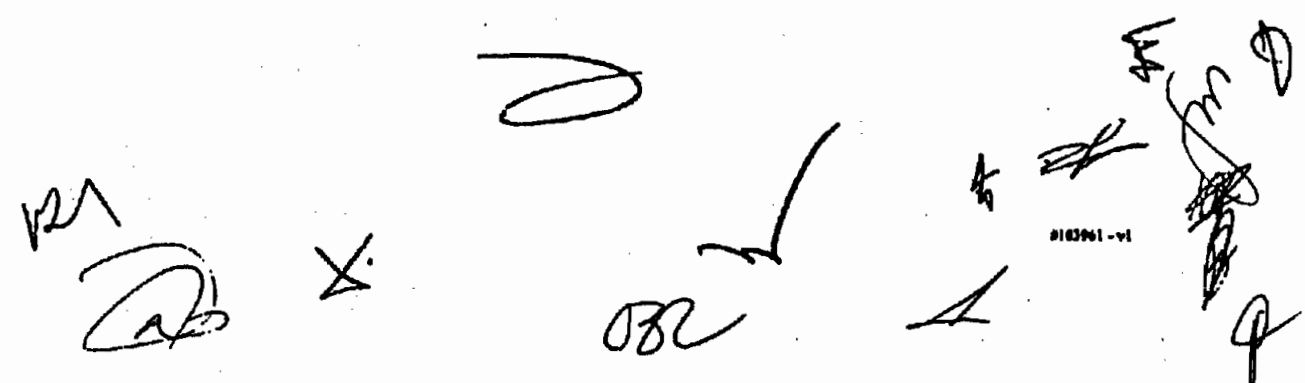

Sr. Christiano dos Santos Mendes Pereira
POLO HG FIA - Titular de 20 debêntures


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
BOSCH BRASIL VI FI MULT. PREVIDENCIARIO - Titular de 4 debêntures


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
ITAPEMA FI RENDA FIXA - Titular de 1 debênture


Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira
MELLON BRASCAN BRANDS HATCH FIF - Titular de 3 debêntures





Ata da Assembléia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série Única, com garantia flutuante, realizada em 17 de Janeiro de 2007

Paula Moreira

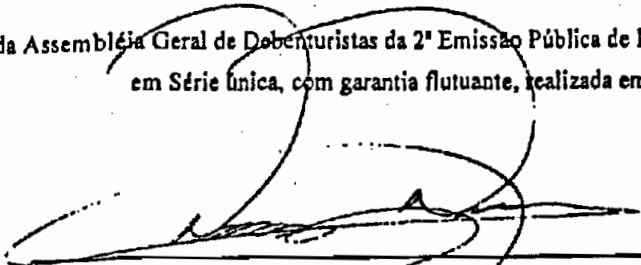
Sra. Ana Paula Zanetti de Barros Moreira

BRADESCO FI RENDA FIXA ALBI - Titular de 7 debêntures
BRADESCO FI RENDA FIXA ANDROMEDA - Titular de 8 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II - Titular de 1 debênture
BRADESCO FIF INFRAPREV ATUARIAL PLUS - Titular de 1 debênture
BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO - Titular de 19 debêntures
BRADESCO FI MULT. MULTIPERFORMANCE - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH - Titular de 5 debêntures
BRADESCO BJ FIF DYNAMIC - Titular de 3 debêntures
BRAM FIF RF TARGET - Titular de 29 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I - Titular de 10 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS - Titular de 32 debêntures
BRADESCO FI RF LONGO PRAZO YIELD - Titular de 1 debênture
BRADESCO FI RF WINNER - Titular de 3 debêntures
BRADESCO FIF RENDA FIXA ALFA - Titular de 12 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM - Titular de 5 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE - Titular de 2 debênture
BRADESCO PRIVATE FI RF - Titular de 8 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FI RF TARGET I - Titular de 69 debêntures
BRADESCO FIF ENERGIA - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II - Titular de 2 debêntures
BRADESCO FIF PRIVATE RF CREDITO - Titular de 7 debêntures
BRAM FIF PRIVATE ALCACAO - Titular de 5 debêntures
BRAM FIF PRIVATE CREDITO - Titular de 1 debênture
BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS - Titular de 1 debênture
BRADESCO BJ FIF BELGRADO - Titular de 5 debêntures
BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA - Titular de 21 debêntures
BRADESCO FIF BALL - Titular de 3 debêntures
BRADESCO FIF ANDARE - Titular de 5 debêntures
FI RENDA FIXA DOURADO - Titular de 3 debêntures

Mariano Ceppas Figueiredo

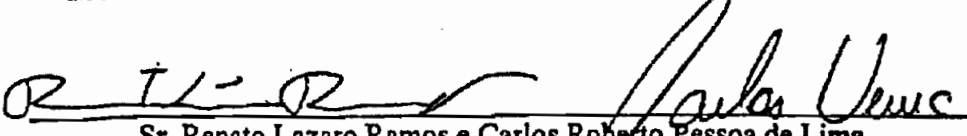
Sr. Mariano Ceppas Figueiredo
HAVERTOWN INVESTMENTS HOLDING LLC - Titular de 3 debêntures

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Pública de Debêntures, não Conversíveis em Ações,
em Série Única, com garantia flutuante, realizada em 17 de janeiro de 2007


Sr. Nicolas César Julião Butros Prestes Licoliello
FUNDO CONCORDIA MASTER INVESTIMENTO FINANCEIRO
Titular de 25 debêntures



Sr. Rafael Libman
UBS CARITI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA - Titular de 2 debêntures


Sr. Maurício Nazar
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A - Titular de 100 debêntures


Sr. Renato Lazaro Ramos e Carlos Roberto Pessoa de Lima
HSBC FI RENDA FIXA PERFORMANCE - Titular de 100 debêntures


Sr. Bruno Flora Sales
FIF ANCHOR - Titular de 7 debêntures


Sr. Bruno Flora Sales
FIF RF EM DESENVOLVIMENTO & CONSOLIDAÇÃO - Titular de 149 debêntures


Sr. Edmilson Loureiro de Lyra
INSTITUTO OSW. CRUZ - CONTA INVESTIMENTO - Titular de 5 debêntures

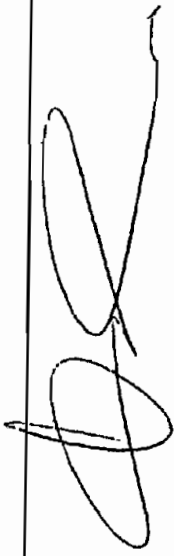
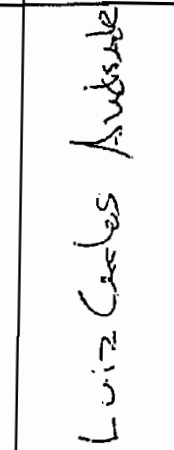
[Signature]

CAPITAL I LLC - T

Sr. Luiz Felipe Passos
ATO DO BRASIL - B

Sra. Flavia Aquino/Gom

Handwritten signatures and initials: *W. A. B. J. C. D. E. F. G. H. I. J. K. L. M. N. O. P. Q. R. S. T. U. V. W. X. Y. Z.*

% Total		Cetip	Debenturista	Representante	Assinatura
27,40%	0,70%	7	BRADESCO FI RENDA FIXA ALBI	<p>Ana Paula Zanetti de Barros nova</p>	
	0,80%	8	BRADESCO FI RENDA FIXA ANDROMEDA		
	0,10%	1	BRADESCO FI MULTIMERCADO TRANSFORMER II		
	0,10%	1	BRADESCO FIF INFRAPREV ATUARIAL PLUS		
	1,90%	19	BRAM FI MULTIMERCADO SEGMENTO		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULT. MULTIPERFORMANCE		
	0,50%	5	BRADESCO FI REFERENCIADO DI HIGH		
	0,30%	3	BRADESCO BJ FIF DYNAMIC		
	2,90%	29	BRAM FIF RF TARGET		
	1,00%	10	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS I		
	3,20%	32	BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS		
	0,10%	1	BRADESCO FI RF LONGO PRAZO YIELD		
	0,30%	3	BRADESCO FI RF WINNER		
	1,20%	12	BRADESCO FIF RENDA FIXA ALFA		
	0,50%	5	BRADESCO FI MULTIMERCADO TEAM		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SCORE		
	0,80%	8	BRADESCO PRIVATE FI RF		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO NIQUEL		
	6,90%	69	BRADESCO FI RF TARGET I		
	0,20%	2	BRADESCO FIF ENERGIA		
	0,20%	2	BRADESCO FI MULTIMERCADO SUPRE II		
	0,70%	7	BRADESCO FIF PRIVATE RF CREDITO		
	0,50%	5	BRAM FIF PRIVATE ALCACAO		
	0,10%	1	BRAM FIF PRIVATE CREDITO		
	0,10%	1	BRAM PRIVATE FI MULTIMERCADO DERIVATIVOS		
	0,50%	5	BRADESCO BJ FIF BELGRADO		
	2,10%	21	BRADESCO FI MULTIMERCADO MURALHA		
	0,30%	3	BRADESCO FIF BALL		
	0,30%	3	FI RENDA FIXA DOURADO		
	0,50%	5	BRADESCO FIF ANDARE		
18,80%	1,90%	19	ITAU PERFIX RENDA FIXA FI	<p>Luiz Carlos Andrade</p>	
	9,60%	96	TOP RENDA MIX FIF		
	4,00%	40	FLOOR FIF		
	2,30%	23	ITAU OASIS FIF		
	1,00%	10	ITAU PERFORMANCE FIF		

23º

1870 William de Souza Montezuma
Pereira Duarte Pinto

[illegible]

ANEXO III

Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato

NA CP CIMENTO

Endereço: Avenida Presidente Wilson 231, 29º andar

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: RJ

CEP: 20.030-905

Nome : Demétrio Simões

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone: (21) 2277-2000

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: demetriosimoes@cpcimento.com.br

Nome : Sergio Guerra

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone: (21) 2277-2140

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: sergioguerra@cimentotupi.com.br

NA CIMENTO TUPI

Endereço: Avenida Presidente Wilson 231, 29º andar

Cidade: Rio de Janeiro

Estado: RJ

CEP: 20.030-905

Nome : Demétrio Simões

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone: (21) 2277-2000

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: demetriosimoes@cpcimento.com.br

Nome : Sergio Guerra

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone: (21) 2277-2140

Fax: (21) 2277-2101

E-mail: sergioguerra@cimentotupi.com.br

NO UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Endereço: Av. Eusébio Matoso n.º 891

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:
Fax:
E-mail:

Nome :

Assinatura:

R.G:
Telefone:
Fax:
E-mail:

CPF/MF:

NO BANCO ITAÚ BBA S.A.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.400, 4º andar
Cidade: Estado: CEP

Nome :

Assinatura:

R.G:
Telefone:
Fax:
E-mail:

CPF/MF:

Nome :

Assinatura:

R.G:
Telefone:
Fax:
E-mail:

CPF/MF:

NO BANCO BRADESCO S.A.

Endereço: Núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, situado na Vila Yára
Cidade: Osasco Estado: São Paulo CEP

Nome :

Assinatura:

R.G:
Telefone:
Fax:
E-mail:

CPF/MF:

Nome :

Assinatura:

R.G:
Telefone:
Fax:
E-mail:

CPF/MF:

NO BANCO ABN AMRO REAL S.A.

Endereço: Av. Paulista n.º 1.374, 3º andar





Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Endereço: Alameda Santos n.º 466

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO BANCO ABC BRASIL S.A.

Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek n.º 1400, 4º andar

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

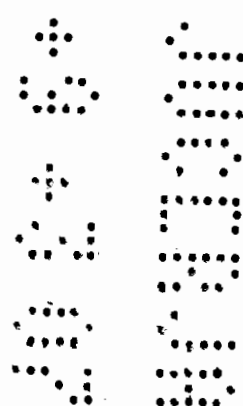
Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:



Handwritten signature

Handwritten signatures

Fax:

E-mail:

NA OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Endereço: Av. das Américas n.º 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown

Cidade:

Estado:

CEP

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO AGENTE DE GARANTIA

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 14º andar

Cidade: São Paulo

Estado: São Paulo

CEP:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO AGENTE CENTRALIZADOR

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 14º andar

Cidade:

Estado:

CEP

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Nome :

Assinatura:

R.G:

CPF/MF:

Telefone:

Fax:

E-mail:

NO AGENTE DE CUSTÓDIA

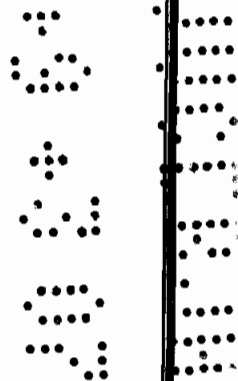
Endereço: Cidade de Deus, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar.

Cidade: Osasco

Estado: São Paulo CEP 06029-900

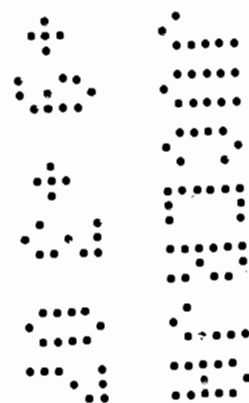
Nome: Ademir Rufino dos Santos
Telefone: (11) 3684-9407
Fax: (11) 3684-9445
E-mail: 4010.rufino@bradesco.com.br

Nome: Roseli Maria Louzano
Telefone: (11) 3684-9421
Fax: (11) 3684-9445
E-mail: 4010.rlouzano@bradesco.com.br
4010.agente@bradesco.com.br



[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials]

2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO VII****CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS DECORRENTES DA CONTA VINCULADA
E DA CONTA DE COBRANÇA**

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS
DECORRENTES DA CONTA VINCULADA E DA CONTA DE COBRANÇA**

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.** companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson n.º 231, 29º andar, Parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "CP Cimento"; e

II. **CIMENTO TUPI S.A.**, empresa com sede na Av. Presidente Wilson n.º 231, 29º andar, Parte, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.039.223/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Tupi".

E de outro,

III. **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Eusébio Matoso n.º 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Unibanco";

IV. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.400, 4º andar, Parte, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Itaú BBA";

V. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, situado na Vila Yara, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Bradesco";

VI. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista n.º 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABN Real";

VII. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos n.º 466, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Alfa";

VIII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek n.º 1.400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no



CNPJ/MF sob n.º 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABC";

e, em conjunto com todos os bancos acima descritos, doravante denominados simplesmente "Bancos"; e

IX. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações, com sede na Av. das Américas n.º 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de "Agente Fiduciário", representando os debenturistas, conforme listados no Anexo I ("Debenturistas Signatários"), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 ("Debêntures Reestruturadas"), signatários do Memorando e do Acordo Global (conforme definição nos *considerandos* (A) e (B) abaixo), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados e seu 2º Aditamento, em fase de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada em conjunto como "Escritura", conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 17 de janeiro de 2007 (Anexo II a este Contrato);

X. BANCO J.P. MORGAN S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 14º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.172.537/0001-98, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, Londres E14 5AL, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o respectivo Trust Deed (em conjunto "Agente de Garantia"), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares das *fixed rate notes*, no montante de US\$ 32.421.360,00, remuneradas à taxa de 7,5% ao ano, com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento ("Notes"), para benefício proporcional dos Noteholders (os titulares das Notes são doravante denominados "Noteholders").

Como Agente Centralizador,

XI. BANCO J.P. MORGAN S.A., acima qualificado ("Agente Centralizador").

Como Agente de Custódia,

XII. BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Prédio Amarelo Velho, 2º andar, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, representado pelo seu Departamento de Ações e Custódia, doravante denominado ("Agente de Custódia").

Os Bancos, os Debenturistas Signatários e o Agente de Garantia são doravante denominados em conjunto como "Credores"; Os Credores, a CP Cimento, a Tupi, o Agente Centralizador e o Agente de Custódia são doravante designados em conjunto como "Partes".

CONSIDERANDO QUE:

- A) A CP Cimento, a Tupi e os Credores, com exceção do Agente de Garantia, firmaram em 28 de dezembro de 2006, um Memorando de Intenções ("Memorando"), que teve como intervenientes anuentes a Oliveira Trust DTVM S.A. e a Santo Estevão Mineração e Participações S.A. contendo, de forma genérica, as condições gerais da reestruturação das principais dívidas da CP Cimento e da Tupi;
- B) Baseando-se no Memorando, nesta data, a CP Cimento, a Tupi e os Credores, com exceção do Agente de Garantia, celebraram o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas, tendo acordado, de forma definitiva, a respeito de todas as condições da reestruturação das dívidas da CP Cimento e da Tupi, inclusive de suas garantias, substituindo assim os termos e condições previstos no Memorando ("Acordo Global", Anexo III ao presente Contrato);
- C) A CP Cimento e a Tupi assumiram no Acordo Global a obrigação de constituir diversas garantias em favor dos Credores, dentre elas (i) a abertura de Conta Vinculada e das Contas de Cobrança, destinadas ao depósito de recebíveis vinculados às garantias constituídas, bem como dos demais valores a serem destinados aos Credores a título de pagamento da Dívida Reestruturada prevista no Acordo Global e (ii) a cessão fiduciária dos direitos oriundos da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança;
- D) A CP Cimento, a Tupi, os Credores e o Agente Centralizador celebraram, nesta data, o Contrato de Depósito em Conta Vinculada (Anexo IV) e ainda com o Agente de Custódia, o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança (Anexo V), com o objetivo de estabelecer os termos e condições para o depósito, custódia e movimentação dos recebíveis que constituem as garantias da Dívida Reestruturada, tendo a CP Cimento e a Tupi se obrigado, nos termos do Acordo Global, a constituir cessão fiduciária, em favor dos Credores, de todos e quaisquer direitos oriundos da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança, como forma de garantir a totalidade da Dívida Reestruturada; e
- E) A reestruturação financeira da Devedora é formalizada pela celebração deste Contrato e dos demais instrumentos de reestruturação, quais sejam: (i) o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas; (ii) a *Notice of Adjourned Meeting of Noteholders* e demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário - CCB; (iv) o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento; (v) o Contrato de Penhor

de Direitos Creditórios (referente aos recebíveis do Contrato CCRG); (vi) o Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG"; (vii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006, e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pela Polo, com a concordância da CP Cimento; (viii) o Contrato de Depósito em Conta Vinculada; (ix) o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança; (x) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento Tupi); e (xi) a Petição de desistência da Execução (todos, em conjunto inclusive com o presente Contrato, doravante designados como "Instrumentos de Reestruturação").

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança" ("Contrato"), que constitui parte integrante do Acordo Global, nos termos e condições abaixo definidos.

Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste Contrato e aqui não definidos terão os mesmos significados que anteriormente lhes foram atribuídos no âmbito do Acordo Global. Os termos definidos no singular terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos se utilizados no plural e vice-versa.

I. OBJETO

CLÁUSULA 1ª - Em garantia do fiel e integral cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela CP Cimento e pela Tupi no âmbito do Acordo Global ("Obrigações"), a CP Cimento e a Tupi cedem e transferem, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, segundo os termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04, do Decreto Lei nº 911/69 de 01 de outubro de 1969 e posteriores alterações, aos Credores, em cessão fiduciária em garantia, sem qualquer custo para os Credores, a propriedade fiduciária e o domínio resolúvel de todos e quaisquer recursos ou direitos, atuais ou futuros, sobre a conta corrente de titularidade da CP Cimento junto ao Agente Centralizador, Agência 011, Banco nº 376, Conta nº 73.1.10054-1 ("Conta Vinculada") e sobre as contas correntes de titularidade da Tupi junto ao Agente de Custódia, Agência 2373-6/Plataforma Corporate Rio Centro, Banco nº 237, contas nº 1.375-7 e 1.377-3 (doravante denominadas em conjunto "Contas de Cobrança" ou "Conta de Cobrança"), tudo conforme o Contrato de Depósito em Conta Vinculada e o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança.

Parágrafo 1º - Os documentos comprobatórios da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança, conforme estabelecido no parágrafo terceiro do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, ficarão em poder da CP Cimento, haja vista o seu respectivo interesse em conservá-los.

Parágrafo 2º - A movimentação da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança será feita exclusivamente pelo Agente Centralizador e pelo Agente de Custódia, conforme o caso, podendo efetuar saques e resgatar os recursos mantidos nessas contas para distribuição

aos Credores, sempre, todavia, observando o disposto neste Contrato, no Contrato de Depósito em Conta Vinculada, no Contrato de Depósito em Conta de Cobrança e no Acordo Global.

Parágrafo 3º - A CP Cimento e a Tupi exoneram os Credores, o Agente Centralizador e o Agente de Custódia de qualquer responsabilidade pela prescrição, emissão ou procedência de qualquer direito ou recurso oriundo da Conta Vinculada ou das Contas de Cobrança, cabendo à CP Cimento e à Tupi a adoção tempestiva, e às suas expensas, das medidas pertinentes à proteção dos direitos representativos da garantia.

Parágrafo 4º - Fica expressamente declarado, inclusive para os fins do artigo 1.362 do Código Civil, bem como do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 (alterado pela Lei nº 10.931/04), que:

- A parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Bancos e aos Debenturistas Signatários totaliza R\$ 319.569.771,79, nesta data, e a parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Noteholders totaliza US\$ 32.421.360,00, nesta data;
- O local de pagamento das Debêntures Reestruturadas será o Rio de Janeiro - RJ, das Cédulas de Crédito Bancário - CCB será São Paulo - SP, e DAS Notes será a Cidade de Nova Iorque, EUA, observado que o local de fechamento de câmbio para pagamento será a a praça de São Paulo - SP;
- O prazo fixado para pagamento final da Dívida Reestruturada é 10 de dezembro de 2011, observados os vencimentos parciais estabelecidos no Acordo Global;
- O pagamento aos Credores será efetuado nos termos do Acordo Global, e dos demais Instrumentos de Reestruturação;
- A parcela da Dívida Reestruturada em moeda corrente nacional será atualizada, a partir da presente data, pelos juros correspondentes à taxa de Cédula de Depósito Interbancário - CDI - EXTRAGRUPO acrescidos de 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira, detida pelos Noteholders, incidirá juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano; e
- Os direitos creditórios cedidos fiduciariamente são todos e quaisquer recursos ou direitos detidos ou que venham a ser detidos pela CP Cimento e/ou pela Tupi sobre a Conta Vinculada e as Contas de Cobrança.

Parágrafo 5º - A constituição da presente cessão não prejudicará e/ou afetará os demais direitos e garantias constituídos para assegurar o pagamento das Obrigações, podendo os Credores ou o Agente Fiduciário ou o Agente de Garantia, na hipótese de inadimplemento da CP Cimento ou da Tupi, executar a Dívida Reestruturada e as garantias a ela atreladas, isolada ou simultaneamente, independentemente da existência ou não de valores decorrentes da cessão descrita no presente Contrato.

[Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.]

II. PROCEDIMENTO EM CASO DE VENCIMENTO ANTECIPADO

CLÁUSULA 2ª - Em caso de inadimplemento ou de vencimento antecipado das Obrigações, todos e quaisquer recursos depositados na Conta Vinculada e nas Contas de Cobrança ou que venham ser depositados nessas contas, deverão ser utilizados para o pagamento das Obrigações, devendo ser distribuídos pelo Agente Centralizador aos Credores, sendo neste caso facultado aos Credores e/ou ao Agente Fiduciário e/ou ao Agente de Garantia exercer direta e cumulativamente, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou constituição em mora, todas as faculdades previstas neste Contrato e em Lei com o objetivo da satisfação dos seus respectivos créditos.

Parágrafo 1º - Na hipótese de levantamento dos recursos depositados na Conta Vinculada, nos termos deste Contrato, caso tais recursos não sejam suficientes para quitar a integralidade do saldo devedor da Dívida Reestruturada, a distribuição aos Credores deverá ser feita pelo Agente Centralizador de forma proporcional ao percentual previsto na tabela constante do Anexo VI, e nas contas correntes indicadas no Anexo VII. Na hipótese de quitação da integralidade da Dívida Reestruturada, o saldo devido a cada credor será calculado e pago independentemente da proporção constante do Anexo VI.

Parágrafo 2º - O levantamento de recursos pelo Agente Centralizador para distribuição aos Credores em caso de vencimento antecipado da Dívida Reestruturada, não obstará a cobrança da Dívida Reestruturada remanescente, por meio de execução judicial, de acordo com o disposto no Código de Processo Civil Brasileiro.

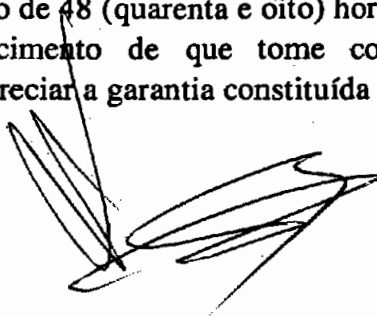
Parágrafo 3º - O Agente Centralizador e o Agente de Custódia não poderão, sem o consentimento prévio dos Credores, da Tupi e da CP Cimento: (i) assinar qualquer renúncia, aditamento, modificação ou suplemento a qualquer documento ou a este Contrato ou ao Contrato de Depósito em Conta Vinculada ou, ainda, ao Contrato de Depósito em Conta de Cobrança ou (ii) liberar qualquer garantia ou alterar as proporções da Dívida Reestruturada.

III. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CP CIMENTO E DA TUPI

CLÁUSULA 3ª - Até que as Obrigações tenham sido integralmente cumpridas, a CP Cimento e a Tupi Cedentes obrigam-se a:

- (i) até 30 de março de 2007, implementar o registro do presente Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco, arcando com os custos incidentes, bem como disponibilizar tal registro nos termos do Acordo Global. As Partes acordam que os Anexos a este Contrato serão levados a registro sem os seus respectivos anexos;

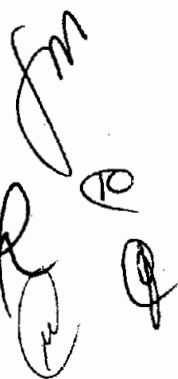
- (ii) praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação, bem como à manutenção da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança;
- (iii) manter os direitos e recursos da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança sempre existentes, válidos, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, livre e desembaraçada de quaisquer gravames ou ônus, seja de natureza judicial ou extrajudicial, observado o disposto nos Instrumentos de Reestruturação;
- (iv) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar a Conta Vinculada e as Contas de Cobrança;
- (v) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar os direitos e/ou recursos da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança;
- (vi) disponibilizar aos Bancos, ao Agente de Garantia, ao Agente Fiduciário e ao Agente de Custódia, cópia de qualquer correspondência ou notificação, recebida ou expedida, em relação ao presente Contrato, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do seu recebimento;
- (vii) sob pena de vencimento antecipado da totalidade da Dívida Reestruturada, substituir, reforçar, repor ou complementar os direitos e/ou recursos da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança, com outras garantias a critério dos Credores, e, no prazo estabelecido pelos mesmos e não superior a 30 (trinta) dias, caso os direitos e/ou recursos da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança sejam objeto de penhora, seqüestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, ou ainda, se sofrerem depreciação, deterioração, desvalorização, turbação, esbulho ou se tornarem inábeis, impróprios e imprestáveis para assegurar o cumprimento do principal e acessório das Obrigações;
- (viii) sob pena de vencimento antecipado da totalidade da Dívida Reestruturada, não alienar, ceder, transferir, vender ou gravar com ônus de qualquer natureza, a Conta Vinculada e as Contas de Cobrança dada em cessão fiduciária em garantia, até que sejam cumpridas as Obrigações; e
- (ix) comunicar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Agente Centralizador qualquer acontecimento de que tome conhecimento e que possa prejudicar ou depreciar a garantia constituída neste Contrato.



mp,

GA

7



IV. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA CP CIMENTO E DA TUPI,

CLÁUSULA 4ª – A CP Cimento e a Tupi declaram aos Credores o quanto segue:

- (i) A CP Cimento e a Tupi são legítimas titulares e proprietárias da integralidade dos direitos e/ou recursos da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos de qualquer natureza, exceto pela cessão fiduciária em garantia ora outorgada e pelos gravames descritos no Acordo Global e demais Instrumentos de Reestruturação;
- (ii) A CP Cimento e a Tupi possuem plena capacidade, legitimidade e estão devidamente autorizadas para celebrar este Contrato e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal, contratual ou estatutário para tanto; e
- (iii) Este Contrato é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa à CP Cimento e à Tupi, exeqüível contra elas de acordo com os seus termos e condições.

V. DECLARAÇÕES DOS CREDITORES

CLÁUSULA 5ª – Os Credores declaram que:

- (i) Os Credores possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar este Contrato e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto; e
- (ii) Este Contrato é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa aos Credores, acordo com os seus termos e condições.

VI. PRAZO

CLÁUSULA 6ª – Este Contrato é válido desde a presente data e até o cumprimento integral das Obrigações pela CP Cimento e pela Tupi.

Parágrafo Único - Caso a Condição Suspensiva prevista no item 1.2 do Acordo Global não ocorra até o dia 30 de março de 2007, este Contrato será considerado automaticamente rescindido, sem obrigações de Parte a Parte em relação à cessão fiduciária prevista neste Contrato.

VII. COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 7ª – Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as Partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Contrato deverá ser feita por escrito e

enviada aos endereços indicados no Preâmbulo do presente Contrato, ou a outro endereço que vier a ser oportunamente comunicado pela Parte em questão.

Parágrafo Primeiro - As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" para os endereços indicados no Preâmbulo.

Parágrafo Segundo - Toda e qualquer comunicação a ser enviada aos Debenturistas Signatários e aos Noteholders será encaminhada exclusivamente ao Agente Fiduciário ou ao Agente de Garantia, respectivamente.

VIII. IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

CLÁUSULA 8ª - As Partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato são constituídos em caráter irrevogável e irretratável.

IX. DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 9ª - Os representantes legais da CP Cimento e da Tupi desde já se constituem, em caráter de total irrevogabilidade e irretratabilidade, depositários fiéis dos documentos comprobatórios da Conta Vinculada exigidos pela legislação em vigor necessários para a sua cobrança, encargo esse que declaram aceitar, cientes das responsabilidades civis e penais daí decorrentes, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, se comprometendo a encaminhar ao Agente Centralizador, para imediato repasse dos Credores, uma via original dos referidos documentos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a solicitação do Agente Centralizador ou de qualquer dos Credores ou do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA 10 - A CP Cimento e a Tupi declaram-se cientes e de acordo com os termos da Resolução n.º 2.724, de 31 de março de 2000, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, e, desde já, autorizam os Credores, em caráter irrevogável e irretratável e a qualquer tempo, inclusive após o vencimento do presente Contrato: (i) a prestar ao Banco Central do Brasil quaisquer informações sobre o montante de débitos e responsabilidades por garantias assumidas pelas Cedentes, em decorrência deste Contrato e de outros contratos celebrados com os Credores, objetivando a implementação e instrução do Sistema Central de Risco de Crédito, bem como (ii) a consultar as informações relativas às Cedentes constantes do referido sistema.

CLÁUSULA 11 - O Agente Centralizador e o Agente de Custódia assinam o presente Contrato, comprometendo-se a cumprir as suas respectivas obrigações de centralizador e custodiante da Conta Vinculada e das Contas de Cobrança, obedecendo e observando fielmente as previsões dos Instrumentos de Reestruturação.

CLÁUSULA 12 - Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer

direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

CLÁUSULA 13 - A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observada a intenção e objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

CLÁUSULA 14 - Todas e quaisquer despesas incorridas por qualquer das Partes para o registro deste Contrato deverão ser pagas pela CP Cimento e pela Tupi, inclusive o registro deste Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

CLÁUSULA 15 - Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela CP Cimento e pela Tupi nos termos dos artigos 461, 461-A, 585 II, 621 e 632 do Código de Processo Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 16 - O presente Contrato integra e complementa, para todos os efeitos legais, o Acordo Global, sendo parte integrante e inseparável do mesmo, devendo ser interpretado em conjunto com tal documento.

CLÁUSULA 17 - Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes.

CLÁUSULA 18 - Os Credores e/ou o Agente Fiduciário e/ou o Agente de Garantia ficam investidos de todos os poderes bastantes para a prática dos atos que julgarem necessários à defesa, conservação, validade e execução da garantia ora constituída. Não obstante a outorga de poderes ora ajustada, ficam os Credores e/ou o Agente Fiduciário e/ou o Agente de Garantia exonerados de qualquer responsabilidade perante a CP Cimento ou a Tupi ou terceiros, na hipótese de omissão na prática desses atos.

CLÁUSULA 19 - As Partes elegem o foro central da comarca do Rio de Janeiro para dirimir as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CLÁUSULA 20 - O Agente de Garantia poderá ceder os direitos e obrigações previstos neste Contrato ao The Bank of New York, independentemente de qualquer formalidade ou ato, incluindo a anuência das Partes.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, assinam o presente Contrato em 36 (trinta e seis) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2007.


CPCIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.


CIMENTO TUPÍ S.A.

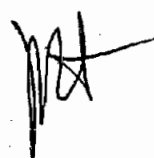

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

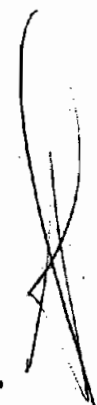

BANCO ITAÚ BBA S.A.


BANCO BRADESCO S.A.

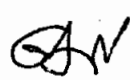

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

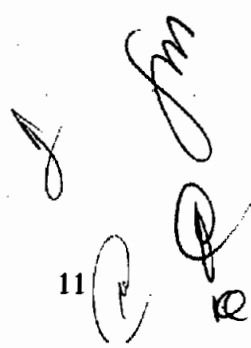

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A



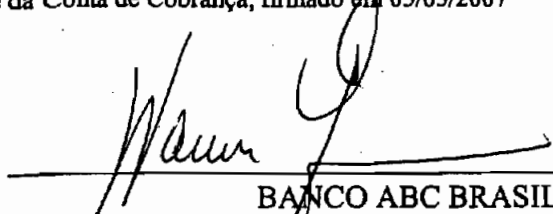


36 vias





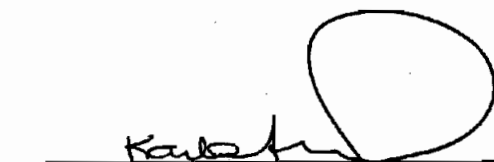
2ª folha de assinaturas integrante do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança, firmado em 05/03/2007


BANCO ABC BRASIL S.A.

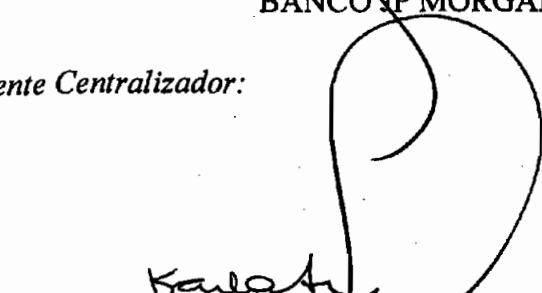
E na qualidade de representante dos Debenturistas Signatários:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.

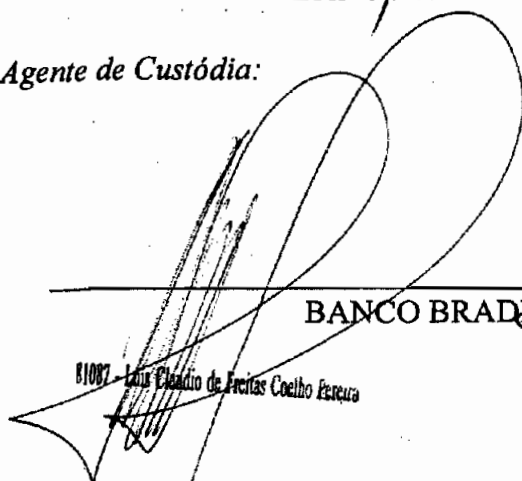
Representando a todos os Noteholders:


BANCO JP MORGAN S.A.

Como Agente Centralizador:

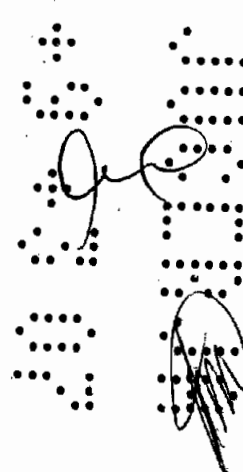

BANCO J.P. MORGAN S.A.

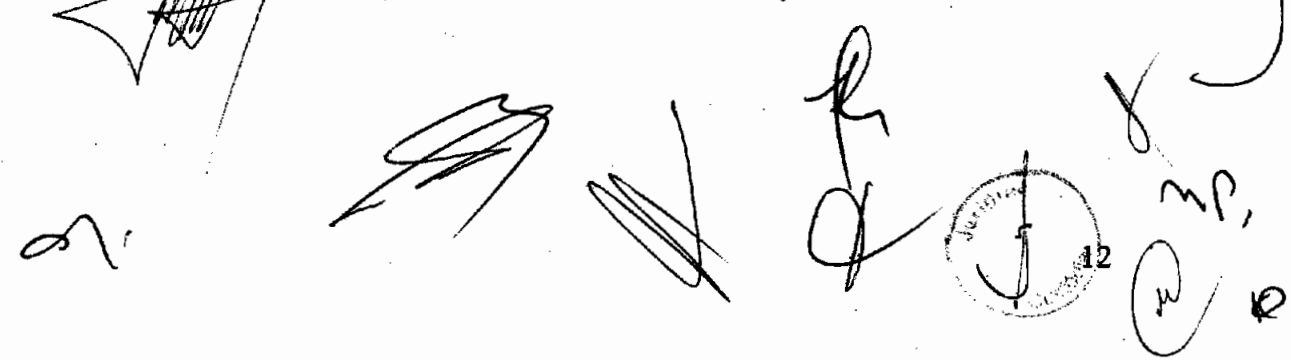
Como Agente de Custódia:


BANCO BRADESCO S.A.

81002 - Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira

64.355 - Ademir Rufino dos Santos

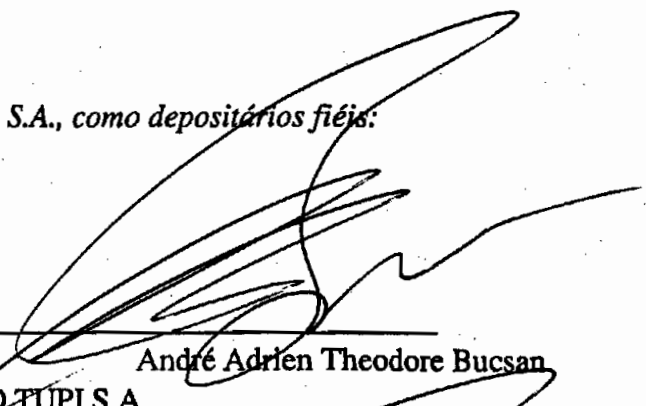




3ª e última folha de assinaturas integrante do Contrato de Cessão Fiduciária do Direitos Decorrentes da Conta de Cobrança, firmado em 05/03/2007

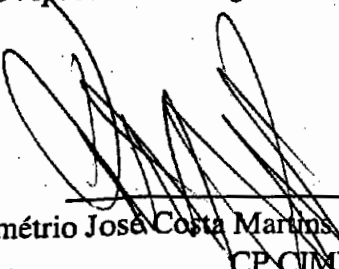
Como representante legal da Cimento Tupi S.A., como depositários fiéis:

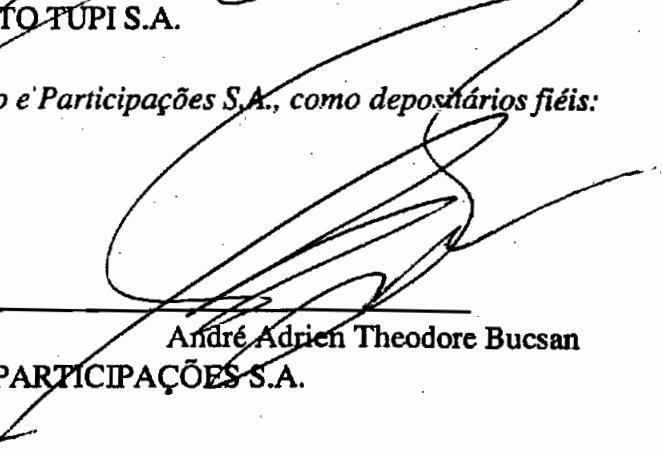

Demétrio José Costa Martins Simões


André Adrien Theodore Bucsán

CIMENTO TUPI S.A.

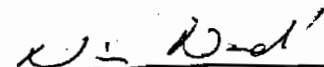
Como representante legal da CP Cimento e Participações S.A., como depositários fiéis:



Demétrio José Costa Martins Simões

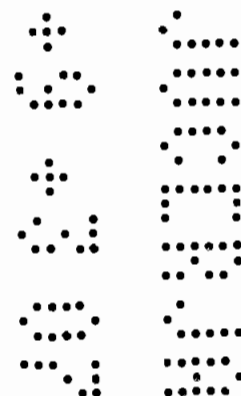

André Adrien Theodore Bucsán

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Testemunhas:

1. 
Nome: NILTON NAD
RG: 057 273 847

2. 
Nome: Amaraulda Gonçalves
RG: 11 5005 86-2 FT

2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO VIII****MODELO DE HIPOTECA**

**ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO DE
HIPOTECA, na forma abaixo:**

S A I B A M, quantos esta virem, que no ano de dois mil e _____ (_____), aos | | dias do mês de [], nesta Cidade de [], no Estado de [], na sede deste []º Ofício de Notas, na XXXXX, e perante mim, XXXXX compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como Outorgante: **CIMENTO TUPI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.039.223/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente "**TUPI**"; e, de outro lado, como Outorgados: **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na [•], inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente "**Unibanco**"; **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na [•], inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente "**Itaú BBA**"; **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Estado de São Paulo, na [•], inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente "**Bradesco**"; **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na [•], inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente "**ABN Real**"; **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na [•], inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente "**Alfa**"; **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na [•], inscrita no CNPJ/MF sob nº 281.195.667 – 0001/06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente

[Assinatura]

“ABC”, sendo todos os bancos acima descritos, em conjunto, doravante designados simplesmente “Bancos”; **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Av. das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada “**Agente Fiduciário**” ou “**Oliveira Trust**”, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures (as “Debêntures Reestruturadas”) emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 (a “2ª Emissão”), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º e 2º Aditamentos que se encontram registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, doravante denominados, simplesmente, “**Debenturistas Signatários**”; **BANCO J.P. MORGAN S.A.**, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, E14 5AL, Londres, Inglaterra, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o respectivo Trust Deed (em conjunto “Agente de Garantia”), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares das *fixed rate notes*, com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento (“Notes”), para benefício proporcional dos Noteholders (os titulares das Notes são doravante denominados “Noteholders”), sendo os Bancos, os Debenturistas Signatários e o Agente de Garantia, em conjunto, doravante designados simplesmente “**CREDORES**”; e, ainda, como Intervenientes Anuentes: **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, parte, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por _____ (nomear e qualificar), doravante designada simplesmente “**CP CIMENTO**” ou “**DEVEDORA**”; e **BANCO J.P. MORGAN S.A.**, acima qualificado, também na qualidade de “**AGENTE CENTRALIZADOR**”. E pelas partes contratantes, me foi dito que têm entre si justa e contratada a constituição da presente Hipoteca, de acordo com os seguintes termos e condições. **CLÁUSULA PRIMEIRA: 1.1. A DEVEDORA, a TUPI, os Bancos e o Agente Fiduciário celebraram em 5 de março de 2007 um “Acordo Global de Reestruturação de Dívidas” (o “Acordo Global”), pelo qual a DEVEDORA reconheceu**

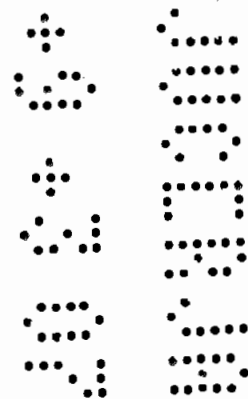
dever aos **CREDORES** determinados valores, cuja dívida, nesta data corresponde a R\$[...] em reais (a "Dívida Reestruturada"), a qual é amortizada nos prazos, forma e condições estipulados na Cláusula 4.5. e seguintes do Acordo Global. **1.2.** Em razão do disposto na cláusula 4.10 (iii) do Acordo Global, a **TUPI** comprometeu-se a, em garantia do pagamento pela **DEVEDORA** da Dívida Reestruturada no prazo e nas condições previstas no Acordo Global, dar em hipoteca de primeiro grau ("Hipoteca"); em favor dos **CREDORES**, a totalidade do imóvel constituído de um TERRENO denominado GLEBA "A", com área de 27.507,30m², situado no Centro Industrial Jaguaré, e benfeitorias nele existentes no 13º Subdistrito Butantã/São Paulo, inscrito na Prefeitura Municipal de São Paulo sob o nº 078.084.0008-1, com as seguintes distâncias e confrontações: início no ponto "L" situado no alinhamento externo da Praça circular de 50,00ms de raio, extremo oeste da Avenida Engenheiro Billings, ponto este que dista 55,53ms em curva do marco de concreto colocado pelo Centro Industrial Jaguaré, no cruzamento do referido alinhamento extremo da Praia Circular com o alinhamento Norte da Avenida, segue para o norte em curva de raio 245,00ms na extensão de 262,84ms até o ponto "G" neste trecho a divisa acompanha o desvio da antiga E.F. Sorocabana, atual Fepasa a uma distância constante de 5,00ms, do trilho leste, até o cruzamento com a cerca leste da faixa de transmissão da Antiga São Paulo Light S/A, atual Eletropaulo com 10,00ms de largura, que passa a acompanhar numa extensão aproximada de 23,80ms até atingir o ponto "F". Do Ponto "F" a divisa reflete à direita e segue alinhamento sul da Faixa da linha de transmissão da atual Eletropaulo com 10,00ms de largura de extensão aproximada de 175,50ms até atingir o ponto "O". Do Ponto "O" a divisa reflete a direita e segue por uma distancia de 263,71ms até encontrar em posição perpendicular o alinhamento norte da Avenida Engenheiro Billings onde está situado o ponto "N", confrontando nesse trecho com terrenos de propriedade da Companhia Swift do Brasil, do ponto "N" vira a direita e segue pelo alinhamento norte da Avenida na distância exata de 35,03ms até atingir o ponto "M" colocado no cruzamento do alinhamento da Avenida (norte) com alinhamento extremo da Praça Circular de 50,00ms de raio, confrontando nesse trecho com a Avenida Engenheiro Billings do ponto "M" segue pelo alinhamento extremo da Praça Circular de 50,00ms de raio na distância de 55,53ms até o ponto "L" onde teve inicio esta descrição confrontado nesse trecho com a Praça Circular de 50,00ms de raio, conforme consta da matrícula 97.858 do Livro 2 do 18º Registro Geral de Imóveis da Cidade de São Paulo/SP (o

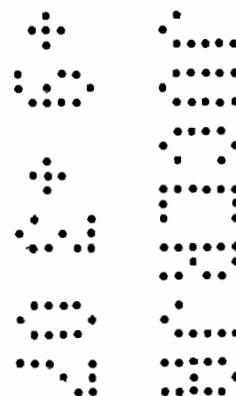
“Imóvel”). **1.2.1.** O Imóvel foi adquirido pela **TUPI** nos termos do título aquisitivo da transcrição [...] do [...] Cartório do Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **CLÁUSULA SEGUNDA:** **2.1.** Em garantia do pagamento da Dívida Reestruturada pela **DEVEDORA**, no prazo e nas condições ajustados no Acordo Global, a **TUPI**, na qualidade de terceira prestadora de garantia, pela presente escritura de Hipoteca e na melhor forma de direito, dá aos **CREDORES** em **PRIMEIRA HIPOTECA** a totalidade do Imóvel. **2.2.** Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil de 2002, fica expressamente declarado que: **I)** a parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Bancos e aos Debenturistas Signatários totaliza, nesta data, R\$ [•] e a parcela da Dívida Reestruturada relativa às Notes totaliza, nesta data, US\$ [•]; **II)** o prazo fixado para pagamento final da Dívida Reestruturada é 10 de dezembro de 2011, observados os vencimentos parciais estabelecidos no Acordo Global; **III)** de acordo com a Cláusula 4.1.1 do Acordo Global, a parcela da Dívida Reestruturada em moeda corrente nacional, nesta data, no valor de R\$ [•], é remunerada pelos juros correspondentes à taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI acrescidos de 1,6% (um e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira, nesta data, no montante equivalente a US\$ [•], representada pelas Notes, incidem juros pré-fixados de 7,5% (sete e meio por cento) ao ano; e **IV)** o bem objeto da presente Hipoteca é o Imóvel descrito e caracterizado na cláusula 1.2 acima. **2.3.** A constituição da presente Hipoteca não prejudicará e/ou afetará os demais direitos e garantias constituídos para assegurar o pagamento da Dívida Reestruturada, podendo os **CREDORES**, inclusive o Agente de Garantia e o Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplemento da **DEVEDORA** (conforme definido no Acordo Global), executar a Dívida Reestruturada e as garantias a ela atreladas, isolada ou simultaneamente, independentemente da existência da presente Hipoteca. **CLÁUSULA TERCEIRA:** **3.1.** Pela presente escritura e sob as penas da lei, a **TUPI** declara que o Imóvel encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus, judiciais ou extrajudiciais, direitos de preferência, demandas, contratos, condições, exigências, hipotecas, compromissos, dúvidas, dívidas, constrições, opções de compra, gravames ou encargos, legais ou convencionais, ou outros de qualquer natureza. **CLÁUSULA QUARTA:** **4.1.** A presente Hipoteca vigorará enquanto persistir a obrigação da **DEVEDORA** de quitar a Dívida Reestruturada, tudo de acordo com os termos e condições previstos no Acordo Global. **4.2.** Ficou ainda ajustado na Cláusula 4.13 do Acordo Global que a presente

garantia será totalmente liberada após (i) o pagamento de 12 (doze) parcelas da Amortização Final, e (ii) o pagamento do montante equivalente ao valor do Imóvel, fixado em R\$ 9.330.000,00 (nove milhões, trezentos e trinta mil reais), conforme Laudo de Avaliação elaborado pela EMBRAP/PRAXIS Avaliação Patrimonial Ltda., arquivado na Tupi e datado de 30 de dezembro de 2005, conforme cláusula oitava e nos termos do Acordo Global. **4.2.1.** Na ocorrência da hipótese prevista na cláusula 4.2 acima, os **CREDORES** e o Agente Fiduciário ficam obrigados a assinar e entregar à **DEVEDORA** e à **TUPI** todo e qualquer documento necessário à liberação da presente Hipoteca e ao seu cancelamento perante o competente Cartório de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação encaminhada pela **DEVEDORA** e/ou pela **TUPI**. **CLÁUSULA QUINTA:** Pela presente escritura, a **TUPI** compromete-se a manter e conservar o Imóvel dado em Hipoteca, de modo a preservar o valor da garantia. **CLÁUSULA SEXTA: 6.1.** Ocorrendo o vencimento das obrigações garantidas pela presente Hipoteca, quer seja na data do efetivo vencimento, quer seja antecipadamente, tal como definido no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação (conforme definido no Acordo Global), ficam desde já os **CREDORES** e o Agente Fiduciário, isoladamente ou em conjunto, autorizados pela **TUPI** e pela **DEVEDORA**, a proceder à excussão judicial do Imóvel. **6.2.** O disposto na cláusula 6.1 acima consubstancia o direito dos **CREDORES**, reconhecido pela **DEVEDORA** de, conforme previsto na legislação civil brasileira, excutir ou executar, imediata e judicialmente, a garantia objeto desta escritura, desde que respeitados os prazos e procedimentos previstos no Acordo Global, na hipótese de vencimento das obrigações da **DEVEDORA** garantidas pela presente Hipoteca, ou ainda, nas hipóteses de vencimento antecipado previstas no Acordo Global, sendo certo que o exercício de qualquer desses direitos não deverá, em hipótese alguma, prejudicar o exercício de qualquer outro direito, podendo todos eles serem exercidos simultânea e/ou conjuntamente. **6.3.** Ocorrendo a excussão da Hipoteca ora constituída nos termos previstos na presente Cláusula, os recursos obtidos serão necessariamente depositados na conta corrente nº 73.1.10054-1, agência nº 011, Banco 376, mantida junto ao Agente Centralizador ("Conta Vinculada"), para o pagamento das dívidas de acordo com a proporção prevista no item 4.3 do Acordo Global. **CLÁUSULA SÉTIMA:** O presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores, a

qualquer título. **CLÁUSULA OITAVA:** Na conformidade com o disposto no art. 1.484 do Código Civil Brasileiro, as partes atribuem ao Imóvel o valor de R\$ 9.330.000,00 (nove milhões, trezentos e trinta mil reais), o qual, atualizado a partir de 5 de março de 2007 pelo IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, será a base para as arrematações, adjudicações e remissões, dispensada a avaliação, bem como para todos os fins desta escritura. **CLÁUSULA NONA:** Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados nesta escritura de Hipoteca e aqui não definidos terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos no Acordo Global. Os termos definidos no singular terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos se utilizados no plural e vice-versa. **CLÁUSULA DÉCIMA:** Fica desde já acordado entre as partes que todas e quaisquer disputas oriundas direta ou indiretamente da presente Hipoteca serão dirimidas no foro da Comarca de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Certifico e porto por fé: Foram-me apresentadas os seguintes documentos originais, cujas cópias conferi e ficaram arquivadas neste cartório, em nome da TUPI e relativos ao Imóvel: [.....].

[FECHAMENTO DO CARTÓRIO]



2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO IX****MODELO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'Q' followed by a flourish.

MODELO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.** companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, parte, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Devedora" ou "CP Cimento"; e

II. **CIMENTO TUPI S.A.**, sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.039.223/0001-11, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Tupi";

E de outro,

III. **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Eusébio Matoso, nº 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Unibanco";

IV. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Itaú BBA";

V. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Vila Iara, s/n, Prédio Amarelo velho, Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Bradesco";

VI. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista, nº 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "ABN Real";

VII. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos, nº 466 – Cerqueira César, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "Alfa";

Handwritten signature/initials

VIII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “ABC”;

e, em conjunto com todos os bancos acima descritos, doravante denominados simplesmente “Bancos”; e

IX. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de “Agente Fiduciário”, representando os debenturistas, conforme listados no [Anexo I] (“Debenturistas Signatários”), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 (“Debêntures Reestruturadas”), signatários do Memorando e do Acordo Global (conforme definição nos *considerandos* (A) e (B) abaixo), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados e seu 2º Aditamento, em fase de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada em conjunto como “Escritura”, conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 17 de janeiro de 2007 ([Anexo II] a este instrumento). Para fins deste instrumento, todas as debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003, incluindo as Debêntures Reestruturadas e as debêntures de titularidade da Polo Fundo de Investimento em Ações, são doravante designadas em conjunto como “Debêntures”;

X. **BANCO J.P. MORGAN S.A.**, instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 33.172.537/0001-98, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, Londres, Inglaterra, E14 5AL, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o respectivo Trust Deed (em conjunto “Agente de Garantia”), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares de *fixed rates notes*, no montante, nesta data, de US\$ 32.421.360,00, remunerados à taxa de 7.5% ao ano, com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento (“Notes”, e os titulares das Notes doravante denominados “Noteholders”);

Como Agente Centralizador,

XI. **BANCO J.P. MORGAN S.A.**, acima qualificado (“Agente Centralizador”).

Os Bancos, os Debenturistas Signatários e o Agente de Garantia em conjunto doravante denominados “Credores”; Os Credores, a Devedora, a Tupi e o Agente Fiduciário, designados em conjunto como “Partes”.

CONSIDERANDO QUE:

- A) A Devedora, juntamente com a Tupi, e os Credores (com exceção do Agente de Garantia) firmaram em 28 de dezembro de 2006, um Memorando de Intenções, que teve como intervenientes anuentes a Oliveira Trust DTVM S.A. e a Santo Estevão Mineração e Participações S.A. (“Memorando”), contendo de forma genérica, as condições gerais da reestruturação das principais dívidas da Devedora e da Tupi.
- B) Baseando-se no Memorando, em 05 de março de 2007, as Partes (com exceção do Agente de Garantia) celebraram o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas tendo acordado, de forma definitiva, a respeito de todas as condições da reestruturação das dívidas da Devedora e da Tupi, substituindo assim os termos e condições previstos no Memorando e nos instrumentos originais das referidas dívidas (“Acordo Global”, [Anexo III] ao presente Contrato).
- C) Em [---], foi firmado entre Tupi e [Comprador], o [Contrato de Compra e Venda da Unidade de Concreto] (“Instrumento de Alienação”), pelo qual a Tupi alienou a unidade produtora de concreto, conforme descrita no [Anexo IV] (“Unidade de Concreto”), pelo valor de R\$ [---] (o Instrumento de Alienação passa a fazer parte integrante deste Contrato como [Anexo V]);
- D) Em cumprimento ao disposto no item 4.10 (iv) do Acordo Global, a Devedora e a Tupi desejam, nos termos deste instrumento, constituir, em favor dos Credores, penhor dos recebíveis provenientes da alienação da Unidade de Concreto até o limite de R\$ 35.000.000,00 (trinta de cinco milhões de reais) (“Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto”);
- E) O presente instrumento é celebrado como forma de garantir a totalidade da Dívida Reestruturada e passa a fazer parte integrante da reestruturação financeira da Devedora e da Tupi, em conjunto com os demais Instrumentos de Reestruturação, quais sejam: (i) o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas; (ii) a *Notice of Result of Adjourned Meeting of Noteholders* e demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário – CCB; (iv) o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi); (vi) o Distrato do “Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças” e do “Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG”; (vii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006 e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pela Polo, com a concordância da CP Cimento; (viii) o Contrato de Depósito em Conta Vinculada; (ix) o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança;

(x) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança; (xi) o Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG); e (xii) a Petição de desistência da Execução (todos, em conjunto, inclusive com o presente instrumento, doravante designados como “Instrumentos de Reestruturação”).

RESOLVEM as Partes celebrar o presente “Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios Decorrente de Alienação de Unidade Produtora de Concreto” (“Contrato”), que constitui parte integrante do Acordo Global, nos termos e condições abaixo definidos.

Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste Contrato e aqui não definidos terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos no Acordo Global. Os termos definidos no singular terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos se utilizados no plural e vice-versa.

I. CONSTITUIÇÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 1ª – Em garantia do fiel e integral cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela Devedora no âmbito do Acordo Global (“Obrigações”), pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, e sem prejuízo das demais garantias constituídas em favor dos Credores, a Tupi, em caráter irrevogável e irretratável, constitui penhor, em primeiro grau (“Penhor”), em favor dos Credores, nos termos do artigo 1.451 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), dos direitos creditórios decorrentes da alienação da Unidade de Concreto da Tupi descrita no [Anexo IV], de acordo com o fluxo de recebíveis previsto no Instrumento de Alienação e abaixo relacionado (“Direitos Creditórios”):

[DESCRIÇÃO DAS PARCELAS DE PAGAMENTO DE ACORDO COM O INSTRUMENTO DE ALIENAÇÃO]

Parágrafo 1º – Em razão do Penhor ora constituído, a CP Cimento e a Tupi se obrigam a, na forma do artigo 1.453 do Código Civil, a notificar, em conjunto, o [Comprador], em até 2 (dois) dias úteis contados desta data, com cópia para os Bancos, para o Agente de Garantia e para o Agente Fiduciário, para que o [Comprador] deposite os valores dos Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto da Tupi, na conta-corrente nº 73.1.10054-1, agência nº 011, Banco 376, junto ao Agente Centralizador (“Conta Vinculada”), de titularidade da CP Cimento, observado o fluxo de recebíveis previsto na Cláusula 1ª acima.

Parágrafo 2º - O descumprimento da obrigação de notificação prevista no parágrafo 1º acima poderá ensejar o vencimento antecipado da Dívida Reestruturada nos termos da Cláusula IX do Acordo Global.

Parágrafo 3º - Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil, fica expressamente declarado que:

Handwritten signature/initials

- A parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Bancos e aos Debenturistas Signatários totaliza R\$ [---], nesta data, e a parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Noteholders totaliza US\$ [---], nesta data;
- O prazo fixado para pagamento final da Dívida Reestruturada é 10 de dezembro de 2011, observados os vencimentos parciais estabelecidos neste Contrato, no Acordo Global e nos documentos aplicáveis aos Noteholders;
- O pagamento aos Credores será efetuado nos termos do Acordo Global e do Contrato de Depósito em Conta Vinculada;
- A parcela da Dívida Reestruturada em moeda corrente nacional será atualizada, a partir da presente data, pelos juros correspondentes à taxa de Certificados de Depósito Interbancário - CDI acrescidos de 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira, detida pelos Noteholders, incidirá juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano;
- Os bens dados em penhor são os Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto da Tupi, segundo o fluxo de recebíveis previsto no Instrumento de Alienação e na Cláusula 1ª acima.

Parágrafo 4º - A constituição do presente penhor não prejudicará e/ou afetará os demais direitos e garantias constituídos para assegurar o pagamento das Obrigações, podendo os Credores, inclusive o Agente de Garantia e o Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplemento da Devedora, executar a Dívida Reestruturada e as garantias a ela atreladas, isolada ou simultaneamente, independentemente da existência ou não de valores decorrentes do penhor descrito no presente instrumento.

II. DESTINO DO PRODUTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

CLÁUSULA 2ª - Os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios que forem depositados na Conta Vinculada serão movimentados exclusivamente pelo Agente Centralizador, respeitados os termos do presente Contrato, do Contrato de Depósito em Conta Vinculada e do Acordo Global.

Parágrafo 1º - O valor dos Direitos Creditórios, com os acréscimos previstos no Acordo Global, depositado na Conta Vinculada será utilizado integralmente para pagamento das Obrigações, até o limite do seu valor, responsabilizando-se o Agente Centralizador pela distribuição dos referidos valores aos Credores, na proporção indicada no Anexo VI do presente Contrato.

Parágrafo 2º - Fica desde já instruído o Agente Centralizador, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuar, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento na Conta Vinculada dos recursos correspondentes aos Direitos Creditórios, a transferência compulsória desses valores aos Credores, na proporção indicada no Anexo VI e nas contas correntes respectivas indicadas no [Anexo VII], valendo o comprovante de transferência como recibo dos valores transferidos aos Credores na amortização da Dívida Reestruturada. Tal comprovante deverá ser disponibilizado pelo Agente Centralizador aos Bancos, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado de cada transferência.

Parágrafo 3º - Em relação aos Debenturistas Signatários, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente indicada no [Anexo VII] junto ao Bradesco, na qualidade de Banco Mandatário (conforme definido no Acordo Global). A transferência de recursos do Agente Centralizador para o Banco Mandatário dos Debenturistas Signatários será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Brasileiros, de forma que todos os Credores Brasileiros recebam os valores devidos na mesma data.

Parágrafo 4º - Em relação aos Noteholders, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente prevista no [Anexo VII], junto ao Agente de Pagamento. As Partes concordam que quaisquer pagamentos ao Agente de Pagamento ou Agente de Garantia, inerentes a excussão de garantias, amortizações da Dívida Reestruturada e/ou quaisquer outros pagamentos em favor dos Noteholders, previstos neste Contrato, no Acordo Global ou em qualquer dos demais Instrumentos de Reestruturação, poderão ocorrer posteriormente às respectivas datas previstas neste Contrato, no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, desde que em conformidade com os Instrumentos das Notes.

Parágrafo 5º - O Agente Centralizador assina o presente Contrato, comprometendo-se a cumprir a sua obrigação de centralizador da arrecadação do produto da cobrança dos Direitos Creditórios, obedecendo e observando fielmente as previsões deste Contrato que lhe sejam aplicáveis, bem como as ordens e instruções emitidas pelos Credores.

Parágrafo 6º - Até a integral quitação das Obrigações, os Credores exercerão sobre os Direitos Creditórios todos os direitos previstos no artigo 1.455 do Código Civil, ficando autorizados pela Devedora a utilizar o produto das quantias correspondentes aos Direitos Creditórios, extrajudicialmente, independentemente de qualquer tipo de aviso, notificação ou intimação, para quitação e/ou amortização das referidas Obrigações.

Parágrafo 7º - É vedado à CP Cimento o recebimento de qualquer quantia relativa aos Direitos Creditórios que não através do depósito na Conta Vinculada, sendo que no caso de a CP Cimento ainda assim receber, de outra forma, algum pagamento relativo aos referidos Direitos Creditórios, fica ela obrigada, sob as penalidades previstas no artigo 1.460 e parágrafo único do Código Civil, a creditar os valores recebidos na respectiva Conta Vinculada em até 2 (dois) dias úteis, independentemente de qualquer aviso ou notificação, responsabilizando-se até a realização de tal entrega como fiel depositária da respectiva quantia.

Parágrafo 8º - Este Contrato não será considerado inadimplido pela Devedora e/ou Tupi, no caso de eventual inadimplência ou atraso no pagamento dos Direitos Creditórios pelo [Comprador], devendo a Tupi tomar todas as medidas previstas em lei para receber os Direitos Creditórios não pagos pelo [Comprador].

III. EXCUSSÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 3ª – Ocorrendo o vencimento das Obrigações garantidas pelo Penhor, quer seja na data do efetivo vencimento, quer seja antecipadamente, tal como definido no Acordo Global, ficam os Credores e o Agente Fiduciário, isoladamente ou em conjunto, autorizados pela Devedora, a proceder à excussão, judicial ou extrajudicial, dos valores empenhados em benefício dos Credores, na proporção da participação de cada um deles.

Parágrafo 1º - O disposto no *caput* acima consubstancia o direito dos Credores reconhecido pela Devedora de, conforme previsto na legislação civil brasileira, excutir ou executar, imediata e extrajudicialmente, a garantia de penhor objeto deste Contrato, mediante simples notificação, na hipótese de inadimplemento por parte da Devedora de qualquer de suas Obrigações, ou ainda, nas hipóteses de vencimento antecipado previstas no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, sendo certo que o exercício de qualquer desses direitos não deverá, em hipótese alguma, prejudicar o exercício de qualquer outro direito, podendo todos eles ser exercidos simultânea e/ou conjuntamente.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a excussão do Penhor ora constituído nos termos previstos na presente Cláusula, os recursos obtidos serão destinados pelo Agente Centralizador preferencialmente na amortização dos acessórios das Obrigações, e o saldo porventura existente, na amortização do principal referente às Obrigações.

IV. PRAZO DE VIGÊNCIA E LIBERAÇÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 4ª - O Penhor ora constituído permanecerá íntegro e em pleno vigor desde a presente data e até que (i) as Obrigações tenham sido cumpridas de forma integral e definitiva; ou (ii) o Penhor seja totalmente excutido, devendo os Credores entregar, ao final, à Devedora, o que sobejar o valor das Obrigações, em sendo este o caso, respeitado o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º – Fica desde já certo e ajustado que a liberação definitiva do Penhor constituído nos termos deste contrato ocorrerá mediante a comprovação do cumprimento integral das Obrigações, obrigando-se os Credores e o Agente Fiduciário, diante de tal cumprimento, a assinar e entregar à Devedora todo e qualquer documento necessário à liberação da garantia representada pelo Penhor e ao cancelamento de quaisquer registros existentes sobre o Penhor ora constituído, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação encaminhada pela Devedora.

Parágrafo 2º - Não obstante o disposto neste Contrato, o Penhor ora constituído [será/foi] reduzido conforme o item 4.13 Acordo Global.

V. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA E DA TUPI

CLÁUSULA 5ª – Até que as Obrigações tenham sido integralmente cumpridas, a Devedora e a Tupi obrigam-se a:

- (i) em até 10 (dez) dias úteis, implementar o registro do presente Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco, arcando com os custos incidentes, bem como disponibilizar, sob protocolo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após todos os referidos registros, uma via original registrada a cada Banco, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário. As Partes acordam que os Anexos a este Contrato serão levados a registro sem os seus respectivos anexos;
- (ii) praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação, bem como à manutenção do Penhor;
- (iii) manter o Penhor sempre existente, válido, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, livre e desembaraçado de quaisquer gravames ou ônus, seja de natureza judicial ou extrajudicial, observado o disposto no presente Contrato, no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação;
- (iv) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar os Direitos Creditórios ou o Penhor;
- (v) disponibilizar aos Bancos, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário, cópia de qualquer correspondência ou notificação, recebida ou expedida, em relação ao Recebíveis da Alienação da Unidade de Concreto da Tupi e ao Instrumento de Alienação, no prazo de até 1 (um) dia útil a contar do seu recebimento; e
- (vi) não realizar alteração do Instrumento de Alienação que prejudique o fluxo de recebimentos previsto na Cláusula 1ª deste Contrato, sem a prévia e expressa autorização dos Credores

VI. DECLARAÇÕES DA DEVEDORA E DA TUPI

CLÁUSULA 6ª – Por força da constituição do Penhor, a Devedora e a Tupi declaram que:

- (i) a Tupi é legítima titular e proprietária dos Direitos Creditórios, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos de qualquer natureza, exceto pelo Penhor ora constituído.
- (ii) a Devedora e a Tupi possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar este instrumento e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto.

- (iii) este instrumento é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa à Devedora e à Tupi, exequível contra elas de acordo com os seus termos e condições.

VII. DECLARAÇÕES DOS CREDITORES

CLÁUSULA 7ª – Por força da constituição do Penhor, os Credores declaram que:

- (i) possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar este instrumento e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto; e
- (ii) este instrumento é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa aos Credores, de acordo com os seus termos e condições.

VIII. COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 8ª – Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as Partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Contrato deverá ser feita por escrito e enviada aos endereços indicados no Preâmbulo do presente Contrato, ou a outro endereço que vier a ser oportunamente comunicado pela Parte em questão.

Parágrafo Primeiro – As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” para os endereços indicados no Preâmbulo.

Parágrafo Segundo - O Agente Fiduciário e o Agente de Garantia representarão respectivamente os Debenturistas Signatários e os Noteholders para os fins de envio e recebimento de toda e qualquer comunicação ou notificação em razão deste Acordo ou de quaisquer dos demais Instrumentos de Reestruturação.

IX. IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

CLÁUSULA 9ª – As Partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato são constituídos em caráter irrevogável e irretratável.

X. DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 10 – Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

CLÁUSULA 20 – As Partes elegem o foro central da comarca do Rio de Janeiro para dirimir as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, assinam o presente Contrato de Penhor em 33 (trinta e três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [data].

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

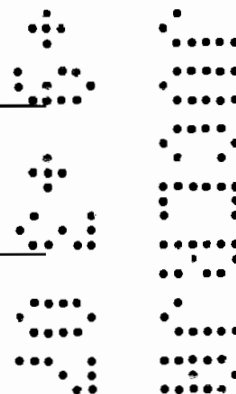
BANCO ITAÚ BBA S.A.

BANCO BRADESCO S.A.

BANCO ABN AMRO REAL S.A.

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.



E na qualidade de representante dos Debenturistas Signatários:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Representando a si mesmo e a todos os Noteholders:

BANCO J.P. MORGAN S.A.

E como Agente Centralizador:

BANCO J.P. MORGAN S.A.

Testemunhas:

1. _____

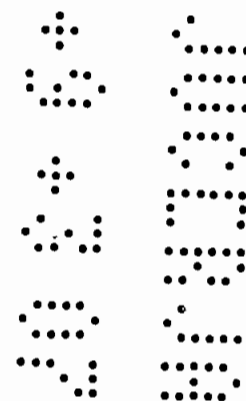
Nome:

RG:

2. _____

Nome:

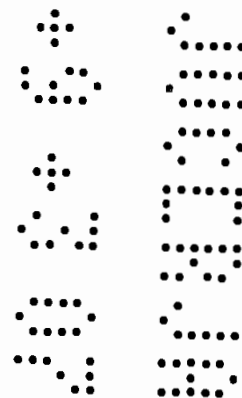
RG:



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DEBENTURISTAS SIGNATÁRIOS

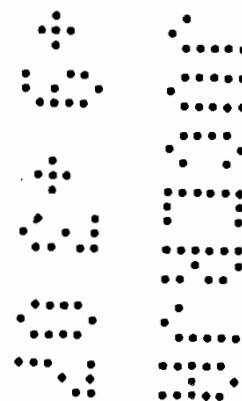


A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

ANEXO II

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DE 17 DE JANEIRO DE 2007



A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

ANEXO III

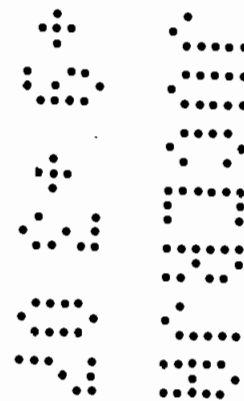
ACORDO GLOBAL

15

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

ANEXO IV

DESCRIÇÃO UNIDADE PRODUTORA DE CONCRETO DA TUPI

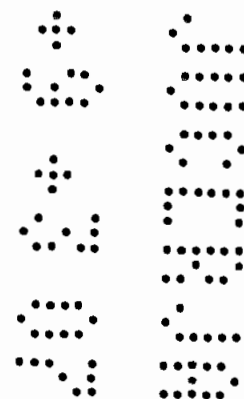


A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

ANEXO V

INSTRUMENTO DE ALIENAÇÃO

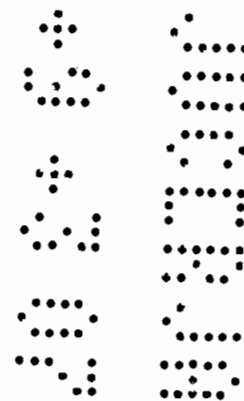


**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

ANEXO VI

PROPORÇÃO DOS CRÉDITOS DETIDOS PELOS CREDORES

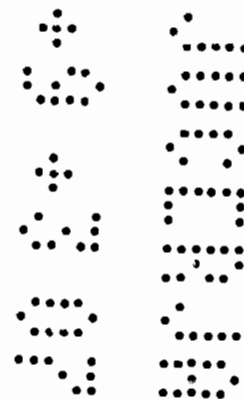
Credores	% Após Amortização Inicial
Unibanco	21,89 %
Itaú BBA	11,50 %
Bradesco	6,36 %
ABN Real	7,47 %
Alfa	2,47 %
ABC	3,63 %
Debêntures	28,70 %
Notes	17,98 %
Total	100,00 %



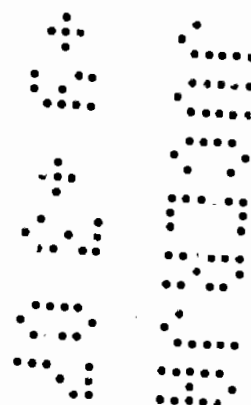
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE UNIDADE DE CONCRETO**

ANEXO VII

CONTAS CORRENTES DOS CREDORES E DO BANCO MANDATÁRIO



Handwritten signature or initials.

2º ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO**ANEXO X****MODELO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA**

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

MODELO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

De um lado,

I. **CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.** companhia aberta, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, parte, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.410.855/0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Devedora” ou “CP Cimento”;

E de outro,

II. **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**, instituição financeira com sede na Eusébio Matoso, nº 891, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Unibanco”;

III. **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira com sede na na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar (parte), na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Itaú BBA”;

IV. **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na Vila Lara, s/n, Prédio Amarelo velho, Cidade de Deus, Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Bradesco”;

V. **BANCO ABN AMRO REAL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Paulista, nº 1.374, 3º andar, Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.066.408/0001-15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “ABN Real”;

VI. **BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**, instituição financeira com sede na Alameda Santos, nº 466 – Cerqueira César, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.770.336/0001-65, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “Alfa”;

VII. **BANCO ABC BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1400, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 281.195.667/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente “ABC”;

e, em conjunto com todos os bancos acima descritos, doravante denominados simplesmente “Bancos”; e

VIII. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de “Agente Fiduciário”, representando os debenturistas, conforme listados no Anexo I (“Debenturistas Signatários”), titulares de 98% (noventa e oito por cento) das debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003 (“Debêntures Reestruturadas”), signatários do Memorando e do Acordo Global (conforme definição nos *considerandos* (A) e (B) abaixo), conforme Escritura Particular de Emissão de Debêntures e seu 1º Aditamento que se encontram registrados e seu 2º Aditamento, em fase de registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, doravante designada em conjunto como “Escritura”, conforme deliberado na Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 17 de janeiro de 2007 (Anexo II a este instrumento). Para fins deste instrumento, todas as debêntures emitidas na 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em Série Única da CP Cimento e Participações S.A., de 03 de outubro de 2003, incluindo as Debêntures Reestruturadas e as debêntures de titularidade da Polo Fundo de Investimento em Ações, são doravante designadas em conjunto como “Debêntures”;

IX. BANCO J.P. MORGAN S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 33.172.537/0001-98, atuando como agente de garantia e representante do The Bank of New York, com sede na One Canada Square, Londres, Inglaterra, E14 5AL, na qualidade de agente dos detentores das Notes, conforme o respectivo Trust Deed (em conjunto “Agente de Garantia”), representando a si mesmo e a comunhão de interesses dos titulares de *fixed rates notes*, no montante, nesta data, de US\$ 32.421.360,00, remunerados à taxa de 7.5% ao ano, com vencimento em 10 de dezembro de 2011, de emissão da CP Cimento (“Notes”, e os titulares das Notes doravante denominados “Noteholders”);

Como Agente Centralizador,

X. BANCO J.P. MORGAN S.A., acima qualificado (“Agente Centralizador”).

Os Bancos, os Debenturistas Signatários e o Agente de Garantia em conjunto doravante denominados “Credores”; Os Credores e a Devedora designados em conjunto como “Partes”.

CONSIDERANDO QUE:

A) A Devedora, juntamente com a Cimento Tupi S.A. (“Tupi”), e os Credores (com exceção do Agente de Garantia) firmaram em 28 de dezembro de 2006, um Memorando de Intenções, que teve como intervenientes anuentes a Oliveira Trust DTVM S.A. e a Santo Estevão Mineração e Participações S.A. (“Memorando”),

contendo de forma genérica, as condições gerais da reestruturação das principais dívidas da Devedora e da Cimento Tupi S.A.

- B) Baseando-se no Memorando, em 05 de março de 2007, as Partes (com exceção do Agente de Garantia) celebraram o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas tendo acordado, de forma definitiva, a respeito de todas as condições da reestruturação das dívidas da Devedora e da Cimento Tupi S.A., substituindo assim os termos e condições previstos no Memorando e nos instrumentos originais das referidas dívidas ("Acordo Global", Anexo III ao presente Contrato).
- C) Em [---], foi firmado entre a CP Cimento e o [Comprador], o [Contrato de Compra e Venda de Ações de Emissão da Cimento Tupi S.A.] ("Contrato de Alienação de Ações Tupi"), pelo qual a CP Cimento alienou [---] ações [ordinárias/preferenciais] de emissão da Cimento Tupi S.A., sociedade anônima, com sede na Av. Presidente Wilson, nº 231, 29º andar, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.039.223/0001-11 ("Tupi"), pelo valor de R\$ [---] (o Contrato de Alienação de Ações Tupi passa a fazer parte integrante deste Contrato como Anexo IV);
- D) Em cumprimento ao disposto no item 4.10 (v) do Acordo Global, a Devedora deseja, nos termos deste instrumento, constituir, em favor dos Credores, penhor de 50% (cinquenta por cento) do produto líquido proveniente da alienação da participação acionária por ela detida na Tupi, nos termos do Contrato de Alienação de Ações Tupi acima referido, equivalente, nesta data, a R\$ [---] ("Montado da Alienação da Tupi");
- E) O presente instrumento é celebrado como forma de garantir a totalidade da Dívida Reestruturada e passa a fazer parte integrante da reestruturação financeira da Devedora e da Tupi, em conjunto com os demais Instrumentos de Reestruturação, quais sejam: (i) o Acordo Global de Reestruturação de Dívidas; (ii) a *Notice of Result of Adjourned Meeting of Noteholders* e demais documentos inerentes às Notes; (iii) as Cédulas de Crédito Bancário – CCB; (iv) o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Flutuante da CP Cimento; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis do Faturamento da Tupi); (vi) o Distrato do "Instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças" e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações Ordinárias e Preferenciais da CCRG"; (vii) o Termo de Liberação, firmado entre Polo e CP Cimento, em 28 de dezembro de 2006 e carta de 24 de janeiro de 2007, subscrita pela Polo, com a concordância da CP Cimento; (viii) o Contrato de Depósito em Conta Vinculada; (ix) o Contrato de Depósito em Conta de Cobrança; (x) o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos decorrentes da Conta Vinculada e da Conta de Cobrança; (xi) o Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios (referente aos Recebíveis CCRG); e (xii) a Petição de desistência da Execução (todos, em conjunto, inclusive com o presente instrumento, doravante designados como "Instrumentos de Reestruturação").

RESOLVEM as Partes celebrar o presente "Instrumento Particular de Penhor de Direitos Creditórios Decorrentes de Alienação de Participação Acionária" ("Contrato"), que constitui parte integrante do Acordo Global, nos termos e condições abaixo definidos.

Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste Contrato e aqui não definidos terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos no Acordo Global. Os termos definidos no singular terão os mesmos significados que lhes foram atribuídos se utilizados no plural e vice-versa.

I. CONSTITUIÇÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 1ª – Em garantia do fiel e integral cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela Devedora no âmbito do Acordo Global ("Obrigações"), pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, e sem prejuízo das demais garantias constituídas em favor dos Credores, a CP Cimento, em caráter irrevogável e irretratável, constitui penhor, em primeiro grau ("Penhor"), em favor dos Credores, nos termos do artigo 1.451 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), dos direitos creditórios correspondentes à Metade da Alienação Tupi, de acordo com o fluxo de recebíveis previsto no Contrato de Alienação de Ações Tupi, abaixo relacionados ("Direitos Creditórios"):

[DESCRIÇÃO DAS PARCELAS DE PAGAMENTO DE ACORDO COM O CONTRATO DE ALIENAÇÃO DE AÇÕES TUPI]

Parágrafo 1º – Em razão do Penhor ora constituído, a CP Cimento se obriga a, na forma do artigo 1.453 do Código Civil, a notificar o [Comprador], em até 2 (dois) dias úteis contados desta data, com cópia para os Bancos, para o Agente de Garantia e para o Agente Fiduciário, para que o [Comprador] deposite os valores da Metade Alienação Tupi, na conta-corrente nº 73.1.10054-1, agência nº 011, Banco 376, junto ao Agente Centralizador ("Conta Vinculada"), de titularidade da CP Cimento, observado o fluxo de recebíveis previsto na Cláusula 1ª acima.

Parágrafo 2º - O descumprimento da obrigação de notificação prevista no parágrafo 1º acima poderá ensejar o vencimento antecipado da Dívida Reestruturada nos termos da Cláusula IX do Acordo Global.

Parágrafo 3º - Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil, fica expressamente declarado que:

- A parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Bancos e aos Debenturistas Signatários totaliza R\$ [---], nesta data, e a parcela da Dívida Reestruturada relativa aos Noteholders totaliza US\$ [---], nesta data;
- O prazo fixado para pagamento final da Dívida Reestruturada é 10 de dezembro de 2011, observados os vencimentos parciais estabelecidos neste Contrato, no Acordo Global e nos documentos aplicáveis aos Noteholders;

- O pagamento aos Credores será efetuado nos termos do Acordo Global e do Contrato de Depósito em Conta Vinculada;
- A parcela da Dívida Reestruturada em moeda corrente nacional será atualizada, a partir da presente data, pelos juros correspondentes à taxa de Certificados de Depósito Interbancário - CDI acrescidos de 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) ao ano. Sobre a parcela da Dívida Reestruturada em moeda estrangeira, detida pelos Noteholders, incidirá juros pré-fixados de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao ano;
- Os bens dados em penhor são os recebíveis de Metade da Alienação Tupi, segundo o fluxo de recebíveis previsto no Contrato de Alienação de Ações Tupi e na Cláusula 1ª acima.

Parágrafo 4º - A constituição do presente penhor não prejudicará e/ou afetará os demais direitos e garantias constituídos para assegurar o pagamento das Obrigações, podendo os Credores, inclusive o Agente de Garantia e o Agente Fiduciário, na hipótese de inadimplemento da Devedora, executar a Dívida Reestruturada e as garantias a ela atreladas, isolada ou simultaneamente, independentemente da existência ou não de valores decorrentes do penhor descrito no presente instrumento.

II. DESTINO DO PRODUTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

CLÁUSULA 2ª - Os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios que forem depositados na Conta Vinculada serão movimentados exclusivamente pelo Agente Centralizador, respeitados os termos do presente Contrato, do Contrato de Depósito em Conta Vinculada e do Acordo Global.

Parágrafo 1º - O valor dos Direitos Creditórios, com os acréscimos previstos no Acordo Global, depositado na Conta Vinculada será utilizado integralmente para pagamento das Obrigações, até o limite do seu valor, responsabilizando-se o Agente Centralizador pela distribuição dos referidos valores aos Credores, na proporção indicada no Anexo V do presente Contrato.

Parágrafo 2º - Fica desde já instruído o Agente Centralizador, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuar, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento na Conta Vinculada dos recursos correspondentes aos Direitos Creditórios, a transferência compulsória desses valores aos Credores, na proporção indicada no Anexo V e nas contas correntes respectivas indicadas no Anexo VI, valendo o comprovante de transferência como recibo dos valores transferidos aos Credores na amortização da Dívida Reestruturada. Tal comprovante deverá ser disponibilizado pelo Agente Centralizador aos Bancos, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado de cada transferência.

Parágrafo 3º - Em relação aos Debenturistas Signatários, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente indicada no Anexo VI junto ao Bradesco, na qualidade de Banco Mandatário (conforme definido no Acordo Global). A transferência de recursos do Agente Centralizador para o

Banco Mandatário dos Debenturistas Signatários será efetivada 1 (um) dia útil antes do pagamento aos demais Credores Brasileiros, de forma que todos os Credores Brasileiros recebam os valores devidos na mesma data.

Parágrafo 4º - Em relação aos Noteholders, fica o Agente Centralizador desde já autorizado a transferir os recursos que lhes sejam devidos para a conta corrente prevista no Anexo VI, junto ao Agente de Pagamento. As Partes concordam que quaisquer pagamentos ao Agente de Pagamento ou Agente de Garantia, inerentes a excussão de garantias, amortizações da Dívida Reestruturada e/ou quaisquer outros pagamentos em favor dos Noteholders, previstos neste Contrato, no Acordo Global ou em qualquer dos demais Instrumentos de Reestruturação, poderão ocorrer posteriormente às respectivas datas previstas neste Contrato, no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, desde que em conformidade com os Instrumentos das Notes.

Parágrafo 5º - O Agente Centralizador assina o presente Contrato, comprometendo-se a cumprir a sua obrigação de centralizador da arrecadação do produto da cobrança dos Direitos Creditórios, obedecendo e observando fielmente as previsões deste Contrato que lhe sejam aplicáveis.

Parágrafo 6º - Até a integral quitação das Obrigações, os Credores exercerão sobre os Direitos Creditórios todos os direitos previstos no artigo 1.455 do Código Civil, ficando autorizados pela Devedora a utilizar o produto das quantias correspondentes aos Direitos Creditórios, extrajudicialmente, independentemente de qualquer tipo de aviso, notificação ou intimação, para quitação e/ou amortização das referidas Obrigações.

Parágrafo 7º - É vedado à CP Cimento o recebimento de qualquer quantia relativa aos Direitos Creditórios que não através do depósito na Conta Vinculada, deste item, sendo que no caso de a CP Cimento ainda assim receber, de outra forma, algum pagamento relativo aos referidos Direitos Creditórios, fica ela obrigada, sob as penalidades previstas no artigo 1.460 e parágrafo único do Código Civil, a creditar os valores recebidos na respectiva Conta Vinculada em até 2 (dois) dias úteis, independentemente de qualquer aviso ou notificação, responsabilizando-se até a realização de tal entrega como fiel depositária da respectiva quantia.

Parágrafo 8º - Este Contrato não será considerado inadimplido pela Devedora, no caso de eventual inadimplência ou atraso no pagamento dos Direitos Creditórios pelo [Comprador], devendo a Devedora tomar todas as medidas previstas em lei para receber os créditos não pagos pelo [Comprador].

III. EXCUSSÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 3ª - Ocorrendo o vencimento das Obrigações garantidas pelo Penhor, quer seja na data do efetivo vencimento, quer seja antecipadamente, tal como definido no Acordo Global, ficam os Credores e o Agente Fiduciário, isoladamente ou em conjunto, autorizados pela Devedora, a proceder à excussão, judicial ou extrajudicial, dos valores empenhados em benefício dos Credores, na proporção da participação de cada um deles.

Parágrafo 1º - O disposto no *caput* acima consubstancia o direito dos Credores reconhecido pela Devedora de, conforme previsto na legislação civil brasileira, executar ou executar, imediata e extrajudicialmente, a garantia de penhor objeto deste Contrato, mediante simples notificação, na hipótese de inadimplemento por parte da Devedora de qualquer de suas Obrigações, ou ainda, nas hipóteses de vencimento antecipado previstas no Acordo Global ou nos demais Instrumentos de Reestruturação, sendo certo que o exercício de qualquer desses direitos não deverá, em hipótese alguma, prejudicar o exercício de qualquer outro direito, podendo todos eles ser exercidos simultânea e/ou conjuntamente.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a excussão do Penhor ora constituído nos termos previstos na presente Cláusula, os recursos obtidos serão destinados pelo Agente Centralizador preferencialmente na amortização dos acessórios das Obrigações, e o saldo porventura existente, na amortização do principal referente às Obrigações.

IV. PRAZO DE VIGÊNCIA E LIBERAÇÃO DO PENHOR

CLÁUSULA 4ª - O Penhor ora constituído permanecerá íntegro e em pleno vigor desde a presente data e até que (i) as Obrigações tenham sido cumpridas de forma integral e definitiva; ou (ii) o Penhor seja totalmente executado, devendo os Credores entregar, ao final, à Devedora, o que sobejar o valor das Obrigações, em sendo este o caso, respeitado o disposto nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º - Fica desde já certo e ajustado que a liberação definitiva do Penhor constituído nos termos deste contrato ocorrerá mediante a comprovação do cumprimento integral das Obrigações, obrigando-se os Credores e o Agente Fiduciário, diante de tal cumprimento, a assinar e entregar à Devedora todo e qualquer documento necessário à liberação da garantia representada pelo Penhor e ao cancelamento de quaisquer registros existentes sobre o Penhor ora constituído, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação encaminhada pela Devedora.

V. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA DEVEDORA

CLÁUSULA 5ª - Até que as Obrigações tenham sido integralmente cumpridas, a Devedora obriga-se a:

- (i) em até 10 (dez) dias úteis, implementar o registro do presente Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco, arcando com os custos incidentes, bem como disponibilizar, sob protocolo, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após todos os referidos registros, uma via original registrada a cada Banco, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário. As Partes acordam que os Anexos a este Contrato serão levados a registro sem os seus respectivos anexos;

- (ii) praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação, bem como à manutenção do Penhor;
- (iii) manter o Penhor sempre existente, válido, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, livre e desembaraçado de quaisquer gravames ou ônus, seja de natureza judicial ou extrajudicial, observado o disposto no presente Contrato, no Acordo Global e nos demais Instrumentos de Reestruturação;
- (iv) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar os Direitos Creditórios ou o Penhor;
- (v) disponibilizar aos Bancos, ao Agente de Garantia e ao Agente Fiduciário, cópia de qualquer correspondência ou notificação, recebida ou expedida, em relação ao recebíveis da Metade da Alienação Tupi e ao Contrato de Alienação de Ações Tupi, no prazo de até 1 (um) dia útil a contar do seu recebimento; e
- (vi) não realizar alteração do Contrato de Alienação de Ações Tupi que prejudique o fluxo de recebimentos previsto na Cláusula 1º deste Contrato, sem a prévia e expressa autorização dos Credores

VI. DECLARAÇÕES DA DEVEDORA

CLÁUSULA 6ª – Por força da constituição do Penhor, a Devedora declara que:

- (i) a Devedora é legítima titular e proprietária dos Direitos Creditórios, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos de qualquer natureza, exceto pelo Penhor ora constituído;
- (ii) a Devedora possui plena capacidade e legitimidade para celebrar este instrumento e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto.
- (iii) este instrumento é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa à Devedora, exequível contra ela de acordo com os seus termos e condições.

VII. DECLARAÇÕES DOS CREDITORES

CLÁUSULA 7ª – Por força da constituição do Penhor, os Credores declaram que:

- (i) possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar este instrumento e realizar todas as operações aqui previstas, inexistindo qualquer impedimento legal ou contratual para tanto; e

- (ii) este instrumento é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e vinculativa aos Credores, de acordo com os seus termos e condições.

VIII. COMUNICAÇÕES

CLÁUSULA 8ª – Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as Partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Contrato deverá ser feita por escrito e enviada aos endereços indicados no Preâmbulo do presente Contrato, ou a outro endereço que vier a ser oportunamente comunicado pela Parte em questão.

Parágrafo Único – As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” para os endereços indicados no Preâmbulo.

IX. IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

CLÁUSULA 9ª – As Partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato são constituídos em caráter irrevogável e irretratável.

X. DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 10 – Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

CLÁUSULA 11 – A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados o objetivo e a intenção das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

CLÁUSULA 12 - O Agente de Garantia ou o Agente Centralizador poderão ceder os direitos e obrigações previstos neste Contrato ao The Bank of New York, independentemente de qualquer formalidade ou ato, incluindo a anuência das Partes, desde que o The Bank of New York assuma todas as obrigações do Agente de Garantia ou do Agente Centralizador, conforme o caso, previstas neste Contrato.

CLÁUSULA 13 – Todas e quaisquer despesas incorridas por qualquer das Partes para o registro deste instrumento deverão ser pagas pela Devedora, inclusive o registro deste

Contrato perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco.

CLÁUSULA 14 – Toda e qualquer importância devida aos Credores nos termos deste Contrato deverá ser paga em moeda corrente nacional, líquida de quaisquer impostos, taxas e contribuições atualmente em vigor ou que, porventura, venham a ser instituídas, sendo vedada qualquer forma de compensação.

CLÁUSULA 15 – Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Devedora, nos termos dos artigos 461, 461-A, 585 III, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 16 – O presente Contrato integra e complementa, para todos os efeitos legais, o Acordo Global, sendo parte integrante e inseparável do mesmo, como se nele estivesse transcrito, devendo ambos serem lidos e interpretados em conjunto.

CLÁUSULA 17 – Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes.

CLÁUSULA 18 – Os Credores e o Agente Fiduciário ficam investidos de todos os poderes bastantes para a prática dos atos que julgarem necessários à defesa, conservação, validade e execução da garantia ora constituída. Não obstante a outorga de poderes ora ajustada, ficam os Credores e o Agente Fiduciário exonerados de qualquer responsabilidade perante a Devedora ou terceiros, na hipótese de omissão na prática desses atos.

CLÁUSULA 19 – Aplicam-se ao presente penhor as disposições do Artigo 1.451 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 20 – As Partes elegem o foro central da comarca do Rio de Janeiro para dirimir as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas e contratadas, as partes, obrigando-se por si e por seus sucessores, assinam o presente Contrato em 33 (trinta e três) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [data].

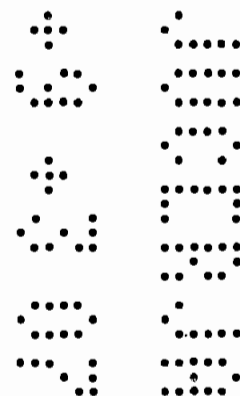
CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA**

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DEBENTURISTAS SIGNATÁRIOS

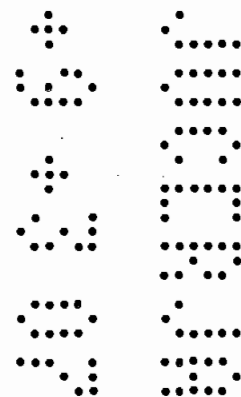


A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA**

ANEXO II

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DE 17 DE JANEIRO DE 2007

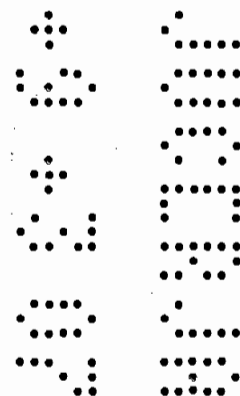


A handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA**

ANEXO III

ACORDO GLOBAL

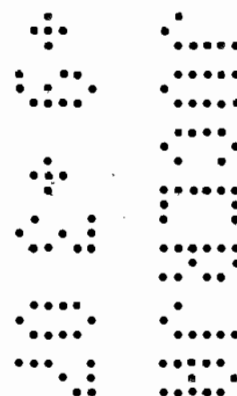


Handwritten signature or initials.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA**

ANEXO IV

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES DE EMISSÃO DA CIMENTO TUPI S.A,
CELEBRADO ENTRE CP CIMENTO E COMPRADOR, EM [---]**



Handwritten signature or initials in the bottom right corner, possibly reading 'CPM'.

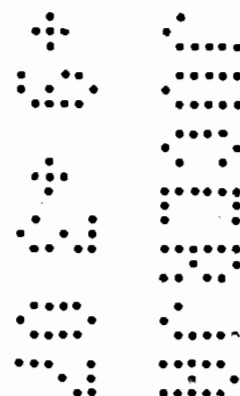
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA**

ANEXO V

**PROPORÇÃO DOS CRÉDITOS DETIDOS PELOS CREDORES E REGRA DE AMORTIZAÇÃO
DA DÍVIDA REESTRUTURADA**

PROPORÇÃO DOS CRÉDITOS DETIDOS PELOS CREDORES

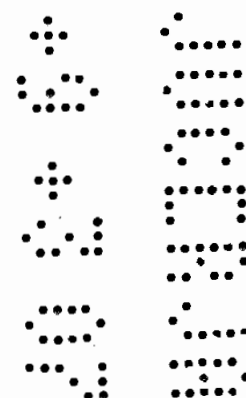
Credores	% Após Amortização Inicial
Unibanco	21,89 %
Itaú BBA	11,50 %
Bradesco	6,36 %
ABN Real	7,47 %
Alfa	2,47 %
ABC	3,63 %
Debêntures	28,70 %
Notes	17,98 %
Total	100,00 %



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DIREITOS CREDITÓRIOS
DECORRENTES DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA**

ANEXO VI

CONTAS CORRENTES DOS CREDORES E DO BANCO MANDATÁRIO



A handwritten signature in cursive script, appearing to be 'Gfm'.